

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



REPÚBLICA
PORTUGUESA

DEFESA NACIONAL

Ficha Técnica

Título – Relatório de Atividades 2019 da DGRDN

Data de finalização – março 2020

Coordenação – Gabinete de Assessoria Técnica

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Av. Ilha da Madeira, 1

1400-204 Lisboa

Tel.: (21)3028500

Fax: (21)3027221

E-mail: dgrdn@defesa.pt

URL: <http://www.portugal.gov.pt>

INDICE

Nota de Apresentação do Relatório 2019 **6**

Missão, Visão e Valores **8**

Quadro de Avaliação e Responsabilidade (QUAR 2019), Objetivos Estratégicos e Operacionais **9**

Procedimentos para a elaboração do Relatório de Atividades e Relatório de Autoavaliação – Metodologia **10**

Glossário **12**

Relatório de Autoavaliação **13**

Nota introdutória **16**

Estrutura orgânica do serviço **17**

Metodologia adotada **22**

Autoavaliação (análise do QUAR, resultados alcançados, desvios, avaliação dos objetivos estratégicos e operacionais, recursos humanos e financeiros) **23**

Sistema de controlo interno **51**

Audição externa e interna **59**

Síntese do Balanço Social **65**

Apreciação dos objetivos específicos das unidades orgânicas **67**

Desenvolvimento de medidas para o esforço positivo do desempenho **68**

Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional que possam constituir padrão de comparação **69**

Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço - resultado da autoavaliação **69**

Avaliação dos Objetivos Operacionais (complementares) das Unidades Orgânicas **70**
(*vertente quantitativa do Relatório*)

Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação **71**

Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar **77**

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais **81**

Direção de Serviços de Armamento e Equipamento **87**

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património **91**

Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente **94**

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio	99
Gabinete de Contratação da Defesa (Equipa Multidisciplinar)	101
Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor	102

Listagem síntese de Programas e Ações	103
---	------------

Programas e Ações

(vertente qualitativa do Relatório – análise descritiva de Resultados)

01 Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH	112
02 Promover o aumento das Qualificações dos RH da Defesa Nacional	122
03 Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional	134
04 Recrutamento, Reserva e Efetivos Militares	138
05 Deveres Militares	145
06 Comunicação Integrada para o Serviço Militar	155
07 Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar	161
08 Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes	175
09 Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação)	183
10 Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)	188
11 Infraestruturas	192
12 Património Imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional	199
13 Rentabilização do Património Imobiliário afeto à Defesa Nacional	203
14 Acordo Bilateral de Defesa Portugal – EUA (Comissão Técnica)	208
15 Turismo Militar	211
16 Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)	217
17 Qualidade e Ambiente (Normalização e Catalogação)	226

18	Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN	231
19	Gerir os Recursos Humanos da DGRDN	237
20	Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN	242
21	Contratação no âmbito da Defesa	246
22	Gestão de Ativos do Estado no âmbito da Defesa Nacional	249
23	Gestão e Planeamento Estratégico no âmbito da DGRDN	252
24	Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional	253
25	Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e Segurança)	259
26	Fomentar a Educação Física e o Desporto Militar	261
Anexos		265

Execução orçamental 2019

Siglas/Acrónimos/Abreviaturas

Balanço Social 2019

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Somos o que repetidamente fazemos. A excelência, portanto, não é um feito, mas um hábito – Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.)

O Relatório de Atividades 2019 da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) enquadra-se juridicamente no Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, que aprovou a orgânica do Ministério da Defesa Nacional (MDN), assim como o Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, a Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro, e nos despachos que determinam e promovem a estrutura flexível deste serviço central do MDN.

A sua preparação e composição compreende os programas e ações apresentadas no Plano de Atividades para 2019, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro.

O Relatório em análise reflete a avaliação do serviço realizada no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR 2019) de acordo com o Decreto-Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual. Integra ainda o Relatório de Autoavaliação, a apreciação quantitativa dos objetivos operacionais das unidades orgânicas e respetivas iniciativas, e a descrição pormenorizada das ações com os respetivos resultados, que materializam os 26 programas das áreas organizacionais da DGRDN, bem como responder a pedidos e solicitações inopinados (ações/projetos não previstas).

Considerando as atribuições e competências da Direção-geral e no plano de ação das suas atividades, destacam-se na transversalidade de atuação, procedimentos, propostas, estudos, produção e revisão legislativa, nos seguintes âmbitos:

- Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação;
- Profissionalização do serviço militar;
- Saúde Militar e Assuntos Sociais;
- Armamento e Equipamento;
- Infraestruturas, Património e Turismo Militar;
- Qualidade e Ambiente.

A Assessoria Técnica à Direção, a Equipa Multidisciplinar (Gabinete de Contratação da Defesa), a Gestão e Planeamento Estratégico, a Gestão de Ativos do Estado e as funções desempenhadas pela Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, cooperam expressivamente para a desburocratização e valoração do serviço, assim

como o funcionamento do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança, e a Comissão de Educação Física e Desporto Militar.

O orçamento executado em 2019 cujo detalhe se junta em anexo a este Relatório, a análise descritiva que consta do Relatório de Autoavaliação (recursos financeiros) e do Programa 18, no montante de 218.108.093,67 € (duzentos e dezoito milhões, cento e oito mil, e noventa e três euros, e sessenta e sete cêntimos), correspondeu à execução orçamental de 81,81%.

Os resultados positivos obtidos foram alcançados através do empenho de uma equipa formada por dirigentes superiores e intermédios, técnicos superiores, assistentes técnicos e operacionais, civis e militares, que conjuntamente participam da realidade deste serviço, a Direção-Geral de Recursos da Defesa que muito me regozijo de dirigir e gerir.

Lisboa, 27 de março de 2020



Alberto Rodrigues Coelho
Diretor-geral

(assinatura digitalizada)

MISSÃO

A DGRDN tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional

VISÃO

A DGRDN regula-se por um código de conduta organizacional assente em valores institucionais que têm em vista melhorar a eficiência e eficácia dos serviços prestados, ser uma estrutura profissional e atuante. Constitui-se ainda como um serviço de excelência da Administração Pública na preparação e execução da política superiormente determinada no que respeita aos recursos humanos, armamento, equipamento, património e infraestruturas da defesa

VALORES

**Competência
Qualidade
Responsabilidade
Ética
Compromisso
Excelência
Renovação
Transparência
Isenção
Confiança**

QUAR 2019

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO:2019 (3ª Monitorização/dezembro)

Ministério da Defesa Nacional - Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

MISSÃO: A DGRDN tem por missão conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à defesa nacional.

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO

META 2019

TAXA REALIZAÇÃO

OE1 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

OE2 - Reforçar a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos humanos.

OE3 - Promover a permanente comunicação e articulação entre as entidades do Sistema de Saúde Militar (SSM), tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento do Sistema.

Eficácia

Peso

30%

OOP1 - (OE2) Conceber uma política de Defesa Nacional no âmbito da certificação da formação, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ.

Peso:

30%

INDICADORES	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.1 - Número de especialidades analisadas para integrar o Guia Militar para a Qualificação (GMQ).	NA	8	2	12	100%		6	100,00%	Atingiu

OOP2-(OE2) Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos.

Peso:

40%

INDICADORES	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	Classificação
Ind. 2 – Número de palestras/ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos.	NA	8	2	12	70%		14	135,00%	Superou
Ind. 3 – Índice de satisfação com as palestras/ ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos, medido numa escala de 1 a 5.	NA	4	0,3	4,5	30%		4,4	120,00%	Superou

OOP3 - (OE2) Alargar a rede de protocolos com entidades parceiras que permitam uma otimização da utilização de meios e recursos na execução do Dia da Defesa Nacional.

Peso:

30%

INDICADORES	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.4 - Numero de protocolos realizados com entidades parceiras.	NA	10	3	18	100%		11	100,00%	Atingiu

Eficiência

Peso

40%

OOP4 - (OE1) Assegurar a emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.

Peso:

20%

INDICADORES	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.5 - Percentagem de respostas a pedidos de licenças e certificados, num prazo não superior a 15 dias úteis face ao numero total dos pedidos recebidos.	NA	95%	0%	100%	100%		100%	125,00%	Superou

OOP5 - (OE3) Estudar e conceber o enquadramento do SSM que contribua para a definição dos mecanismos que garantam uma eficaz disponibilização e acesso aos dados no âmbito do SSM.

Peso:

10%

INDICADORES	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.6 - Número de ações (reuniões, medidas propostas, etc.).	NA	8	2	13	100%		10	100,00%	Atingiu

OOP6 - (OE2) Garantir a operacionalização atempada das valorizações remuneratórias atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE, ciclo 2017/2018.

Peso: 50%

INDICADORES	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.7 - Percentagem dos trabalhadores com processamento de valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do seu processo de avaliação de desempenho.	NA	90%	0	100%	100%		98%	120,00%	Superou

OOP7 - (OE2) Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.

Peso: 20%

INDICADORES	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.8 - Percentagem de trabalhadores com parecer favorável à solicitação de jornada contínua.	NA	75%	5%	100%	100%		100%	125,00%	Superou

Qualidade

Peso 30%

OOP8 - (OE1) Garantir a qualidade da catalogação nacional.

Peso: 50%

INDICADORES	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.9 - Número médio de dias de resposta a 75 % dos pedidos de catalogação nacionais e internacionais não devolvidos e que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo comité OTAN/AC135 igual ou inferior a 10.	10	10	2	6	100%		10	100,00%	Atingiu

OOP9 - (OE1) Adequar o Regulamento do Prémio de Defesa Nacional e Ambiente aos recentes paradigmas ambientais.

Peso: 50%

INDICADORES	2018	META 2019	Tolerância	Valor crítico	PESO	Mês	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind.10 - Proposta de revisão do regulamento do Prémio de Defesa Nacional e Ambiente (em dias).	NA	319	10	231	100%		301	105,11%	Superou

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direção Superior	20	60	47	13
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa multidisciplinar	16	352	278	74
Técnico Superior - (inclui especialistas de informática)	12	1416	978	438
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	18	11	7
Assistente Técnico - (inclui técnicos de informática)	8	656	461	195
Encarregado geral operacional	7			0
Encarregado operacional	6			0
Assistente operacional	5	155	106	49
Total		2657	1881	776

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de funcionamento	9 073 151,00	10 144 179,77	-1071029
Despesas c/Pessoal	8 019 401,00	8 375 968,95	-356568
Aquisições de Bens e Serviços	873 750,00	1 483 740,87	-609991
Outras despesas correntes	180 000,00	284 469,95	-104470
PIDDAC	1 000 000,00	826 243,69	173756
Outros valores	166 059 675,00	207 137 670,21	-41077995
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	176 132 826,00	218 108 093,67	-41975268



Indicadores _ Fonte de Verificação

- 1 - Documento GMQ
- 2 - Relatório Atividades CIOFE (2019)
- 3 - Questionário + Relatório de Atividades CIOFE (2019)
- 4 - Relatório
- 5 - Relatório
- 6 - Relatório
- 7 - Relatório
- 8 - Proposta

Nota explicativa

Ind. 1 - Relativamente ao nosso primeiro indicador deve se considerar que foi feita uma pré-análise de todas as especialidades da Força Aérea e foi elaborada uma matriz para os Ramos preencherem com informação crítica para o cumprimento daquele objectivo.

Ind.3 - O indicador afere o grau de satisfação, média que será obtida através de uma escala de satisfação de 1 (nada satisfeito) a 5 (muito satisfeito). O valor crítico apresentado, apesar de não corresponder ao convencionado e indicativo 125%, enquadra-se na definição que o termo representa, bem como a viabilidade de alcance concretizável do objetivo.

Ind. 4 - No âmbito da abertura do novo Núcleo de Divulgação de Defesa Nacional de Castelo Branco foram realizados protocolos com as Câmaras Municipais de Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei, Vila Velha de Ródão. A parceria com os municípios do distrito de Castelo Branco é já existente e encontram-se em curso todas as ações previstas nos termos dos protocolos, permitindo o alcance do objetivo OOP3 (OE2).

Ind.5 - Respondeu-se, num prazo não superior a 15 dias úteis 505 pedidos de licenças e certificados (setembro - 130; outubro - 134; novembro - 121; dezembro - 120). O valor apurado resultou na emissão de 13 certificados de destino final; 71 certificados internacionais de importação; 50 certificados de garantia de entrega; 127 licenças individuais; 6 licenças globais; 237 certificados para equipamento militar; 1 licenças de trânsito.

Ind.9 - Indicador em execução, acompanhando a fase de acabamento e aplicação/experiência do Programa de catalogação que se encontra em fase de acabamento.

Ind.10 - No ano transato focamos o nosso trabalho na execução do Plano de Formação através da realização de ações de formação e sensibilização nas áreas de Qualidade e Ambiente. Para a estimativa dos valores foi considerado que o regulamento do PDNA deverá estar aprovado por SEXAMDN até ao final de 2019, para que possa ser aplicado no ano seguinte. No entanto, a proposta de revisão necessita de ser anteriormente sancionada pelos membros do júri do prémio. Por esta última razão, considerou-se a necessidade de aumentar os dias estimados para atingir a "meta". Pela mesma razão, foram também alterados os dias de "tolerância" e para o "valor crítico".

Nos Recursos Humanos, atendendo aos dados registados no quadro cumpre referir que estes foram apurados sem ter sido encerrada a assiduidade do mês de agosto podendo este facto originar um enviesamento ligeiro na precisão.

Face aos Recursos Financeiros, dos valores considerados para o planeamento de 2019, foi retirado o valor da Reserva, no montante de 736 760 €, de acordo com o estabelecido na Circular N.º 1390, de 8 de agosto de 2018. De acordo com a nova redação - Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho (Lei de Programação Militar) e Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro (Lei das Infraestruturas Militares) - os montantes inicialmente planeados/aprovados tiveram um acréscimo, os quais não foram atualizados no QUAR por não ser possível a sua retificação. (Fonte: DSGFA).

Avaliação Final

Eficácia	33,66%
Conceber uma política de Defesa Nacional no âmbito da certificação da formação, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ.	30,00%
Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos.	52,20%
Alargar a rede de protocolos com entidades parceiras que permitam uma otimização da utilização de meios e recursos na execução do Dia da Defesa Nacional.	30,00%
Eficiência	48,00%
Assegurar a emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.	25,00%
Estudar e conceber o enquadramento do SSM que contribua para a definição dos mecanismos que garantam uma eficaz disponibilização e acesso aos dados no âmbito do SSM.	10,00%
Garantir a operacionalização atempada das valorizações remuneratórias atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE, ciclo 2017/2018.	60,00%
Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional e familiar pessoal.	25,00%
Qualidade	30,77%
Garantir a qualidade da catalogação nacional.	50,00%
Adequar o Regulamento do Prémio de Defesa Nacional e Ambiente aos recentes paradigmas ambientais.	52,56%

Taxa de Realização Final

112,43%

Nota Final

Bom

PROCEDIMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO – METODOLOGIA

O **Relatório de Atividades** tem por objetivo descrever o percurso feito pela organização e os desvios obtidos, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante daquilo que foi executado. Assim, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro e na Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro na sua redação atual, elabora-se com a participação das unidades orgânicas o Relatório de Atividades (que integra o Relatório de Autoavaliação do serviço), e deverá estar concluído até 31 de março de cada ano, e submetido à aprovação da tutela.

Principais procedimentos

Preparação dos modelos de recolha de informação;

Criação de *ligação/acesso* para preenchimento dos ficheiros correspondentes às unidades orgânicas para avaliação das ações a constar no Relatório - descrição de resultados - bem como a avaliação de objetivos, iniciativas e indicadores;

Solicitação dos elementos às unidades orgânicas (via e-mail);

Recolha dos dados e produção progressiva da redação final do Relatório de Atividades até à sua conclusão (incluindo o Relatório de Autoavaliação e QUAR);

Apreciação e aprovação superior do documento a fim de ser remetido à tutela e Secretaria-Geral, e posterior distribuição interna.

O **Relatório de Autoavaliação** é um instrumento de gestão, que acompanha o Relatório de Atividades, por forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual. Este documento tem como objetivo fazer a autoavaliação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, analisando o seu desempenho, tendo em consideração os resultados alcançados relativos aos objetivos operacionais estabelecidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

Tem ainda por base o cumprimento dos objetivos definidos nos QUAR, observação dos Recursos Humanos existentes e execução dos Recursos Financeiros envolvidos.

Neste sentido, com a finalidade de substanciar a elaboração deste tipo de relatório, é solicitada aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas, envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos, assim como a justificação dos desvios.

Principais procedimentos

Preparação do modelo e disponibilização a todas as unidades orgânicas, no sentido de recolher contributos necessários para a elaboração do QUAR;

Solicitação aos responsáveis das várias unidades orgânicas envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de relatórios sobre o grau de cumprimento dos respetivos objetivos (resultados), a justificação dos desvios verificados, bem como elementos sobre as fontes de verificação, breve análise descritiva, síntese das atividades e recursos humanos envolvidos;

Sistematização e harmonização dos dados recolhidos, objeto de reanálise e correção pelas unidades orgânicas, sendo posteriormente elaborado o documento final que inclui a informação adicional referenciada no ponto anterior.

A colaboração, participação ativa e o empenhamento dos vários intervenientes e interlocutores com o seu comprometimento e rigor, viabilizaram a conceção, o desenho e o desenvolvimento de um processo de avaliação global de atividades/ações que se orientou pela realização de boas práticas, de acordo com o interesse estratégico desta Direção-geral.

GLOSSÁRIO*

Estratégia – meios e processos considerados pelo serviço para a prossecução dos objetivos definidos (orientações de gestão, recursos, distribuição de responsabilidades, campo de ação...).

Objetivos estratégicos – resultados globais a atingir pela DGRDN para o cumprimento da sua missão e no contexto das suas atribuições, que se enquadram na avaliação de desempenho do serviço. Enunciados anualmente no QUAR e materializados no Plano através de Programas.

Objetivos operacionais – resultados fixados para as iniciativas e/ou ações a desenvolver que contribuem para um ou mais objetivos estratégicos, suscetíveis de avaliação.

Programa – conjunto interdependente de ações (atividades e projetos) enquadrado nas atribuições/competências do serviço e alinhado com as opções estratégicas superiormente planeadas e apresentadas.

Ação – procedimento ou processo de atuação/medida (concreto, pragmático) que integra os programas, através da realização de diversos tipos de atividades e/ou projetos. Enunciam-se para cada uma o objetivo a atingir, os resultados esperados obter e respetiva avaliação.

Natureza das principais ações utilizadas (características distintivas essenciais)

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação

Atividade – conjunto de tarefas que concorrem articuladamente para a realização dos objetivos de cada serviço (no âmbito das suas ações) que afeta recursos e possibilita identificar resultados.

Tipos de atividades (tipificação e especificidade das tarefas)

- Periódicas (cíclicas; sazonais);
- Correntes (rotineiras, de execução permanente e indispensáveis para a produção de serviços numa área pré determinada p. e. jurídica, pessoal, financeira...);
- Manutenção (de conservação e/ou apoio a serviços, equipamentos, programas informáticos e outros, concorrendo para o seu normal funcionamento).

Projeto – forma de ação ou processo organizativo temporário e delimitado no tempo (início/fim), que mobiliza recursos (humanos, financeiros, materiais), possui um núcleo responsável criado para o efeito (gestor/equipa) e procura uma solução concreta e específica para uma necessidade (objetivos). Os projetos distinguem-se normalmente das atividades (conforme anteriormente definidas) pela sua natureza, i. é., serem originados para um fim particular e possuírem um «ciclo de vida» (definição, conceção, planeamento, implementação, conclusão e avaliação). A complexidade dos projetos é em regra “proporcional” ao grau crescente de envolvimento de diversos fatores, nomeadamente: meios, duração prevista, organismos envolvidos, dificuldades de gestão e riscos previsíveis (bloqueios, constrangimentos, situações adversas).

Avaliação – processo de análise, apreciação e eventual valoração (qualitativa e/ou quantitativa) do grau de execução de objetivos e/ou ações, de acordo com os resultados esperados e critérios previamente enunciados.

QUAR – “O Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) é um quadro de referência na avaliação de desempenho dos serviços (missão), das suas decisões de ação (objetivos estratégicos), das metas a atingir, dos indicadores de desempenho e inerentes fontes de verificação, dos meios disponíveis (humanos e financeiros) e da aferição da sua realização e da identificação sumária dos desvios e respetivas causas averiguados no fim do ciclo de gestão” (AMA). O QUAR foi criado pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual (SIADAP 1). Anualmente procede-se a 3 monitorizações.

* Explicitação de conceitos aplicados nos Planos e Relatórios de Atividades da DGRDN

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

Termos técnicos no âmbito do QUAR

Nos termos do artigo 4.º da Lei 66-B/2007, de 28 de dezembro, são consideradas as seguintes expressões:

Quadro 1 – Definições/conceitos

Competências	O parâmetro de avaliação que traduz o conjunto de conhecimentos, capacidades de ação e comportamentos necessários para o desempenho eficiente e eficaz, adequado ao exercício de funções por dirigente ou trabalhador.
Dirigentes máximos do serviço	Os titulares de cargos de direção superior do 1.º grau ou legalmente equiparado, outros dirigentes responsáveis pelo serviço dependente de membro do Governo ou os presidentes de órgão de direção colegial sob sua tutela ou superintendência.
Dirigentes superiores	Os dirigentes máximos dos serviços, os titulares de cargo de direção superior do 2.º grau ou legalmente equiparados e os vice – presidentes ou vogais de órgão de direção colegial.
Dirigentes intermédios	Os titulares de cargos de direção intermédia do 1.º e 2.º grau ou legalmente equiparados, o pessoal integrado em carreira, enquanto se encontre em exercício de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional da carreira, os chefes de equipas multidisciplinares cujo exercício se prolongue por prazo superior a seis meses no ano em avaliação e outros cargos e chefias de unidades orgânicas.
Indicadores de Desempenho	Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto.
Objetivos	O parâmetro de avaliação que traduz a previsão dos resultados que se pretendem alcançar no tempo, em regra quantificáveis.
Serviço efetivo	O trabalho realmente prestado pelo trabalhador nos serviços.
Serviços	Os serviços da administração direta e indireta do Estado, da administração regional autónoma e da administração autárquica, incluindo os respetivos serviços desconcentrados ou periféricos e estabelecimentos públicos, com exceção das entidades públicas empresariais.
Trabalhadores	Os trabalhadores da Administração Pública que não exerçam cargos dirigentes ou equiparados, independentemente do título jurídico da relação de trabalho, desde que a respetiva vinculação seja por prazo igual ou superior a seis meses, incluindo pessoal integrado em carreira que não se encontrem em serviço de funções de direção ou equiparadas inerentes ao conteúdo funcional dessa carreira.
Unidades orgânicas	Os elementos estruturais da organização interna de um serviço que obedeçam ao modelo e estrutura hierarquizada, matricial ou mista.

Utilizadores externos	Os cidadãos, as empresas e a sociedade civil.
Utilizadores internos	Os órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado e das administrações regional e autárquica, com exceção das entidades públicas empresariais.
Qualidade	Conjunto de atributos e características de uma entidade ou produto que determinam a sua aptidão para satisfazer necessidades e expectativas da sociedade.
Indicadores	Medida de um objetivo que se pretende alcançar ou atingir, de um recurso mobilizado, de um efeito obtido, de um elemento de qualidade, de uma variável de contexto. No entanto, são acima de tudo, instrumentos de informação com vista a apoiar os gestores a comunicar, a negociar ou a decidir. Representam uma grandeza, um número, uma cifra, um cálculo (n.º, % ou taxa) que permite objetivar o acontecimento ou uma situação e interpretá-los.
Eficácia	Traduzem a relação entre o planeado e o alcançado em matéria de realizações. Em regra, a eficácia é medida por unidades físicas (v.g. n.º de ocorrências) ou monetárias.
Eficiência	Relação entre os bens produzidos ou os serviços prestados e os recursos utilizados.

Nota Introdutória

O Relatório de Autoavaliação é um instrumento de gestão que integra o Relatório de Atividades de 2019 por forma a dar cumprimento ao estabelecido no Artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual.

Analisando o desempenho e refletindo sobre as tarefas concretizadas, este documento tem como objetivo fazer a autoavaliação da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, durante o ano de 2019 face às atribuições que lhe são confiadas.

O mesmo, tem ainda por base a concretização dos objetivos operacionais definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2019, bem como, a observação dos Recursos Humanos existentes e execução dos Recursos Financeiros envolvidos.

Assim, com a finalidade de substanciar a elaboração deste relatório, foi solicitada aos responsáveis das várias Unidades Orgânicas envolvidas no cumprimento dos objetivos do QUAR, a apresentação de elementos sobre o respetivo grau de realização assim como a justificação de eventuais desvios.

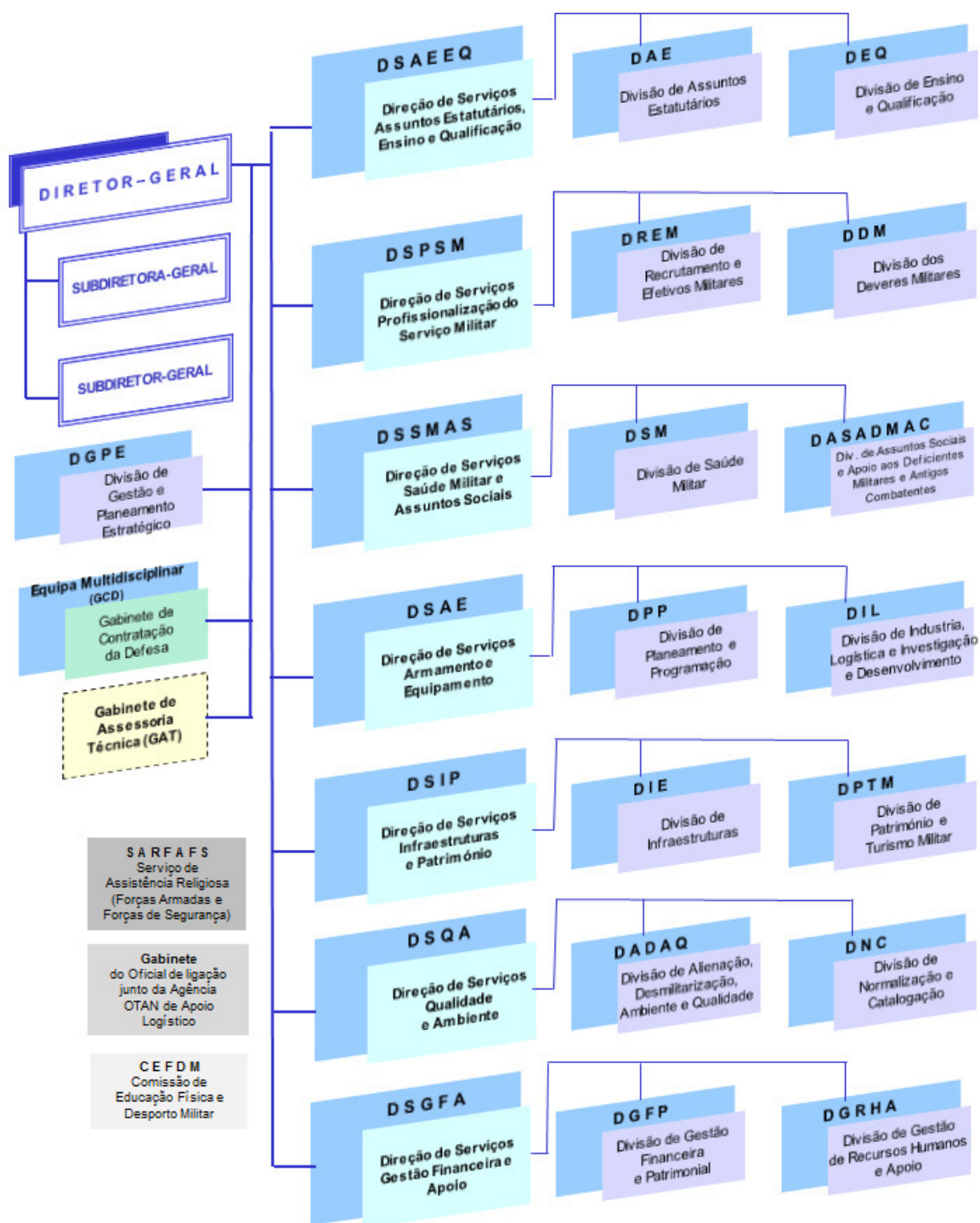
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)

Estrutura orgânica

De acordo com o Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, diploma que criou a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional conjugado com o Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, que define a missão e atribuições, a Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro que cria as unidades orgânicas fixas e as multidisciplinares, conjugados ainda com os Despachos que criam as unidades orgânicas flexíveis.

A DGRDN integra sete unidades orgânicas nucleares, designadas por Direções de Serviço, sendo a estrutura flexível composta por quinze Divisões e uma Equipa multidisciplinar, com as seguintes designações no seguinte organograma:

Figura 1 – Organograma da DGRDN



- **Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação**, (DSAEEQ), compreende a Divisão de Assuntos Estatutários (DAE) e a Divisão de Ensino e Qualificação (DEQ);
- **Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar** (DSPSM) compreende a Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares (DREM) e a Divisão de Deveres Militares (DDM);
- **Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais** (DSSMAS) compreende a Divisão de Saúde Militar (DSM) e a Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Militares e Antigos Combatentes (DASADMAC);
- **Direção de Serviços de Armamento e Equipamento** (DSAE) compreende a Divisão de Planeamento e Programação (DPP) e a Divisão de Indústria, Logística e investigação e Desenvolvimento (DIL);
- **Direção de Serviços de Infraestruturas e Património** (DSIP) compreende a Divisão de Infraestruturas (DIE) e a Divisão Património e Turismo Militar (DPTM);
- **Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente** (DSQA) compreende a Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade (DADAQ) e a Divisão de Normalização e Catalogação (DNC);
- **Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio** (DSGFA) compreende a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP) e a Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio (DGRHA);
- **Divisão de Gestão e Planeamento Estratégico** (DGPE);
- **Equipa Multidisciplinar – Gabinete de Contratação da Defesa** (GCD).

Missão

- **Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de recursos humanos, armamento, equipamentos, património e infraestruturas necessários à Defesa Nacional.**

Atribuições

- Estudar, propor e emitir pareceres e monitorizar a execução das medidas de política de recursos humanos — militares, militarizados e civis —, nomeadamente as relativas a estatutos, vínculos, carreiras e remunerações;
- Apoiar o Ministro da Defesa Nacional na direção da atividade interministerial de execução da política de defesa nacional e das Forças Armadas, em articulação com o Estado -Maior -General das Forças Armadas (EMGFA) e a Direção -Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN), nomeadamente quanto à mobilização e requisição;
- Exercer as competências de órgão central de recrutamento e divulgação, planeando, dirigindo e coordenando os processos estruturantes da profissionalização do serviço militar, nos termos da Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento e demais legislação complementar;
- Planear, dirigir e coordenar as atividades relativas ao recenseamento militar e ao Dia da Defesa Nacional;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de ensino, investigação e desenvolvimento e inovação, formação e qualificação profissional, assegurando a devida articulação com os sistemas nacionais;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de saúde militar, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política no âmbito do apoio social;
- Estudar, propor e monitorizar a execução de medidas de política de apoio e reabilitação dos deficientes militares, assegurando a devida articulação com o sistema nacional;
- Propor, avaliar e executar as políticas de apoio aos antigos combatentes;
- Conceber, desenvolver, coordenar e executar as políticas de armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional;
- Conceber, desenvolver, coordenar e executar a política ambiental da defesa nacional;
- Participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de lei de programação militar;

Atribuições

- Participar no processo de planeamento de forças e de edificação de capacidades militares, coordenando a formulação dos planos de armamento e de infraestruturas enquanto instrumentos de planeamento, com vista à elaboração das propostas de lei de programação militar;
 - Coordenar a elaboração das propostas de lei de programação militar e de programação das infraestruturas militares, de acordo com o ciclo de planeamento de defesa, assegurando a respetiva execução e controlo;
 - Planear, coordenar e executar as atividades relativas à gestão do ciclo de vida logístico do armamento, bens e equipamentos, no que se refere aos processos de aquisição, manutenção, alienação e desmilitarização;
 - Propor a concessão de autorizações para acesso e exercício das atividades de indústria e ou comércio de bens e tecnologias militares e proceder à supervisão da atividade das empresas do setor da defesa e ao controlo das importações e exportações de bens e tecnologias militares;
 - Planear, coordenar e executar as atividades relativas à aquisição, arrendamento, construção, manutenção, disposição e rentabilização das infraestruturas e demais património imobiliário afeto à defesa nacional, assegurando, designadamente, as competências legais da Unidade de Gestão Patrimonial do Ministério da Defesa Nacional (MDN);
 - Participar, coordenando a posição do MDN, na definição e execução das políticas de ordenamento do território e urbanismo, garantindo a salvaguarda dos interesses da defesa nacional em sede de produção, alteração, revisão e execução dos instrumentos de gestão territorial;
 - Participar na preparação e execução de medidas que envolvam a requisição, aos particulares, de coisas ou serviços;
 - Assegurar, no âmbito das suas atribuições e em articulação com a DGPDN, a representação em organizações e entidades internacionais e nacionais, definindo, propondo, coordenando e desenvolvendo protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios dos recursos humanos, do armamento, dos equipamentos, do património e das infraestruturas da defesa nacional;
 - Assegurar, no âmbito das suas atribuições, a representação em organizações e entidades nacionais e internacionais, propondo, coordenando e desenvolvendo atividades de cooperação internacional na execução das políticas de defesa no domínio do armamento, equipamentos, infraestruturas e património;
 - Planear, coordenar e monitorizar, em articulação com os serviços e organismos do MDN, os ramos das Forças Armadas e outras entidades, as atividades relativas ao turismo militar, assegurando uma visão integrada do património da defesa nacional, apresentando e executando propostas de carácter educativo e formativo que valorizem a história e cultura portuguesas.
- previstas no nº 2 do artigo 2º do Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho

Metodologia adotada

A coordenação do processo e a elaboração do relatório foram da responsabilidade do GAT – Gabinete de Assessoria Técnica.

O Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), com base na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, que contribuiu para a melhoria do desempenho e qualidade dos serviços da Administração Pública, para a coerência e harmonia da ação dos serviços, dirigentes e demais trabalhadores e para a promoção da sua motivação profissional e desenvolvimento de competências, está na base deste relatório e assenta em parâmetros de avaliação de eficácia, eficiência e qualidade, inseridos no ciclo anual de gestão.

Foi pedido a todas as unidades orgânicas os contributos necessários para a elaboração do **QUAR 2019** (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo).

Realizaram-se monitorizações quadrimestralmente (abril, agosto e dezembro), procedendo-se assim ao acompanhamento do grau de execução do QUAR, no que diz respeito à identificação e análise dos desvios detetados.

O presente relatório contém a informação indicada no nº 1 do artigo 15º, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, bem como os dados adicionais previstos no nº 2 tendo a seguinte estrutura:

- Estrutura Orgânica;
- A autoavaliação do QUAR (Resultados alcançados e desvios verificados);
- A Avaliação do Sistema de Controlo Interno;
- Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo de desenvolvimento;
- Avaliação Final.

Autoavaliação

Resultados alcançados e desvios verificados

Foram definidos 3 **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** (OE) que se encontram diretamente relacionados com as áreas de intervenção acima referidas.

Objetivo estratégico 1

- Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

Objetivo estratégico 2

- Reforçar a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos humanos.

Objetivo estratégico 3

- Promover a permanente comunicação e articulação entre as entidades do Sistema de Saúde Militar (SSM), tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento do Sistema.

Objetivos Operacionais

Em 2019 foi preocupação da DGRDN, na construção do seu QUAR focar a sua atenção nos objetivos relacionados com a missão da DGRDN, traduzindo-os valorização dos recursos, na modernização administrativa, eficiência e proximidade dos serviços aos cidadãos, e redução da despesa.

Importa salientar que os resultados obtidos do QUAR revelam não só a capacidade do serviço em superar e cumprir os objetivos propostos para 2019, mas também a capacidade de planeamento e execução vocacionada para o apoio à governação, nas respetivas áreas.

OE1 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes.

- OP4 (OE1) (Eficiência) Assegurar a emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.
- OP8 (OE1) (Qualidade) Garantir a qualidade da catalogação nacional.
- OP9 (OE1) (Qualidade) Adequar o Regulamento do Prémio de Defesa Nacional e Ambiente aos recentes paradigmas ambientais .

OE2 - Reforçar a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos humanos.

- OP1 (OE2) (Eficácia) Conceber uma política de Defesa Nacional no âmbito da certificação da formação, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ.
- OP2 (OE2) (Eficácia) Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos.
- OP3 (OE2) (Eficácia) Alargar a rede de protocolos com entidades parceiras que permitam uma otimização da utilização de meios e recursos na execução do Dia da Defesa Nacional.
- OP6 (OE2) (Eficiência) Garantir a operacionalização atempada das valorizações remuneratórias atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE, ciclo 2017/2018.
- OP7 (OE2) (Eficiência) Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.

OE3 - Promover a permanente comunicação e articulação entre as entidades do Sistema de Saúde Militar (SSM), tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento do Sistema.

- OP5 (OE3) (Eficiência) Estudar e conceber o enquadramento do SSM que contribua para a definição dos mecanismos que garantam uma eficaz disponibilização e acesso aos dados no âmbito do SSM.

Cumprimento dos Objetivos Operacionais

De destacar os indicadores, que face aos 9 objetivos operacionais acima referidos evidenciam desvios positivos e por isso quase todos superados. A clareza das monitorizações trimestrais de objetivos e indicadores do QUAR, conjugados com os esforços e as iniciativas levadas a cabo por parte dos trabalhadores e das unidades orgânicas possibilitaram o alcance e realização dos mesmos.

Avaliação Global do Grau do Cumprimento dos Objetivos Operacionais

No mapa seguinte, apresenta-se um resumo da avaliação global relativa a 2019, indicando a taxa de realização de cada objetivo e indicador, bem como a taxa de realização por parâmetro (Eficácia, Eficiência e Qualidade) e respetiva avaliação final, tendo em conta as respetivas ponderações.

Quadro 2 – Avaliação global do grau de cumprimento dos objetivos operacionais

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)																		
Objetivos Estratégicos (OE)	OE1 - Contribuir para a definição de políticas no âmbito do armamento, bens, equipamentos, infraestruturas e investigação e desenvolvimento necessários às Forças Armadas e à Defesa Nacional, assim como, o planeamento, coordenação e execução dos processos que lhe são inerentes. OE2 - Reforçar a eficiência e a eficácia da gestão dos recursos humanos. OE3 - Promover a permanente comunicação e articulação entre as entidades do Sistema de Saúde Militar (SSM), tendo em vista melhorar a eficácia do funcionamento do Sistema.																	
	Objetivos operacionais (OOP)	Peso Parâmetros	Peso objetivos nos parâmetros	Peso Indicadores	META 2019	Tolerância	Valor crítico	Resultados	Taxa realização do indicador	Classificação	Desvio/Indicador	Grav. realização do OOP	Taxa execução dos parâmetros	Execução/peso do parâmetro	Taxa de Realização			
Eficácia	OOP1 - (OE2) Conceber uma política de Defesa Nacional no âmbito da certificação da formação, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ.	30%	30%									100%	109%	33%	112%			
	Ind.1 - Número de especialidades analisadas para integrar o Guia Militar para a Qualificação (GMCQ).			100%	8	2	12	6	100%	Atingiu	0%							
	OOP2 - (OE2) Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos.		40%									128%						
	Ind. 2 - Número de palestras/ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos.		30%	70%	8	2	12	14	135%	Superou	65%							
	Ind. 3 - Índice de satisfação com as palestras/ ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos, medido numa escala de 1 a 5.			30%	4	0,3	4,5	4,4	120%	Superou	90%							
	OOP3 - (OE2) Alargar a rede de protocolos com entidades parceiras que permitam uma otimização da utilização de meios e recursos na execução do Dia da Defesa Nacional.		30%									100%						
	Ind.4 - Número de protocolos realizados com entidades parceiras.			100%	10	3	18	11	100%	Atingiu	0%							
Eficiência	OOP4 - (OE1) Assegurar a emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.	40%	20%									125%	118%	47%				
	Ind.5 - Percentagem de respostas a pedidos de licenças e certificados, num prazo não superior a 15 dias úteis face ao numero total dos pedidos recebidos.			100%	95%	0%	100%	100%	125%	Superou	25%							
	OOP5 - (OE3) Estudar e conceber o enquad. do SSM que contribua para a definição dos mecanismos que garantam uma eficaz disponibilização e acesso aos dados no âmbito do SSM.		10%									100%						
	Ind.6 - Número de ações (reuniões, medidas propostas, etc.).		50%	100%	8	2	13	10	100%	Atingiu	0%							
	OOP6 - (OE2) Garantir a operacionalização atempada das valorizações remuneratórias atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE, ciclo 2017/2018.											120%						
	Ind.7 - Percentagem dos trabalhadores com processamento de valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do seu processo de avaliação de desempenho.			100%	90%	0%	100%	98%	120%	Superou	20%							
	OOP7 - (OE2) Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.		20%									125%						
	Ind.8 - Percentagem de trabalhadores com parecer favorável à solicitação de jornada contínua.			100%	75%	5%	100%	100%	125%	Superou	25%							
	Qualidade		OOP8 - (OE1) Garantir a qualidade da catalogação nacional.	30%	50%											100%	103%	31%
Ind.9 - Número médio de dias de resposta a 75 % dos pedidos de catalogação nacionais e internacionais não devolvidos e que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo comité OTAN/AC135 igual ou inferior a 10.			100%		10	2	6	10	100%	Atingiu	0%							
OOP9 - (OE1) Adequar o Regulamento do Prémio de Defesa Nacional e Ambiente aos recentes		50%									105%							
Ind.10 - Proposta de revisão do regulamento do Prémio de Defesa Nacional e Ambiente (em dias).			100%		319	10	231	301	105%	Superou	5%							

Descrição da Concretização dos Objetivos Operacionais

Relatórios de concretização relacionados com cada objetivo operacional, apresentados pelos dirigentes de cada serviço a que foram atribuídos os objetivos do QUAR 2019.

Objetivos Operacionais de Eficácia

OOP1 - (OE2) Conceber uma política de Defesa Nacional no âmbito da certificação da formação, para os militares em RV/RC de modo a obterem qualificação académica de nível Secundário ou nível 4 do QNQ.

•Ind.1 - Número de especialidades analisadas para integrar o Guia Militar para a Qualificação (GMQ).

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
8	2	12	6	2%	100,00%	Atingiu

Fontes de Verificação

Protótipo do Guia Militar para a Qualificação (GMQ).

Breve Análise

Foi elaborada uma tabela para permitir a análise das diferentes especialidades tendo em vista a elaboração do GMQ sendo a mesma distribuída pelos Ramos das Forças Armadas. A Força Aérea Portuguesa preencheu a tabela desenhada pela DGRDN visando a análise das diferentes especialidades com os percursos formativos, inicial e contínua, das especialidades que têm similitudes com as figuras profissionais do Catálogo Nacional de Qualificações e do qual se extraiu 6 especialidades para construção do GMQ. O Exército iria precisar de mais tempo para preencher a tabela e a Marinha não a apresentou de todo.

Síntese das Atividades

A Força Aérea Portuguesa preencheu a tabela desenhada pela DGRDN visando a análise das diferentes especialidades com os percursos formativos, inicial e contínua, das especialidades que têm similitudes com as figuras profissionais do Catálogo Nacional de Qualificações.

Justificação do desvio

Dado que apenas um Ramo preencheu a tabela o número de especialidades a analisar foi mais reduzido. Por outro uma trabalhadora afeta a este projeto entrou de baixa repentinamente.

Recursos Humanos envolvidos

1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores

OOP2 - (OE2) Potenciar a divulgação do novo Regulamento de Incentivos.

- Ind.2 – Número de palestras/ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos.
- Ind. 3 – Índice de satisfação com as palestras/ ações de formação efectuadas sobre o novo Regulamento de Incentivos, medido numa escala de 1 a 5.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
8	2	12	14	6	135,00%	Superou
4	0,3	4,5	4,4	0,4%	120,00%	Superou

Fontes de Verificação

Palestras ministradas em Unidades Militares a pedido dos Ramos - Relatório de atividades do CIOFE.

Síntese das Atividades

Os Ramos solicitam à DGRDN palestras sobre o Regulamento de Incentivos. A DGRDN envia 1 ou 2 Técnicos-Superiores na hora e dia acordados para ministrar a palestra. No final da palestra é passado um questionário de avaliação da formação que visa avaliar um conjunto de dimensões relacionada com a utilidade da ação e a prestação do/a formador/a.

Justificação do desvio

No ano em questão ocorreram mais solicitações do que o previsto devido ao esforço do Exército em realizar fazer mais incorporações reduzindo o tempo de espera entre a candidatura do cidadão e o seu ingresso na instituição. Este facto traduziu-se numa maior solicitação dos serviços do CIOFE para atenderem às diferentes incorporações.

Recursos Humanos envolvidos

1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores

OOP3 - (OE2) Alargar a rede de protocolos com entidades parceiras que permitam uma otimização da utilização de meios e recursos na execução do Dia da Defesa Nacional.

•Ind.4 - Numero de protocolos realizados com entidades parceiras.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
10	3	18	11	1	100%	Atingiu

Fontes de Verificação

Protocolos realizados/ Convocação dos cidadãos do distrito de Castelo Branco para o Dia da Defesa Nacional 2020, por edital.

Breve Análise

Numa perspetiva de aproximar do cidadão o cumprimento do dever militar de comparência ao Dia da Defesa Nacional (DDN), para a 16ª Edição destas Jornadas foi criado o Núcleo de Divulgação de Castelo Branco. A criação deste novo local para realização do DDN permite uma racionalização de recursos, uma vez que a maior proximidade relativamente ao local de realização do DDN reduz os custos com transportes e por outro lado permite que o cidadão que cumpre o seu dever militar possa percorrer um caminho mais curto e como tal mais cómodo, permitindo assim uma maior motivação e grau de concentração, aumentando a disponibilidade para participar no evento de forma mais ativa. O DDN prevê ainda a participação de entidades/instituições parceiras com intervenção na Defesa Nacional, com vista a demonstrar o seu carácter multidimensional. Tendo em vista o alcance dos objetivos atrás mencionados foram contactados os 11 municípios de Castelo Branco que se manifestaram interessados e disponíveis para colaborar no DDN. As propostas de protocolo foram aceites e, por isso, convocados por edital, em 30 de novembro de 2019, os cidadãos de todo o distrito de Castelo Branco, para o novo Núcleo de Divulgação. No dia 3 de novembro de 2020 iremos, pela primeira vez, realizar o DDN em Castelo Branco.

Síntese das Atividades

No âmbito da abertura do novo Núcleo de Divulgação de Defesa Nacional de Castelo Branco foram realizadas várias reuniões com a presidência desta autarquia, bem

como contactadas todas as Câmaras Municipais do Distrito no sentido de participarem enquanto parceiros institucionais nas Jornadas do Dia da Defesa Nacional. As 11 Câmaras Municipais do distrito de Castelo Branco manifestaram-se interessadas em participar nas atividades do Dia da Defesa Nacional, concordando com os termos propostos no protocolo de cooperação. Assim, foram estabelecidos protocolos com:

Câmara Municipal de Belmonte; Câmara Municipal de Castelo Branco; Câmara Municipal da Covilhã; Câmara Municipal do Fundão; Câmara Municipal de Idanha-a-Nova; Câmara Municipal de Oleiros; Câmara Municipal de Penamacor; Câmara Municipal de Proença-a-Nova; Câmara Municipal de Sertã; Câmara Municipal de Vila de Rei; Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão.

Justificação do desvio

Embora ainda não tenha ocorrido a cerimónia de formalização dos 11 protocolos por motivos de agenda de SEXA MDN, a parceria com os municípios do distrito de Castelo Branco é já existente e encontram-se em curso todas as ações previstas nos termos dos protocolos, permitindo o alcance do objetivo OOP3 (OE2).

Recursos Humanos envolvidos

1 Chefe de Divisão, 3 Técnicos Superiores

Objetivos Operacionais de Eficiência

OOP4 - (OE1) Assegurar a emissão das licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria.

- Ind.5 - Percentagem de respostas a pedidos de licenças e certificados, num prazo não superior a 15 dias úteis face ao numero total dos pedidos recebidos.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
95%	0%	100%	100%	5%	125%	Superou

Fontes de Verificação

Relatório.

Breve Análise

No último quadrimestre de 2019, respondeu-se, num prazo não superior a 15 dias úteis, a 505 pedidos de licenças e certificados (setembro - 130; outubro - 134; novembro - 121; dezembro - 120). O valor apurado resultou na emissão de 13 certificados de destino final; 71 certificados internacionais de importação; 50 certificados de garantia de entrega; 127 licenças individuais; 6 licenças globais; 237 certificados para equipamento militar; 1 licenças de trânsito.

Síntese das Atividades

Para alcançar os resultados obtidos efetuou-se a análise dos pedidos de licenças e certificados, após análise e validação dos requisitos, submeteram-se a despacho. Depois de aprovadas, são emitidas as licenças e certificados com o respetivo registo na Base de Dados.

As empresas licenciadas e certificadas enviam a esta DG os comprovativos da sua utilização assim como os Certificados de Garantia de Entrega (CGE).

Justificação do desvio

O desvio obtido deveu-se às melhorias introduzidas na Base de Dados que permitiu a consulta de informação mais célere e a otimização do tempo na análise dos pedidos recebidos. Para além do referido, estas melhorias significativas permitem igualmente otimizar o tempo de resposta dos relatórios do COARM, Vassenar, ATT e relatório final no qual agrega toda a informação de todas as importações e exportações realizadas.

Recursos Humanos envolvidos

1 Diretor de Serviços, 1 Chefe de Divisão e 1 Técnico Superior

Ações de melhoria adotadas:

Introdução de Pivot Tables para uma pesquisa mais rápida da informação.

OOP5 - (OE3) Estudar e conceber o enquadramento do SSM que contribua para a definição dos mecanismos que garantam uma eficaz disponibilização e acesso aos dados no âmbito do SSM.

•Ind.6 - Número de ações (reuniões, medidas propostas, etc.).

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
8	2	13	10	2	100%	Atingiu

Fontes de Verificação

- Desp/MDN n.º 1702/2019, de 15.02;

- 2.º e 3.º Relatórios da Plataforma criada pelo Desp/MDN n.º 9490/2018, de 4 de agosto, enviados ao GabMDN, a coberto dos n/ ofícios n.º 1613, de 28.02.2019 e n.º 5816, de 05.08.2019, respetivamente;
- Documento “Metodologia para a informação de gestão SSM”, que constitui o anexo O) do 3.º Relatório acima referido;
- Atas das reuniões da referida Plataforma (8.ª – 08.01.2019; 9.ª – 01.02.2019; 10.ª – 18.02.2019; 11.ª – 27.02.2019; 21.ª – 10.07.2019; 22.ª – 29.07.2019).

Breve Análise

Através do Desp/MDN n.º 9490/2018, de 4 de agosto, foi criada uma Plataforma composta por representantes das entidades que constituem o Sistema de Saúde Militar (SSM), com a missão de assegurar a permanente comunicação e articulação entre as entidades deste Sistema. Em 2019, os trabalhos decorreram com o assinalável empenho de todos, donde resultou a apresentação de um conjunto de medidas, algumas delas já aprovadas superiormente. É expectável que os trabalhos prossigam em 2020, em articulação com outros trabalhos em curso no âmbito da reforma do SSM.

Síntese das Atividades

- Realização de reuniões no âmbito da referida Plataforma e reuniões setoriais entre elementos da DGRDN/MDN, SG/MDN, ADM/IASFA HFAR/EMGFA;
- Elaboração de projeto de despacho (Desp/MDN n.º 1702/2019, de 15.02);
- Elaboração dos 2.º e 3.º Relatórios da Plataforma criada pelo Desp/MDN n.º 9490/2018, de 4 de agosto;
- Elaboração do documento “Metodologia para a informação de gestão SSM”, que constitui o anexo O) do 3.º Relatório acima referido;

Recursos Humanos envolvidos

1 Diretor de Serviços, 1 Chefe de Divisão, 2 Técnicos Superiores

OOP6 - (OE2) Garantir a operacionalização atempada das valorizações remuneratórias atos a que se refere o n.º 2 do art.º 16 da LOE, ciclo 2017/2018.

•Ind.7 - Percentagem dos trabalhadores com processamento de valorização remuneratória no mês seguinte ao termo do seu processo de avaliação de desempenho.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
90%	0	100%	98%	8%	120%	Superou

Fontes de Verificação

SIADAP 3 Ciclo 2017/2018.

Breve Análise

No ciclo bienal de 2017/2018 na DGRDN, a percentagem de trabalhadores que, para efeitos de alteração obrigatória de posicionamento remuneratório, que acumulassem os 10 pontos, a meta proposta a atingir no Indicador 7, foi de 90% do universo dos trabalhadores, a serem abrangidos pelo processamento de valorização de posição remuneratória, no mês seguinte à conclusão do processo.

Sendo que, a alteração de posicionamento remuneratório abrangeu os 100% do universo dos trabalhadores, a meta foi superada. A alteração de posição remuneratória, foi processada no mês seguinte ao termo do processo de avaliação de desempenho, abrangendo o universo total de trabalhadores que atingiram os 10 pontos, nas carreiras de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

Recursos Humanos envolvidos

1 Chefe de Divisão, 2 Técnicos Superiores

OOP7 - (OE2) Promover a utilização de modalidades de horário que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.

•Ind.8 - Percentagem de trabalhadores com parecer favorável à solicitação de jornada contínua.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
75%	5%	100%	100%	23%	125%	Superou

Fontes de Verificação

Requerimentos/Informações.

Breve Análise

No ano 2019 foram entregues 28 requerimentos a solicitar jornada contínua, dos quais tiveram parecer favorável de 27. A meta proposta para o ano em análise, foi de 75%.

A meta foi superada.

Síntese das Atividades

Os requerimentos efetuados pelos trabalhadores foram analisados pelos dirigentes da área onde exercem as suas funções, elaborada uma informação, na qual foi efetuado o parecer favorável, pelos mesmos, e posteriormente autorizado pelo Diretor-Geral.

Objetivos Operacionais de Qualidade

OOP8 - (OE1) Garantir a qualidade da catalogação nacional.

•Ind.9 - Número médio de dias de resposta a 75 % dos pedidos de catalogação nacionais e internacionais não devolvidos e que se encontrem dentro dos parâmetros temporais definidos pelo comité OTAN/AC135 igual ou inferior a 10.

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
10	2	6	10	0%	100%	Atingiu

Fontes de Verificação

Relatório SPCAT II.

Breve Análise

Até ao final de 2019 o software de catalogação SPCAT II só permite calcular o tempo médio de resposta em intervalos de 10 dias (10, 20, 30, etc.). A partir de 2020 já permitirá fazer o cálculo exato (às décimas). Por esse motivo, a meta de 10 dias foi atingida. No entanto, pode dizer-se que os objetivos foram ultrapassados, porquanto os 10 dias verificados dizem respeito a 100% dos pedidos de catalogação recebidos (e não a 75% como nos tínhamos proposto).

Síntese das Atividades

Catologação dos pedidos recebidos dos Ramos das Forças Armadas portuguesas e dos National Codification Bureaux dos outros 62 países que compõem o Sistema OTAN de Catologação.

Recursos Humanos envolvidos

Chefe do CNC e Catalogadores

OOP9 - (OE1) Adequar o Regulamento do Prémio de Defesa Nacional e Ambiente aos recentes paradigmas ambientais ..

•Ind.10 - Proposta de revisão do regulamento do Prémio de Defesa Nacional e Ambiente (em dias).

Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Desvio	Taxa de Realização	Classificação
319	10	231	301	-18%	105%	Superou

Fontes de Verificação

Relatório – Informação nº 16545, de 28out2019.

Breve Análise

O Prémio de Defesa Nacional e Ambiente (PDNA), que tem por objetivo incentivar as boas práticas ambientais na Defesa Nacional, simbolizando, ao mesmo tempo, o contributo para o exigente desafio da sustentabilidade ambiental. O presente

regulamento tem sofrido atualizações tendo em consideração o acompanhamento da estratégia global de ambiente e as necessidades identificadas pelo júri do prémio, de forma a tornar mais objetiva a avaliação das candidaturas.

Neste contexto procede-se a uma nova alteração que inclui a economia circular como um critério a ter em conta na valorização das propostas ao prémio e a elaboração de uma matriz para auxiliar o júri na apreciação das candidaturas. Pretende-se assim, promover uma abordagem interdisciplinar, num processo contínuo que contribua para a participação ativa na prevenção e na resolução de questões ambientais, capaz de ser replicada, nos planos interno ou externo.

Síntese das Atividades

- Foi elaborada pela DGRDN uma proposta de revisão do regulamento do PDNA;
- A proposta foi apresentada no seio da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais tendo sido recolhidos os contributos de todas as entidades
- Posteriormente, foi elaborado o documento final, que após despacho favorável do Senhor Diretor Geral de Recursos da Defesa Nacional, foi submetido para aprovação a Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional
- O documento foi aprovado através de despacho publicado em DR.

Recursos Humanos envolvidos

1 Chefe de Divisão e 2 Técnicos Superiores

Gráficos com o grau de concretização por parâmetros

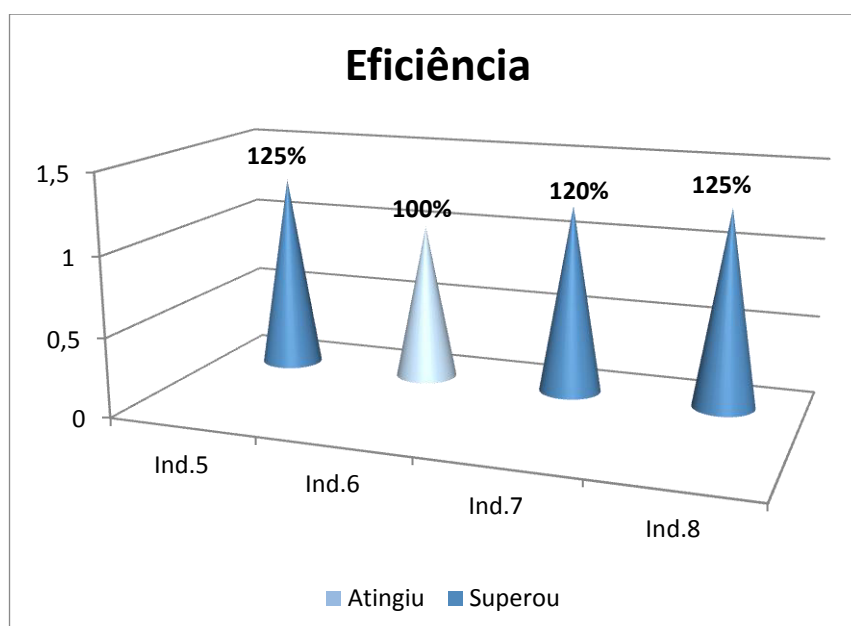
Eficácia

Gráfico 1 – Grau de concretização dos indicadores: Eficácia DGRDN



Eficiência

Gráfico 2 - Grau de concretização dos indicadores: Eficiência DGRDN



Qualidade

Gráfico 3 - Grau de concretização dos indicadores: Qualidade DGRDN

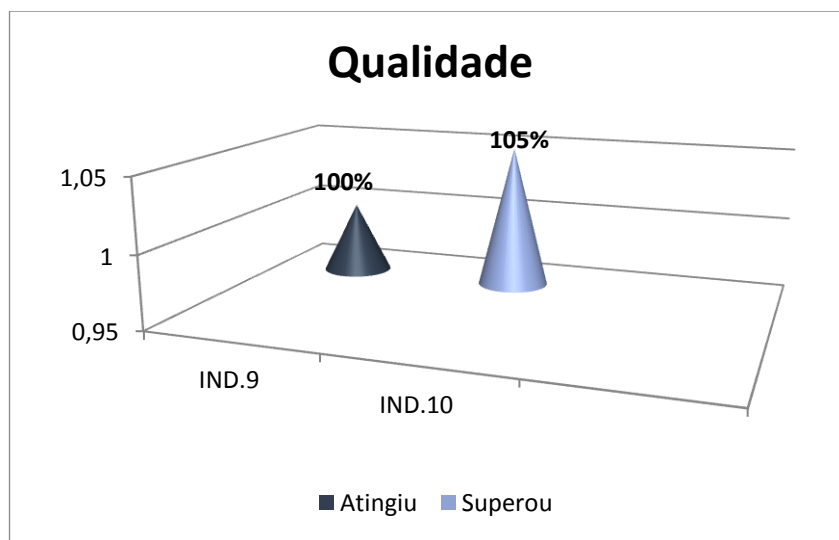


Gráfico 4 - Grau de concretização dos indicadores da DGRDN

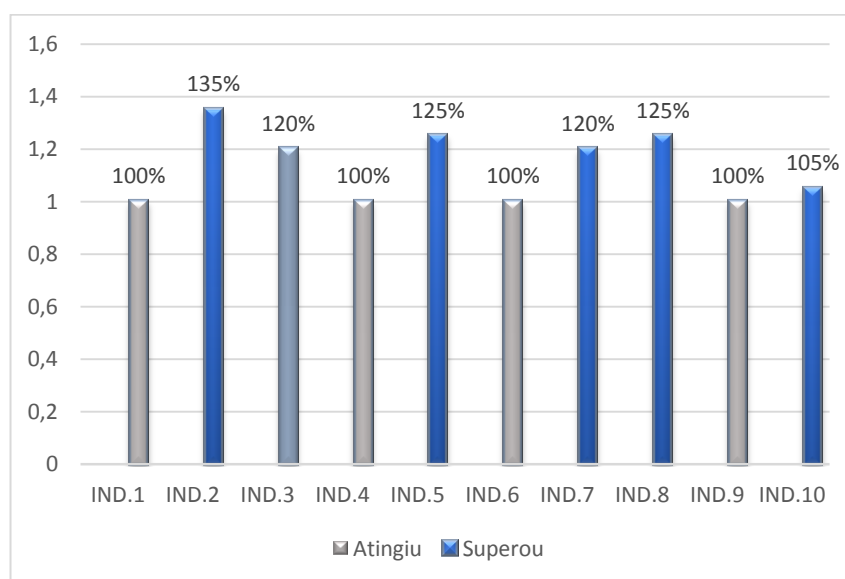
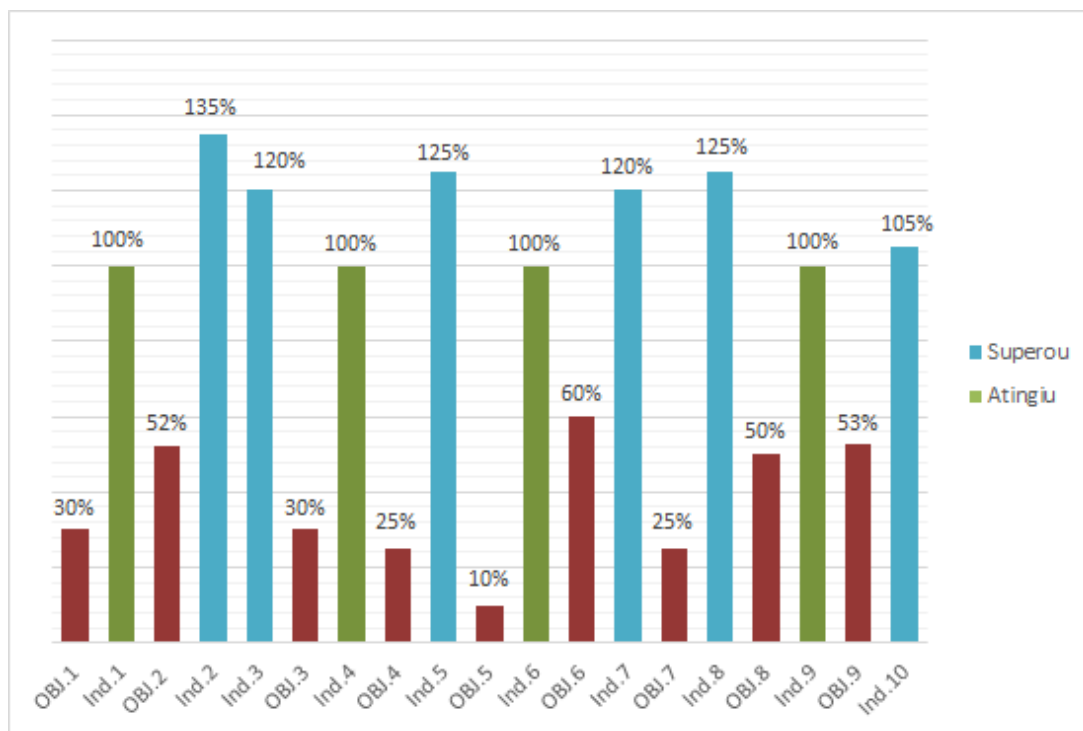


Gráfico 5 – Grau de concretização dos objetivos e indicadores DGRDN



Recursos Humanos da DGRDN

Para o apuramento da assiduidade foi elaborado um mapa onde se encontra refletido o somatório dos recursos humanos planeados – em 01 de janeiro de 2019 – e os executados – à data de 31 de dezembro de 2019 – e para o efeito contribuíram os registos de entradas e saídas de pessoal na DGRDN, bem como os dados de assiduidade fornecidos pela plataforma de gestão da assiduidade *SRH Plus*.

Através da apresentação destes cálculos é possível aferir a pontuação planeada e a pontuação executada por carreiras e, consequentemente obter informações relativas à assiduidade dos dirigentes e trabalhadores para o cumprimento da missão, bem como identificar o nível de absentismo.

Quadro 3 – Cálculo dos pontos dos Recursos Humanos executados no ano de 2019

RH	Pontuação	Planeados	Executados	Desvio	Taxa de utilização	Taxa Desvio
Dirigentes superiores	20	60	47	13	78%	-22%
Dirigentes Intermédios	16	352	278	74	79%	-21%
Técnicos Superiores	12	1416	978	438	69%	-31%
Coordenadores Técnicos	9	18	11	-2	61%	-39%
Assistentes Técnicos	8	656	461	195	70%	-30%
Assistentes Operacionais	5	155	106	49	68%	-32%
Total		2657	1881	767	425%	-175%

Partindo da pontuação atribuída para cada dirigente ou carreira, foram planeados 2657 pontos de acordo com a natureza dos recursos humanos existentes nesta Direção-geral aquando da realização do QUAR 2019, calculando os dias úteis de trabalho efetivo previsíveis 248, sem contabilização dos dias de férias, fins-de-semana e feriados, destes foram executados 1881 pontos, o que significa um desvio de 767.

Para este desvio contribuiu o facto de que muitos trabalhadores não gozaram na totalidade os períodos de férias que lhes foram atribuídos. Os desvios negativos devem-se sobretudo a ausências por doença e a licenças no âmbito da parentalidade.

Assim, em 31 de Dezembro de 2019 a DGRDN conta com um efetivo 256 elementos, que se distribuem da seguinte forma:

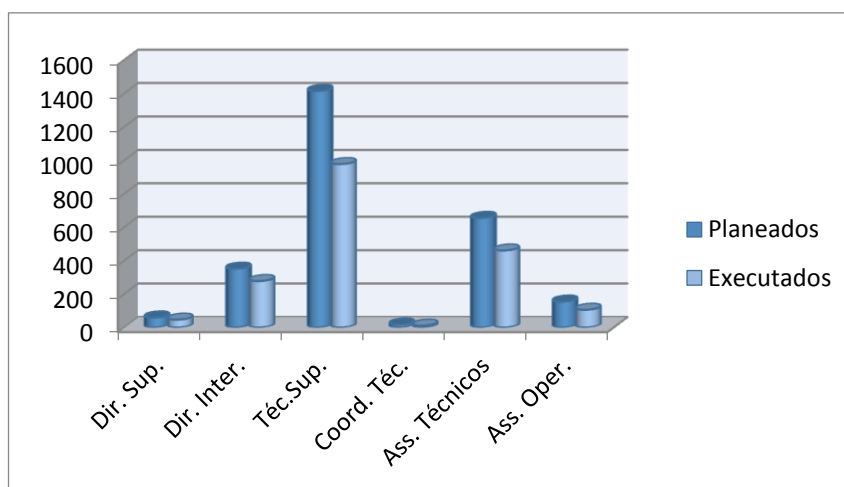
Quadro 4 – Distribuição dos trabalhadores por carreira/categoria

Carreira/Categoria	Quantidade
•Dirigentes - Direção Superior	3
•Dirigentes - Direção Intermédia	22
•Técnicos Superiores	114
•Pessoal Informático	7
•Assistentes Técnicos	80
•Assistentes Operacionais	30
•TOTAL	256

O número global de efetivos foi de 256 trabalhadores, os quais se encontravam distribuídos, na ótica da carreira/vínculo de origem, por dois grupos de pessoal, 131 civis e 125 militares, a que corresponde respetivamente a 51,2 % e 48,8 % do efetivo.

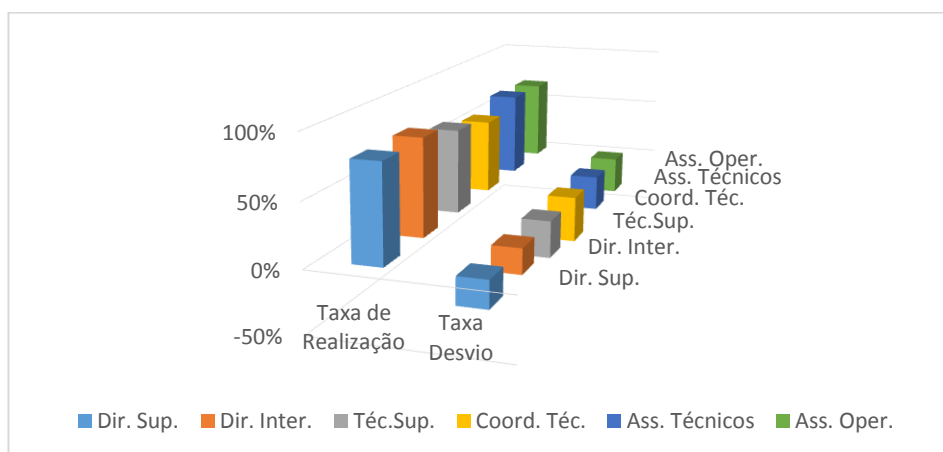
RH – Planeados e executados

Gráfico 6 – Pontuação dos Recursos Humanos planeados e executados em 2019



RH – Taxa de realização/desvios

Gráfico 7 – Taxa de realização/desvios do cálculo dos Recursos Humanos



Quadro 5 – Quadro resumo do cálculo da execução da pontuação dos Recursos Humanos em 2019

Planeados	Executados	Taxa de Execução%	Desvio%
2657	1881	71%	-29%

Quadro 6 – Quadro síntese do tipo de ausência ao serviço ocorridos em 2019

Tipo de Ausências	Homens		Mulheres		Total	
Casamento	15	33,3%	30	66,7%	45	2,6%
Parentalidade	55	36,4%	96	63,6%	151	8,8%
Falecimento de Familiar	18	62,1%	11	37,9%	29	1,7%
Doença/Doença prolongada	611,5	53,2%	539	46,8%	1150,5	67,0%
Assistência a familiares	18	62,1%	11	37,9%	29	1,7%
Acidente serviço/Doença profissional	2	1,6%	124	98,4%	126	7,3%
Trabalhador estudante	34	44,7%	42	55,3%	76	4,4%
Por conta período de férias	21	58,3%	15	41,7%	36	2,1%
Com perda vencimento	35	100,0%	0	0,0%	35	2,0%
Outras	21	53,2%	18,5	46,8%	39,5	2,3%
Total de dias de Faltas [DF]	830,5	48,4%	886,5	51,6%	1717	100,0%
Total de Trabalhadores [NT]	165	64,5%	91	35,5%	256	100,0%
Dias de Trabalho [DT] (NT*248)	40 920	64,5%	22 568	35,5%	63 488	100,0%
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	2,0%		3,9%		2,7%	

Análise da produtividade

O desempenho da DGRDN, no seu global, foi superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do respetivo QUAR de 2019 de 112,43%, para uma taxa de utilização dos recursos humanos planeados, que se situou nos 70%, tendo em conta os desvios dos 10 indicadores alcançados.

Quadro 7 – Análise da produtividade da DGRDN em 2019

Índice	Fórmula de cálculo	Resultado
Taxa de concretização dos objetivos da DGRDN	Média Ponderada da realização dos objetivos de eficácia, eficiência e qualidade	112,43%
Taxa de realização dos Recursos Humanos	RH executados/RH planeados	70%
Índice de Produtividade	Taxa de concretização global dos objetivos/taxa de execução dos RH	160,61%

Recursos Financeiros

Em termos orçamentais, a DGRDN é constituída por 17 orçamentos/atividades distintas, distribuídas da seguinte forma:

1. Orçamento de Funcionamento, incluindo aqui não só as Receitas Gerais, resultante da atividade 256, bem como as Receitas Próprias, decorrentes das atividades 244 (receitas com aluguer e Alienações de imóveis) e 258 (receitas com aluguer de instalações NATO), o Departamento dos Antigos Combatentes (DAAC), o Dia da Defesa Nacional (DDN), a Divulgação, os Incentivos, o CIOFE, os PALOP's, a Estação Ibéria NATO, o Polo NSPA, o Turismo Militar e a OCDR;
2. Orçamento da Lei de Programação Militar (LPM);
3. Orçamento da Lei de Infraestruturas Militares (LIM);
4. Orçamento da Receita de Quotizações NATO;
5. E por último, integrando um capítulo diferente, os Projetos de Investimento (ex-PIDDAC).

À semelhança da monitorização do QUAR – 3º Quadrimestre, o quadro abaixo apresenta a execução do orçamento desta DG, tendo sido considerada a dotação corrigida líquida de cativos, e não a dotação inicial aprovada, na medida em que corresponde à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar ao longo do ano económico, permitindo desta forma efetuar uma análise financeira mais coerente face à realidade.

Quadro 8 – Orçamento da DGRDN – 1 janeiro a 31 de dezembro de 2019

Valores em euros (€)

Designação	Dotação Corrigida Líquida de Cativos	Executados	Taxa de Execução
Orçamento de funcionamento	10.883.881,00	10.144.179,77	93,20 %
Despesas com o Pessoal	8.559.588,00	8.375.968,95	97,85 %
Aquisição de bens e serviços	2.024.293,00	1.483.740,87	73,30 %
Outras despesas correntes	300.000,00	284.469,95	94,82 %
Ex-PIDDAC	879.827,00	826.243,69	93,91 %
Outros valores ¹	254.849.505,00	207.137.670,21	81,28 %
Total (OF + PIDDAC + Outros)	266.613.213,00	218.108.093,67	81,81 %

Quadro 9 – Resumo da execução dos Recursos Financeiros da DGRDN em 2019

Planeados	Corrigido Líquido de Cativos	Executados	Taxa de execução (%)	Desvio
190.057.276	266.613.213	218.108.093,67	114,76 %	48.505.119,33

A dotação corrigida de 266.613.213 € superior à dotação inicial aprovada, resultou do ajustamento efetuado no orçamento da LPM decorrente da transição para a nova lei

¹ Outros valores» inclui a dotação dos orçamentos da Lei de Programação Militar, Lei de Infraestruturas Militares, Quotizações NATO, bem como as aquisições de bens de capital das Receitas Gerais (atividade 256) e das Receitas Próprias (atividades 244 e 258), transferências para as ONG's, Quotas relativas à Saúde Militar e ao Desporto Militar e Subsídio para o pagamento de Propinas.

orgânica (Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho), e do reforço orçamental decorrente das atividades financiadas com recurso a verbas da Lei do Serviço Militar, autorizadas por Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional.

Quadro 10 - Orçamento da DGRDN por Orçamentos – 1 janeiro a 31 de dezembro de 2019

Valores em euros (€)

Centro Financeiro	Dotação Corrigida Liquida de Cativos	Execução	Execução (%)
Atividades (DGRDN)	80.924.964,00	68.489.882,09	84,63 %
DAAC	957.381,00	937.985,44	97,97 %
DDN	993.800,00	749.205,26	75,39 %
Divulgação	306.900,00	178.614,10	58,20 %
CIOFE	113.069,00	69.639,65	61,59%
PALOP's	270,00	0,00	0,00%
EINATO	823.686,00	794.298,21	96,43%
POLO NSPA	255.650,00	241.573,64	94,49%
Turismo Militar	193.881,00	189.424,66	97,70%
OCRD	74.975,00 €	32.335,04	43,13%
LPM	140.841.181,00	120.369.812,98	85,46%
LIM	23.272.379,00	19.034.500,00	81,79%
Receita Quotizações NATO	16.975.250,00	6.194.578,91	36,49%
Ex-PIDDAC	879.827,00	826.243,69	93,91%
TOTAL	266.613.213,00	218.108.093,67	81,81%

As atividades da DGRDN, em 2019, como se pode constatar da análise dos quadros expostos:

1. Apresenta uma execução orçamental total de 81,81%.
2. No que diz respeito ao orçamento de Atividades, teve uma execução total da despesa, no montante de 68.489.882,09€, dos quais, 7.942.384,45€

decorrem das Receitas Gerais e os restantes 60.547.497,64€ das Receitas Próprias. Em termos percentuais as Receitas Gerais representam 11,06% da execução total da despesa do orçamento de funcionamento e os restantes 88,40% são relativos da execução das Receitas Próprias.

3. As atividades decorrentes do financiamento das verbas da Lei do Serviço Militar tiveram uma execução média de aproximadamente 60%, designadamente, os encargos referentes à organização e realização do Dia da Defesa Nacional que totalizaram o montante de 749.205,26€, o que significa em termos percentuais 75,39%, ao CIOFE no valor de 69.639,65€, que corresponde a 61,59%, e à Divulgação no montante de 178.614,10€, que corresponde a 58,20%.
4. Saliente-se ainda o facto, que estas despesas decorrentes das atribuições consagradas na Lei do Serviço Militar, na Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, não se encontrarem refletidas na proposta de orçamento aprovado.
5. O Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes teve uma execução total de 937.985,44 €, o que representa 97,97% de execução.
6. A Lei de Programação Militar (LPM) apresenta uma execução de 85,46%, e de acordo com o estabelecido no artigo 3º da Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho, o relatório da LPM é elaborado até ao final do mês de março do ano seguinte àquele a que diz respeito e submetido à Assembleia da República.
7. A Lei Orgânica n.º 3/2019 de 03 de setembro, Lei de Infraestruturas Militares (LIM), estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos no financiamento dos projetos neles previstos, tendo apresentado em 2019 uma taxa de execução de 81,29%. No entanto, de acordo com o estabelecido no artigo 3º da Lei Orgânica n.º 3/2019, de 03 de setembro, o relatório da LIM é elaborado até ao final do mês de março do ano seguinte àquele a que diz respeito e submetido à Assembleia da República.

8. Para fazer face às despesas inerentes aos projetos NATO em curso, foram executados 6.194.578,91 €, o que representam 36,49% do orçamento das Receitas de Quotizações NATO.

Análise “Custo-Eficácia”

Uma análise do custo – eficácia pretende avaliar em que medida o custo inerente ao desempenho global foi o menor possível. O desempenho da DGRDN foi ligeiramente superior ao planeado, conforme ficou demonstrado pela taxa de execução do QUAR de 112% em comparação com a taxa de utilização dos recursos financeiros (81%).

Sistema de Controlo Interno (SCI)

A Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro, expõe de forma clara as competências de cada unidade orgânica a par do determinado na Carta de Missão, prevista no Decreto-Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, constituindo a base de avaliação do Sistema de Controlo Interno (SCI).

O SCI dispõe de um conjunto de meios que permite efetuar o controlo da gestão interna do serviço particularmente pelo acompanhamento dos instrumentos de gestão (Planeamento de programas e ações através do Plano de Atividades, análise previsional de pessoal no Balanço Social, Relatório de Atividades e monitorizações do QUAR, bem como o recurso à lista de verificação disponibilizada.

Da análise da lista de verificação, verifica-se que a DGRDN cumpre grande parte dos requisitos enunciados, apesar de, formalmente, certos processos e instrumentos ainda não estejam totalmente implementados. A DGRDN desenvolveu e agilizou a normalização de circuitos, procedimentos e minutas relativas aos documentos de apoio, existindo uma plataforma interna de gestão documental.

As impressoras instaladas na DGRDN são comuns, pré-definidas com escala de cinza e impressão frente e verso, cujo acesso se faz através do cartão pessoal de cada trabalhador, ficando registado o número de fotocópias/trabalhador.

A Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio (DSGFA), tem a seu cargo a *gestão do economato*. Existe uma aplicação, acedida pela rede interna, em que as unidades orgânicas solicitam os materiais de aprovisionamento, através de requisição de material, sendo entregue em dia fixo preestabelecido.

Na *gestão da assiduidade* está implementado o sistema de registo de assiduidade que se processa através da passagem do cartão pessoal, que regista a hora de entrada e saída de cada trabalhador, bem como o registo diário da situação em que cada trabalhador se encontra, no que se refere a ausências, nomeadamente, faltas e de licenças (sistema SRH PLUS).

Não se encontra implementado um sistema de controlo interno no âmbito da contratação pública ou norma interna que defina responsabilidades dos respetivos intervenientes neste âmbito.

Contudo, está instituído informalmente um mecanismo de controlo interno que garante uma adequada segregação de funções no que tange aos atos de autorização, aprovação, execução e controlo da despesa. Para além do facto, destacamos a intervenção da Secretaria-geral nesta matéria, como seja, nas fases do cabimento, compromisso e processamento de pagamento.

Foi elaborado durante o ano o Plano de Gestão de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas para a DGRDN, pela Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, tendo em vista a sua aplicação com o objetivo de implementar medidas de prevenção.

Tem merecido da parte da DGRDN uma atenção especial o planeamento das necessidades de pessoal, dadas as restrições para contratação de novos elementos. Apenas foram recrutados trabalhadores através da mobilidade interna.

Inquérito Sistema de Controlo Interno (SCI)

Procedimentos	Aplicado			Observações e fontes de informação (evidências)
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 A fiscalização interna do sistema de controlo interno é regida por lei?		X		
1.2 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?		X		
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?		X		Não existe equipa de controlo e auditoria autónoma
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, princípios de bom governo)?	X			Os valores éticos e de integridade que regem o serviços estão definidos no Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (Lei nº 58/2008, de 9 de setembro)
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			O acesso à formação processa-se de acordo com as necessidades do serviço e motivação pessoal. Em preparação um plano de formação para 2020
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Realizam-se reuniões regulares de dirigentes e com despacho diário
1.7 O arquivo de documentos é organizado				A DGRDN dispõe de uma aplicação adquirida especificamente para a gestão

e permite a fácil localização?	X			documental.
2 – Estrutura organizacional				
2.1 - Existe um organograma legal da entidade? Corresponde ao organograma real?	X			Em atualização sempre que necessário e distribuição interna
2.2 - Existe uma definição clara de funções e responsabilidades por unidade orgânica e por cada dirigente e trabalhador?	X			As funções e atribuições de cada unidade correspondem rigorosamente àquelas que constam na legislação
2.3 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A <i>missão, atribuições e competências</i> da Direção-Geral da DGRDN fundamentam-se no Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho (identifica a missão, as atribuições e o tipo de organização interna do serviço), na Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro (circunscreve a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas) e nos despachos que definem e implementam a estrutura flexível da DGRDN (criação de divisões e equipa multidisciplinar)
2.4 Os trabalhadores do serviço foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			SIADAP 2 e 3 – Entre janeiro e abril de 2019, desenvolvem-se todas as fases relativas ao processo de avaliação de desempenho referentes ao ciclo bienal 2017/2018 (auto-avaliação, harmonização das propostas de avaliação, reuniões de avaliação, validação e reconhecimento das avaliações, apreciação de avaliações pela Comissão Paritária, homologação) Despacho nº 20/DGRDN/2018, de 14 nov – Critérios de ponderação curricular; Despacho n.º 21/DGRDN/2018, de 28 nov – Planeamento e Orientações Gerais relativas aos Ciclo Bienal/SIADAP/2019/2020; Despacho nº 1/2019, de 7 jan – Constituição do Conselho Coordenador de Avaliação.

2.5 Qual a percentagem de trabalhadores do serviço que frequentam pelo menos uma ação de formação	X			Participou-se em 72 ações (externas) e 61 o nº de intervenientes (taxa de participação na formação - 23,8%)
2.6 – São elaborados Planos de Atividade?	X			São elaborados anualmente e sempre nos prazos legais estipulados para o efeito
2.7 – São elaborados Relatórios de Atividade?	X			São elaborados anualmente com elevado grau de detalhe e no cumprimento dos prazos legais estipulados
3 – Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existe manual de procedimentos interno e/ou de contabilidade?	X			Existe apenas manual de procedimento da aplicação do SIADAP
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Direção
3.3 A realização de despesa ocorre sempre atendendo aos limites das dotações disponíveis?	X			Orçamento da DGRDN
3.4 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É elaborado um plano anual de compras, tendo em conta as necessidades por unidade orgânica e de acordo com o orçamento da DGRDN
3.5 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			Dentro da unidade orgânica e entre unidades orgânicas sempre que considerado adequado
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimo?	X			Existe manual de viaturas e de fundo de manuseio funcional

3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Existe um programa de gestão documental que recebe/envia os documentos dentro dos fluxos de informação inerentes às unidades orgânicas (GIIgenio)
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas?	X			Foi elaborado durante o ano o Plano de Gestão de Riscos, de Corrupção e Infrações Conexas para a DGRDN, pela Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio, tendo em vista a sua aplicação com o objetivo de implementar medidas de prevenção
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?			X	Ver resposta anterior
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			No âmbito das aplicações de gestão de recursos financeiros, a DGRDN utiliza a plataforma disponibilizada em modo partilhado pela SG/MDN e denominada SAP A gestão documental possui aplicação adquirida no exterior. O controlo de assiduidade o SRH Plus. Outras áreas têm o suporte de aplicações produzidas internamente
4.2 - As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?		X		As aplicações produzidas internamente partilham um sistema integrado de credenciação, contudo, relativamente à manipulação dos dados, esta integração não se aplica pelo facto de tratarem informação díspar
4.3 - Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			Os mecanismos relativos à fiabilidade da informação encontram-se integrados nas aplicações sob a forma de procedimentos internos, recorrendo-se igualmente à decomposição da informação e conferência dos dados

4.4 - A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			Através de relatórios
4.5 - Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Os requisitos de segurança definidos internamente assentam sobre os princípios da confidencialidade, integridade, disponibilidade e controlo de acessos Ligada a estas premissas, existe uma cuidada política de cópias de segurança
4.6 - A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			As aplicações encontram-se protegidas por mecanismos de autenticação, evitando desta forma o acesso por utilizadores não autorizados
5 – Pessoal				
5.1 – Quem tem competência para autorizar e quais as formalidades a cumprir na admissão de novos trabalhadores?	X			Quem tem competência é o Diretor-geral e sempre através de concurso ou mobilidade interna
5.2 – Existe para cada trabalhador um processo individual? Estão atualizados?	X			Cada trabalhador e dirigente tem um processo individual, sempre atualizado, devidamente numerado e onde são arquivados todos os documentos relacionados com os mesmos. Tem-se procedido à sua digitalização
5.3 - Está controlado o acesso a estes processos?	X			Os processos encontram-se em armários de arquivo sempre fechados à chave
5.4 – Existe controlo de horários?	X			O controlo é efetuado através de cartão magnético que regista as entradas e as saídas, havendo controlo sobre as horas de presença e as horas trabalhadas (SRH PLUS)

5.5 – A realização de trabalho suplementar está previamente autorizada e enquadrada legalmente?	X			Anualmente é elaborada uma informação acompanhada de despacho do Diretor-geral com a previsão eventual da necessidade de se realizar trabalho suplementar, normalmente para o motorista e secretária
5.6 – É efetuado anualmente o Balanço Social do Serviço?	X			Anualmente o Balanço Social é elaborado dentro dos prazos legais

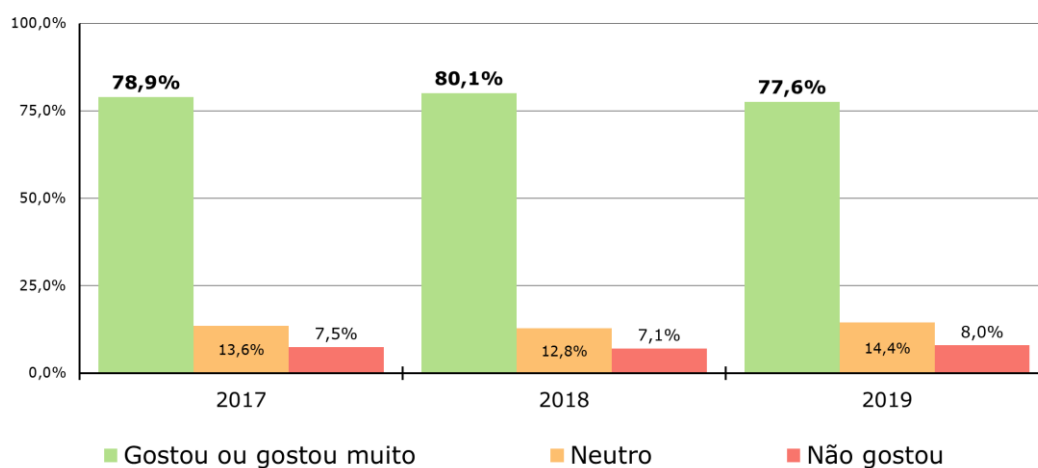
Legenda: S – sim; N – não; NA – Não aplicável

Audição Externa e Interna

Inquéritos externos

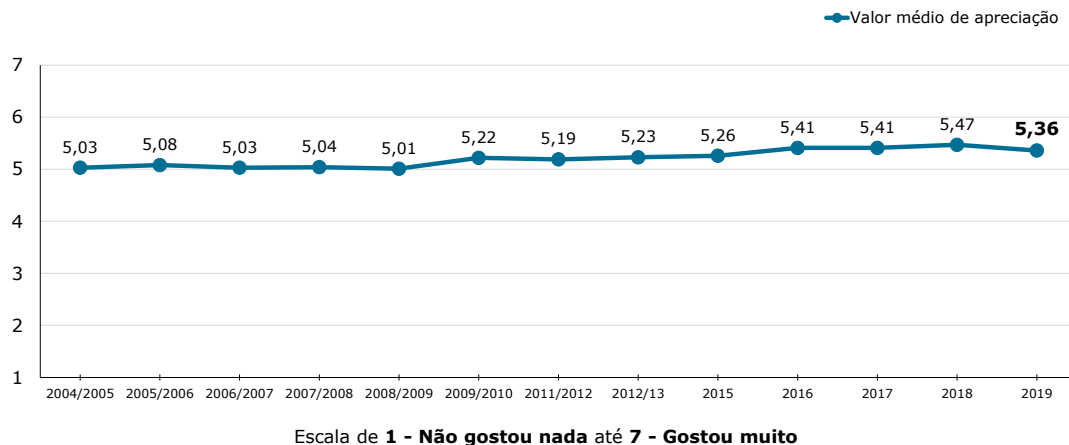
O Dia da Defesa Nacional, tanto pelos seus objetivos como pela abrangência associada à sua implementação, constitui-se como campo fundamental para recolha de informação passível de enformar uma análise sobre a relação dos jovens com as Forças Armadas. A edição de 2019 do Dia da Defesa Nacional alcançou 104 320 jovens portugueses e configurou uma ótica de continuidade das práticas anteriores. Enquanto objeto de estudo e com vista a avaliar a forma como o Dia da Defesa Nacional é percecionado pelos jovens que nele participam, podemos dizer que os resultados gerais foram muito satisfatórios, uma vez que 77,6% dos jovens gostaram ou gostaram muito, e apenas 8,0% dos jovens formulam uma opinião negativa. Ainda assim, verificou-se uma ligeira descida desta variável face ao ano transato, elucidando áreas passíveis de intervenção.

Gráfico 8 - Dispersão da opinião geral sobre o DDN por parte dos inquiridos



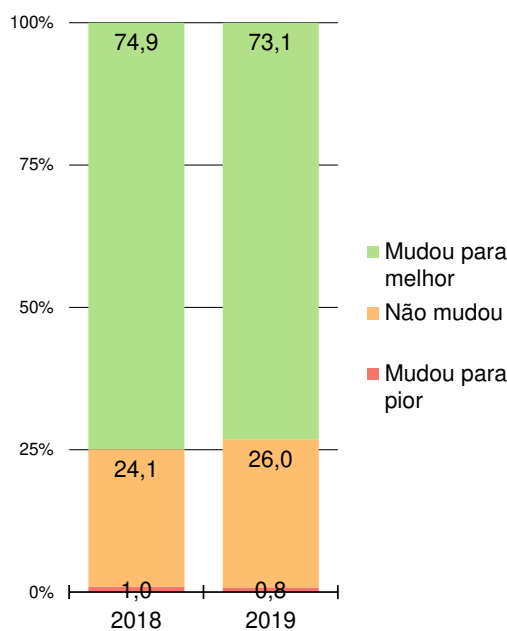
Se enquadrarmos estes valores de apreciação nos mais de 15 anos de implementação do Dia da Defesa Nacional, como exposto no gráfico abaixo, percebemos que as alterações que foram introduzidas não baixaram a atratividade da iniciativa.

Gráfico 9 - Evolução média da apreciação do Dia da Defesa Nacional



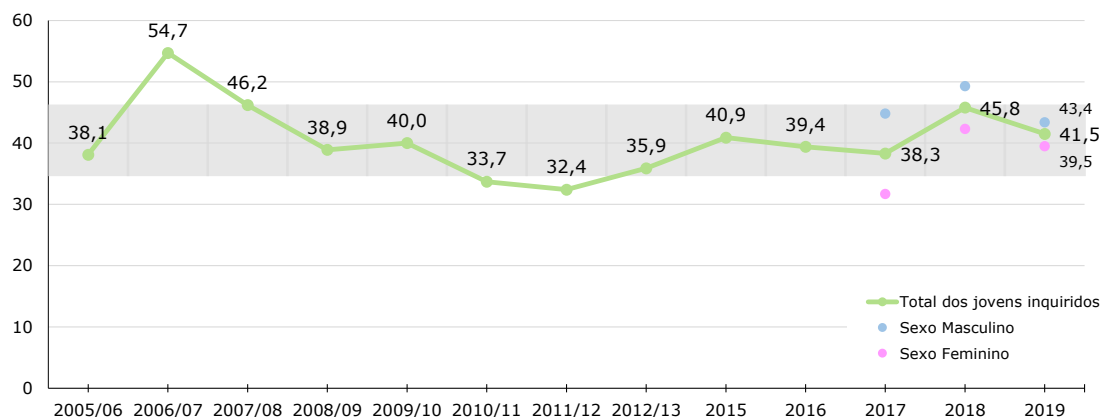
Relativamente à opinião dos jovens sobre as Forças Armadas após a participação no Dia da Defesa Nacional verifica-se que 73,1% dos jovens afirmam que a sua opinião mudou para melhor, ao passo que 0,8% dos jovens referem uma posição inversa. Estes dados demonstram, por isso, que o Dia da Defesa Nacional tem efeito positivo em matéria de estruturação de opiniões e representações sobre as Forças Armadas e deve ser valorizado enquanto tal.

Gráfico 10 - Opinião sobre as Forças Armadas após a participação no DDN (%)



No que respeita à predisposição dos jovens para ingressarem nas Forças Armadas, verifica-se que 40,7% dos jovens não manifestou interesse, 41,5% revelou predisposição para ingressar, enquanto 17,8% dos jovens não expressaram opinião.

Gráfico 11 - Evolução da predisposição para ingresso nas Forças Armadas, no RV/RC (%)



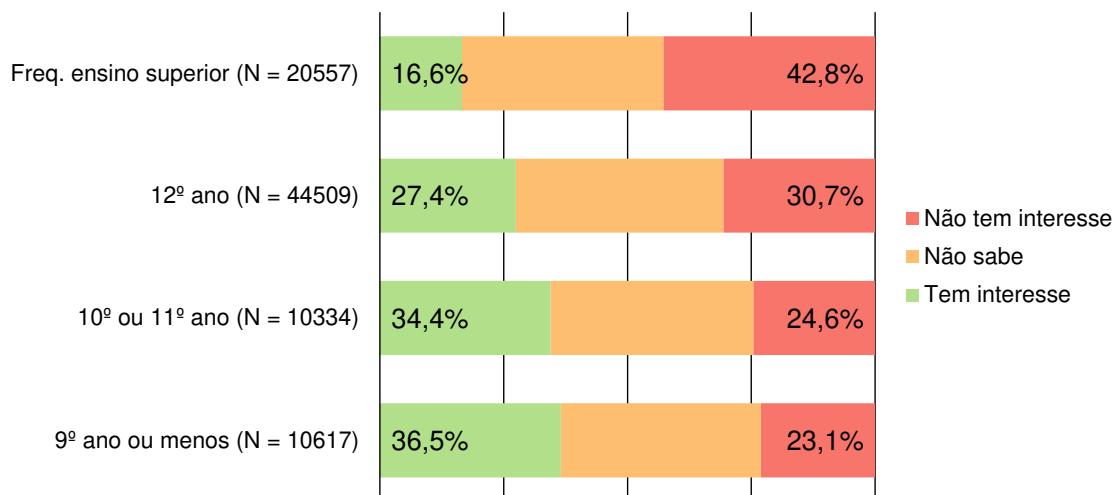
No que respeita a valores médios percentuais e por sexo, verifica-se que as mulheres revelaram uma menor predisposição para ingressar (39,5%). Ainda assim, aproximam-se à predisposição de ingresso dos homens, especialmente comparando com os dados recolhidos em anos anteriores.

Analisando a variação da predisposição para ingresso nas Forças Armadas em função da escolaridade, podemos ver que, à semelhança de anos anteriores, a percentagem de jovens interessados em ingressar vai diminuindo à medida que a escolaridade aumenta.

Relevante é o facto de que 27,4% dos jovens que estão no 12º ano (e que são a maioria na população em estudo) equacionam a possibilidade deste ingresso num futuro próximo. Este número percentual aumenta para 34,4% e 36,5%, respetivamente, nos dois patamares inferiores de escolaridade. A conjugação destes dados permite equacionar o futuro com algum otimismo quanto ao potencial de recrutamento.

No entanto, manifestar a intenção é diferente de a concretizar, pelo que caberá às Forças Armadas alguma ação potenciadora neste domínio.

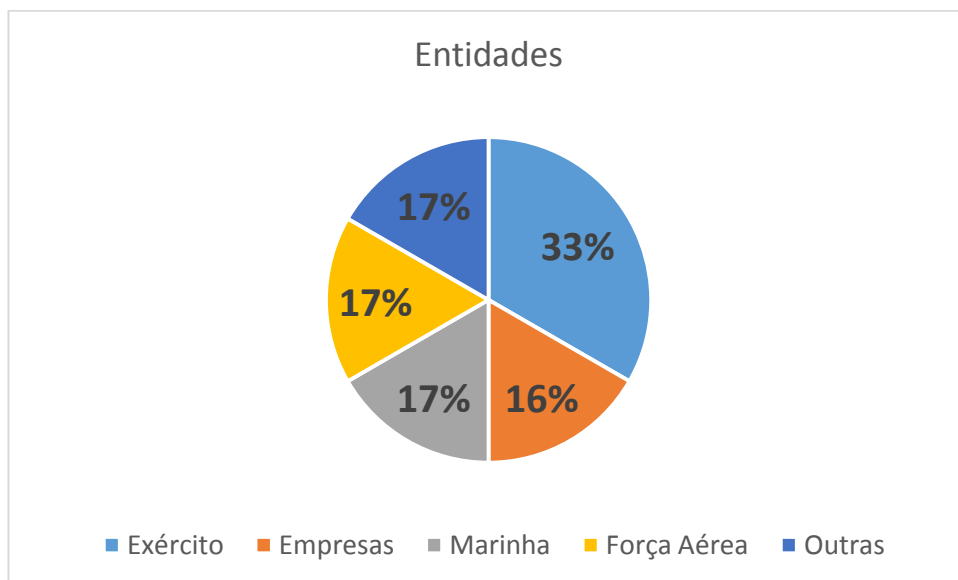
Gráfico 12 - Predisposição para ingresso nas Forças Armadas num futuro próximo, no RV/RC e por nível de escolaridade.



Em conclusão, é possível afirmar que em matéria de apreciação do Dia da Defesa Nacional, este foi avaliado de forma muito positiva, tendo os valores de 2019 mantido níveis elevados nos diversos indicadores recolhidos. Este facto permite dizer que a continuidade de atuação sobre a reconfiguração do modelo de implementação demonstra sustentabilidade.

No quadro das audições externas refere-se ainda o “Questionário de satisfação” aplicado às entidades no que respeita ao nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA (Agência Europeia de Defesa), NATO e a UE. Apresentam-se os principais resultados obtidos no inquérito (% de satisfação):

Inquérito Satisfação (componente I&D)



Pergunta	Resposta
De que forma avalia a qualidade dos contributos no domínio de financiamento nacional de I&D oriundo da DGRDN (ex.: Call 2014)?	Grau de satisfação – 71%
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de I&D a decorrer no âmbito Nacional (ex.: Apoio das CGA)?	Grau de satisfação – 79%
Quais os aspetos que considera que deveriam melhorar nos contributos e apoio dados no âmbito Nacional de financiamento de I&D?	Coordenação entre entidades Disponibilidade de financiamento Financiamento para I&D alinhado com desenvolvimento de capacidades
De que forma avalia a qualidade dos contributos no domínio da cooperação com a União Europeia (ex.: Programa H2020, FED)?	Grau de satisfação – 69%
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de I&D a decorrer no âmbito da UE (ex.: Apoio à assinatura do Grant Agreement)?	Grau de satisfação – 70%
Quais os aspetos que considera que deveriam melhorar nos contributos e apoio dados no âmbito da UE (ex.: Gestão do GA e papel do LEAR)?	Coordenação entre entidades Celeridade dos processos de autorização e diminuição do tempo de resposta

De que forma avalia a qualidade dos contributos no domínio da cooperação com a Agência Europeia de Defesa (EDA - componente RTI-CAPTECH)?	Grau de satisfação – 75%
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de I&D a decorrer no âmbito da EDA?	Grau de satisfação – 75%
Quais os aspetos que considera que deveriam melhorar nos contributos e apoio dados no âmbito da EDA - RTI-CAPTECH?	Financiamento disponível para assegurar participação do Captech Governmental Experts Alinhamento entre os Capability National Coordinators e as entidades ligadas ao I&D para alinhamento com interesses estratégicos Financiamento para projetos na EDA Assegurar a disseminação de informação especialmente necessário com a entrada do Fundo Europeu de Defesa
De que forma avalia a qualidade dos contributos no domínio da cooperação com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) - Science and Technology Organization (STO)?	Grau de satisfação – 65%
De que forma avalia a qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento das atividades a decorrer no âmbito da NATO/STO?	Grau de satisfação – 65%
Quais os aspetos que considera que deveriam melhorar nos contributos e apoio dados no âmbito da NATO/STO?	Alinhamento entre os representantes nacionais nos painéis e as entidades ligadas ao I&D para alinhamento com interesses estratégicos Financiamento para participação nas reuniões Assegurar a disseminação de informação de forma atempada

Inquéritos internos

Considerando que nesta data o país encontra-se em “estado de emergência” no âmbito de uma pandemia global do novo coronavírus (Covid-19) e se assiste ao condicionamento de toda a vida social dos cidadãos, que afeta as atividades laborais, invariavelmente o funcionamento regular do MDN e inevitavelmente a DGRDN. Assim, decidiu-se não aplicar o "questionário de satisfação" interna dadas as circunstâncias da dispersão dos trabalhadores deste serviço (alguns nas instalações da DG e outros em teletrabalho) o que seria contraproducente para apuramento estatístico dos resultados, sua fiabilidade e validade.

Balanço Social

O Balanço Social como instrumento de gestão na área dos recursos humanos foi instituído pelo Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro, e estabeleceu a sua elaboração para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local com um mínimo de 50 trabalhadores. O Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, estabeleceu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN). A estrutura nuclear do serviço e as competências das respetivas unidades orgânicas, bem como, o estabelecimento de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas disciplinares foram definidas pela Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro.

O Balanço Social 2019, como instrumento de gestão previsional de pessoal caracteriza a distribuição dos recursos humanos presentes entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, evolução e tendências. Os indicadores calculados (taxas e índices) demonstram estatisticamente as continuidades, alterações e mudanças ocorridas no serviço.

Particularmente considerou-se:

- Incentivar a valorização e o aumento da motivação de todos/as os/as trabalhadores/as através do acesso à formação profissional;
- A racionalização e boa gestão dos encargos com pessoal, considerando as reais necessidades de funcionamento do serviço;
- Usufruir da melhoria de instalações e equipamentos (condições de trabalho);
- O controlo efetivo e eficiente da assiduidade.

A 31 de dezembro de 2019 trabalhavam na Direção-geral 256 trabalhadores.

Caracterização dos fatores mais significativos do **perfil profissional do pessoal da DGRDN:**

- GRUPO DE PESSOAL – civil (51,2%);
- GRUPOS PROFISSIONAIS (DOMINÂNCIA) – militar (45,8%) e técnico superior (27,5%);

- TIPO DE FUNÇÕES EXERCIDAS (DOMINÂNCIA) – técnicas (75,8%);
- MODALIDADE DE VINCULAÇÃO – contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (44,5%);
- COLOCAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS PELA ESTRUTURA ORGÂNICA – DSPSM (20,3%);
- SEXO – masculino (64,5%);
- IDADE – média 48 anos;
(grupos etários dominantes: 45 a 49 anos – 17,6% e 50 a 54 anos – 16,4%)
- ANTIGUIDADE NA AP – 23 anos (média);
- HABILITAÇÕES – formação superior (57,4%);
- MODALIDADE DE HORÁRIO DE TRABALHO – flexível (67,7 %);
- ESCALÃO REMUNERATÓRIO MAIS FREQUENTE
(1.251 € a 1.500 €) – 47 trabalhadores (18,4%);
- ASSIDUIDADE – 6,7 dias de faltas (média absentismo/trabalhador);
- FORMAÇÃO PROFISSIONAL – 5,3 h (média horas de formação/trabalhador).

Junta-se ao presente Relatório em anexo o documento específico elaborado neste âmbito, já apresentado superiormente.

Apreciação dos Objetivos Específicos das Unidades Orgânicas

À análise da avaliação detalhada do QUAR já exposta (objetivos estratégicos e consequentes objetivos operacionais), as unidades orgânicas da DGRDN definem ainda complementarmente outros objetivos específicos/operacionais que procuram cumprir (desenvolvimento em detalhe neste Relatório de Atividades). Sintetizam-se os resultados obtidos.

Quadro 11 – Objetivos específicos das UO

Unidade orgânica	Nº objetivos definidos	Nº de iniciativas	Atingidas	Superadas	Não atingidas
DSAEQ	8	18	8	6	4
DSPSM	6	13	7	3	3
DSSMAS	8	20	5	14	1
DSAE	5	10	4	6	0
DSIP	5	10	6	3	1
DSQA	8	15	5	6	4
DSGFA	3	3	1	2	0
GCD	2	2	2	0	0
GAT	1	3	2	1	0
Totais	46	94	40	41	13
%	-	-	42,6	43,6	13,8

A avaliação final é significativamente positiva considerando todas as iniciativas planeadas, dado que 86,2% foram atingidas/superadas.

Desenvolvimento de medidas para o esforço positivo do desempenho

Ações de melhoria

Sendo o principal pilar a sua missão, o ano de 2019 para a DGRDN ficou marcado com a realização e conclusão de várias iniciativas/eventos consolidando o seu crescimento e desempenho,

Foi preocupação permanente a integração e otimização dos processos internos, numa lógica de orientação para a gestão por objetivos e para a melhoria contínua, através da introdução de modelos e ferramentas que potenciam a melhoria do desempenho da Direção-geral, bem como pela estabilização do seu quadro de recursos humanos.

A Direção-geral, por forma orientada através das suas unidades orgânicas foi alvo de implementação de medidas que permitissem o alinhamento de processos, funções e pessoas, nomeadamente no seguinte:

- Atualização e revisão de metodologias de trabalho e processos internos;
- Integração dos Sistemas de Informação existentes e implementação de novos processos assentes nas tecnologias de informação e comunicação;
- Implementação de medidas no sentido de criar sinergias e eliminar recursos duplicados, mediante a gestão da mudança com o menor impacto possível nas pessoas;
- Investimento na motivação e qualificação dos colaboradores, nomeadamente através do desenvolvimento de um plano de formação orientado para as diversas áreas de atividade da DGRDN;
- Normalização dos processos e das atividades de gestão financeira e orçamental;
- Otimização dos recursos internos, com base em critérios de eficácia e eficiência, numa lógica de maximização de resultados e contenção de custos na Administração Pública, em consonância com as medidas de consolidação orçamental;
- Racionalização dos planos de ocupação de imóveis através da agregação de serviços.

Comparação com o desempenho de serviços idênticos, no plano nacional e internacional que possam constituir padrão de comparação.

Na Administração Pública não existe outro organismo que prossiga os mesmos objetivos, portanto, não existem organismos homogêneos com os quais a DGRDN se possa comparar.

Menção de proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da autoavaliação

Conforme disposto no artigo 18.º, n.º 3, da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, compete ao dirigente máximo do serviço propor, como resultado da autoavaliação, a menção respeitante à avaliação final do serviço.

De acordo com o exposto no presente relatório quanto à apreciação quantitativa dos resultados alcançados, a avaliação final da DGRDN no que respeita à concretização do QUAR é de 112,43%. Em termos qualitativos a Direção-geral, superou os objetivos operacionais constantes do seu QUAR.

Quadro 12 – Autoavaliação da DGRDN

Objetivos	Eficácia	Eficiência	Qualidade
Ponderação	30%	30%	40%
Taxa de Realização	109%	118%	103%

Quadro 13 – Avaliação final quantitativa e qualitativa da DGRDN

Avaliação final do Serviço	Bom	Satisfatório	Insuficiente
Taxa Média de Realização	112,43%		

Assim, de acordo com o n.º 1 do artigo 18º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, conjugado com o n.º 2 do artigo 15.º do mesmo diploma legal, propõe-se a atribuição da menção de **Bom** para o desempenho da DGRDN, visto que superou/atingiu a quase totalidade dos objetivos.

Avaliação dos Objetivos Operacionais complementares das Unidades Orgânicas

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação</i>
-------------------------	---

Objetivo 1	Elaborar projetos de diploma, acompanhar a respetiva aplicação, e elaborar pareceres técnicos na área de atribuições da Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação (DSAEQ)
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaboração de projetos de diploma no âmbito das competências da DSAEQ/DAE		
Indicador		
Concluídos para decisão superior dentro do prazo estabelecido		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antecipação do prazo estabelecido em 2 dias	Cumprir no prazo estabelecido	Ultrapassou o prazo estabelecido
	X	

INICIATIVA 2		
Elaboração de pareceres e outros documentos de análise técnica no âmbito do EMFAR, da LSM e respetivo regulamento e do regime remuneratório		
Indicador		
N.º de documentos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de exceção de complexidade		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos 3 dias úteis	Cumprir no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou o prazo estabelecido
	X	

Objetivo 2	Efetivos Civis e Militarizados
-------------------	--------------------------------

INICIATIVA 1		
Recolha e tratamento dos dados reportados relativos ao pessoal civil e militarizado das Forças Armadas - Monitorização dos efetivos -		
Indicador		
Tratamento dos dados reportados no prazo de 10 dias úteis após a sua receção		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do tratamento dos dados 2 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 10 dias úteis	Conclusão do tratamento em tempo superior a 10 dias úteis
X		

INICIATIVA 2		
Monitorização do Sistema Retributivo - Pessoal Militar e Pessoal Militarizado -		
Indicador		
N.º de documentos técnicos produzidos no tempo médio de 10 dias úteis, exceto casos de excecional complexidade		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Menos de 3 dias úteis	Cumprir no prazo de 10 dias úteis	Ultrapassou os 10 dias úteis
	X	

Nota: Os resultados da Iniciativa 1 estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos.

Objetivo 3	Representação do MDN nas questões relativas à Igualdade de Género
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Monitorização da/e execução das medidas constantes dos Planos Nacionais Participação em reuniões convocadas pela PCM, CIG ou Gabinete		
Indicador		
1. Elaboração das planificações setoriais para aprovação superior, no prazo estabelecido pela CIG 2. Elaboração de notícias de reunião no prazo de 5 dias úteis		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
1. Antecipação em 15 dias úteis do prazo estabelecido 2. Menos de 3 dias úteis	1. Conclusão no prazo 2. Idem	1. Ultrapassou o prazo estabelecido 2. Idem
1 2 X	1 X 2	1 2

INICIATIVA 2		
Monitorização da execução das medidas constantes dos Planos Nacionais referentes ao MDN		
Indicador		
Elaboração dos Relatórios Semestral e Anual		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antecipação em 2 dias do prazo estabelecido	Conclusão no prazo	Ultrapassou o prazo fixado
	X	

INICIATIVA 3		
Representação do MDN no NATO Committee on Gender Perspectives - Participação na reunião anual -		
Indicador		
Elaboração do Relatório Nacional Anual no prazo fixado pelo NCGP		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do relatório nacional 2 dias antes do prazo fixado	Conclusão do relatório nacional no prazo fixado	Conclusão do relatório nacional depois do prazo fixado
		X

Nota 1: Os resultados das Iniciativas 1, 2 e 3 estão dependentes da colaboração de entidades externas através do cumprimento dos prazos por essas mesmas entidades e são suspensos desde a data do pedido de contributos até à data de receção dos mesmos. Relativamente ao ponto 3 o resultado está dependente do envio de documentação pelo NCGP.

Nota 2 (Iniciativa 3): A conclusão do relatório não foi possível dentro do prazo fixado uma vez que parte da informação essencial necessária à elaboração do mesmo só foi remetida pelo Committee em fevereiro de 2020.

Objetivo 4	Aumentar a certificação da formação dos militares em RV/RC, alinhando os referenciais das Forças Armadas ao Catálogo Nacional de Qualificações
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Implementação da política de Defesa Nacional ao nível da certificação da formação, de nível não superior, para os militares em RV/RC de modo a obterem o Ensino Secundário e o nível 4 QNQ		
Indicador		
Monitorização das ações constantes do plano de ação da certificação da formação profissional das Forças Armadas (Medida: Elaboração de relatório de execução) Peso: 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentar Relatório até 15NOV	Apresentar Relatório até 30NOV	Apresentar Relatório após 30NOV
	X	

INICIATIVA 2		
Promover a criação e implementação de processos de certificação da formação profissional ministrada pela Defesa Nacional		
Indicador		
Desenvolvimento de iniciativas que visem aumentar as qualificações escolares ou profissionais dos Militares Peso: 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realização de duas iniciativas	Realização de uma iniciativa	Não realização de iniciativas
X		

INICIATIVA 3		
Promover a criação do Guia Militar para a Qualificação		
Indicador		
Desenvolvimento de mapas por especialidade ou classe com o nível de certificação em determinados percursos profissionais tendo em vista a obtenção de qualificações de nível II ou IV Peso: 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mapas para mais de 6 especialidades	Mapas para 6 especialidades	Mapas para menos de 6 especialidades
	X	

Objetivo 5	Consolidar e monitorizar a implementação da reforma Defesa 2020 no sistema de ensino superior militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Conclusão do processo de regulamentação do IUM		
Indicador		
Resposta a solicitações de apreciação das propostas de diploma Peso 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaboração de parecer até 3 dias após a solicitação	Elaboração de parecer até 5 dias após a solicitação	Elaboração de parecer mais de 5 dias após a solicitação
X		

INICIATIVA 2		
Apoio ao Conselho do Ensino Superior Militar (CESM)		
Indicador		
Elaboração das atas da reunião do CESM Peso 60%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
100% das atas efetuadas antes de 15 dias após a reunião do CESM	100% das atas efetuadas até 15 dias após a reunião do CESM	50% das atas efetuadas após 30 dias da reunião do CESM
X		

Objetivo 6	Promover o desenvolvimento da oferta educativa do ensino básico e secundário de matriz militar desenvolvida no âmbito da Defesa Nacional
-------------------	--

INICIATIVA		
Monitorizar o desempenho académico dos alunos dos EMEs		
Indicador		
Apresentação de súmula comparativa entre o ano letivo 2016/2017, o ano letivo 2017/2018 e o ano letivo 2018/2019 entre o CM e o IPE		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação de súmula até 30 agosto	Apresentação de súmula até 30 de setembro	Apresentação de súmula após 30 de setembro
		X

Nota: Não foi enviada a informação pertinente para a elaboração do relatório e falta de recursos humanos (duas técnicas superiores em licença de maternidade).

Objetivo 7	Reforçar a empregabilidade dos militares dos regimes de voluntariado e de contrato
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Potenciar as qualificações dos militares e ex-militares para o mercado de trabalho		
Indicador		
N.º de horas de formação realizadas Peso – 60%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 3 ações de formação realizadas	3 ações de formação realizadas	Menos de 3 ações de formação realizadas
X		

INICIATIVA 2		
Fomentar o empreendedorismo junto dos militares e ex-militares		
Indicador		
N.º de ações realizadas dedicadas ao empreendedorismo Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 2 ações	1 ação	Nenhuma ação
	X	

Objetivo 8	Dinamizar os serviços de apoio à transição na zona do Porto
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Aumentar o n.º de ações de divulgação e sessões de esclarecimento nas instalações do Quartel da Serra do Pilar		
Indicador		
N.º de ações Peso – 60%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 4 ações realizadas	4 ações realizadas	Menos de 4 ações realizadas
		X

Nota: Falta de recursos humanos para a execução desta ação (uma técnica superior em licença de maternidade e outra técnica superior foi nomeada para o exercício de funções dirigentes).

INICIATIVA 2		
Aumentar o N.º de protocolos celebrados de apoio à qualificação		
Indicador		
N.º de protocolos Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 5 protocolos realizados	5 protocolos realizados	Menos de 5 protocolos realizados
		X

Nota: Falta de recursos humanos para a execução desta ação (uma técnica superior em licença de maternidade e outra técnica superior foi nomeada para o exercício de funções dirigentes).

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar</i>
-------------------------	---

Objetivo 1	Consolidação e desenvolvimento de um observatório da profissionalização do serviço militar
-------------------	--

INICIATIVA		
Desenvolvimento de plataforma temática (áreas de informação que integram observatório: efetivos; estudos; recrutamento)		
Indicador		
Ter a plataforma em funcionamento para utilização em 300 dias		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Estar em funcionamento 20 dias antes do prazo	Estar em funcionamento no prazo	Estar em funcionamento após o prazo
		X

Nota: na componente estrutural do observatório foi feita (plataforma de suporte á realização de estudos; preparação de informação para disponibilizar), foram também desencadeados novos protocolos de cooperação com universidades parceiras, mas por questões orçamentais, a conceção do portal para divulgação de todo o trabalho passou para 2020.

Objetivo 2	Desenvolvimento e consolidação do processo de monitorização dos efetivos e das autorizações das admissões
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Assegurar a monitorização dos efetivos militares nos termos legalmente estabelecidos		
Indicador		
Tratamento dos dados reportados no prazo de 15 dias após a sua receção		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Conclusão do tratamento 2 dias antes do prazo	Conclusão do tratamento dos dados no prazo de 15 dias	Conclusão do tratamento dos dados após o prazo
	X	

INICIATIVA 2		
Assegurar a análise e tramitação dos pedidos de admissão de pessoal		
Indicador		
Emissão de parecer técnico		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Emissão do parecer 10 dias após a receção	Emissão do parecer 15 dias após a receção	Conclusão num período superior a 15 dias
	X	

Objetivo 3	Desenvolvimento e consolidação dos processos de estudo/investigação no âmbito da sustentabilidade da profissionalização do serviço militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Implementar o projeto de estudo profissionalização 360º		
Indicador		
Lançamento dos inquéritos até final de 2019 (incorporação e saída)		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Lançamento de 3 inquéritos	Lançamento de 2 inquéritos	Lançamento de menos de 2 inquéritos
		X

Nota: estão preparados 3 inquéritos associados a este estudo, mas a sua implementação no terreno carece de uma articulação com os ramos que não foi possível desenvolver em 2019. Preve-se que, no âmbito do plano de ação para a profissionalização, a mesma possa ocorrer no primeiro semestre de 2020.

INICIATIVA 2		
Desenvolvimento do estudo de monitorização do Dia da Defesa Nacional e aferição do potencial de recrutamento		
Indicador		
Apresentação de relatório final e parcelares		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Desenvolvimento de todos os relatórios de centro e do relatório final até final do ano	Realização de 80% dos relatórios de centro e análise de dados do processo global	Apenas análise de dados global
X		

Objetivo 4	Promover a harmonização e eficiência dos processos de recrutamento militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Desenvolvimento de conteúdos tendo em vista a divulgação da profissão militar		
Indicador		
Elaboração do manual das profissões militares (funções/formação/requisitos)		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realizar em 250 dias	Realizar em 300 dias	Não conseguir realizar no prazo definido
	X	

INICIATIVA 2		
Desenvolvimento e manutenção de Portal do Recrutamento Militar		
Indicador		
Continuar a desenvolver e a atualizar: • Estrutura e conteúdos • Tipo e configuração de serviços/funcionalidades • Layout		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Atualizar conteúdos até 2 dias após a sua publicação nos Ramos	Atualizar conteúdos até 5 dias após a sua publicação nos Ramos	Não conseguir realizar no prazo definido
X		

Objetivo 5	Promover o modelo de Comunicação Integrada para o Serviço Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Promover campanha de divulgação junto dos jovens em idade escolar		
Indicador		
Apresentação de propostas Enunciar temáticas a destacar e pedagogia de apresentação dos conteúdos correspondentes (peças da campanha) Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentar 2 propostas em 150 dias	Apresentar 2 propostas em 180 dias	Não conseguir realizar no prazo definido
		X

Nota: o desenvolvimento desta iniciativa carece da aprovação da estratégia de comunicação do serviço militar (ao nível da tutela) e da conceção de um plano setorial de comunicação (ao nível da DGRDN). Foram desenvolvidas iniciativas em escolas (pelo DDN), mas tudo isto carece de articulação entre vários atores: MDN (com os “Roteiros da Defesa”) e o próprio EMGFA (com o “Alista-te por um dia”).

INICIATIVA 2		
Revisão e implementação de novas funcionalidades da Plataforma de Comunicação Integrada para o Serviço Militar		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluída até 30set19	Concluída até 30dez19	Após 30dez
	X	

INICIATIVA 3		
Propostas de edições gráficas no âmbito da Comunicação Integrada para 2019		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluídas 4 até 30set19	Concluídas 4 até 30dez19	Após 30dez
	X	

Objetivo 6	Desenvolver o conhecimento da população portuguesa acerca das várias vertentes da Defesa Nacional, do papel das Forças Armadas e do Serviço Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Atualização dos Programas das jornadas para a 16.ª edição (2019) do DDN		
Indicador		
Prazo de conclusão Peso – 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluída até 30 out19	Concluída até 30 nov19	Após 30 nov
X		

INICIATIVA 2		
Participação em eventos de dimensão nacional nas áreas da juventude, da formação e do emprego		
Indicador		
N.º de Participações Peso – 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 2	1	0
	X	

INICIATIVA 3		
Produção de série de pequenos vídeos (10") sobre várias especialidades militares nos 3 ramos (título: "Eu sou"), para inserção nas redes sociais		
Indicador		
N.º de vídeos Peso – 30%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 10	7	Menos de 5
	X	

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais</i>
-------------------------	--

Objetivo 1	Apoiar o Sistema de Saúde Militar
-------------------	-----------------------------------

INICIATIVA 1		
Realizar e colaborar na realização de estudos no âmbito do Sistema de Saúde Militar		
Indicador		
N.º de estudos realizados Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 4	1 - 4	0
X		

INICIATIVA 2		
Monitorizar a execução do Protocolo celebrado entre o MDN e o Min. da Saúde para acesso e frequência do internato médico		
Indicador		
N.º de ações realizadas Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 10	8 - 10	< 8
X		

Objetivo 2	Apoiar a Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos antigos combatentes portadores de stress pós-traumático
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Preparação e prestação de apoio técnico às reuniões e elaboração de documentos de apoio		
Indicador		
N.º de ações realizadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 5	3 - 5	< 3
X		

INICIATIVA 2		
Análise das Propostas de Orçamento das ONGs no âmbito da RNA		
Indicador		
Elaboração de informação		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 1 mês após a sua receção	Entre 1 e 2 meses após a sua receção	Após 2 meses depois da sua receção
X		

INICIATIVA 3		
Estudo do normativo e avaliação de alterações normativas		
Indicador		
Informação realizada no final do trabalho		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborada até 31set2019	Elaborada entre 31set2019 e 31dez2019	Informação não elaborada em 2019
	X	

Objetivo 3	Coordenar e monitorizar o Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA)
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Realização de reuniões ordinárias do GC/PPCACDFA		
Indicador		
N.º de reuniões ordinárias Peso: 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 4	1 - 4	0
	X	

INICIATIVA 2		
Elaboração do Relatório Atividades/2019 no âmbito do PPCACDFA		
Indicador		
Relatório de Atividades/2019 Peso: 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborado até 31mai2019	Elaborado entre 31mai19 e 31dez2019	Iniciativa não realizada em 2019
	X	

INICIATIVA 3		
Elaboração do Plano de Atividades/2020 no âmbito do PPCACDFA		
Indicador		
Plano de Atividades/2020 Peso: 20%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborado até 15dez2019	Elaborado entre 15dez2019 e 31dez2019	Iniciativa não realizada em 2019
		X

Nota: Objetivo não atingido face ao atraso no envio de contributos por parte do EMGFA e dos Ramos.

INICIATIVA 4		
Ações de divulgação estratégica do PPCACDFA		
Indicador		
N.º de ações realizadas Peso: 15%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 2	2	0
X		

INICIATIVA 5		
Ações de divulgação do PPCACDFA nos Cursos de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependências		
Indicador		
N.º de ações realizadas Peso: 15%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 2	1 - 2	0
X		

INICIATIVA 6		
Promover a cooperação com entidades parceiras no âmbito da Prevenção de Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências		
Indicador		
N.º de atividades de cooperação desenvolvidas Peso: 10%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 2	1 - 2	0
X		

Objetivo 4	Promover a cooperação com os Países da CPLP no âmbito da Saúde Militar
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Organização do Fórum de Saúde Militar CPLP/ 2019		
Indicador		
Organização da VI Edição do Fórum Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
N/A	Realizado	Não realizado
	X	

INICIATIVA 2		
Coordenar e monitorizar o Plano de Formação do Programa de Intercâmbio do FSM/CPLP		
Indicador		
N.º de ações realizadas Peso: 50%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 10	7 - 10	< 3
X		

Objetivo 5	Garantir a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE
-------------------	--

INICIATIVA		
Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados, o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares		
Indicador		
Data de entrega do Relatório Anual		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
30nov2019	31dez2019	Após 31dez2019
X		

Objetivo 6	Propor medidas que contribuam para a melhoria das condições de vida dos Deficientes Militares
-------------------	---

INICIATIVA		
Monitorizar e avaliar a execução do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM)		
Indicador		
N.º de iniciativas desenvolvidas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
8	6	< 6
X		

Objetivo 7	Melhorar o padrão de serviço – áreas da saúde e assuntos sociais
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Atingir um padrão de serviço que possibilite fixar um período razoável para elaboração de projetos de medidas legislativas, bem como de informações e pareceres (comum)		
Indicador		
Demora média Peso: 25%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 6 dias úteis	>=6<10 dias úteis	>=10 dias úteis
X		

INICIATIVA 2		
Reduzir tempo de resposta a solicitações institucionais e a particulares (comum)		
Indicador		
Prazo de elaboração de respostas a solicitações institucionais e a particulares Peso: 25%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 5 dias úteis	>=5<8 dias úteis	>=8 dias úteis
X		

INICIATIVA 3		
Incrementar a frequência de ações de formação especializada (comum)		
Indicador		
Nº de ações de formação especializada frequentadas Peso: 10%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
5	4	<4
X		

INICIATIVA 4		
Elaborar conteúdos para divulgação das iniciativas e temáticas da Saúde Militar e dos Assuntos Sociais, quer na Intranet quer na Internet do MDN no Portal da DGRDN		
Indicador		
Número de propostas de conteúdo Peso: 40%		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
4	2 - 4	< 2
X	X	

Objetivo 8	Reduzir a pendência processual dos processos com vista à qualificação como Deficiente das Forças Armadas (DFA)
-------------------	--

INICIATIVA		
Reduzir o número de processos pendentes		
Indicador		
Nº de processos concluídos e devolvidos aos ramos das FA		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
≥ 90% do n.º de processos pendentes	≥ 75% do n.º de processos pendentes	≤ 74% do n.º de processos pendentes
X		

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Armamento e Equipamento</i>
-------------------------	---

Objetivo 1	Coordenar e executar as políticas de armamento e equipamento necessárias às Forças Armadas e à Defesa Nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Atualização dos projetos dos Serviços Centrais na ferramenta de Gestão de Projetos (EPM)		
Indicador		
Taxa de projetos atualizados no EPM		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 71% dos projetos atualizados no quadrimestre	Entre 50% e 70% dos projetos atualizados no quadrimestre	Menos de 49% dos projetos atualizados no quadrimestre
	X	

INICIATIVA 2		
Otimização da coordenação e execução da Lei de Programação Militar (LPM)		
Indicador		
Nº de pareceres, pontos de situação, informações e relatórios elaborados em apoio à coordenação e execução da LPM		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Elaborados mais do que 10 documentos no quadrimestre	Elaborados entre 6 e 9 documentos no quadrimestre	Elaborados menos do que 5 documentos no quadrimestre
X		

Objetivo 2	Implementar os processos mais adequados para a aquisição e manutenção do armamento e equipamentos
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Elaborar pareceres técnicos, relatórios, estudos, informações no âmbito das tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa		
Indicador		
Nº de pareceres, pontos de situação, informações e relatórios elaborados no ano de 2019		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
X > 12	X = 12	X < 12
X		

INICIATIVA 2		
Elaborar pareceres técnicos, relatórios, estudos, informações no âmbito dos programas em curso nas agências internacionais		
Indicador		
Nº de pareceres, informações e relatórios elaborados no ano de 2019		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
X > 12	X = 12	X < 12
X		

Objetivo 3	Desenvolver os protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios do armamento e dos equipamentos da Defesa Nacional com Entidades Internacionais
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a EDA (Agência Europeia de Defesa) e a UE		
Indicador		
Nível de satisfação dos utilizadores internos e externos		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
X		

INICIATIVA 2		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos contributos no domínio da cooperação com a NATO		
Indicador		
Nível de satisfação dos utilizadores internos e externos		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

Objetivo 4	Emitir as licenças e os certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Emissão de licenças e certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria		
Indicador		
% de licenças e certificados emitidos face aos pedidos de licenças e certificados aprovados		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 95 %	Entre 90 % e 95 %	< 90 %
X		

INICIATIVA 2		
Emissão de licenças e certificados inerentes à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades de comércio e indústria cumprindo os prazos legais		
Indicador		
N.º de dias para a emissão de licenças e certificados		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 14	Entre 14 e 45	> 45
X		

Objetivo 5	Promover e coordenar, em cooperação com as FA e, no aplicável, com o Ministério da Administração Interna, em estreita colaboração com a idD, os planos e projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de i&D nacionais		
Indicador		
Nível de satisfação dos stakeholders		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

INICIATIVA 2		
Avaliação do nível de qualidade do apoio prestado ao desenvolvimento dos projetos de i&D internacionais		
Indicador		
Nível de satisfação dos stakeholders		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Nível de satisfação > 4	Nível de satisfação entre 3 e 4	Nível de satisfação < 3
	X	

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Infraestruturas e Património</i>
-----------------------------	--

Objetivo 1	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)
-------------------	---

INICIATIVA		
Cumprimento pelo empreiteiro do plano de trabalhos da empreitada de construção do edifício da Escola no Reduto Gomes Freire		
Indicador		
% de cumprimento		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Cumpriu a 100%	Cumpriu a 80%	Não foi cumprido o planeado
X		

Objetivo 2	Gestão das infraestruturas NATO
-------------------	---------------------------------

INICIATIVA 1		
Proceder ao levantamento das necessidades urgentes		
Indicador		
Data de execução		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até final do 1º quadrimestre 2019	Até final do 1º semestre 2019	Até final de 2019
X		

INICIATIVA 2		
Proceder ao suprimento das necessidades identificadas		
Indicador		
Taxa de execução ao nível da realização física = (n.º de atividades realizadas / n.º de atividades planeadas) x 100		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Realização >= 90%	Realização >= 75%	Realização < 25%
X		

Objetivo 3	Unidade de Gestão Patrimonial
-------------------	-------------------------------

INICIATIVA 1		
Recolha e tratamento de dados junto das entidades tuteladas pelo MDN respeitante aos imóveis afetos à Defesa Nacional		
Indicador		
Apresentação da informação quando solicitada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Apresentação em prazo inferior a 1 dia	Apresentação no prazo de 1 dia	Apresentação em prazo superior a 1 dia
	X	

INICIATIVA 2		
Esclarecer as dúvidas e os procedimentos quanto ao cumprimento das disposições legais sobre o pagamento de rendas pela ocupação de património imobiliário do Estado		
Indicador		
Esclarecimentos prestados no prazo de 2 dias		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Esclarecimentos prestados no prazo inferior a 2 dias	Esclarecimentos prestados no prazo de 2 dias	Esclarecimentos prestados no prazo superior a 2 dias
	X	

Objetivo 4	Salvaguarda dos interesses da Defesa Nacional nos instrumentos de gestão territorial
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração de pareceres sobre os projetos apresentados		
Indicador		
Pareceres concluídos dentro do prazo estabelecido por entidades externas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Concluiu antes do prazo estabelecido	Concluiu dentro do prazo estabelecido	Concluiu após o prazo estabelecido
	X	

INICIATIVA 2		
Participar nas reuniões de concertação		
Indicador		
N.º de reuniões de concertação em que participou com parecer vinculativo do MDN		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Participou em 100% das reuniões	Participou em 90% das reuniões	Participou em menos de 90% das reuniões
	X	

Objetivo 5	Satisfação dos requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Promover a avaliação de imóveis e enviar para homologação da Direção-geral do Tesouro e Finanças (DGTF)		
Indicador		
Avaliações homologadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
100% de avaliações homologadas	50% de avaliações homologadas	Menos de 50% das avaliações homologadas
	X	

INICIATIVA 2		
Promover a regularização jurídico-cadastral dos imóveis disponíveis para rentabilização		
Indicador		
Tempo de preparação do processo		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Preparação do processo num prazo inferior a 3 dias	Preparação do processo no prazo de 3 dias	Preparação do processo num prazo superior a 3 dias
	X	

INICIATIVA 3		
Promover a certificação energética dos imóveis a rentabilizar		
Indicador		
Número médio de dias que o processo está com o técnico		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
O processo está com o Técnico durante uma média de um dia	O processo está com o Técnico durante uma média de dois dias	O processo está com o Técnico durante uma média superior a dois dias
		X

Nota: Durante o ano de 2019 não foram efetuadas certificações energéticas por não se aplicar aos imóveis rentabilizados.

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente</i>
-------------------------	--

Objetivo 1	Atualizar (rever) a Diretiva Ambiental da Defesa Nacional e materializar os objetivos operacionais e específicos através do Plano de Ação Ambiental
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Atualização/Revisão da "Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional"		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 4º trimestre de 2019	Até final do 4º trimestre de 2019	Após 4º trimestre de 2019
	X	

INICIATIVA 2		
Elaborar um Plano de Ação Ambiental		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 4º trimestre de 2019	Até final do 4º trimestre de 2019	Após 4º trimestre de 2019
	X	

Objetivo 2	Garantir o exercício das competências enquanto Autoridade Nacional para a GARANTIA GOVERNAMENTAL DA QUALIDADE
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Promover a apresentação das certificações NATO AQAP (Allied Quality Assurance Publications) às empresas		
Indicador		
Apresentações realizadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
2 ou mais apresentações	1 apresentação	Nenhuma apresentação
		X

Nota: A área da Qualidade está deficitária ao nível dos recursos humanos, razão pela qual durante o ano de 2019 apenas foram realizadas as atividades correntes.

INICIATIVA 2		
Elaborar o dossiê da certificação AQAP		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes do 3º trimestre de 2019	Até final do 3º trimestre de 2019	Após 3º trimestre de 2019
		X

Nota: Pela razão referida anteriormente não foi possível elaborar o dossiê da certificação AQAP.

Objetivo 3	Promover a gestão dos recursos energéticos na Defesa Nacional
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Executar a estratégia para a sustentabilidade energética na Defesa Nacional, caso seja aprovada superiormente		
Indicador		
Relatório de Execução da estratégia		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes de 15dez2019	Entre 15dez e 31dez2019	Após 31dez2019
X		

INICIATIVA 2		
Acompanhamento da implementação do Sistema de Gestão de Energia no Campo Militar de Santa Margarida		
Indicador		
Visitas técnicas efetuadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Mais de 2 visitas	2 visitas	1 ou nenhuma visita
	X	

Objetivo 4	Atividades e preocupações ambientais
-------------------	--------------------------------------

INICIATIVA 1		
Proposta de revisão do regulamento do Prémio Defesa Nacional e Ambiente		
Indicador		
Apresentações da proposta		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 15jan2019	Entre 15jan2019 e 31jan2019	Depois de 31jan2019
		X

Nota: Pelo volume de trabalho da área do ambiente, foram estabelecidas prioridades, razão pela qual a proposta de revisão do regulamento do PDNA foi apresentada em novembro de 2019. De salientar que a proposta foi aprovada e publicado em DR o novo Regulamento.

INICIATIVA 2		
Proposta de alteração do Despacho da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 15jan 2019	Entre 15jan2019 e 31jan2019	Depois de 31jan2019
		X

Nota: A concretização deste objetivo dependia da aprovação da Diretiva de Ambiental, que aconteceu em dezembro de 2019. Assim, estramos agora a elaborar a proposta de alteração do despacho da ECAA.

Objetivo 5	Elaboração dos processos de alienação e desmilitarização de material de guerra
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaboração do contrato para desmilitarização de material explosivo oriundo das FA		
Indicador		
Proposta apresentada		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Antes de 31 de janeiro de 2019	Até 15 de abril de 2019	Após 15 de abril de 2019
X		

INICIATIVA 2		
Elaboração e execução dos projetos de alienação de material de guerra em colaboração com os Ramos das FA		
Indicador		
Propostas apresentadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Processos executados e concluídos	Processos em execução	Processos não se iniciaram
	X	

Nota: Dos processos em execução foi concluído integralmente o processo de alienação de cinco aeronaves F16, cuja execução contratual foi delegada na FAP.

Objetivo 6	Elaboração de Processos de Ratificação. Coordenar e gerir o sistema de normalização de Defesa Nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, perseguindo objetivos de interoperabilidade
-------------------	---

INICIATIVA		
Contribuir para a elaboração dos Processos de Ratificação		
Indicador		
Propostas externas / Propostas ratificadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Taxa de execução do plano anual plena	Taxa de execução do plano anual Externos 90%	Taxa de execução do plano anual Externos <90%
X		

Objetivo 7	Ao nível internacional (NATO & EDA), coordenar e gerir o sistema de normalização de Defesa Nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infraestruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, seguindo objetivos de interoperabilidade
-------------------	---

INICIATIVA 1		
Participar nas reuniões do Committee for Standardization (CS) e dos Grupos de Trabalho - Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT)		
Indicador		
N.º de reuniões convocadas (CS, MSG e MSHT) / N.º de reuniões participadas		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Participação em todas as reuniões	Participação em 50% das reuniões	Participação em menos de 50% das reuniões
X		

INICIATIVA 2		
Assegurar a resposta nacional aos documentos solicitados pelos grupos de trabalho MSG/MSHT		
Indicador		
Documentos solicitados pelo MSG/MSHT		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Envio dos documentos antes do prazo fixado pelo MSG/MSHT	Envio dos documentos no prazo fixado pelo MSG/MSHT	Envio dos documentos fora do prazo fixado pelo MSG/MSHT
	X	

Objetivo 8	Garantir a qualidade da Catalogação Nacional
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros temporais definidos pelo Comité OTAN 135 (AC/135)		
Indicador		
Número médio de dias de resposta a 75% dos pedidos de catalogação		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 10 dias	10 dias	> 10 dias
X		

INICIATIVA 2		
Proceder à catalogação dos pedidos internacionais dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN 135 (AC/135)		
Indicador		
Percentagem de rejeições dos pedidos de catalogação internacionais		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
< 20%	20%	> 20%
X		

Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio</i>
-------------------------	---

Objetivo 1	Promover a redução de custos através da racionalização das despesas correntes
-------------------	---

INICIATIVA		
Promover ações conducentes à redução das despesas correntes através da racionalização dos custos operacionais com contratos de manutenção		
Indicador		
% Redução de custos operacionais		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
≥ 4%	= 3%	≤ 2%
X		

Objetivo 2	Conceber e implementar o plano de formação profissional, com vista à valorização e ao desenvolvimento de competências dos trabalhadores da DGRDN
-------------------	--

INICIATIVA		
Elaboração da caracterização do descritivo funcional dos trabalhadores por categoria, com vista à respetiva valorização profissional		
Indicador		
Prazo de apresentação do relatório referente à caracterização do descritivo funcional		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
≤30nov2019	[01dez2019 a 30dez2019]	≥31dez2019
	X	

Objetivo 3	Otimizar o sistema de apoio à gestão financeira e controlo interno
-------------------	--

INICIATIVA		
Implementar um sistema de informação que permita o controlo interno do orçamento das receitas da DGRDN		
Indicador		
Data de criação de um sistema de Gestão das Receitas da DGRDN		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
<30nov2019	[30nov2019 a 31dez2019]	>31dez2019
X		

Unidade orgânica	<i>Divisão de Análise Jurídica e Contratual [Março 2019 – Gabinete de Contratação da Defesa (Equipa Multidisciplinar)]</i>
-------------------------	--

Objetivo 1	Assegurar o apoio técnico-jurídico a todos os assuntos submetidos pela Direção
-------------------	--

INICIATIVA		
Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídico		
Indicador		
Tempo Médio de Resposta (TMR) ² de 14 dias úteis ³ , exceto casos de elevada complexidade		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
TMR < 14 dias	TMR = 14 dias	TMR > 14 dias
X		

Nota: O tempo de resposta médio (TMR) do GCD às solicitações foi largamente superado, tendo se registado os seguintes TMR: processos de alienação 5,6 dias (úteis); processos de aquisição 4 dias; liberação de cauções 8,5 e instrução de processos de fiscalização prévia 7,3.

Objetivo 2	Assegurar a conformidade legal e regularidade financeira dos contratos e atos geradores de despesa pública
-------------------	--

INICIATIVA		
Instrução e remessa dos atos e contratos ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia		
Indicador		
75% dos contratos ou outros instrumentos geradores de despesa visados pelo TC ⁴		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
> 75% contratos visados pelo TC	75% contratos visados pelo TC	< 75% contratos visados pelo TC
X		

Nota: Em 2019, o GCD apoiou a organização e instrução de 7 processos de fiscalização prévia junto do Tribunal de Contas. Destes, 3 encontravam-se a 31 de dezembro de 2019 ainda pendentes, 1 foi cancelado e os restantes 3 foram concluídos com êxito (concessão de visto), pelo que a taxa de sucesso foi de 100%. Os três vistos obtidos referem-se aos três contratos principais adjudicados no âmbito do Programa KC-390.

² TMR = somatório tempos resposta / n.º total de estudos/informações/pareceres produzidos.

³ A contagem do prazo interrompe-se sempre que for solicitada intervenção de um órgão ou serviço externo à DAJC.

⁴ N.º de contratos e atos visados / N.º de contratos e atos remetidos ao TC para fiscalização prévia. Aplicável aos contratos e atos cujo procedimento de formação tenha sido assegurado ou apoiado pela DAJC.

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-geral

Objetivo 1	Manter atualizados e otimizados os principais instrumentos de gestão e apoio à decisão da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (Plano de Atividades, Relatório de Atividades e Balanço Social)
-------------------	--

INICIATIVA 1		
Elaborar o Plano de Atividades 2020		
Indicador		
Apresentar o Plano no prazo previsto		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 30 outubro 2019	Até 15 novembro 2019	Após 15 novembro 2019
	X	

Nota: "Face às circunstâncias de **aprovação do OE 2020** e de acordo com as diretivas constantes na Informação I/1718/2019/SGPCM de 2019-12-04 "Ciclo de Gestão 2020 – Adiamento do prazo de entrega do QUAR e PA para 2020" com o despacho da Sr.ª Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, de 2019-12-09.", só ficou terminado e remetido à tutela e SG em 14 de fevereiro do corrente.

INICIATIVA 2		
Elaborar o Relatório de Atividades 2018		
Indicador		
Apresentar o Relatório no prazo legalmente previsto		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 15 de março 2019	Até 31 março 2019	Após 31 março 2019
	X	

INICIATIVA 3		
Elaborar o Balanço Social 2018		
Indicador		
Apresentar o Balanço Social no prazo legalmente previsto		
Grau de Concretização e Resultados		
Superou	Atingiu (meta)	Não atingiu
Até 15 de março 2019	Até 31 março 2019	Após 31 março 2019
X		

Listagem síntese de Programas e Ações

LISTAGEM SÍNTESE DE PROGRAMAS E AÇÕES

Programa 01

Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de RH

Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Assuntos Estatutários

Ações

- 01-01 Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR)
- 01-02 Regime Estatutário do Pessoal Militarizado
- 01-03 Regimes Retributivos
- 01-04 Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos
- 01-05 Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas
- 01-06 Lei do Serviço Militar
- 01-07 Representação do MDN na CIG
- 01-08 Representação do MDN no âmbito da RCSNU 1325
- 01-09 NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)
- 01-10 Apoio à elaboração de Legislação no âmbito dos RH
- 01-11 Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais
- 01-12 Representação do MDN no âmbito das competências da DAE
- 01-13 Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada
- 01-14 Assistência Religiosa das Forças Armadas
- 01-15 Consultadoria

Programa 02

Promover o aumento das Qualificações dos Recursos Humanos da Defesa Nacional

Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Ações

- 02-01 Certificação da Formação dos militares em RV/RC
- 02-02 Elaborar o Guia Militar para a Qualificação
- 02-03 Ensino Superior Público Militar
- 02-04 Coordenação nacional da iniciativa “Erasmus Militar”
- 02-05 Ensino não Superior ministrado nas Forças Armadas
- 02-06 Profissões regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional
- 02-07 Representação da Defesa nos Conselhos Setoriais para a Qualificação
- 02-08 Representação nacional em Organismos e Instituições nacionais e internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação
- 02-09 Divulgação do Regulamento de Incentivos à Prestação do Serviço Militar (RIPSM)
- 02-10 Subsídio para Pagamento de Propinas
- 02-11 Formação em organismos NATO
- 02-12 Assessoria Técnica
- 02-13 Organização de Conferências, Seminários e Colóquios

Programa 03

Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional

Direção de Serviços de Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Ações

- 03-01 Adequação dinâmica do sistema de incentivos à realidade conjuntural
- 03-02 Potencialização das qualificações dos militares e ex-militares do Regime de Contrato
- 03-03 Fomento do empreendedorismo junto dos militares e ex-militares
- 03-04 Cooperação no âmbito da Reinserção Profissional com organizações e entidades nacionais e internacionais
- 03-05 Consultadoria

Programa 04

Recrutamento, Reservas e Efetivos Militares

Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares

Ações

04-01	Consolidar o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de recrutamento militar
04-02	Promover o desenvolvimento da atratividade da profissão militar, tendo em vista a satisfação das necessidades das FA (através do Recrutamento Normal)
04-03	Recrutamento Especial
04-04	Recrutamento Excecional
04-05	Reserva de Recrutamento
04-06	Reserva de Disponibilidade
04-07	Monitorização dos Efetivos Militares
04-08	Planeamento das Forças no âmbito da NATO
04-09	Promover o funcionamento e divulgação de um Observatório da Profissionalização do Serviço Militar
04-10	Consultadoria

Programa 05

Deveres Militares

Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar/Divisão dos Deveres Militares

Ações

05-01	Gestão operacional do Dia da Defesa Nacional
05-02	Gestão do processo de Convocação
05-03	Gestão do Sistema de Transportes
05-04	Administração dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação
05-05	Gestão dos Centros e Núcleos de Divulgação
05-06	Monitorização e supervisão do Programa do DDN
05-07	Estabelecimento de Parcerias
05-08	Controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN
05-09	Gestão da situação militar dos cidadãos
05-10	Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares
05-11	Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN
05-12	Cooperação no âmbito do DDN com organizações e entidades nacionais e internacionais
05-13	Consultadoria

Programa 06

Comunicação Integrada para o Serviço Militar

Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar

Ações

06-01	Estruturação da Comunicação Integrada para o Serviço Militar
06-02	Criação do Repositório Estruturado de Informação
06-03	Criação da Identidade Visual para o Serviço Militar
06-04	Comunicação Externa – Canal Web
06-05	Comunicação Interna/Externa – Corporate TV do Serviço Militar e DDN
06-06	Comunicação Interna/Externa – Boletim informativo eletrónico
06-07	Cooperação no âmbito da Comunicação integrada para o Serviço Militar com organizações e entidades nacionais e internacionais
06-08	Cooperação com UU/EE militares para potenciar o conhecimento das FFAA e sua história – Programa “O DDN vai aos Museus Militares”
06-09	Consultadoria

Programa 07

Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Saúde Militar

Ações

07-01	Consolidação do novo Sistema de Saúde Militar
07-02	Vigilância Epidemiológica
07-03	Divulgação de informação sobre a Saúde Militar
07-04	Grupo OTAN/Saúde
07-05	Normalização na área da Saúde
07-06	Quadros Especiais das áreas da Saúde
07-07	Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN
07-08	Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar
07-09	Saúde Mental
07-10	Coordenação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FA
07-11	Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST)
07-12	Saúde Global
07-13	Consultadoria

Programa 08

Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes

Ações

08-01	Medidas de política de proteção social
08-02	Ação Social Complementar e assistência na doença aos deficientes militares
08-03	Reabilitação dos deficientes militares
08-04	Qualificação de deficientes das Forças Armadas
08-05	Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais
08-06	Consultadoria

Programa 09

Armamento e Equipamento (Planeamento e Programação)

Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Planeamento e Programação

Ações

09-01	Cooperação internacional
09-02	Planos de Edificação de Capacidades Militares
09-03	Lei de Programação Militar
09-04	Apoio à Gestão de Projetos

Programa 10

Armamento e Equipamento (Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)

Direção de Serviços de Armamento e Equipamento/Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento

Ações

10-01	Licenciamento
10-02	Controlo
10-03	Estratégia de I&D
10-04	Gestão de Projetos em I&D

Programa 11

Infraestruturas

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Infraestruturas

Ações

11-01	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)
11-02	Gestão das Infraestruturas NATO em Portugal
11-03	Manutenção/Construção de infraestruturas
11-04	Preparação do ciclo de planeamento NATO
11-05	Construção de infraestruturas
11-06	Consultadoria

Programa 12

Património imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

12-01	Cumprir as competências da Unidade de Gestão Patrimonial
12-02	Representar o MDN na elaboração dos instrumentos de gestão territorial
12-03	Representar o MDN na secção especializada permanente do Património Arqueológico e Arquitetónico do Conselho Nacional de Cultura
12-04	Cartografia e Cadastro

Programa 13

Rentabilização do Património imobiliário afeto à Defesa Nacional

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

13-01	Identificar os imóveis excedentários e assegurar a sua rentabilização
13-02	Satisfazer os requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis
13-03	Informação
13-04	Protocolos
13-05	Receitas da Lei de Infraestruturas Militares
13-06	Consultadoria

Programa 14

Acordo Bilateral de Defesa Portugal – Estados Unidos da América (Comissão Técnica)

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

14-01	Reuniões da Comissão Técnica
14-02	Projetos de infraestruturas
14-03	Comissão Bilateral Permanente
14-04	Infraestruturas de uso partilhado ou de uso comum
14-05	Ambiente

Programa 15

Turismo Militar

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Ações

- | | |
|-------|---|
| 15-01 | Materializar os resultados do Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar (TM), finalizado em dezembro de 2017 |
| 15-02 | Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e internacionalmente para que estes se possam transformar em recursos passíveis de utilização ao nível do TM |
| 15-03 | Promover a racionalização de recursos implementando um sistema de funcionamento em rede para o TM |
| 15-04 | Contribuir para o reforço da imagem das Forças Armadas, divulgando os seus valores e capacidades |
| 15-05 | Implementar a estratégia nacional para o Turismo Militar |

Programa 16

Qualidade e Ambiente (Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)

Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade

Ações

- | | |
|-------|--|
| 16-01 | Inventariação dos edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN com amianto |
| 16-02 | Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental |
| 16-03 | Cooperação institucional nacional e internacional no âmbito do ambiente |
| 16-04 | Coordenação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente |
| 16-05 | Atualização da Diretiva Ambiental |
| 16-06 | Coordenação do Plano de Ação Ambiental da Diretiva Ambiental |
| 16-07 | Aplicação do regulamento REACH na Defesa Nacional |
| 16-08 | Apoio ao cumprimento da legislação ambiental aplicável à Defesa Nacional |
| 16-09 | Integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos |
| 16-10 | Implementação de medidas de eficiência energética e a utilização de renováveis em edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN |
| 16-11 | Coordenação dos Processos da Qualidade na Defesa Nacional |
| 16-12 | Exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ) |
| 16-13 | Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados com as Normas NATO/AQAP |
| 16-14 | Representação nos fora nacionais e internacionais da Qualidade |
| 16-15 | Desmilitarização de munições e explosivos oriundos das Forças Armadas |
| 16-16 | Alienação de material de guerra das Forças Armadas |

Programa 17

Qualidade e Ambiente (Normalização e Catalogação)

Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente/Divisão de Normalização e Catalogação

Ações

- | | |
|-------|--|
| 17-01 | Elaboração dos Processos de Ratificação |
| 17-02 | Representação do MDN no âmbito das competências do Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT) e do Joint Maintenance Committee (JMC) |
| 17-03 | Representação do MDN no âmbito das competências do Committee for Standardization (CS) da NATO e do Standardization Management Group (SMG) |
| 17-04 | Assegurar a resposta aos documentos no âmbito dos grupos de trabalho MSG e MSHT |
| 17-05 | Garantir a qualidade da Catalogação nacional (1) |
| 17-06 | Garantir a qualidade da Catalogação nacional (2) |
| 17-07 | Garantir a atribuição dos Códigos de Organização (CORG) |
| 17-08 | Garantir os carregamentos SIG/DN |

Programa 18

Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial

Ações

- 18-01 Gerir os recursos financeiros da DG
- 18-02 Gerir os recursos patrimoniais da DG
- 18-03 Análise e Controlo da execução orçamental
- 18-04 Reportes Financeiros
- 18-05 Gestão de economato
- 18-06 Gestão de imobilizado
- 18-07 Consultadoria

Programa 19

Gerir os Recursos Humanos da DGRDN

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Ações

- 19-01 Gerir os Recursos Humanos afetos à DG
- 19-02 Elaborar o Plano de Formação dos trabalhadores da DGRDN
- 19-03 Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)
- 19-04 Modernização e simplificação administrativa da DGRDN
- 19-05 Prestar as informações que sejam solicitadas pelos diversos Serviços Centrais do MDN e Serviços da A.P.
- 19-06 Divulgar as atividades da DGRDN ou de outras entidades da AP com relevância para os RH da Defesa Nacional
- 19-07 Base de Dados do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)
- 19-08 Consultadoria

Programa 20

Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Ações

- 20-01 Desenvolver e manter, no âmbito dos sistemas de informação, a melhoria contínua das atividades da DGRDN
- 20-02 Manutenção e gestão de bases de dados
- 20-03 Desenvolvimento e manutenção de soluções informáticas e web
- 20-04 Monitorização e manutenção da infraestrutura informática de suporte aos sistemas de informação da DGRDN

Programa 21

Contratação no âmbito da Defesa

Ex-Divisão de Análise Jurídica e Contratual

[Março 2019 – Gabinete de Contratação da Defesa (Equipa Multidisciplinar)]

Ações

- 21-01 Contratação Pública no âmbito da Defesa
- 21-02 Legislação e Regulamentos em matérias específicas
- 21-03 Consultadoria

Programa 22

Gestão de Ativos do Estado no âmbito da Defesa Nacional

Divisão de Gestão de Ativos do Estado

Ações

22-01	Gestão, conservação e segurança do património imobiliário no âmbito da DN
22-02	Gestão da propriedade intelectual e industrial, detidos pelo Estado, no âmbito da DN
22-03	Assessoria Técnica e Consultadoria

Programa 23

Gestão e Planeamento Estratégico no âmbito da DGRDN

Ex-Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico (Equipa Multidisciplinar)

[Outubro 2019 – Divisão de Gestão e Planeamento Estratégico]

Considerando que esta Divisão foi criada em Outubro de 2019 e não fazendo parte do Plano de Atividades para 2019, nada há a reportar desta área.

Programa 24

Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-geral

Ações

24-01	Execução do Plano de Atividades (2020)
24-02	Execução do Relatório de Atividades e Relatório de Autoavaliação (2018)
24-03	Execução do Relatório Sintético (2018)
24-04	Execução do Balanço Social (2018)
24-05	Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR 2019/2020)
24-06	Execução de atividades no âmbito institucional e organizacional

Programa 25

Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa (Forças Armadas e de Segurança)

Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Ações

25-01	Atividades do SARFAFS em Portugal
25-02	Atividade internacional do SARFAFS
25-03	Atividades editoriais da SARFAFS

Programa 26

Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Ações

26-01	Competições Desportivas Nacionais Militares
26-02	Política Desportiva Militar
26-03	Competições Desportivas Mundiais de Desporto Militar
26-04	Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)

Atividades executadas (resultados)

Programa 01



Aperfeiçoar a Regulação do Sistema de Recursos Humanos

Unidade orgânica

Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Assuntos Estatutários

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-01	Estatuto dos Militares das Forças Armadas	Realizar estudos, emitir pareceres e participar na preparação de projetos de diploma de desenvolvimento do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio	Regulamentação do EMFAR

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Elaboração de diplomas regulamentares	Projeto	ES	GabMDN/EMGFA/Ramos
2. Elaboração de pareceres no âmbito do EMFAR			

RESULTADOS

Parecer relativo ao projeto de DL que define o regime dos Quadros Especiais da Saúde;

Parecer relativo ao Projeto de Resolução n.º 2222/XIII/4.^a (CDS-PP) – Recomenda ao Governo que proceda à reintegração dos oficiais das especialidades de pilotos aviadores e pilotos que, no período de 1988 a 1992, foram abatidos ao quadro permanente da Força Aérea, a seu pedido, por não lhes ter sido concedida passagem à situação de reserva ou licença ilimitada;

Parecer relativo à Pergunta n.º 2461, da Assembleia da República relativa ao reconhecimento dos direitos sindicais às associações representativas dos militares;

Parecer relativo a documentos sobre reivindicações das Associações Socioprofissionais dos militares das Forças Armadas;

Parecer sobre promoções de oficiais gerais ao abrigo do EMFAR;

Despacho de constituição da Comissão de Apreciação da Lei n.º 12/2018, de 11 de dezembro;

Elaboração e Homologação do regimento da Comissão de Apreciação da Lei n.º 12/2018, de 11 de dezembro.

Análise de requerimentos e deliberação sobre os mesmos pela Comissão de Apreciação da Lei nº 12/2018, de 11 de dezembro;

Parecer relativo a projeto de alteração ao DL nº 29/2016, de 24 de junho - Conselho de Classes da Marinha

Registo de Associações Socioprofissionais de militares – atualização de dados;

Análise de pedidos de exercício de funções em comissão especial.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-02	Regime Estatutário do pessoal militarizado	Estudar, propor e monitorizar medidas no âmbito da aplicação do regime estatutário do pessoal militarizado da Marinha e da Polícia Marítima	Revisão do Estatuto harmonizando-o com a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP)	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Promover e coordenar estudos sobre a configuração e desenvolvimento das carreiras do pessoal militarizado	Atividade corrente	ES	GabMDN/EMGFA/Ramos
2.	Emitir pareceres sobre os mapas de pessoal militarizado			

RESULTADOS

Análise do Plano de promoções do pessoal da Polícia Marítima para o ano de 2019.

Análise sobre pedido de Admissões de pessoal do QPMM.

Parecer sobre colocação de agente da PM na PJM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
01-03	Regimes Retributivos	Elaborar propostas e projetos relativos aos sistemas retributivos do pessoal militar, militarizado e civil das Forças Armadas e monitorizar a respetiva aplicação	Adequação das remunerações ao regime jurídico enquadrador	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	ES	GabMDN/EMGFA/Ramos

RESULTADOS

Decreto-Lei nº 65/2019, de 20 de maio – Análise de memorando do EMGFA sobre descongelamento das carreiras militares;

Análise do projeto de DL nº 21/2019 que atualizou a base remuneratória da Administração Pública;

Análise da proposta de Lei sobre a contabilização integral do todo o tempo de serviço por parte das carreiras e corpos especiais;

Análise do projeto de DL nº 116/2019 relativo ao modelo de recuperação do tempo de serviço dos docentes da Administração Pública;

Parecer sobre o descongelamento das carreiras do pessoal do Arsenal do Alfeite;

Parecer sobre a atribuição de subsídio de insularidade a pessoal civil da Força Aérea;

Parecer sobre os efeitos remuneratórios decorrentes da aquisição do grau de consultor dos médicos civis em funções no âmbito do MDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-04	Suplementos, Subsídios, Gratificações e outros Abonos	Desenvolver e participar nos estudos relativos à revisão dos suplementos remuneratórios e abonos gerais e específicos atinentes à condição militar, adequando-os aos princípios consagrados na LTFP	Adequação do regime ao enquadramento legal em vigor, aplicando os princípios da LTFP e reduzindo o número de suplementos atribuídos
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
	Adaptação da atribuição de suplementos dos militares aos princípios consagrados no Decreto-Lei n.º 25/2015, de 06 de fevereiro	Atividade corrente	ES

RESULTADOS

Parecer sobre o descongelamento dos suplementos remuneratórios dos militares das Forças Armadas.

Parecer sobre o projeto de DL que visa criar o suplemento de operador de câmara hiperbárica.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-05	Diplomas de enquadramento superior da estrutura das Forças Armadas	Colaborar na elaboração de propostas e projetos regulamentares	Harmonização legislativa

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Elaborar um projeto de diploma que altere o regime de capacidade eleitoral passiva harmonizando-o com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 5/2015, de 29 de agosto, ao art.º 33.º da Lei de Defesa Nacional	Projeto	CAT	GabMDN/CCEM/Ramos/Outras entidades

RESULTADOS

Nada a referir no âmbito da Divisão de Assuntos Estatutários.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-06	Lei do Serviço Militar	Apreciar e elaborar propostas de alteração e aperfeiçoamento da Lei do Serviço Militar (LSM), respetivo Regulamento e demais legislação complementar	Aperfeiçoamento legislativo

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	ES	GabMDN/EMGFA/Ramos

RESULTADOS

Nada a referir no âmbito da Divisão de Assuntos Estatutários.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-07	Representação do MDN na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)	Assegurar a representação do MDN no Conselho Consultivo da CIG	Acompanhar a execução do Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (2018-2021), Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (2018-2021) Plano de ação de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais

(2018-2021) e IV Plano Nacional para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2018-2021), no âmbito do MDN. Contribuir para a igualdade efetiva das mulheres e dos homens. Harmonização legislativa

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Acompanhar a implementação dos Planos Nacionais pelos organismos que integram a Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género do MDN	Atividade corrente	CIN	GabMDN/CIG/ Equipa Interdepartamental para a Igualdade e várias entidades
2. Monitorizar o Plano Sectorial de Ação para a Igualdade entre mulheres e homens do MDN			

RESULTADOS

Participação nas reuniões do Conselho Consultivo da CIG;

Participação nas reuniões das Comissões Técnicas de Acompanhamento dos Planos aprovados pela ENIND, bem como do Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos;

Monitorização dos diferentes Planos e elaboração das Planificações;

Monitorização e planeamento do Plano Setorial do MDN para a Igualdade;

Realização de reuniões com a Equipa Interdepartamental do MDN;

Elaboração de pontos de situação a solicitação da tutela.

Organização da visita das alunas do curso “Empowering Women in the 21st Century” (ISCTE-IUL), realizada no Arsenal do Alfeite, que incluiu uma palestra sobre as mulheres nas Forças Armadas, com intervenção das representantes do EMGFA e ramos na Equipa Interdepartamental do MDN, seguida da visita a uma Corveta.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-08	Representação do MDN no âmbito da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (RCSNU)	Coordenar, no âmbito do MDN, a operacionalização do novo Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2018-2021)	Contribuir para a implementação de medidas referentes às questões de género nas operações militares

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Representar o MDN no âmbito do novo PNA 1325.	Atividade corrente	CIN	GabMDN/CIG/ Equipa Interdepartamental para a Igualdade de Género/PNA 1325 e várias entidades
2. Participar nas reuniões do GT interministerial			
3. Acompanhar a implementação do Plano pelo EMGFA, ramos e demais serviços envolvidos.			
4. Colaboração com o Gabinete			

RESULTADOS

Participação nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento do III PNA convocadas pela CIG;

Elaboração do Relatório de Execução do ano anterior e do Planeamento para o ano seguinte, a submeter a validação da tutela;

Realização de reuniões com as entidades envolvidas na execução do Plano;

Elaboração de pontos de situação a solicitação da tutela;

Participação no GT criado no âmbito da DGPDN, que procedeu à elaboração de uma proposta de PNA para a CPLP;

Envio de contributos para o Questionário DPQS19 – Processo de Planeamento de Defesa OTAN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-09	NATO Committee on Gender Perspectives (NCGP)	Assegurar a representação do MDN no Comité sobre Perspetiva de Género da Organização do Tratado do Atlântico Norte	Colaborar com os representantes dos países da NATO nas medidas que visam permitir a integração da perspetiva de género nas FA Participar na Reunião Anual a realizar no Quartel-General da Nato em Bruxelas

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Responder às solicitações do NCGP e dos países-membros	Atividade corrente	CII	GabMDN/NATO/ EMGFA e Ramos
2. Preparação e envio do relatório anual			

RESULTADOS

Participação na 43ª Reunião do NCGP, realizada no Quartel-General da NATO em Bruxelas;

Elaboração do Relatório Nacional relativo a 2018;

Elaboração de respostas a solicitação do Comité.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-10	Apoio à elaboração de Legislação no âmbito dos RH	Colaborar na produção legislativa no âmbito dos recursos humanos da Defesa Nacional	Consagração ou aperfeiçoamento do regime jurídico aplicável aos recursos humanos da DN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Colaboração na elaboração de um projeto de DL que visa aprovar o regime jurídico da Ação Externa da Defesa (Despacho MDN de 12 de abril de 2018)	Atividade corrente	CAT	Coordenação do Gab. MDN, apoio DGPDN e DGRDN, articulação com o EMGFA e os Ramos

RESULTADOS

Análise do projeto de Decreto-Lei que pretende criar o cargo de representante nacional no Common In-Service Support Programme, junto do Joint Board for In-Service Support, (JBISS) para representar o Estado Português neste órgão, com sede em Koblenz, na Alemanha.

Análise dos projetos de diploma que visam a regulamentação do DL nº 37/2016, de 12 de julho – Institutos de Socorros a Náufragos.

Análise de memorando relativo aos Recursos Humanos do Arsenal do Alfeite.

Análise de proposta de nomeação do Secretário-geral da Comissão Portuguesa de História Militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-11	Apoio à elaboração de Legislação Orgânica e outros diplomas legais	Apoio aos Ramos, aos Órgãos e Serviços Centrais e aos organismos tutelados pelo MDN na elaboração e aperfeiçoamento da sua legislação orgânica e outros diplomas legais	Colaborar, mediante solicitação, com as várias entidades e organismos na elaboração e aperfeiçoamento de diplomas legais

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	GabMDN/EMGFA/ Serviços Centrais MDN/Ramos

RESULTADOS

Análise do projeto de DL que extingue o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, por fusão no Exército.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-12	Representação do MDN no âmbito das competências da DSAEEQ/DAE	Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CIN	

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-13	Regulamentação de Uniformes de Empresas de Segurança Privada	Dar parecer no âmbito do procedimento de aprovação dos modelos de uniforme das entidades autorizadas a prestar serviços de segurança privada	Harmonização de procedimentos. Inconfundibilidade com os uniformes das Forças Armadas

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	MAI/Ramos

RESULTADOS

Elaboração de pareceres vários sobre pedidos de alteração de uniformes de empresas de segurança.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-14	Assistência Religiosa das Forças Armadas	Prestação de apoio técnico-jurídico	Análise das questões colocadas pelo Serviço de Assistência Religiosa

Nota – Dependente de articulação com o MAI

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Prestar apoio técnico-jurídico ao Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e Forças de Segurança	Atividade corrente	ES	GabMDN/SEDN, EMGFA, Ramos e MAI
2. Secretariar as reuniões do Conselho Consultivo de Assistência Religiosa			

RESULTADOS

Preparação da reunião do Conselho Consultivo de Assistência Religiosa, realizada em 28 de março, e elaboração da respetiva ata;

Elaboração de informação sobre a proposta da Capelania-Mor de abertura de concurso de recrutamento de capelães.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
01-15	Consultadoria	Apreciar requerimentos e exposições dos cidadãos em sede de procedimento administrativo no âmbito da área de atribuições da DSAEEQ/DAE	Responder aos requerimentos e exposições nas matérias que caibam no âmbito de atribuições da DSAEEQ/DAE

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	Ramos e várias entidades

RESULTADOS

Análise de exposições de militares sobre a carreira militar;

Análise de exposições do pessoal do QPMM;

Análise de exposições de civis – regularização da carreira contributiva, efeitos remuneratórios decorrente da aquisição do grau de consultor por médicos civis;

Análise de pedidos de consolidação de mobilidades intercarreiras de pessoal civil;

Análise de pedidos de cedência de interesse público de trabalhadores civis;

Parecer prévio sobre contratação de pessoal civil - contrato a termo resolutivo ;

Análise de informação da Marinha relativa a pessoal civil da carreira informática - Regime completo prolongado;

Análise do Mapa de pessoal civil da Marinha para 2019;

Análise de pedido do Instituto Hidrográfico relativo a nomeação de coordenador técnico de pessoal da carreira de informática.

Atividades e Projetos não previstos

Elaboração de respostas a questionários de Organizações Internacionais (ONU, EU, NATO), e outros pedidos, no âmbito dos direitos humanos:

- Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW);
- Convenção sobre os Direitos das Crianças e seus Protocolos Facultativos;
- Pedido de contributos para o reforço da ação da ONU na área dos direitos humanos através da cooperação internacional;
- Relatório da visita a Portugal do Subcomité para a Prevenção da Tortura das Nações Unidas;
- Convenção Contra os Desaparecimentos Forçados.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 02



Promover o aumento das Qualificações dos Recursos Humanos da Defesa Nacional

Unidade orgânica

Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e Qualificação

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-01	Certificação da Formação dos Militares em RV e RC	Potenciar a certificação da formação dos militares em RV/RC, alinhando os referenciais das Forças Armadas (FA) ao Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)	Aumento do índice de certificação da formação dos militares das FA com o Ensino Secundário e/ou Nível 4 de Qualificação	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Assegurar a definição e implementação do processo de certificação da formação nos Ramos (enquanto entidade coordenadora da equipa técnica)	Projeto	CAT/AA/CIN/FOR	EMGFA, Ramos, Entidades certificadoras e formadoras, ANQEP e IEFEP
2.	Apoiar a revisão ou criação de referenciais que promovam a formação comum nas FA e que potenciem a formação específica de cada Ramo, em articulação com o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ)			
3.	Apoiar a revisão dos instrumentos legais que dão suporte à formação profissional (por exemplo: Lei do Serviço Militar e Regulamento da Lei do Serviço Militar, Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar)			
4.	Emitir pareceres técnicos sobre diplomas de alteração nos sistemas formativos nacionais			

RESULTADOS

- Criação da Comissão Técnica para a Educação e Formação Profissional no âmbito da Defesa Nacional:** Foi elaborada uma proposta de Portaria que visa instituir a Comissão sendo

submetida à consideração superior, no sentido da sua aprovação, através da informação n.º 16843/DIRP de 3 de dezembro de 2019 remetida ao gabinete de SEXAMDN através do ofício n.º 8831 de 3 de dezembro.

2. **Constituição do Conselho Sectorial para a Qualificação (CSQ) Segurança e Defesa:** Este CSQ será constituído por despacho da Presidente da ANQEP e, de acordo com a última reunião tida com elementos da Agência a 17 de Setembro de 2019, o CSQ deveria ter sido constituído até ao final de 2019.
3. Encontra-se em curso a integração dos referenciais de formação das profissões regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional, no CNQ, nomeadamente das atividades de «Nadador-Salvador» e «Mergulhador Profissional» – a Marinha e o Instituto de Socorros a Náufragos encontram-se a rever os referenciais de formação, de modo a adequa-los à lógica do CNQ.
4. Acordo de Cooperação Interministerial nas Áreas de Educação e Formação no âmbito da Defesa Nacional: Assinatura da revisão do Acordo de Cooperação Interministerial nas Áreas de Educação e Formação no âmbito da Defesa Nacional. A assinatura do Acordo de Cooperação foi celebrada a 12 de abril de 2019.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-02	Elaborar o Guia Militar para a Qualificação	Conceber e implementar um Guia Militar para a Qualificação no âmbito da Defesa Nacional	Promoção da qualidade e da credibilização externa da formação ministrada no âmbito da Defesa Nacional para efeitos da certificação da formação	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Fazer o levantamento do nível de certificação da Formação Inicial necessária para o desempenho das especialidades ou classes das Forças Armadas		Projeto	CAT/CIN	Ramos, ANQEP, DGERT e IEFP
2. Elaborar o Guia Militar para a Qualificação				
3. Contribuir para um fluxo de informação sobre o nível de certificação da formação inicial				

RESULTADOS

No âmbito do grupo de trabalho para a implementação do RCE foi elaborada uma matriz de análise tendo em vista facilitar a identificação de situações funcionais passíveis de serem abrangidas por aquele regime. Com base nesta matriz foi possível identificar os percursos formativos para 6 especialidades da Força Aérea e elaborar um protótipo do Guia Militar para a Qualificação. Concomitantemente foi efetuada uma reunião com uma empresa tendo em vista a disponibilização do Guia através da internet associada ao portal do recrutamento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-03	Ensino Superior Público Militar	Consolidar o sistema de ensino superior militar	Contribuir para a adequação dos modelos de ensino às necessidades das Forças Armadas, e a respetiva acreditação junto da A3ES

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Emitir informações e pareceres técnicos sobre o edifício legislativo e funcionamento do IUM e respetivas unidades orgânicas de ensino e ID&I	Atividade corrente	CAT/AA	EMGFA, MCTES, DGES e A3ES
2. Apoiar técnico-jurídico na configuração do IUM			
3. Apoiar técnico-jurídico na regulamentação nas matérias do ensino superior militar decorrentes da revisão do EMFAR			
4. Monitorizar a efetiva implementação das linhas de ação do processo de Bolonha no sistema de ensino do IUM			
5. Acompanhar o processo de acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento no IUM e nas respetivas Unidades Orgânicas Autónomas			
6. Assegurar o apoio técnico ao Conselho do Ensino Superior Militar			

RESULTADOS

1. Regulamentação do edifício legislativo:
2. Análise da segunda versão dos drafts de propostas de Decretos regulamentares das Unidades Orgânicas Autónomas (Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea) de natureza universitária do Instituto Universitário Militar (IUM), que visam a aprovação da orgânica destas UOA, apresentadas pelo GabCEMGFA – ofício e informação remetidos ao GabMDN a 11 de janeiro de 2019;
 - a. Análise da segunda versão do draft de proposta de alteração do Decreto-lei n.º 249/2015, de 28 de outubro, que procedeu à aprovação da orgânica do Ensino Superior Militar (ESM), à consagração das suas especificidades no contexto do ensino superior, bem como à aprovação do Estatuto do IUM, apresentada pelo GabCEMGFA - ofício e informação remetidos ao GabMDN a 18 de abril de 2019 - O projeto foi apreciado em sede do Conselho do Ensino Superior Militar e encontra-se para análise no Gabinete de SEXAMDN;
 - b. Análise dos drafts de propostas de decreto-lei que regulamenta o Exercício de Atividades de Docência Universitária e de portaria que altera os Regulamentos da Avaliação do Mérito dos Militares das Forças e Guarda Nacional Republicana, apresentados pelo Conselho do Ensino Superior Militar (CESM) - ofício e informação remetidos ao GabMDN a 18 de janeiro de 2019;
 - c. Foi publicado o Decreto-lei n.º 17/2019, de 22 de janeiro, que regulamenta a Unidade Politécnica Militar (UPM) que tem por missão promover o desenvolvimento de atividades de ensino e investigação baseada na prática, com a finalidade essencial de formar os Sargentos dos quadros permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional

- Republicana (GNR), habilitando-os ao exercício das funções que estatutariamente lhes são cometidas;
- d. Foi publicada a Portaria n.º 288/2019, de 3 de setembro, que regula o Regime de Atribuição do Nível 5 de Qualificação - Curso de Formação de Sargentos;
 - e. Foi publicado o Decreto-Lei n.º 96/2019, de 23 de julho que alterou o estatuto jurídico do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 283/93, de 18 de agosto, que integra agora o Comandante do IUM.
3. Foram efetuadas 5 reuniões do CISM tendo sido elaboradas as atas respetivas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-04	Coordenação nacional da iniciativa "Erasmus Militar"	Assegurar o desenvolvimento dos princípios da iniciativa e garantir a participação e coordenação dos subsequentes trabalhos de implementação a nível nacional	Garantir, a nível nacional, a conceção e apoio técnico na divulgação, defesa e implementação da iniciativa. Assegurar a representação nacional nas instâncias internacionais	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Assegurar a participação nacional nas reuniões da iniciativa	Projeto	CII/CIN	EMGFA, Ramos, DGPDN, MNE, MCTES e DGES
2.	Apoiar ações de intercâmbio de oficiais alunos durante o seu período de formação militar inicial			

RESULTADOS

Foi assegurada a representação da DGRDN em 2 reuniões no Grupo de Implementação da Iniciativa Europeia para os Intercâmbios de Jovens Oficiais, inspirada no programa Erasmus;

Neste âmbito foi aprovada a adesão ao legal framework, através do Despacho n.º 4450/2019, 10 de abril, de SEXAMDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-05	Ensino não Superior ministrado nas Forças Armadas	Acompanhar e monitorizar a consolidação da reforma do ensino não superior ministrado nas Forças Armadas	Consolidar os projetos pedagógicos dos EMEs	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Acompanhar e providenciar o apoio técnico-jurídico ao processo de regulamentação dos EMEs (estatutos e regulamentos)	Atividade corrente	CAT/AA	EMGFA, Ramos, MEdu, ANQEP e outras entidades
2.	Acompanhar e monitorizar o			

- funcionamento do ensino militar não superior
3. Monitorizar os resultados académicos dos alunos dos EMEs
 4. Harmonizar e potenciar a qualidade do ensino e dos respetivos resultados académicos

RESULTADOS

1. Análise do pedido de reavaliação do conceito de agregado familiar definido no Despacho n.º 19/MDN/2014, de 6 de fevereiro - ofício e informação remetidos ao GabMDN a 19 de julho de 2019;
2. Através de Despacho de 1 de agosto de 2019, SEXAMDN determinou a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) com elementos do Exército e da DGRDN para definição do modelo de financiamento dos EME:
 - a. O GT foi constituído tendo havido uma reunião e duas visitas aos EME tendo em vista recolher os indicadores sobre os mesmos e tomar contacto com os desafios que a Direção dos mesmos enfrenta;
 - b. Encontramo-nos a aguardar o envio de dados solicitados ao Exército.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-06	Profissões Regulamentadas no âmbito da Defesa Nacional	Assegurar a implementação e consolidação das políticas sectoriais para as Profissões Regulamentadas	Garantir a implementação das políticas e diretivas sectoriais europeias no âmbito das Profissões Regulamentadas.

	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Assegurar a representação nas Comissões Técnicas para o Mergulho Profissional e Nadador-Salvador	Atividade corrente	CAT/AA	AMN, ISN e outras entidades
2.	Acompanhar e providenciar o apoio técnico-jurídico na regulamentação do regime legal enquadrador			
3.	Acompanhar a implementação e monitorização no âmbito das Profissões Regulamentadas da Defesa Nacional			

RESULTADOS

1. Nadadores-Salvadores

- a. Participação na reunião da Comissão Técnica para a Segurança Aquática (CTSA) em 06 de dezembro.
- b. Análise das propostas de regime contraordenacional e de regulamento interno da CTSA apresentadas pela Autoridade Marítima Nacional, tendo também em conta o novo quadro jurídico de transferências de competências para as autarquias locais - ofício e informação remetidos ao GabSEDN a 1 de julho de 2019;
- c. Análise do pedido de parecer da Federação Portuguesa de Nadadores-salvadores sobre uma proposta de protocolo a celebrar com as associações suas associadas - ofício e informação remetidos ao GabSEDN a 28 de agosto de 2019.

2. Mergulhadores Profissionais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
02-07	Representação da Defesa nos Conselhos Setoriais para a Qualificação	Assegurar a representação da Defesa Nacional, junto da ANQEP, nos Conselhos Setoriais para a Qualificação considerados estratégicos para o EMGFA e Ramos	Identificar as necessidades de qualificações e a compatibilidade com os perfis profissionais e os correspondentes referenciais de formação e de RVCC		
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1.	Assegurar a representação do MDN nos grupos de trabalho técnico-consultivos com responsabilidades ao nível da identificação das evoluções ocorridas nos correspondentes setores de atividade	Atividade corrente	CAT	EMGFA, ANQEP e Ramos	
2.	Analisar todas as propostas que são objeto de discussão/aprovação em conselho				
3.	Desenvolver e apresentar propostas no âmbito da Defesa Nacional				

RESULTADOS

A Defesa Nacional, através da DGRDN, tem também participado nos Conselhos Sectoriais para a Qualificação como forma de acompanhar a integração e/ou atualização de referenciais de qualificação e/ou de UFCD no CNQ.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-08	Representação Nacional em Organismos e Instituições nacionais e internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação	Assegurar a representação do MDN em comissões, grupos de trabalho e outros, no âmbito das suas competências específicas	Assunção de responsabilidades decorrentes da qualidade de país membro da UE, OTAN e outras instituições internacionais, reforçando a presença nacional nas instituições internacionais no âmbito do Ensino e Qualificação. Representação nas reuniões propostas e consequente desenvolvimento dos trabalhos
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			EMGFA e Ramos

Fóruns de interesse identificados (Informação 1387-DEQ de 5 de agosto de 2016)

1. NATO e-Learning
2. NATO Education & Training
3. Lifelong Learning Programme
4. Open Education Europe
5. Elearning Platform for Adult Learning in Europe
6. Observatório Panorama e-learning em Portugal

RESULTADOS

1. Participação no “Sectoral Qualifications Framework for the Military Officer Profession” (SQF-MILOF) para a definição do Perfil do Oficial Militar Europeu: A DGRDN tem assumido a representação nacional no âmbito do GT SQF-MILOF, constituído pelo Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD) participando em 4 reuniões em Bruxelas. O objetivo desta iniciativa é a definição do “Perfil do Oficial Militar Europeu”, através do desenvolvimento de um perfil de competências, bem como dos respetivos perfis de formação.
2. Participação no “Nato Training Group” (NTG) para acompanhamento das questões relativas ao ensino e formação ao nível dos países da NATO tendo a DGRDN participado numa reunião em Copenhaga.
3. Plano Nacional para a Juventude (PNJ):
 - a. A Defesa Nacional, através da DGRDN, tem vindo a acompanhar a implementação das medidas propostas bem como monitorizar o plano de ação anual; No que diz respeito ao plano de ação para o ano em curso, 12 das 13 medidas propostas estão a ser implementadas. Quanto à 13ª medida, relativa à “Execução do Programa “Defesa Qualifica” que visa apoios financeiros para facilitar o acesso a formação”, esta encontra-se pendente de despacho anterior;
 - b. A DGRDN participou em 3 reuniões do PNJ sendo que uma delas decorreu entre o IPDJ e o MDN para análise e definição conjunta dos termos de execução da medida “Estabelecimento de protocolo no sentido de assegurar a participação do IPDJ, I.P. nas atividades do Dia da Defesa Nacional”.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
02-09	Divulgação do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar (RIPSM)	Apoiar técnico-juridicamente o processo de implementação do novo RIPSM	Contribuir para o processo de divulgação do RIPSM de forma a assegurar uma maior implementação dos apoios ali previstos		
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1.	Apoiar técnico-juridicamente o processo de implementação do novo RIPSM	Projeto	CAT	EMGFA e ramos	
2.	Desenvolver um referencial de formação para preparação dos militares para a divulgação do novo RIPSM				
3.	Acompanhar o processo de implementação do RIPSM				

RESULTADOS

Regulamento de Incentivos

- No âmbito dos apoios à contratação foram aprovadas as Portarias n.ºs 95/2019, de 29 de março e 112-A/2019, de 12 de abril;
- Foi publicado o Regulamento de Candidatura ao Subsídio para Pagamento de Propinas de Ensino, através do Despacho n.º 796/2019, publicado no Diário da República, n.º 14, Série II, de 21 de janeiro de 2019;
- Foram elaborados: a Nota Técnica n.º 1/2019 relativa aos efeitos da aplicação do artigo 42.º do RIPSM e um Quadro Comparativo que estabelece o paralelo entre os regimes anterior e atual - ofício e informação remetidos ao GabSEDN a 7 de janeiro de 2019;
- Foram ainda efetuados diversos pareceres tendo em vista a clarificação da interpretação do Regulamento de Incentivos sendo de destacar a análise feita através da informação n.º 16780 de 26-11-2019 - «Não aplicação do RIPSM pela Região Autónoma da Madeira»;
- Foi desenvolvido o referencial de formação para o «Curso de Divulgador do Regulamento de Incentivos» que se encontra para ser submetido à consideração superior.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-10	Subsídio para Pagamento de Propinas	Proceder à gestão do processo de concessão de subsídio para pagamento de propinas	Apoiar os militares e ex-militares do RC na obtenção de qualificações de nível superior	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Efetuar a gestão corrente dos pedidos de concessão e renovação do subsídio	Atividade corrente	AA/DIV/ APL	Militares e Ex-Militares

2. Aumentar a eficiência do processo de concessão de subsídio para pagamento de propinas
3. Concretizar o processo de desmaterialização, por recurso a uma plataforma informática de gestão académica
4. Elaborar proposta para cabimentação da verba para o pagamento dos subsídios
5. Desenvolver um estudo de avaliação da execução do processo

RESULTADOS

Foram recebidas 113 novas candidaturas completas ao Subsídio para Pagamento de Propinas (SPP), relativas a 24 militares no ativo e a 89 militares na disponibilidade, e 106 pedidos de renovação do SPP o que correspondeu a um montante total de 188 248,32 Euros fixado por despacho de SEXASERHAC de 20/12/2019.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
02-11	Formação em organismos NATO	Proceder à divulgação de cursos promovidos pelas escolas de formação da NATO	Gerir eficientemente os pedidos de cativação de vagas por parte das entidades intervenientes	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Elaborar o Plano Anual de Formação	Atividade corrente	DIV/APL	EMGFA, Ramos, SG-MDN, DGPDN, ANPC
2.	Efetuar a gestão corrente dos pedidos de formação			
3.	Elaborar um relatório anual de avaliação da execução do processo			

RESULTADOS

1. O processo de formação na NATO School tem por base a frequência de cursos disponibilizados por esta, envolvendo todas as entidades inerentes à Defesa Nacional e entidades externas, que estejam habilitadas a frequentar cursos NATO;
2. A DGRDN, enquanto representante nacional, estabelece-se como o ponto de contacto nacional (POC) procedendo, anualmente, à divulgação, monitorização e cativação de vagas no âmbito das necessidades de formação identificadas pelas entidades anteriormente referidas;

3. Em 2019 o plano de formação NATO SCHOOL apresentava 154 cursos, após auscultação as diferentes entidades civis e militares (EMGFA, Marinha, Exército e Força Aérea e a DGRDN) foram solicitadas a cativação de 203 vagas. Das 203 vagas solicitados apenas foram atribuídas 175 vagas;
4. Durante o ano de 2019 foram efetuados 70 cancelamentos. Tendo sido realizados 105 ações de formação. A DGRDN realizou 8 ações de formação, o EMGFA realizou 36 ações de formação a Marinha 4, o Exército 33, a Força Aérea 23, e a Guarda Nacional Republicana 1 ação de formação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-12	Assessoria Técnica	Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do Ensino, Qualificação e Formação, Certificação Profissional e ID&I	Apoio técnico que contribua para a adoção de soluções eficientes. Aproximação da Administração Pública aos cidadãos
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON/ CAT/AA
			Parceiros intervenientes
			Entidades que solicitem

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
02-13	Organização de Conferências, Seminários e Colóquios	Propor, organizar e conduzir conferências, seminários e colóquios subordinados às temáticas afetas à Divisão de Ensino e Qualificação	Divulgar e sensibilizar nos domínios específicos de cada temática
Subações		Tipo	Natureza
		Projeto	CIN/CII/ DIV/CAT
			Parceiros intervenientes
			Entidades relevantes consoante a temática

Ações de interesse identificadas

1. Seminário sobre "Certificação da Formação Profissional" de modo a sensibilizar os cidadãos em geral e os militares em particular para a importância dos mecanismos e processos de certificação.
2. Seminário sobre o panorama do *e-learning* a nível nacional e internacional de modo a sensibilizar os cidadãos em geral e os militares em particular para a importância das novas tecnologias da informação e comunicação no ensino e formação profissional.

RESULTADOS

Nada a referir.

Atividades e Projetos não previstos

1. Regime de Contrato Especial

- a. Foi publicada a Portaria n.º 100/2019, de 8 de abril, que aprova o modelo de contrato para prestação de serviço militar em regime de contrato especial (RCE);
- b. Foi apresentado um draft de proposta de alteração do Despacho n.º 6555/2015, publicado no Diário da República, n.º 113, série II, de 12 de junho de 2015, que estabelece o mecanismo que permite apurar o montante a pagar por cada militar - ofício e informação remetidos ao GabSEDN a 1 de fevereiro de 2019;
- c. Através do ofício n.º 606/2019, de 11 de fevereiro de 2019 de Sua Excelência a Secretária de Estado da Defesa Nacional, foi solicitado aos Ramos das Forças Armadas a identificação das especialidades/situações funcionais que poderiam ser abrangidas pelo RCE; A Força Aérea Portuguesa (FAP) remeteu através do ofício n.º 6552, de 6 de junho de 2019, do Chefe de Gabinete de S. Exa. o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, a proposta de especialidades a serem abrangidas pelo RCE. Foi efetuada análise à proposta da FAP e considerou-se que aquela não cumpria os requisitos definidos no diploma para aquele regime e, consequentemente, não permitia a elaboração de uma proposta de despacho nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 75/2018 de 11 de outubro. Assim, tendo em vista a densificação dos critérios necessários para uma correta análise das situações funcionais dos Ramos, nas diferentes categorias, que poderão ser abrangidas pelo RCE a DGRDN construiu uma matriz enviada, tanto à FAP como à Marinha e ao Exército, que visava recolher um conjunto de indicadores para cada especialidade/situação funcional;
- d. Entretanto, foi constituído um Grupo de Trabalho (GT), decorrente do Conselho de Chefes de Estado-Maior de 19 de junho de 2019, com a missão de uniformizar procedimentos e harmonizar as tabelas com os critérios necessários para a análise das situações funcionais passíveis de serem abrangidas pelo RCE sendo que a DEQ participou em 4 reuniões do GT.

2. Criação e capacitação do Centro Qualifica AP (CQ AP) da Defesa Nacional

- a. O Programa Qualifica AP foi criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2019, publicada em Diário da República, 1.ª série, n.º 32, de 14 de fevereiro, com o objetivo de promover as qualificações e competências dos trabalhadores da Administração Pública (AP); Um dos instrumentos fundamentais para a concretização do Programa Qualifica AP passa pela criação de uma rede nacional de centros especializados em educação e formação de adultos, designados Centros Qualifica AP;
- b. Tendo em vista o cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2019 e a efetiva constituição do CQ AP no seio da DGRDN foi necessário proceder a um conjunto de ações pilotadas pela DEQ designadamente:
 - i. A nomeação de um coordenador a fim de garantir o regular funcionamento, bem como a gestão pedagógica e organizacional do CQ AP, conforme previsto no artigo 7.º da Portaria n.º 232/2016, de 29 de agosto;
 - ii. A identificação de um espaço físico destinado ao funcionamento do CQ AP: considerou-se que a solução mais viável do ponto de vista geográfico e pedagógico, será o CQ AP ficar instalado no Balcão Único da Defesa no Palácio Bensaúde;
 - iii. O diagnóstico das necessidades de certificação escolar e profissional dos trabalhadores, ao nível dos serviços centrais da Defesa Nacional (numa primeira fase), sendo que o mesmo foi efetuado através do preenchimento de uma matriz de caracterização onde foi possível verificar que existe um potencial universo de 1051 trabalhadores com qualificações inferiores ao ensino secundário;

- iv. Reunião com o CQ do IEPF de Alverca tendo em vista a prestação dos serviços dos seus TORVCs enquanto a DGRDN não desenvolve capacidade própria. Nesse sentido foi realizada uma acção de esclarecimento para os trabalhadores do MDN.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 03



Sistema de Incentivos e Reinserção Profissional

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários,
Ensino e Qualificação/Divisão de Ensino e
Qualificação*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-01	Adequação dinâmica do sistema de incentivos à realidade conjuntural	Monitorizar a aplicação do Regulamento de Incentivos, assegurando a sua adequação às características do seu público-alvo e a toda a legislação com que se inter-relaciona	Exequibilidade e utilidade dos diferentes incentivos legalmente previstos

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Analisar os impactes no Regulamento de Incentivos das alterações legislativas que ocorram em matérias com ele conexas	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEEQ; Ramos das FA; Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras;
2. Promover ações de divulgação dos incentivos junto do público-alvo			Organizações não-governamentais; Consultoras; IEFP;
3. Divulgar Normas de Orientação Técnica relativamente à aplicação do Regulamento de Incentivos junto dos Ramos das FA			ANQEP; Ramos; Ministério da Educação; Ministério da Economia e
4. Desenvolver ações de (in)formação sobre os incentivos em U/E/O militares			Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

RESULTADOS

Durante 2019 foram realizadas 18 palestras sobre o Regulamento de Incentivos em Unidades Militares (2 na Marinha, 10 no Exército, 5 na Força Aérea e 1 no CIOFE).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-02	Potenciação das qualificações dos militares e ex-	Contribuir para que a formação adquirida pelos militares na formação inicial,	Aumentar o número de militares com a formação certificada necessária à potenciação da sua

militares do Regime de Contrato	ao longo do seu percurso profissional ou no final da prestação do serviço militar seja rentabilizada	empregabilidade no acesso ao mercado de trabalho civil		
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1. Garantir o acesso dos militares e ex-militares do RC a ações de formação certificada pertencentes ao Sistema Nacional de Qualificações, assentes em Unidades de Formação de Curta Duração disponibilizadas por entidades parceiras que recorrem aos Fundos Sociais Europeus	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEEQ, Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras; Organizações não-governamentais; Consultoras; IIEFP; ANQEP; Ramos; Ministério da Educação; Ministério da Economia e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	
2. Garantir o acesso a formações especializadas que conferem acesso a certificações para o desenvolvimento de determinadas atividades profissionais (profissões regulamentadas)				
3. Organização de formação comportamental que permita potenciar a empregabilidade				
4. Divulgar os apoios à obtenção de habilitações académicas				
5. Protocolar com entidades formadoras e instituições de ensino superior, condições mais vantajosas no acesso a formação				

RESULTADOS

Foram desenvolvidas 6 ações de formação em Lisboa num total de 296 horas para 101 formandos.

Foram efetuados 9 processos de Orientação Escolar e Profissional e 4 atendimentos no âmbito da Hora E.

Foram passadas 9 declarações de acesso ao contingente especial, 3 para os Maiores de 23 e 10 declarações para usufruto das condições protocoladas com entidades formadoras.

Foram divulgados 2970 Avisos de Ofertas de Emprego Público e 25 Ofertas de Emprego Privado sendo emitidas 374 Declarações de Equiparação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-03	Fomento do empreendedorismo junto dos militares e ex-militares	Incentivar o autoemprego como estratégia de apoio à fase de transição	Reduzir a dependência dos militares e ex-militares do subsídio de desemprego e potenciar a criação do auto-emprego

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Desenvolvimento de ações de formação dedicadas à temática do empreendedorismo	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA; Entidades Formadoras; Entidades Empregadoras; Organizações não-governamentais, Consultoras; IEFP; ANQEP; Ministério da Educação; Ministério da Economia e Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

RESULTADOS

Foram efetuadas 4 ações da Hora D dedicadas a esclarecer dúvidas aos (Ex-)militares do RC que pretendem criar o seu próprio emprego.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-04	Cooperação no âmbito da Reinserção Profissional com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito dos processos relacionados com a Reinserção Profissional	Estreitamento dos laços, aquisição e troca de conhecimentos e experiências nos processos atinentes à Reinserção Profissional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CII e CIN	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta no macroprocesso Reinserção Profissional previstas no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

Efetuada várias reuniões com entidades parceiras, formadoras e empregadoras, tendo em vista o desenvolvimento de ações que potenciem a empregabilidade dos (Ex-)militares do RC.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
03-05	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito da Reinserção Profissional, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da Administração aos cidadãos
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
Parceiros intervenientes			

RESULTADOS

Nada a referir.

Atividades e Projetos não previstos

Foi efetuada a mudança de instalações do Palácio Bensaúde para o edifício de apoio ao EMGFA.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 04



Recrutamento, Reserva e Efetivos Militares

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços da Profissionalização do
Serviço Militar/Divisão de Recrutamento e
Efetivos Militares*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-01	Consolidar o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de recrutamento militar	Promover a harmonização e eficiência dos processos de recrutamento militar, da consolidação do funcionamento do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação	Melhorar a informação sobre o recrutamento; potenciar a eficiência dos processos

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Apoiar a implementação do plano de atividades da Comissão de Planeamento e Coordenação do Recrutamento Militar	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e Centro de Dados da Defesa
2. Apoiar o desenvolvimento de uma política integrada de comunicação do serviço militar (vertente recrutamento: análise de conteúdo da atual mensagem de recrutamento)			
3. Após o desenvolvimento do Portal de Recrutamento Militar, continuar a melhorar os serviços atinentes, bem como, garantir a atualização atempada de todos os conteúdos			

RESULTADOS

O Portal de Recrutamento Militar foi consolidado e está em funcionamento pleno, tendo permanentemente atualizados os conteúdos disponibilizados pelos ramos (tanto em matéria de descrição de profissões como de concursos abertos;

Foi desenhada uma proposta de estratégia de comunicação para o serviço militar, ajustada aos desafios que o recrutamento enfrenta e às características do público-alvo.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-02	Promover o desenvolvimento da atratividade da profissão militar, tendo em vista a satisfação das necessidades das Forças Armadas (através do recrutamento normal)	Potenciar a obtenção de efetivos militares para o regime de voluntariado e de contrato	Contribuir para a satisfação das necessidades das Forças Armadas em termos de efetivos RV/RC	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Assegurar a atualização dos dados sobre o potencial de atratividade de cada ramo em termos profissionais (no âmbito da participação dos jovens no DDN)	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA
2.	Promover a comparabilidade da informação recolhida nas diversas fases do recrutamento (da candidatura à incorporação), para a caracterização dos candidatos, avaliação de processos e aferição de expectativas			
3.	Assegurar o funcionamento dos processos de recurso das provas de classificação e seleção			
4.	Emissão de pareceres técnicos relativos às propostas de admissão para o regime de voluntariado e de contrato			
5.	Promover a divulgação da profissão militar junto dos jovens em idade escolar			

RESULTADOS

Foi atualizado o estudo sobre o potencial de recrutamento das Forças Armadas (pontos fortes e fracos), contribuindo para estrutura os planos de recrutamento dos ramos, assim como para adequar os respetivos planos de comunicação;

Tudo o que tem a ver com os recursos hierárquicos das PCS ou com o funcionamento da LSM foi assegurado de forma contínua;

Foi assegurada a análise das propostas de admissão ao RV/RC dos três ramos;

Foi efetuada a monitorização do política de recrutamento (acompanhando e analisando os dados das candidaturas e admissões);

Foi coordenada a participação em grandes eventos junto dos jovens em idade escolar (Qualifica).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-03	Recrutamento Especial	Contribuir para a melhoria do processo de recrutamento especial	Harmonizar procedimentos; otimizar processos de análise de perfis de candidatos/incorporados	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Desenvolver a configuração do processo de autorização das admissões	Atividade corrente	CAT	DGRDN/DSAEQ, ramos das FA e outras entidades
2.	Colaborar na apreciação das propostas dos Chefes de Estado Maior de cada ramo das FA relativas ao número de vagas para admissão aos cursos, tirocínios ou estágios para ingresso nas várias categorias dos QP			
3.	Tratar a divulgação do recrutamento especial no âmbito do portal de recrutamento			

RESULTADOS

Foi assegurada a monitorização e análise evolutiva dos efetivos das Forças Armadas;

Foi analisado e processado todo o processo associado às propostas de admissão para os Quadros Permanentes.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-04	Recrutamento Excecional	Estabelecer as linhas de orientação geral a adotar em caso de Recrutamento Excecional	Elaborar proposta relativa a procedimentos gerais em caso de convocação, mobilização e requisição	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Consolidar a definição dos conceitos e dos processos que lhe estão associados	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta e indireta no Recrutamento Excecional
2.	Conceber proposta de sistema de gestão da informação			

RESULTADOS

Este processo (análise e configuração) passou para a assessoria da Direção

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-05	Reserva de Recrutamento	Garantir o estudo dos dados da reserva de recrutamento e promover a sua atualização	Utilizar a informação para sustentar políticas de recrutamento
	Subações	Tipo	Natureza
	Manter atualizado o estudo sobre a reserva de recrutamento (configuração quantitativa e qualitativa)	Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			Centro de Dados da Defesa; Ramos das FA; outros ministérios

RESULTADOS

Este processo (análise e configuração) passou para a assessoria da Direção.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-06	Reserva de Disponibilidade	Conceber e gerir um sistema de informação sobre a reserva de disponibilidade com base nos dados fornecidos pelos ramos das Forças Armadas	Obter a caracterização da Reserva de Disponibilidade através da integração de dados cedidos pelos ramos das FA e avaliação do percurso profissional desenvolvido nas FA
	Subações	Tipo	Natureza
	1. Identificar a informação (e as fontes da mesma) necessária à gestão da reserva de recrutamento e promover a sua integração e atualização	Atividade corrente	CAT
	2. Promover a atualização dos estudos de caracterização da reserva de recrutamento (configuração qualitativa e quantitativa)		
	3. Conceber proposta de sistema de gestão da informação		
			Parceiros intervenientes
			Ramos das FA; Centro de Dados da Defesa

RESULTADOS

Este processo (análise e configuração) passou para a assessoria da Direção.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-07	Monitorização dos Efetivos Militares	Promover a atualização permanente do registo de efetivos do pessoal das Forças Armadas, nos diferentes regimes, situações e formas de prestação de serviço. Comparar os efetivos autorizados através de diploma legal com os efetivos existentes. Proceder à análise estatística dos efetivos militares	Fundamentar as propostas de redimensionamento dos efetivos militares e sustentar os processos que exigem parecer do MF Acompanhar a evolução dos efetivos face aos critérios fixados na «Reforma Defesa 2020»

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Assegurar a existência de procedimentos de monitorização dos efetivos militares	Atividade corrente	CAT	EMGFA e Ramos
2. Desenvolvimento de estudos situacionais e evolutivos sobre os efetivos militares que contribuam para o diagnóstico de necessidades de admissão			
3. Assegurar o funcionamento de uma plataforma integrada de gestão, tratamento e divulgação da informação sobre efetivos militares			

RESULTADOS

Foi assegurada a monitorização mensal de todo o processo associado aos efetivos militares (em todas as situações e formas de prestação de serviço);

Foram revistos e implementados novos mapas de monitorização (de acordo com a estrutura do próprio decreto-lei que fixa dos efetivos);

A plataforma (assente em Pbi) de monitorização e divulgação dos efetivos foi configurada (precisa apenas de ser adotada e carregada pelos ramos);

Foi elaborado um relatório evolutivo da situação dos efetivos;

Foi dado suporte técnico à direção e à tutela em todos os processos associados a este tema;

Foi devidamente assegurada a análise de todos os processos relacionados com prestação de serviço (no ativo ou na reserva) fora da estrutura das Forças Armadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-08	Planeamento das Forças no âmbito da NATO	Colaborar com a DGPDN, EMGFA e Ramos no âmbito do ciclo de planeamento das forças, nomeadamente através da participação nas respetivas reuniões de trabalho	Contribuição para a articulação legal e institucional	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Representação da DGRDN nas atividades relacionadas com a NATO Annual Defense Review - Defence Planning Review Questionnaire		Atividade corrente	CAT	DGPDN, EMGFA e Ramos

RESULTADOS

O processo foi assegurado, cumprindo todas as fases (de análise e disponibilização de informação) que lhe estão associadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
04-09	Promover o funcionamento e divulgação de um Observatório da Profissionalização do Serviço Militar	Contribuir para a sustentabilidade do modelo de profissionalização do serviço militar	Assegurar a interligação entre informação e propostas de melhoria	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Promover a divulgação e utilização da informação recolhida no âmbito dos estudos sobre a profissionalização	Atividade corrente	CON	Ramos; entidades académicas externas; outras unidades orgânicas da DGRDN
2.	Promover a integração da informação associada ao recrutamento, efetivos e reservas			
3.	Potenciar a capacidade de monitorização do funcionamento do modelo de profissionalização			

RESULTADOS

Está configurado o estudo profissionalização 360º

Está elencada e organizada toda a informação (estudos; efetivos) que pode ser disponibilizada pelo portal do observatório;

Foram projetados novos estudos, em parceria com IDN, ICS e IPRI;

Foi implementada uma nova plataforma tecnológica para recolha de inquéritos por questionário;

Foi assegurado o desenvolvimento dos estudos associados ao DDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
04-10	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do Recrutamento Militar, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da Administração aos cidadãos

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
----------	------	----------	--------------------------

Atividade corrente

CON

RESULTADOS

Atividade desenvolvida sempre que solicitado.

Atividades e Projetos não previstos

Organização de um seminário sobre a temática do serviço militar;

Desenvolvimento de policy briefs sobre estudo no âmbito do DDN (jovens e Forças Armadas) e sobre os militares do RV/RC;

Desenvolvimento de um Plano de Ação para o desenvolvimento da profissionalização do serviço militar: numa primeira fase apoio à Equipa Técnica constituída pela DGRDN e Ramos; numa segunda fase elaboração do documento aprovado pelo MDN;

Desenvolvimento de projeto-piloto para o desenvolvimento das condições de alojamento dos militares RV/RC (numa unidade de cada ramo);

Desenvolvimento de estudo situacional sobre a as mulheres nas Forças Armadas (com base nos dados dos efetivos).

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 05



Deveres Militares

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços da Profissionalização do
Serviço Militar/Divisão dos Deveres Militares*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-01	Gestão operacional do Dia da Defesa Nacional (DDN)	Assegurar a concretização das medidas de política no âmbito dos Deveres Militares Otimizar o modelo do Dia da Defesa Nacional	Otimização da 15.ª Edição, em sintonia com o Despacho Nº155/MDN/2013 do MDN, o Despacho n.º 2063/2014 de SEXA MDN e o Despacho n.º 8474/2016 de SEXA o SEDN	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Supervisão e coordenação da 15.ª edição do DDN	Atividade corrente	CAT	Comissão para o Planeamento e Conceção do Dia da Defesa Nacional
2.	Planeamento da 16.ª edição do DDN			
3.	Apoio técnico e administrativo-logístico à Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN			
4.	Supervisionamento da execução do DDN			

RESULTADOS

Foi realizada uma reunião da Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN e foi organizada uma Reunião de Coordenação com os Comandantes das Unidades onde estão sedeados os Centros de Divulgação do DDN, em paralelo com os representantes das parcerias institucionais na área dos conteúdos.

Foi elaborado o planeamento da 16.ª edição do DDN, que terá lugar em 32 locais de Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, iniciando-se a 09 de janeiro com término a 04 de dezembro, envolvendo 132 409 cidadãos e 31 unidades militares dos 3 Ramos das Forças Armadas.

No âmbito da supervisão da execução do DDN foram realizadas 32 visitas aos diferentes Centros de Divulgação do DDN.

Foi realizado a 29 e 30 de junho de 2019 o DDN Comunidades, realizado em Paris (França) para os cidadãos portugueses residentes nesta cidade estrangeira.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-02	Gestão do processo de Convocação	Assegurar a gestão do processo de convocação dos cidadãos para o DDN	Publicação dos Editais (até final de novembro) Envio das cartas recordatórias por lotes trimestrais (nov/fev/mai/ago) Aumentar a taxa de presenças de cidadãos no DDN	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Preparação e envio para o Centro de Dados da Defesa dos dados necessários para a edição dos Editais de Convocação	Atividade corrente	CAT	Ramos da FA e demais entidades previstas na Matriz dos Stakeholders do Órgão Central de Recrutamento e Divulgação (OCDR)
2.	Envio dos Editais de Convocação para afixação nos locais legalmente previstos			
3.	Publicação online dos Editais de Convocação e sua atualização			
4.	Disponibilização digital das Requisições de Transporte			
5.	Produção e envio via correio das cartas recordatórias			

RESULTADOS

Com base nos dados de identificação e registo civil procedeu-se ao recenseamento de 132 409 cidadãos nascidos em 2001 (107 mil residentes no continente, 6 700 nas ilhas e 18 500 no estrangeiro, sendo 67 500 masculinos e 64 800 femininos) e que foram convocados para cumprir o dever militar de comparência ao Dia da Defesa Nacional na 16.ª Edição.

Para a preparação da 16.ª Edição do DDN não foram impressos Editais de Convocação, tendo estes sido gerados em formato PDF por uma aplicação criada para o efeito que os enviou, por correio eletrónico, para cada um dos 308 municípios, salvaguardando-se assim a desmaterialização de procedimentos prevista no âmbito do Plano Funcional do OCDR. Concomitantemente, os editais foram disponibilizados *online* (conforme previsto), tendo sido consolidado a disponibilização dos editais *online* dinâmicos e interativos.

No ano de 2019 relativo à 15ª edição do DDN, foram impressas e enviadas 120 951 cartas recordatórias.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-03	Gestão do Sistema de Transportes	Assegurar o transporte para o DDN	Assegurar o transporte de acordo com o planeado e contratualizado

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Supervisionamento do Sistema de Transportes	Atividade corrente	CAT	Secretaria-Geral do MDN, ramos das FA e outras entidades
2. Colaboração no preparo de eventual procedimento de ajuste direto ou concursal para a contratualização de serviços de transporte			
3. Coordenação da implementação do sistema de requisição de transporte digital			
4. Elaboração do Plano de Transportes para o DDN 2019			

RESULTADOS

No âmbito do planeamento para a 15.ª edição do DDN promoveu-se uma racionalização do sistema de transportes tendo como foco uma gestão mais sustentável acomodando as diretivas do Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC), conforme determinadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de novembro, seguindo a orientação estratégica Europeia na sequência da elaboração do Roteiro Europeu de Baixo Carbono. No mesmo sentido, procurou-se promover a mobilidade sustentável, em particular através do uso do transporte público afeto às redes rodoviárias e ferroviárias locais mediante a utilização da Requisição de Transporte (introduzida na 10.ª Edição).

Desta forma, 23,3% dos 121 509 cidadãos residentes em território nacional convocados passaram a apresentar-se diretamente nos Centros de Divulgação, 41,4% passaram a ter direito a requisição de transporte e apenas 35,3% foram transportados de autocarro da sede do município para o local de convocação através de operadora contratada centralmente pela DGRDN.

A implementação da Requisição de Transporte tornou necessária a articulação com várias transportadoras de âmbito nacional e local, designadamente, Área Metropolitana de Lisboa, Porto e Braga, Zona do Algarve, Instituto de Mobilidade Terrestre, ANTROP e ARP.

Dado o sucesso desta iniciativa e procurando promover a desmaterialização da Requisição de Transporte, obviando a necessidade de envio desta ao cidadão junto com a carta recordatória, numa estratégia de redução de custos, foi consolidada a aplicação *online* capaz de mediante a solicitação do cidadão, gerar as Requisições de Transporte em PDF, e enviá-las para o correio eletrónico do cidadão. Este sistema entrou em funcionamento na 11.ª edição do DDN.

Em termos de execução orçamental a implementação das Requisições de Transporte correspondeu a cerca de 40 000,00€ e o sistema de transporte baseado em autocarro 370 000€.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-04	Administração dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação	Enquadrar e gerir os recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação	Assegurar o enquadramento e gestão dos recursos humanos alocados às Equipas de Divulgação

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Gestão dos divulgadores no âmbito das jornadas do DDN	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA
2. Gestão da formação dos divulgadores			
3. Apoio administrativo-logístico aos divulgadores			

RESULTADOS

Foram constituídas 5+2 Equipas de Divulgação que dinamizaram as jornadas nos 5+2 circuitos criados para a 15ª Edição (Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo + Foxtrot 1 e Foxtrot 2). Durante toda a atividade foi garantido o apoio administrativo-logístico aos divulgadores.

Nas primeiras quinzenas de junho e de dezembro foi dada formação aos divulgadores nas áreas comportamentais e conteúdos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-05	Gestão dos Centros e Núcleos de Divulgação	Planear, coordenar e supervisionar o processo administrativo-logístico dos locais de divulgação	O funcionamento dos locais de divulgação, no suporte às atividades programadas para a jornada, decorre em conformidade com o planeado em sede da Comissão para o Planeamento e Conceção do DDN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Coordenação e monitorização do apoio logístico das U/E/O às atividades do DDN	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA
2. Coordenação e supervisão do apoio logístico das U/E/O aos divulgadores			
3. Gestão dos bens e serviços necessários ao funcionamento dos locais de divulgação			

RESULTADOS

Foi garantida a coordenação e monitorização efetiva do apoio logístico das U/E/O às atividades do DDN.

Foi garantida a coordenação e supervisão efetiva do apoio logístico das U/E/O aos divulgadores.

Em todo o tempo foi garantido o apoio em bens e serviços necessários ao funcionamento dos locais de divulgação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-06	Monitorização e supervisão do Programa do DDN	Promover a atualização dinâmica do Programa do DDN, bem como a sua supervisão pedagógica	Viabilizar a avaliação do estado e adequação de execução do programa do DDN na edição em curso, bem como as medidas de correção e melhoria necessárias numa ótica de implementação imediata ou transponível para a edição seguinte	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Monitorização dos instrumentos de recolha de informação, especialmente os suportados na utilização da plataforma tecnológica em uso no DDN (tablets), que permitam em tempo útil conhecer e avaliar o modo diário de funcionamento das jornadas, bem como as incidências e ocorrências verificadas	Atividade corrente	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD
2.	Supervisão pedagógica da edição em curso, presencialmente e remotamente através das ferramentas indicadas em 1.			
3.	Estudo, planeamento e proposta de um Plano de Melhorias em conformidade com o sistema de qualidade a implementar			

RESULTADOS

Foi consolidada a aplicação que permite recolher um conjunto de indicadores relativamente ao decurso das atividades do DDN. No final do dia estes indicadores são enviados para a DGRDN, sendo depois objeto de análise pela DSPSM para posterior envio para os ramos das FA's e demais parceiros institucionais.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-07	Estabelecimento de Parcerias	Potenciar a participação de entidades e instituições não-militares no âmbito da Defesa Nacional nas jornadas do DDN Promover a adesão à	Assegurar a obtenção de parcerias adicionais para as jornadas do DDN

participação económica e/ou financeira de parceiros exteriores ao âmbito da Defesa Nacional na ótica de uma redução de custo e otimização dos resultados

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Conceção e produção de um portfolio com informação sobre as atividades do DDN, dirigido às parcerias não-militares no âmbito da Defesa Nacional	Atividade corrente	CAT	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD
2. Conceção e produção de uma brochura contendo os indicadores principais (estatística do universo abrangido, experiências anteriores e casos de sucesso, etc.) com relevo para parceiros externos, bem como um "caderno de encargos" tipo relativo à sua participação			
3. Promoção e negociação da participação das entidades referidas			

RESULTADOS

Durante o ano de 2019 foram formalizados 11 protocolos de cooperação com as Câmaras Municipais do Distrito de Castelo Branco.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-08	Controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN	Assegurar o processo de controlo do cumprimento do dever militar de comparência ao DDN	Certificação do cumprimento do dever militar Relatório Estatístico da participação dos cidadãos no DDN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Controlo das presenças ao DDN	Atividade corrente	Execução	Ramos das FA

RESULTADOS

No que respeita à taxa de cumprimento da 15.ª edição do DDN, levando em consideração que foram recenseados 141 794 cidadãos, estiveram presentes ao DDN 104 320 cidadãos (74%), foram dispensados 2 673 (2%) e isentos 440 (0.31%) a taxa de cumprimento foi de 76%. Foram ainda emitidas 68 897 Cédulas Militares desmaterializadas em 2019.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-09	Gestão da situação militar dos cidadãos	Assegurar a tramitação dos processos de adiamento, dispensa e isenção à comparência no DDN em conformidade com o estipulado na Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento e demais legislação complementar	Prestação ao cliente dos serviços relativos aos processos de adiamento e de dispensa de comparência ao DDN, na observância de critérios de eficiência operacional Registo e controlo dos processos de atribuição do estatuto de objetor de consciência Relatório Estatístico dos processos de adiamento, dispensa e isenção	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Gestão dos pedidos de adiamento ao DDN	Atividade corrente	Execução	Ramos das FA e Comissão Nacional dos Objetoires de Consciência
2.	Gestão dos pedidos de dispensa do DDN			
3.	Acompanhamento dos pedidos de atribuição do estatuto de objetor de consciência			
4.	Gestão dos cidadãos faltosos assegurando a análise dos motivos apresentados e marcação de novas datas			
5.	Atualização dos dados dos cidadãos sujeitos aos deveres militares			

RESULTADOS

Em 2019, ao nível do BackOffice foram tratados 10 426 processos relativos à 15.ª edição do DDN, de acordo com a seguinte distribuição:

Processos de Dispensa: 2 673
 Processos de Adiamentos: 7 313
 Processos de Isenção de Deveres Militares: 440

O Call-Center do Balcão Único da Defesa/DDN cumpriu a sua missão de atendimento telefónico e presencial:

8 280 chamadas atendidas
1 262 atendimentos presenciais

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
05-10	Gestão do sistema de atendimento no âmbito dos deveres militares	Assegurar a uniformização de procedimentos no âmbito do atendimento relacionado com os deveres militares em conformidade com o estipulado na Lei do Serviço Militar, respetivo regulamento, demais legislação e normas técnicas em vigor	Garantir a harmonização de procedimentos entre os diferentes intervenientes relativamente às situações de atendimento no âmbito dos deveres militares	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Garantir a atualização das Normas Técnicas no âmbito do atendimento relativo aos deveres militares	Atividade corrente	Execução	Ramos das FA; Instituto Português do Desporto e da Juventude; Comissão Nacional dos Objetoires de Consciência
2.	Divulgação das Normas Técnicas			
3.	Solicitar ao Centro de Dados da Defesa a atribuição de permissões de acesso ao SIPORG			
4.	Propor atualizações ao SIPORG no âmbito dos deveres militares			
5.	Implementação de atualizações ao nível dos procedimentos eletrónicos no âmbito do atendimento dos deveres militares			

RESULTADOS

Durante 2019 foi supervisionada a atividade de atendimento ao público efetuada ao nível do Balcão Único da Defesa, sendo emanadas um conjunto de diretivas por email com o intuito de uniformizar o atendimento.

Foram efetuados os pedidos de permissão de acesso ao SIPORG necessários mediante requerimento da DGRDN e por necessidades de serviço interno ou por solicitação do Centro de Recrutamento da Armada, do Exército, e Força Aérea

Por indefinição do SI a vigorar (SIPORG VS SIGRHV) não foi efetuada qualquer atualização às Normas Técnicas, nem qualquer divulgação das mesmas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-11	Simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos no âmbito do DDN	Melhorar a qualidade de serviços prestados ao cliente nos processos atinentes ao DDN	Implementação do novo modelo de cédula militar (desmaterialização da emissão da cédula militar/ declaração da situação militar) Simplificação do processo de solicitação dos diferentes pedidos atinentes ao Dia da Defesa Nacional (Adiamentos e Dispensas)
Subações		Tipo	Natureza
		Projeto	Parceiros intervenientes
			CAT
			Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

RESULTADOS

Ao nível do atendimento manteve-se a desmaterialização do processo de registo e arquivo de correspondência, passando esta a ser registada e tratada através da Gestão Documental:

Registada no NPA – 3 331

Registada na DDM (resultante de email) – 4 098

Ao nível do atendimento manteve-se a desmaterialização do processo de emissão das Requisições de Transporte e o processo de emissão e envio dos Editais de Convocação para os Municípios.

A medida Simplex para desmaterialização da Cédula Militar entrou em vigor a 01jan2017. Desde a implementação da medida foram emitidas 188.073 cédulas digitais sendo que, não existindo a medida ter-se-iam emitido 307.606 cédulas em cartão plástico (100.367 em 2017, 102.919 em 2018 e 104.320 em 2019), para todos os cidadãos presentes ao Dia da Defesa Nacional), o que se traduz numa poupança aproximada de 116.000€ em três anos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-12	Cooperação no âmbito do Dia da Defesa Nacional com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito dos processos relacionados com os deveres militares	Estreitamento dos laços, aquisição e troca de conhecimentos e experiências nos processos atinentes às várias dimensões dos deveres militares
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	Parceiros intervenientes
			CII e CIN
			Ramos das FA e demais entidades com intervenção

direta nos
macroprocessos do
Serviço Militar no
Quadro de Gestão
Estratégica do
OCD

RESULTADOS

A DSPSM participou em reuniões com os Adidos Militares sempre que solicitado. Em 29 e 30 de junho de 2019 foi realizado o Dia da Defesa Nacional Comunidades em Paris (França) com a colaboração do Consulado-Geral de Portugal em Paris, da Association Franco Portugaise de Puteaux e da Cap Magellan.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
05-13	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a requerimentos, exposições e pedidos de informação, no âmbito do DDN, quando solicitados	Esclarecimento de dúvidas. Esclarecimento do direito aplicável. Proposta de soluções para casos particulares. Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade. Aproximação da Administração aos cidadãos
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Neste ano foi prestada toda a colaboração, sempre que solicitado, nas áreas transversais a esta Direção-Geral.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 06



Comunicação Integrada para o Serviço Militar

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços da Profissionalização do
Serviço Militar*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-01	Estruturação da Comunicação Integrada para o Serviço Militar	Estruturar e inserir organicamente o estudo, planeamento, coordenação e execução da promoção e divulgação da temática da Defesa Nacional, das Forças Armadas e do Serviço Militar segundo uma ótica de comunicação integrada	Estabelecimento da base orgânica e funcional da Comunicação Integrada para o Serviço Militar. Operacionalização de iniciativas de comunicação interna, externa e institucional de base estruturante

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Atualização do Plano de Comunicação integrada para o Serviço Militar	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD
2. Atualização anual do subplano de comunicação para o Dia da Defesa Nacional – componente Programas e Conteúdos			

RESULTADOS

Foi atualizado o Plano de Comunicação para o Serviço Militar na componente do Subplano de Comunicação para o Dia da Defesa Nacional, por forma a contemplar a adição dos Centros de Divulgação da Defesa Nacional de Castelo Branco e Tavira a implementar em 2020.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-02	Criação do Repositório Estruturado de Informação	Manter o repositório estruturado de informação sobre o serviço militar permitindo apoiar e documentar as atividades de comunicação relativas ao serviço militar, contribuindo em extensão para o apoio à decisão	Disponibilização de conteúdos no Repositório

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Desenvolvimento de aplicações, funcionalidades, e inserção de conteúdos nas áreas do DDN e Serviço Militar	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

RESULTADOS

Foram classificados e inseridos os conteúdos Audiovisuais relativos a 2019 das atividades do Dia da Defesa Nacional.
Criação e produção para distribuição no DDN dos “totens digitais” com conteúdos do Portal do Recrutamento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-03	Criação da Identidade Visual para o Serviço Militar	Aumentar a visibilidade do Serviço Militar caracterizando-o, positivamente junto aos públicos-alvo, num contexto de coerência transversal aos seus intervenientes institucionais	Construção de componentes da Identidade Visual para o Serviço Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Aplicações gráficas e vídeo da Identidade Visual do Serviço Militar	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD

RESULTADOS

Foram concluídas as versões finais da ID visual do serviço militar (nomeadamente aplicações de logotipos, declinações específicas para utilização nas campanhas em desenvolvimento para o Recrutamento Militar).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-04	Comunicação Externa – Canais Web	Potenciar a visibilidade e o conhecimento sobre o Serviço Militar, através de informação direcionada aos públicos-alvo no domínio externo, disponibilizando cumulativamente novos serviços, em canais de comunicação suportados na utilização da internet	Construção de canais Youtube do DDN e Serviço Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Conceção das páginas 2. Testes e entrada em produção das páginas Serviço Militar e DDN no canal Youtube	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades previstas na Matriz dos <i>Stakeholders</i> do OCRD, público em geral

RESULTADOS

Desenho da estrutura da página do Dia da Defesa Nacional no Youtube, carregamento de conteúdos e arranque do acesso em regime de teste (público restrito). Testes de emissão direta através do canal DDN no Youtube em paralelo com a emissão da TV corporativa – testes adicionais de bidirecionalidade.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-05	Comunicação Interna/externa – Corporate TV do Serviço Militar e DDN	Promover e potenciar o conhecimento interno dos macroprocessos do Serviço Militar e DDN	Corporate TV do Serviço Militar e do DDN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Conceção dos layouts 2. Desenvolvimento e produção de formatos para emissão 3. Emissão web de canal do Serviço Militar 4. Manutenção da emissão DDN	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

Desenho de novos layouts para apresentação na edição de 2020 do canal do Dia da Defesa Nacional. Manutenção da emissão. Criação específica de conteúdos DDN. Emissões experimentais do canal Serviço Militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-06	Comunicação interna/externa – Boletim informativo eletrónico	Promover e potenciar o conhecimento interno e externo dos processos na área, ou relacionados com Serviço Militar	Produção de informação eletrónica

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Conceção, edição e produção de boletim informativo sob formato eletrónico, sem periodicidade definida	Projeto	CAT e outras	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD, público em geral

RESULTADOS

Produção e difusão de boletim informativo para as equipas de divulgadores militares do Dia da Defesa Nacional (vários exemplares e comunicações em formato webletter).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-07	Cooperação no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar com organizações e entidades nacionais e internacionais	Representação da DGRDN em ações de cooperação no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar	Estreitamento dos laços, aquisição de conhecimentos e experiências nos processos atinentes aos vários domínios da comunicação integrada no âmbito Serviço Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CII e CIN	Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

Colaboração no processo de aquisição de serviços externos no âmbito do lançamento das produções (AV) direcionadas à comunicação das modalidades de incentivos e prestação de serviço militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-08	Cooperação com UU/EE militares para potenciar o conhecimento das FFAA e sua história– Programa o DDN vai aos Museus Militares	Elaborar programa e estabelecer protocolos, com vista ao lançamento de iniciativa de promoção de visitas a museus militares a efetivar no DDN	Aprofundamento, aproximação e disponibilização de conhecimento e informação sobre as FFAA, nas suas várias vertentes histórico-culturais, aos cidadãos
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
	Estabelecer, em proposta, as bases de funcionamento e âmbito	Atividade corrente	CIN/DIV
			Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos processos

RESULTADOS

Apresentação do projeto “O DDN vai os museus”, em sede da Comissão de Conceção Planeamento do Dia da Defesa Nacional.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
06-09	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres no âmbito da Comunicação Integrada para o Serviço Militar, quando solicitados	Aprofundamento, aproximação e disponibilização de conhecimento e informação sobre o Serviço Militar, nas suas várias vertentes, aos cidadãos, stakeholders e parcerias
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
		Atividade corrente	CON
			Ramos das FA e demais entidades com intervenção direta nos macroprocessos do Serviço Militar no Quadro de Gestão Estratégica do OCRD

RESULTADOS

Colaboração na elaboração dos documentos base da estratégia de comunicação para o Recrutamento Militar.

Atividades e Projetos não previstos

Estudo e produção dos elementos/produtos gráficos e caracterização do Teatro Thalia no âmbito do Seminário “Serviço Militar: Escolher um futuro”.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 07



Promover o Aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar	
Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Saúde Militar</i>

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-01	Consolidação do novo Sistema de Saúde Militar	Participar, colaborar e desenvolver os estudos necessários à reestruturação da Saúde Militar	Adotar as medidas de racionalização da Saúde Militar. Adequar os recursos humanos e materiais da Saúde Militar às necessidades funcionais	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Participar no estudo de medidas de política de Saúde Militar e acompanhar a respetiva implementação	Projeto	CAT	EMGFA (DIRSAM/HFAR), Ramos, DSAEEQ
2.	Participar na conceção e implementação do Sistema de Informação da Saúde Militar			
3.	Monitorizar as atividades desenvolvidas pelas várias estruturas que integram o Sistema de Saúde Militar (SSM),			
4.	Assegurar continuamente a caracterização quantitativa e qualitativa dos recursos da Saúde Militar, através do Sistema de Informação da Saúde Militar, designadamente no âmbito do Anuário Estatístico da Defesa Nacional	Atividade Corrente		MDN, EMGFA e Ramos
5.	Coordenar e acompanhar os trabalhos da Plataforma do Sistema de Saúde Militar, criada pelo Desp/MDN de 4.8.2018	Atividade periódica		SG, SNS, EMGFA, Ramos, LMPQF, IASFA
6.	Acompanhar a aplicação do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao internato médico, desenvolvendo as atividades cometidas neste	Atividade corrente		EMGFA, Ramos, ACSS, IP

- âmbito ao MDN e avaliar a sua implementação
7. Promover a articulação entre SSM e o Serviço Nacional de Saúde, bem como com entidades públicas e privadas no âmbito da saúde
 8. Participar no processo de criação da Unidade de Ensino, Formação e Investigação em Saúde Militar

RESULTADOS

Realização de atividades no âmbito da aplicação do Protocolo que estabelece as regras de acesso e frequência do internato médico pelos médicos militares, celebrado entre o MDN e o Ministério da Saúde, e acompanhamento da respetiva aplicação.

Participação em reuniões do Conselho Nacional do Internato Médico, de acordo com o disposto na alínea f) do n.º 2 do art.º 5.º da Portaria n.º 79/2018, de 16 de março.

Realização e coordenação de reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento do Internato Médico das Forças Armadas, aprovada através de Despacho de S. Exa. o Secretário de Estado da Defesa Nacional, de 11 de maio de 2018.

Elaboração de ofícios, em correspondência com os parceiros intervenientes, no âmbito da aplicação e acompanhamento do Protocolo que estabelece as regras de acesso e frequência do internato médico pelos médicos militares, celebrado entre o MDN e o Ministério da Saúde.

Elaboração de informações, estudos, propostas e pareceres técnicos e jurídicos no âmbito da aplicação e acompanhamento do Protocolo celebrado entre o MDN e o MS relativamente ao acesso e frequência do internato médico por médicos militares.

Coordenação, representação da DGRDN e participação nos trabalhos da Plataforma do Sistema de Saúde Militar, criada pelo Despacho/MDN n.º 9490/2018, de 4 de agosto, destacando-se a apresentação dos 2.º e 3.º Relatórios, bem como a apresentação de um proj. de decreto-lei que visa estabelecer o regime jurídico da responsabilidade pelos encargos decorrentes dos cuidados de saúde prestados aos militares e alterar o Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro (regime jurídico da ADM).

Acompanhamento e apoio no Estudo de avaliação do Sistema de Saúde Militar desenvolvido pela Dr.ª Ana Jorge, no seguimento do Despacho de SEXA o MDN de 14 de março de 2019.

Participação nos trabalhos da Comissão Instaladora da Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar (UEFISM), criada pelo Despacho n.º 16/MDN/2018, de 29.03, na qualidade de representante da DGRDN.

Análise e parecer sobre o Proj. de DL que visava definir os termos da fusão do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos na orgânica do Exército, como órgão de apoio aos ramos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-02	Vigilância Epidemiológica	Cooperação Civil-Militar em matéria de Saúde Pública, com vista ao conhecimento, prevenção, deteção e controlo de doenças que, pelas características epidemiológicas, constituem sérios riscos para o pessoal das FA e dos Serviços e demais estruturas do MDN, podendo comprometer a missão	Articular eficazmente com as entidades civis e militares na área da saúde, visando a intervenção expedita em caso de crise ou catástrofe	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Acompanhar o SINAVE (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica)	Atividade corrente	CIN	INEM, DGS, IPST, INFARMED, SNPC, CVP, ANPC, RAutónomas, EMGFA (DIRSAM/HFAR), Ramos
2.	Cooperar e promover a cooperação com entidades parceiras em situações de pandemia			

RESULTADOS

Nada a referir (sem desenvolvimento)

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-03	Divulgação de informação sobre a Saúde Militar	Assegurar a divulgação de informação no domínio da saúde militar e respetiva atualização no Portal da DGRDN	Informação dos profissionais e utilizadores dos Serviços de Saúde Militar	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Divulgar informação remetida por entidades internacionais pelos diversos interessados	Atividade corrente	DIV	
2.	Atualizar conteúdos no domínio da Saúde Militar no Portal da DGRDN			
3.	Clipping de informação noticiosa acerca da Saúde Militar			
4.	Assegurar a recolha e a sistematização da informação relativa aos recursos humanos, infraestruturas e atividade			

hospitalar no âmbito do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

5. Realizar evento “Jornadas Defesa+Saúde”, para divulgação de temas pertinentes nesta área

RESULTADOS

Atualização da informação relativa ao FSM/CPLP e ao Programa de Intercâmbio para Militares da CPLP para Formação e Investigação em Saúde Militar constante do link Saúde Militar do sítio do SPAD/DGPDN.

Atualização do Portal no BUD para divulgação dos eventos da Saúde Militar, nomeadamente as III Jornadas Defesa + Saúde.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
07-04	Grupo OTAN/Saúde	Acompanhar a doutrina da OTAN imposta pelo novo conceito estratégico da Aliança com base na experiência e conhecimento adquiridos através da participação nos vários Grupos de Trabalho da OTAN no âmbito da Saúde Militar	Alinhamento da Saúde Militar pelos parâmetros da OTAN no âmbito da uniformização e racionalização de material e equipamentos, organização e procedimentos		
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1.	Assegurar a representação da SM no Committee of the Chiefs of Military Medical Services (COMEDS) Steering Group	Atividade corrente	CIN	EMGFA, Ramos	
2.	Assegurar a representação da SM no COMEDS Futures Advisory Board (CFAB)				
3.	Assegurar a representação da SM no Health Information Systems and Technology Working Group (HIIST WG)				
4.	Assegurar a representação da SM na Tele-Health Team				
5.	Assegurar a representação da SM na <i>Medical Information Exchange Requirements Team</i>				
6.	Assegurar a representação da SM no âmbito da Cooperação Civil-Militar				
7.	Assegurar a representação da SM noutros Grupos de Trabalho ou Painéis				

RESULTADOS

Acompanhamento da doutrina OTAN no domínio da Saúde Militar, através da sistematização da informação, e da representação nacional no COMEDS *Steering Group*, no COMEDS *Future Advisory Board*, no *Medical Standardization Working Group* e no *Health Information Systems and Technology Working Group*.

Realização de reuniões de coordenação, em articulação com o EMGFA/DIRSAM e restantes parceiros intervenientes, da representação nacional no âmbito das atividades de Saúde Militar da OTAN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-05	Normalização na área da Saúde	Participar no processo de ratificação e acompanhamento da implementação dos STANAG's da área da Saúde Militar	Implementação eficaz dos STANAG's	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Consultar os Ramos e preparar processos para ratificação	Atividade corrente	CIN	EMGFA, Ramos, DSQA
2.	Proceder à atualização da base de dados relativa aos STANAG's			
3.	Reformular o Arquivo de documentação relacionada com a OTAN, no âmbito da SM			

RESULTADOS

Elaboração de pareceres de proposta de ratificação dos acordos de normalização (STANAG) do âmbito da SM.

Realização de reuniões de acompanhamento do Processo de normalização OTAN no âmbito da SM.

Atualização da base de dados relativa aos acordos de normalização (STANAG) do âmbito da SM.

Reformulação do arquivo de documentação OTAN do âmbito da SM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-06	Quadros Especiais das áreas da Saúde	Desenvolver e participar em estudos com vista a regulamentar o regime dos quadros especiais das áreas da saúde, nomeadamente no que respeita ao recrutamento, ensino e formação nas áreas da Saúde Militar	Elaboração de propostas de diplomas legais relativos ao regime dos quadros especiais da área da Saúde das Forças Armadas

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Participar no estudo para a regulamentação das carreiras dos quadros especiais das áreas de Saúde nas Forças Armadas	Projeto	CAT	EMGFA, Ramos, DGRDN/DSAEQ

RESULTADOS

Estudo realizado na sequência do Desp/MDN n.º 40/2019, de 18 de julho, onde SEXA o MDN incumbiu a DGRDN de, em colaboração com o EMGFA e os Ramos, submeter à consideração do MDN alterações legislativas com um novo modelo de gestão da carreira dos Quadros Especiais de Saúde, nas fases do recrutamento e seleção, retenção, formação e desenvolvimento da carreira e colocação, incluindo a escolha da especialidade dos médicos.

Preparação dos trabalhos para elaboração de uma proposta legislativa relativa ao regime jurídico dos QES no seguimento do Desp/MDN n.º 69/2019, de 16 de dezembro.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-07	Representação da SM a nível internacional fora do âmbito da OTAN	Colaborar na definição das políticas da Saúde Militar fora do âmbito da OTAN	Intercambio com os países da CPLP e outros no âmbito da Saúde Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Organizar o VI Fórum de Saúde Militar da CPLP	Atividade corrente	CII	DGPDN, EMGFA, Ramos das FA
2. Coordenar o Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar, fomentando a oferta formativa das FAs Portuguesas, assim como a participação dos militares portugueses nas ações de formação promovidas pelos restantes Estados-membros			
3. Organizar/participar noutros Eventos de Saúde Militar da CPLP			
4. Colaborar em ações de cooperação técnico-militar no domínio da saúde			
5. Acompanhar, em articulação com a Direção de Saúde Militar do EMGFA, a atividade do CIMM (Comité Internacional da Medicina Militar)			

RESULTADOS

Organização e participação no VI Fórum de Saúde Militar da CPLP e coordenação da atividade desenvolvida por este Fórum.

Preparação e realização da visita dos delegados do FSM/CPLP ao Forte de S. Julião, em Oeiras, aquando da realização da VI edição do FSM.

Elaboração do Plano de Formação para 2020, no âmbito do Programa de Intercâmbio de Militares para Formação e Investigação em Saúde Militar, em articulação com o EMGFA/DIRSAM e respetiva operacionalização.

Análise das candidaturas recebidas no âmbito do referido Plano de Formação e prestação de apoio administrativo durante o processo.

Prestação de contributos no domínio da Saúde Militar no âmbito das relações bilaterais.

Preparação de visita de uma delegação dos Serviços de Saúde do Brasil à Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo (UTITA), à Unidade Militar Laboratorial de Defesa Biológica e Química (UMLDBQ), do Exército e ao Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), do Ministério da Saúde.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-08	Participar em Comissões e GT no âmbito da Saúde Militar	Participar nas reuniões e atividades decorrentes de diferentes Comissões e Grupos de Trabalho (GT) em representação do MDN ou DGRDN/MDN, designadamente: - Conselho Supremo da Cruz Vermelha Portuguesa - Grupo Interministerial para a Saúde Global - Grupo – Plano Nacional de Saúde 2021/2013 - Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais - Grupo Multisectorial VIH/SIDA - Conselho Nacional do Internato Médico - Conselho Nacional para a Infecção VIH/SIDA - Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA - Comissão Técnica de Acompanhamento da Reforma da Saúde Mental - Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas das Drogas, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Alcool e Subcomissões - Fórum Nacional Alcool e Saúde	Acompanhar e contribuir para o desenvolvimento das atividades dessas entidades

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CIN	

RESULTADOS

Participação nas reuniões e demais atividades das comissões e grupos de trabalho acima identificados, em representação do MDN ou da DGRDN.

Participação na elaboração e acompanhamento do “Plano de Ação para a Saúde Global 2018/2019”

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-09	Saúde Mental	Estudar e propor medidas de política de saúde mental. Colaborar na definição das políticas de apoio aos portadores de <i>stress</i> pós-traumático de guerra Acompanhar a execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs no âmbito da RNA. Continuação do desenvolvimento do “Centro de Recursos de <i>Stress</i> em Contexto Militar (CRSCM). Ações de divulgação dos trabalhos/estudos do CRSCM.	Articulação eficaz com as entidades civis e militares na vertente da saúde mental; funcionamento mais eficaz da RNA; bem-estar dos utentes da RNA; Continuação do acompanhamento dos estudos em desenvolvimento pelo Centro de Recursos de <i>Stress</i> em Contexto Militar. Desenvolvimento de um Portal colaborativo do CRSCM e divulgação de estudos no âmbito do CRSCM .

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Participar nas reuniões das Comissões atinentes à Saúde Mental	Atividade corrente	CIN	Ramos e entidades civis
2. Ações com vista ao desenvolvimento de estudos com diferentes parceiros científicos no âmbito do “Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar”	Atividade corrente/Projeto		ISCTE, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos Sociais e Centro de Trauma da Universidade de Coimbra, Universidade do Minho e Ramos.
3. Desenvolvimento de plataforma digital colaborativa do Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar – Portal do CRSCM	Atividade corrente/Projeto		
4. Realização das III Jornadas “Defesa + Saúde” subordinadas ao tema do Stress em Contexto Militar.			
5. Acompanhar a atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a vida militar e prestar apoio técnico à CNA			
6. Acompanhar a execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs (Ass. de Antigos Combatentes) no âmbito da RNA e propor eventuais alterações			
7. Acompanhar a implementação da Reforma da Saúde Mental			
8. Rever a metodologia de acompanhamento dos protocolos com as ONG’s com vista à implementação de procedimentos comuns no preenchimento da Proposta de Orçamento e dos Relatórios de Atividades			
9. Rever as ferramentas informáticas de suporte às Propostas de Orçamento e Relatórios de Atividade das ONGs protocoladas			

RESULTADOS

Acompanhamento da atividade da Rede Nacional de Apoio (RNA) aos cidadãos portadores de perturbação psicológica crónica resultante da exposição a fatores traumáticos de stress durante a prestação de serviço militar.

Acompanhamento da execução dos protocolos celebrados entre o MDN e as ONGs no âmbito da RNA, elaboração de informações e prestação de apoio técnico-jurídico à Presidente da CNA.

Análise de pedidos de autorizações provisórias para acesso à RNA.

Elaboração dos documentos a enviar às ONG com as respetivas autorizações.

Análise das Propostas de Orçamento enviadas anualmente pelas ONGs.

Elaboração das informações/pareceres a submeter a S.EXª SEDN para pagamento das subvenções protocoladas com as ONGs.

Elaboração de respostas e esclarecimentos vários às ONGs.

Realização de visitas, incluindo reuniões de trabalho, às 5 ONGs protocoladas com o MDN no âmbito da RNA.

Organização, realização e participação nas “III Jornadas Defesa + Saúde”, subordinadas ao tema do Stress em contexto militar.

Reuniões de trabalho com vista ao acompanhamento dos estudos interdisciplinares em curso, decorrentes do plano de estudos do CRSCM.

Desenvolvimento de Plataforma digital colaborativa de apoio aos trabalhos do CRSCM – Portal do CRSCM.

Reuniões de trabalho com vista ao desenvolvimento de um instrumento de caracterização breve dos Antigos Combatentes e de levantamento de indicadores de bem-estar físico, psicológico e socioeconómico, com vista à implementação de estudo preliminar de caracterização desta população.

Acompanhamento da implementação da Reforma da Saúde Mental – Plano Nacional de Saúde Mental, nomeadamente através da participação nas reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
07-10	Coordenação do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas	Presidir e coordenar o Grupo Coordenador para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas	Assegurar o desenvolvimento nas FA de um programa coerente e adequado, sobretudo, ao meio laboral militar, no que respeita a prevenção primária, secundária e terciária dos comportamentos aditivos e dependências, que contribua para a sua redução	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Coordenar e acompanhar o Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA)	Atividade corrente	ES	Ramos/PJM, EMGFA (CISMIL, DIRSAM, HFAR, UTITA, UMT), ESSM/UEFISM, MS/SICAD
2.	Prestar assessoria técnica e jurídica no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas FA			
3.	Desenvolver e implementar			

- ferramentas de avaliação do PPCACDFA, tendo em vista o aperfeiçoamento das medidas preconizadas, o ajustamento das atividades e a melhoria dos resultados obtidos
4. Desenvolver trabalhos atinentes à implementação do PPCACDFA, designadamente inserção de ações de sensibilização/informação sobre novos comportamentos de risco e adições
 5. Elaborar e apresentar superiormente o Plano e Relatório da Atividades anual no âmbito do PPCACDFA

Ramos/PJM,
EMGFA (CISMIL,
DIRSAM, HFAR,
UTITA, UMT),
ESSM/UEFISM
 6. Realizar ações de divulgação/comunicação estratégica do PPCACDFA
 7. Participar em ações de formação no âmbito do PPCADFA
 8. Continuação do desenvolvimento de um Manual de Procedimentos/Normativo que uniformize os procedimentos relacionados com a prevenção dos comportamentos aditivos e combate às dependências, nos três ramos.

Ramos/PJM,
EMGFA (CISMIL,
DIRSAM, HFAR,
UTITA, UMT),
ESSM/UEFISM,
MS/SICAD
 9. Implementação das alterações resultantes da reestruturação do Curso de Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependência

ESSM/UEFISM
HFAR/UTITA
 10. Promover o intercâmbio e a cooperação com organismos institucionais responsáveis pela definição de políticas no âmbito da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências
 11. Acompanhar as iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso

ESSM/UEFISM
HFAR/UTITA
 12. Continuação da implementação do projeto, no âmbito da prevenção de comportamentos aditivos e dependências, junto dos alunos dos Estabelecimentos Militares de Ensino

Direção de
Educação do
Exército, Colégio
Militar e Instituto
Pupilos do Exército
 13. Participar no processo de cedência de substâncias para

adestramento de cães,
monitorizando o
Memorando/Protocolo sobre a
matéria e centralizando a
informação

PGR, SICAD,
Ramos, PJ, PSP,
GNR

RESULTADOS

Elaboração do Plano de Atividades e Relatório de Atividades do PPCACDFA.

Apoio ao Grupo Coordenador do Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas (PPCACDFA), nomeadamente durante reuniões.

Desenvolvimento de um normativo comum aos ramos para aplicação do PPCACDFA.

Implementação de programa de intervenção preventiva, no âmbito dos CAD, destinados a alunos do Ensino básico (2º e 3º ciclo) e secundário dos Estabelecimentos Militares de Ensino – Colégio Militar e Instituto Pupilos do Exército, com realização de reuniões preparatórias e de coordenação, sessões de formação e supervisão a técnicos e professores.

Realização de ações de divulgação do PPCACDFA nas diferentes estruturas das Forças Armadas no âmbito do Plano de Comunicação do PPCACDFA.

Desenvolvimento de um curso de reciclagem para Operadores de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Dependências (OPCAD).

Operacionalização dos procedimentos exigidos para cedência de substâncias apreendidas para adestramento de cães, no âmbito do protocolo sobre esta matéria – Elaboração de Manual de Procedimentos.

Participação em ações de formação sobre Comportamentos Aditivos e Dependências, na qualidade de formadores e de formandos.

Cooperação com organismos responsáveis pela definição de políticas no âmbito da Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências, designadamente com o SICAD, através de reuniões.

Acompanhamento das iniciativas no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde, nomeadamente as assumidas na sequência da assinatura da Carta de Compromisso, bem como acompanhamento de dois compromissos para o ciclo 2018-2020 (“Curso de Operadores de Prevenção de Comportamento Aditivos e Dependências” e “Intervenção nos Estabelecimentos Militares de Ensino”).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-11	Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho (SHST)	Colaborar com a SG/MDN na definição, organização e implementação de um serviço de SHST destinadas à prevenção de riscos profissionais e à promoção da saúde dos trabalhadores da DGRDN, enquadrado na legislação em vigor	Sujeição dos trabalhadores da DGRDN ao normativo em vigor sobre a matéria

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Participar na organização das atividades de SHST destinadas aos trabalhadores da DGRDN	Atividade corrente	CAT	SG/MDN

RESULTADOS

Nada a referir (sem desenvolvimento).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-12	Saúde Global	Promoção da saúde global em todas as políticas	Elaboração de Plano de Ação Interministerial para a Saúde Global, no âmbito da RCM 53/2018, de 04 de maio

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Representação do MDN no Grupo de Trabalho Interministerial para a Saude Global	Atividade corrente	CAT	
2. Coordenação das atividades interna a desenvolver pelo MDN no âmbito do "Plano de Ação para a Saude Global"			

RESULTADOS

Elaboração de Proposta de Plano de Ação Interministerial para a Saúde Global (RCM 53/2018, de 04 de maio): *"Portugal e a Saúde Global: Eixos Estratégicos e linhas de ação Prioritárias 2020-2030"* – Concluída pelo Grupo de Trabalho Interministerial para a Saúde Global concluída em abril 2019

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
07-13	Consultadoria	Consultadoria técnica e jurídica em matéria de saúde militar	Apoio à decisão superior em matéria de Saúde Militar, através de informações, estudos, propostas e pareceres técnicos e jurídicos

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	

RESULTADOS

Análise e parecer sobre pedidos de cedência de interesse público para movimentação de médicos de hospitais EPE do SNS para o HFAR.

Análise e parecer acerca de proposta e projetos legislativos, bem como emissão de parecer relativamente à revogação de legislação que já se encontra sem aplicabilidade.

Análise e prestação de contributos relativamente à Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2020.

Análise e parecer sobre o Proj. de DL que visava definir os termos da fusão do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos na orgânica do Exército, como órgão de apoio aos ramos.

Análise da Proposta de Lei – Lei de Bases da Saúde.

Análise de diversos projetos de diplomas relativos a matérias inseridas nas competências da DSM.

Esclarecimento do Direito aplicável e promoção da igualdade, justiça e imparcialidade.

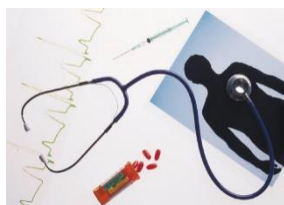
Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 08



Fomentar o Bem-Estar Social dos RH, apoiar os Deficientes Militares e os Antigos Combatentes

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais/Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
08-01	Medidas de política de proteção social	Estudar, conceber e propor as medidas de política de proteção social dirigidas aos militares das FA e avaliar os respetivos impactos	Melhoria das condições de vida dos militares e suas famílias	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Acompanhar as alterações legislativas na área da proteção social		Atividade corrente	CAT	MFinanças / Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/ Ramos

RESULTADOS

Análise das propostas de legislação para os Antigos Combatentes (AC) apresentadas – Estatuto do Antigo Combatente (EAC):

Realização de reunião com elementos do Gabinete de SEXASEDN, no dia 11.01.2019, acerca da Proposta de Estatuto do AC, a apresentar por este Ministério;

Análise da Proposta de Lei do EAC preparado pelo Gabinete de SEXASEDN – n/email de 25.02.2019;

Análise do projeto de diploma que procede à alteração do artigo 134.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), o qual visa concretizar a medida 7 - “O primeiro dia de escola”, do eixo 2 - “Conciliar na Administração Pública”, do Programa 3 em Linha, estabelecendo, para o efeito, o direito do trabalhador da Administração Pública responsável pela educação de menor a faltar justificadamente, até 3 horas, para acompanhamento de cada menor de 12 anos, no primeiro dia do ano letivo, determinando ainda que a falta prevista é considerada, para todos os efeitos, prestação efetiva de trabalho – N/email 19.03.2019;

Análise das propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 195/XIII/4.ª (que propõe aprovação do EAC) apresentadas pelos grupos parlamentares do PSD, BE, CDS/PP – enviado por e-mail de 02.07.2019;

Análise do Projeto de Lei n.º 27/XIV/1.ª (CDS-PP) – Aprova o EAC – N/ofício n.º 8302, de 14.11.2019;

Análise do Projeto de Lei n.º 57/XIV/1.ª (PAN) – Aprova o EAC – N/ofício n.º 8535, de 21.11.2019;

N/comentários à análise enviada pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), através do ofício n.º 886/2019, de 03.12.2019, ao “Projeto de diploma sobre o Estatuto dos Antigos Combatentes – alteração ao regime de reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais previsto no Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro” – N/email de 04.12.2019;

Elaboração do Projeto de Portaria do Cartão do Antigo Combatente – N/email de 04.12.2019;

Análise do Projeto de Lei n.º 121/XIV/1.ª (PCP) – Aprova o EAC – N/ofício n.º 9007, de 09.12.2019.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-02	Ação Social Complementar e assistência na doença aos deficientes militares	Conceber e propor medidas, no âmbito dos regimes da segurança social, da ação social complementar que contribuam para a melhoria das condições de vida dos deficientes militares	Melhoria e adequação contínua da ação social complementar disponibilizada aos respetivos beneficiários, atentos, designadamente, os novos modelos de organização familiar
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes
			IASFA/Ramos

RESULTADOS

Apreciação das propostas de protocolos da ADM com prestadores em Moçambique;

Apreciação da proposta de minuta de «Acordos de Cuidados de Saúde no Domicílio», a celebrar pelo IASFA/ADM;

Apreciação do Relatório de Auditoria n.º 4/2019, do TdC – Auditoria de Resultados ao IASFA, I.P.;

Apreciação das sugestões e propostas da ASMIR, em sede de Conselho Consultivo do IASFA, I.P.;

Apreciação das questões suscitadas pela ASMIR junto de SEXA o MDN, respeitantes à “Garantia de sustentabilidade para o futuro do IASFA”;

Apreciação do projeto de diploma que visa estabelecer o regime jurídico da responsabilidade pelo pagamento dos cuidados de saúde prestados aos militares das Forças Armadas e, ainda, proceder à 5.ª alteração ao DL n.º 167/2005, de 23 de setembro, que estabelece o regime jurídico da assistência na doença aos militares das Forças Armadas (ADM);

Estudo comparativo ADM/SADGMR/SADPSP: Elaboração de matriz uniforme de recolha de dados;

Apreciação do projeto de despacho MDN que determina à Plataforma criada pelo Despacho n.º 9490/2018, de 11 de outubro, a avaliação das Recomendações do TdC em sede do Relatório n.º 4/2019;

Apreciação crítica do Projeto de Protocolo IASFA, HFAR, LMPQF e ADFA;

Apreciação crítica do Relatório de Atividades 2018, do IASFA, I.P.;

Apreciação crítica do Plano de Ação para o Equilíbrio Financeiro da ADM;

Continuação da adoção de medidas necessárias para o bem-estar social dos ex-militares que possuem processo por acidente/doença a decorrer tendo em vista a sua qualificação como DFA, nomeadamente junto dos organismos de Ação Social da Área da residência de alguns ex-militares;

Foram ainda, efetuados contactos com os diversos departamentos dos Ramos das Forças armadas, HFAR, IASFA, CGA e CNP, seguindo de perto a evolução do percurso dos respetivos processos ou de outros;

Cortes nos direitos dos DFA – Análise da situação exposta por DFA - N/ofício n.º 9080, de 11.12.2019.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
08-03	Reabilitação dos deficientes militares	Estudar, conceber e propor as políticas de reabilitação dos deficientes das Forças Armadas (DFA) e avaliar os respetivos impactos; assegurar a atualização permanente dos dados de caracterização dos deficientes militares, tendo em conta os indicadores de incapacidade e deficiência definidos no âmbito da OCDE	Melhorar o apoio aos deficientes militares	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Monitorização do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM)	Atividade corrente	ES	Ramos/ Associações
2.	Assegurar, em articulação com as entidades fornecedoras de dados (Ramos; IASFA, I.P./ADM CGA), o sistema de informação de suporte à base de dados dos deficientes militares			
3.	Coordenar o processo de monitorização das medidas inscritas na “Estratégia e Guidelines para a Deficiência 2015-2020” (ENDEF), da responsabilidade do MDN			

RESULTADOS

PADM:

Atendimento e esclarecimento das questões colocadas por deficientes militares ou respetivos familiares, no âmbito da LADM.

Sinalização e encaminhamento de deficientes militares para os técnicos de serviço social;

Avaliação da necessidade de adoção de medidas complementares de apoio a deficientes militares, decorrente da revisão dos Acordos de Cuidados de Saúde no domicílio.

Participação nas reuniões do PADM;

Atualização da informação do Manual de Informação e Procedimentos dos Deficientes Militares;

Elaboração da análise comparativa do PADM, entre 2015 e 2018;

Participação nas reuniões técnicas de coordenação do PADM e elaboração das respetivas atas.

ENIPSSA:

Participação nas reuniões do GIMAE/ENIPSSA em 16 e 30 de janeiro, 19 de março, 16 de maio, 5 de setembro, 28 de novembro e 13 de dezembro 2019;

Participação na reunião da Comissão Interministerial da ENIPSSA em 25 de julho 2019;

Participação na reunião do Núcleo Executivo da ENIPSSA em 11 de outubro de 2019;

Participação na elaboração do circuito de referenciação de antigos combatentes em situação de sem-abrigo, conforme previsto no Plano de Ação 2019-2020 (E2.OE7C.A2.AT4);

Receção das sinalizações de antigos combatentes em situação de sem-abrigo, confirmação da informação e encaminhamento para o PADM

Consultadoria específica:

Apreciação crítica do Projeto de Lei n.º 527/2018, de 18 de dezembro, que promove a 1.ª alteração ao DL n.º 129/2017, de 9 de outubro que institui o programa «Modelo de Apoio à Vida Independente – MAVI»;

Apreciação do Plano Operacional da ADFA para 2019;

Apreciação crítica do Projeto de Lei n.º 1070/XIII/4.ª, CDS-PP, que visa promover a alteração do DL n.º 466/99, de 6 de novembro, com vista à *eliminação da possibilidade de redução da pensão de preço de sangue quando esta resulte de falecimento de deficiente das forças armadas*;

Preparação de propostas de alteração ao DL n.º 503/99, de 20 de novembro, visando a exclusão dos deficientes militares do respetivo âmbito pessoal de aplicação;

Avaliação da resposta do MF relativa ao PDL 118/2019 – Consagra o prazo para efeitos de revisão do processo por agravamento de lesões dos deficientes militares;

Apreciação da problemática respeitante às responsabilidades pelo apoio aos deficientes militares relativamente a deslocações necessárias por razões de saúde, bem como do acompanhante, quando indispensável;

Elaboração de notas respeitantes a “questões candentes”, quer relativamente à ADFA, quer à ADFAPM;

Apreciação crítica de propostas de alteração ao «Estatuto do Antigo Combatente»;

Elaboração de nota no seguimento de reunião do Conselho Consultivo do Lar Militar da CVP (Protocolo CVP-SCML);

Apreciação crítica da Proposta de orçamento para 2020, da ADFA;

Elaboração de parecer conjunto com a SGMDN, relativo à minuta do contrato promessa CVP- SCML, projeto “Alcoitão em Lisboa”.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-04	Qualificação de deficientes das Forças Armadas	Apreciar e elaborar as propostas de decisão dos processos instruídos com fundamento em qualquer dos factos previstos no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto -Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro	Melhorar o apoio aos deficientes das Forças Armadas
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes
			Ramos/HFAR

RESULTADOS

Foram concluídos um total de 149 processos;

Atendimento telefónico de 326 chamadas de ex-militares ou deficientes militares, com processos de qualificação como DFA a decorrer.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-05	Participação em Comissões e GT no âmbito dos Assuntos Sociais	Participar nas reuniões e atividades das diversas Comissões e GT, em representação do MDN ou DGRDN, bem como coordenar as da sua responsabilidade	Acompanhar e contribuir para o desenvolvimento das atividades dessas entidades
Subações		Tipo	Natureza
1. Comissão de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (CIPID)		Atividade corrente	CIN
2. Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas sem Abrigo (ENIPSSA)			
3. Conselho Consultivo do IASFA			
4. Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA)			
5. Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes (CCAAC)			
6. Conselho Consultivo do Lar Militar da CVP			
			Parceiros intervenientes
			Diversas entidades

RESULTADOS

Assegurada a representação do MDN/DGRDN no âmbito da Comissão, Conselhos e GT supra identificados.

CPIPD:

Participação nas reuniões da Comissão de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência

ENIPSSA:

Apreciação crítica do Plano de Ação 2019/2020 (orçamentação das atividades propostas) e do Relatório de Avaliação 2017-2018.

Participação nas reuniões da ENIPSSA (GIMAE) e apreciação crítica do Plano de Ação 2019-2020.

CCIASFA:

Participação nas reuniões do Conselho Consultivo do IASFA.

CCLMCVP:

Participação nas reuniões do Conselho Consultivo do LMCVP.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
08-06	Consultadoria	Consultadoria geral e jurídica, nomeadamente ao nível da elaboração de estudos e pareceres sobre projetos de diploma e resposta a exposições e reclamações relativas a pensões (reforma, aposentação e sobrevivência, entre outras), assistência na doença (comparticipação medicamentosa, inscrição de beneficiários, etc.), propinas, complementos de pensão e outras prestações sociais	Esclarecimento de dúvidas Esclarecimento do direito aplicável Proposta de soluções para casos particulares Promoção da igualdade, justiça e imparcialidade Aproximação da Administração aos cidadãos
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CON	Ramos/CGA/ Outros

RESULTADOS

Análise e preparação de respostas a solicitações institucionais e de particulares versando, designadamente, questões relativas ao Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas e complementos de pensão, regime de aposentação e reforma, pensões de invalidez e de preço de sangue, outras prestações sociais, regime jurídico dos deficientes militares (benefícios sociais e financeiros), contagens de tempo de serviço, atrasos no processamento de comparticipações ADM, entre outras questões;

Apreciação da LOE2019, Lei n.º 171/2018, de 31 de dezembro, nomeadamente, no respeitante às matérias da esfera de competências da DGRDN/DSSMAS;

Apreciação de Memorando do CEMA: «Marinha – Processos individuais de vencimentos de militares. Complemento de pensão»;

Lista de Circulação n.º 11 – Apreciação de proposta de alteração à LGTFP: Eixo 2, do Programa 3 em Linha;

Apreciação sumária do relatório da Auditoria 30/2018 à CVP (IGDN), com a finalidade de avaliar os riscos mais relevantes no processo de “Atribuição de Subvenções Públicas”;

Apreciação de PDL que regula as condições e as regras de atribuição e de cálculo das pensões de aposentação do RPSC e das pensões de invalidez e velhice do RGSS dos sapadores bombeiros da administração central, regional e local;

Elaboração de nota detalhada respeitante à temática «Complemento(s) de pensão»;

Apreciação do PDL n.º 132/2019, que visa regular as regras de cálculo das pensões por motivo de incapacidade, aposentação ou jubilação do RPSC e das pensões de invalidez e velhice do RGSS, dos magistrados;

Apreciação do PDL n.º 220/2019, que visa alterar o regime jurídico emergente do pagamento indevido de prestações de segurança social, e os regimes jurídicos de proteção nas eventualidades invalidez e velhice e de morte;

Elaboração de nota respeitante ao regime legal das Missões Humanitárias e de PAZ, em particular nos aspetos relativos à saúde e proteção social;

Apreciação crítica do relatório da IGDN respeitante ao processo de atribuição de subvenções públicas”;

Apreciação crítica do Acórdão do TC n.º 134/2019 – processo de fiscalização abstrata sucessiva da constitucionalidade da norma do segmento do artigo 43.º, n.º 1 do EA;

Elaboração de nota para GABMDN sobre o Lar Militar da CVP, relativamente à intenção de rentabilização do espaço por via de um acordo CVP-SCML;

Apreciação da PLOE2020, nomeadamente, no respeitante às matérias da esfera de competências da DGRDN/DSSMAS;

Nota interna n.º 590, de 05.04.2019 – Análise do Plano de Ação da Liga de Combatentes em 2019;

Support for Military Personnel – Pedido de Informação do Adido Defesa – Embaixada da Roménia sobre Apoio a AC – enviado por email de 09.09.2019;

Nota Interna n.º 1542, de 23.09.2019 - Dignificar os Cemitérios. Honrar a Memória. Engrandecer o País. Programa Estruturante - Conservação das Memórias - Liga dos Combatentes;

Resposta às solicitações colocadas por escrito, telefonicamente ou presencialmente por militares, ex-militares, familiares, representantes legais a questões sobre:

- processos por acidente/doença em serviço militar;

- processos de pensão por serviços excecionais e relevantes;
- contagens de tempo de serviço militar;
- benefícios atribuídos no âmbito de aplicação da Lei n.º 9/2002, de 11/02, e sua regulamentação;
- pensão de ex-prisioneiro de guerra;
- medalha de mérito militar;
- pedido de 2.ª via de caderneta militar;
- isenção de propinas.

Resposta às solicitações colocadas por escrito, telefonicamente ou presencialmente por militares, ex-militares, familiares, representantes legais a questões sobre processos de qualificação como DFA, GDFA, GDSEN, deficientes militares, no âmbito do DL n.º 503/99 (superando os prazos estabelecidos) - Continuação do trabalho desenvolvido acerca dos problemas de aplicação do DL n.º 503/99, pela CGA e reiteração de proposta de constituição de Grupo de Trabalho com MTSSS;

Resposta e encaminhamento de questões para outras entidades (ex. CGA, Segurança Social, Ramos das Forças Armadas, IASFA, I.P., etc);

Resolução de problemas de teor jurídico relacionadas com questões de Antigos Combatentes;

Continuação do trabalho e análise de comentários sobre o projeto de diploma com vista à alteração do prazo de revisão dos processos por agravamento de lesões/deficiências militares;

Reiteração de pedido para o GabSEDN e CGA sobre a questão dos ex-cabos RD – Timor-Leste- artigo 54.º da LOE2018;

Cortes nos direitos dos DFA - Redução de 75% da tarifa ferroviária - N/ofício n.º 8288, de 14.11.2019, enviado ao Presidente do Conselho de Administração da CP - Comboios de Portugal, E.P.E.

Atividades e Projetos não previstos

Participação na 1.ª parte da 7.ª reunião do GT criado no âmbito do EMGFA – “Aptidão militar para o serviço”.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 09



**Armamento e Equipamento
(Planeamento e Programação)**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Armamento e
Equipamento/Divisão de Planeamento e
Programação*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
09-01	Cooperação Internacional	Desenvolver os protocolos, projetos e outras atividades de cooperação nos domínios do armamento e dos equipamentos da Defesa Nacional com Entidades Internacionais	Contribuir para o desenvolvimento de protocolos, projetos e demais atividades de cooperação internacional nos domínios do armamento e edificação de capacidades.	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Assegurar, no âmbito das suas competências, a participação em organizações, entidades e grupos de trabalho nacionais e internacionais de âmbito bilateral e multilateral	Atividade corrente	CAT/CII	GabMDN, SG/MDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, REPER EU e DEL NATO
2.	Propor e desenvolver, no âmbito das suas competências, protocolos, programas, projetos e atividades de cooperação de âmbito nacional e internacional			

RESULTADOS

Foi assegurada a presença, participação e acompanhamento das iniciativas europeias relacionadas com a edificação das capacidades, nomeadamente no que respeita aos mecanismos de implementação e avaliação das prioridades identificadas ao nível europeu, no âmbito do Plano de Desenvolvimento de Capacidades (CDP), aos programas de Financiamento Europeu (FED) e à Cooperação Estruturada Permanente (PESCO).

A DSAE contribuiu para o desenvolvimento de protocolos, projetos e demais atividades do âmbito bilateral, multilateral, nacional e internacional em coordenação com todos os parceiros intervenientes. Sobre este assunto releva-se, no âmbito da PESCO, a participação em reuniões dos projetos ESSOR e ESC2 e interligação à indústria, bem como, a assinatura de LOIs no âmbito da candidatura a fundos do EDIDP.

No âmbito da Agência Europeia de Defesa (EDA), a DSAE participou e assegurou a representação de Portugal em várias reuniões, nos diversos fóruns de decisão da Agência Europeia de Defesa, Comitês Diretores de Capacidades e Armamento, bem como, nos fóruns estratégicos e técnicos no âmbito da cooperação internacional.

Foi assegurado pela DSAE, a divulgação de todas as iniciativas no âmbito da EDA.

No âmbito bilateral, a DSAE organizou o encontro bilateral com Espanha, a 17 e 18 de julho, no âmbito do Grupo de Trabalho de Armamento e Indústrias de Defesa (GTAID), seguido de um encontro de indústrias de Defesa, em parceria com a idD. Organizou igualmente o encontro bilateral com França, a 25 e 26 de setembro, no âmbito do Comité Luso-Francês de Armamento.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
09-02	Planos de Edificação de Capacidades Militares	Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA, contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos	Potenciar a execução dos Programas de reequipamento associados à edificação de capacidades militares	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Elaborar, propor e atualizar, com a colaboração das FA, os planos decorrentes da análise das necessidades previstas nas capacidades militares e acompanhar a respetiva execução	Atividade corrente	AA/CAT/CII	GabMDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea
2.	Participar nas atividades de programação inerentes ao ciclo de planeamento de forças e desenvolvimento de capacidades militares de âmbito nacional e internacional			
3.	Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos			

RESULTADOS

Em 2019, a DSAE acompanhou a execução de diversos projetos de edificação de capacidades das FA, contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos.

Releva-se no âmbito do projeto POACCS III, a direção e conclusão do projeto com a entrega do sistema à FAP na condição de FOC.

No âmbito do projeto ARS Monsanto, a representação na MAF ARS Monsanto e participação nas reuniões de replaneamento do projeto, incluindo a preparação da adesão ao “ACCS Remedial Plan” - “Bring ACCS To Sites” (BATS).

No âmbito do projeto do MHTC, destaca-se a aprovação do projeto de edificação da capacidade para um Centro Multinacional de Treino de Helicópteros, no âmbito do programa de treino em Helicópteros da EDA.

No âmbito da PESCO, releva-se a apresentação portuguesa de dois projetos - Maritime Unmanned Anti-Submarine System (MUSAS), liderado pela Marinha e o EU Cyber Academia and Innovation Hub (CAIH), liderado pela DGRDN.

No âmbito da Avaliação Coordenada no âmbito da Defesa (CARD), a DSAE organizou a reunião bilateral com o secretariado do CARD, no âmbito dos diálogos bilaterais com os Estados membros da UE, em 14 de novembro de 2019.

No âmbito do Projeto BRASS efetuou-se o aumento da capacidade de transmissão nos Açores, com a ampliação da respectiva matriz de transmissão e a inclusão de um combinador de antenas. Iniciou-se o processo de acreditação do sistema (a concluir no primeiro semestre de 2020, tendo sido efetuado o pedido de JFAI junto da NATO).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
09-03	Lei de Programação Militar (LPM)	Contribuir para a eficiente coordenação e execução das políticas de armamento e equipamentos necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar	Otimização da execução das políticas de armamento e equipamentos necessárias às Forças Armadas e à defesa nacional, atento o previsto na Lei de Programação Militar	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Acompanhar a execução dos programas relativos ao reequipamento das FA contribuindo para a elaboração e revisão dos respetivos planos	Atividade corrente	CAT	GabMDN, SG/MDN, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea
2.	Assegurar a execução (projetos dos Serviços Centrais), monitorização e controlo da execução da Lei de Programação Militar (LPM)			
3.	Assegurar o apoio técnico e a emissão de pareceres e propostas de procedimentos de contratação pública relativos à aquisição de armamento e equipamento, em articulação com o EMGFA e as FA			

RESULTADOS

Em 2019 a DSAE, no âmbito das suas competências e atribuições, efetuou a coordenação, em parceria com a SGMDN, do processo de transição entre a LO 7/2015 e a LO 2/2019 assim como assegurou a monitorização e o controlo da execução da LPM.

Releve-se igualmente a execução do programa KC-390, cuja assinatura dos contratos de aquisição e sustentação, e a consequente execução, obrigou a uma estreita coordenação com a Força Aérea (FAP), assim como a cessação da vigência do contrato de manutenção das aeronaves EH-101 (FISS), que obrigou à implementação de um conjunto de medidas de contingência, com estreita coordenação entre GABMDN, DGRDN e FAP.

A DSAE elaborou diversos pareceres relativos a projetos de edificação de capacidades, na sequência das propostas apresentadas pelas entidades executantes.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
09-04	Apoio à Gestão de Projetos	Promover e coordenar o planeamento e execução, em cooperação com o EMGFA, os ramos das FA e outras entidades intervenientes, os projetos no âmbito do armamento, equipamentos e sistemas de defesa	Garantir a máxima utilização do <i>Enterprise Project Management</i> (EPM) no planeamento e controlo da execução dos projetos no âmbito do armamento, equipamentos e sistemas de defesa

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Apoiar, enquanto entidade coordenadora da LPM, as entidades que executam os projetos de armamento, equipamentos e sistemas de defesa previstos na lei.	Atividade corrente	CAT	SG/MDN, EMGFA, Marinha, Exército e Força Aérea
2. Promover ações de formação, na ferramenta de Gestão de Projetos EPM			

RESULTADOS

Decorrente do processo de transição da LO 7/2015 e a LO 2/2019, foi efetuado um trabalho de análise pormenorizada aos projetos das várias entidades executantes da LPM, no sentido de garantir a preservação da informação dos projetos cessantes e a correta transição da informação para os novos projetos, decorrentes das alterações de estrutura.

Sempre que solicitado, foi prestado apoio aos Gestores de Projeto, na resolução dos problemas apresentados à DSAE, na atualização da informação contida nos planos de projeto

Para além do referido, foi efetuada a monitorização da informação financeira, obtida via interface SIG-EPM. Dada a transformação ocorrida no SIGDN, foi necessário envidar esforços para garantir a integridade, alinhamento e coerência entre sistemas.

Foram iniciados os trabalhos de preparação de uma Candidatura SAMA, no âmbito da Modernização Administrativa com vista a otimizar os trabalhos para a evolução do MS EPM. Como o sistema está obsoleto e os trabalhos para a evolução já iniciaram, não foram investidas verbas em formação.

Atividades e Projetos não previstos

Candidatura SAMA, no âmbito da Modernização Administrativa.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 10



**Armamento e Equipamento
(Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento)**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Armamento e
Equipamento/Divisão de Indústria, Logística e
Investigação e Desenvolvimento*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-01	Licenciamento	Desenvolver ações de atualização de normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades	Contribuir para o desenvolvimento e atualização das normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. No âmbito das suas competências, a atualização das normas e procedimentos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades, através da transposição de legislação comunitária	Atividade corrente	CAT/CIN /CII/DIV	GabMDN, DGPDN, Marinha, Exército, Força Aérea, COARM, AT DGPE/MNE
2. Assegurar, no âmbito das suas competências, a participação em organizações, entidades e grupos de trabalho nacionais e internacionais sobre a transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa			
3. Organização de ações de divulgação junto dos operadores económicos			

RESULTADOS

Através da publicação do DL n.º 98/2019, 30 de julho, procedeu-se à oitava alteração à Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, que simplifica os procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2019/514, da Comissão, de 14 de março de 2019.

Participação na 22.ª reunião do grupo de trabalho sobre a harmonização da implementação da Diretiva 2009/43/CE.

Participação no “*Sub-regional Workshop for Barbados, Haiti, Jamaica, Suriname and Trinidad and Tobago - Working together to prevent illicit arms trafficking*” no âmbito do EU Arms Trade Treaty Outreach project II.

Foram efetuadas várias ações de sensibilização junto de operadores económicos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
10-02	Controlo	Zelar pelo cumprimento da legislação relativa à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades	Garantir o cumprimento da legislação relativa à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e ao exercício das atividades, por parte dos operadores económicos autorizados	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Gerir os processos relativos à transmissão e circulação de produtos relacionados com a defesa e emitir as respetivas licenças e certificados	Atividade corrente	CAT/CIN /CII/DIV	GabMDN, DGPE/MNE, AT, DGPDN, Marinha, Exército, Força Aérea, Operadores económicos, COARM
2.	Elaborar e propor, em articulação com os ministérios competentes, a legislação referente ao controlo da atividade de indústria e comércio de produtos relacionados com a defesa			
3.	Proceder a ações de auditoria junto dos operadores económicos autorizados			

RESULTADOS

No âmbito da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, foram licenciadas/registadas 14 empresas para o exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares.

Neste período, foram revogadas as licenças para o exercício das atividades de comércio e indústria de bens e tecnologias militares a 3 empresas.

Relativamente à circulação de produtos relacionados com a defesa, foram emitidas 14 licenças globais, 364 licenças individuais de exportação/transferência, 202 certificados internacionais de importação, 187 certificados de garantia de entrega, 29 certificados de destino final, 838 certificados para equipamento militar e 2 licença de trânsito.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-03	Estratégia de I&D	Estudar e propor, em articulação com os centros de investigação e desenvolvimento dos ramos, as medidas de política de investigação, desenvolvimento e inovação da Defesa Nacional	Contribuir para a definição e implementação da política de investigação, desenvolvimento e inovação da Defesa Nacional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Elaborar e propor a atualização, no âmbito das suas competências, do documento da estratégia de investigação, desenvolvimento e inovação da defesa nacional	Atividade corrente	CAT/CIN /CII	DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, EU, NATO, EDA, SCTN, BTID, IUM, Industrias de Defesa (idD)
2. Proceder a ações de divulgação junto das FA, do IUM, SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional) e BTID (Base Tecnológica e Industrial de Defesa)			

RESULTADOS

Reunião internacional de coordenação R&T na EDA (24JAN2019 e 25SET2019)

Preparação do Despacho n.º 2128/2019 sobre competências nos projetos de I&D e H2020

Reunião internacional de coordenação de I&D na NATO/STO (26-28MAR2019)

Palestra sobre Projetos de I&D de Defesa (IV Encontro dos Clubes de Estudantes da AFCEA – UBI, Covilhã, 31 maio 2019)

Reunião de coordenação nacional dos representantes de I&D (29JUL2019)

Reunião internacional de coordenação de I&D na NATO/STO (18-20SET2019)

Reunião Bilateral EDA e EUMS – *Coordinated Annual Review on Defence R&T collaborative opportunities* (14NOV2019)

Reunião internacional *Steering Board R&T* da EDA (5 e 12DEZ2019)

Colaboração com a EDA sobre a revisão da estrutura dos *Capability Technological Areas*.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
10-04	Gestão de Projetos em I&D	Promover e coordenar, em cooperação com as FA, os planos e projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional	Garantir o cumprimento da eficiente execução dos projetos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a Defesa Nacional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Promover reuniões de acompanhamento junto das entidades dos consórcios;	Atividade corrente e projeto	CAT/CIN /CII/ CON	MAI, DGPDN, EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, EU, NATO, EDA, SCTN, BTID, IUM, idD
2. Promover reuniões das “Comissões de Gestão e Acompanhamento” (CGA) dos projetos;			
3. Controlar o efetivo cumprimento da execução do planeamento do projeto através da análise dos relatórios produzidos pelos respetivos consórcios			

RESULTADOS

Realizadas as seguintes reuniões de acompanhamento da execução dos projetos de I&D nacionais (AA):

Projeto ANDROMEDA em 26JUL2019;

Projeto AUXDEFENSE em 29ABR2019;

Projeto SUBECO em 29NOV19;

Projeto FIREND em 12DEZ19.

Preparatory Action on Defence Research:

Brokerage Day em 11ABR2019;

Reunião de coordenação em 06MAI2019;

Panel board meeting Human Factors and Medicine no âmbito NATO/STO de 14 a 17OUT2019.

Atividades e Projetos não previstos

Assinatura de *Grant Agreement* - Projeto MARLEM (31OUT2019)

Visita delegação da EDA sobre ferramentas priorização (21NOV2019)

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações:

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 11



Infraestruturas	
Unidade orgânica	<i>Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Infraestruturas</i>

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-01	Transferência para Portugal da Escola NATO de Comunicações e Sistemas de Informação (NCISS)	Cumprir a decisão NATO, aprovada pela Capability Package 9C0101, que aprovou a realocação da NCISS de Latina - Itália para Oeiras-Portugal	Continuidade da empreitada de construção do edifício da escola bem como dos arranjos exteriores para conclusão no último trimestre de 2019	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Apresentação de relatórios periódicos, no âmbito do comité de acompanhamento das novas estruturas de comando NATO (CANEC), sobre o ponto de situação do desenvolvimento deste projeto NATO	Projeto	AA/CAT	Empresas de projeto e empreitada contratadas
2.	Representação da DGRDN no "Steering Committee" criado pela Agência NATO NCI para acompanhamento da transferência da Escola			
3.	Representação da DGRDN, enquanto Gestora de Projeto, no Academy Program Management Board onde está representada a NCIA, através do Project Manager, e o EMGFA			
4.	Preparação/execução de vistorias da empreitada de remodelação da Messe (parte do projeto) com vista à elaboração do documento NATO "Joint Formal Acceptance Inspection" com vista à integração da infraestrutura no inventário NATO			
5.	Coordenação/gestão da fiscalização e da coordenação de saúde em obra para o			

- desenvolvimento da empreitada de construção do edifício da Escola
6. Coordenação/gestão com todas as entidades externas necessárias tendentes à implementação do edifício (CMO/EMGFA/ANACOM/EDP)
 7. Integração do grupo da NCIA que trata da abrangência da reformulação da Agência no que diz respeito ao ponto de situação da implementação do projeto no âmbito da implementação do projeto da Escola
 8. Apoio técnico ao EMGFA no âmbito de alguns projetos relativos ao “Host Nation Support” para apoio à Escola
 9. Preparação/execução de vistorias da empreitada de construção do edifício da escola (parte do projeto) com vista à entrega ao utilizador final – Agência NATO NCIA
 10. Preparação/execução de vistorias da empreitada de construção do edifício da escola (parte do projeto) com vista à elaboração do documento NATO “Joint Formal Acceptance Inspection” que integrará a infraestrutura no inventário NATO

RESULTADOS

A empreitada terminou dentro do prazo estipulado, incluindo a execução de trabalhos complementares solicitados pela Agência e que se enquadram, na generalidade, em alteração aos requisitos de projeto. O edifício foi simbolicamente entregue à Agência em cerimónia do dia 14 de março, com a presença do 1º Ministro e entregue para uso pela Agência no dia 2 de maio. Iniciou-se a atividade letiva (IOC) no dia 3 de setembro de 2019, conforme estava previsto.

Efetuada diversas vistorias com vista à preparação da *Joint Formal Acceptance Inspection (JFAI)* para que a infraestrutura seja incluída no *NATO inventory*. Previsão da submissão do JFAI à NATO durante o 1º quadrimestre de 2020.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-02	Gestão das infraestruturas NATO em Portugal	Manter as infraestruturas dentro dos parâmetros operacionais e de segurança, para os quais foram designados pela NATO, com programas de manutenção anual geridos através do orçamento das receitas com IE NATO	Efetuar o cumprimento do programa anual de manutenção para cada infraestrutura NATO	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Preparação e acompanhamento das inspeções NATO em território nacional	Atividade corrente/projeto	AA/CAT	NATO, Ramos
2.	Elaboração de cadernos de encargos para projetos e obras dentro dos programas de manutenção estabelecidos para cada infraestrutura			
3.	Elaboração de procedimentos pré-contratuais de empreitada/serviços			
4.	Fiscalização direta da implementação dos projetos de manutenção nas diversas infraestruturas NATO			
5.	Gestão dos contratos de armazenamento da capacidade sobrança das Infraestruturas NATO			

RESULTADOS

O apoio quer técnico quer financeiro foi efetuado com vista ao suprimento das necessidades de O&M das infraestruturas e de acordo com as necessidades elencadas (Ponta Delgada NATO POL; Infraestrutura NATO de Porto Santo; Depósito de Munições NATO de Lisboa); foram efetuadas as inspeções NATO (MI), conforme calendarizado para 2019, à Base Naval de Lisboa e às Bases Aéreas de Montijo e Beja.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-03	Manutenção/ Construção de infraestruturas	Cumprir decisões de implementação de projetos de construção de infraestruturas transversais à Defesa (serviços centrais do MDN/EMGFA/Ramos e outros)	Dar resposta às diversas solicitações técnicas anuais, ou continuidade de resposta quando se trate de programas plurianuais, no âmbito da preparação de Cadernos de Encargos, procedimento pré-contratuais e empreitadas	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Operacionalização de intervenções em infraestruturas da DGRDN (DDN/BUD/outros)	Atividade de manutenção/projeto	AA/CAT	Adjudicatários/ outras entidades da Defesa
2.	Operacionalização de intervenções em infraestruturas por solicitação do EMGFA/Ramos e outros			
3.	Operacionalização de intervenções Base das Lajes (BA4)			
4.	Operacionalização de intervenções nos Ramos relativas a processos de descontaminação em infraestruturas			
5.	Colaboração com a área financeira no acompanhamento do controlo financeiro dos projetos NATO			

RESULTADOS

Foi dada resposta técnica adequada e em tempo oportuno, no âmbito das solicitações recebidas. Efetuada a coordenação da Comissão Técnica, relativa ao Acordo Bilateral entre PRT e os EUA quanto ao uso da Base das Lajes, com as diversas reuniões inerentes, bem como com respostas e interações com as diversas entidades envolvidas (CMPV/ERSARA/GRA/LNEC/EUA).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
11-04	Preparação do ciclo de planeamento NATO	Planeamento/Elaboração de novos projetos a submeter à NATO, atualização do inventário das infraestruturas NATO em Portugal, bem como elaboração de pareceres/respostas a diversa documentação NATO no âmbito do NSIP	Planeamento adequado de modo a possibilitar a submissão de novos projetos à NATO (Minor works/urgent requirements), bem como emissão de pareceres/respostas atempadas no âmbito do NSIP, recebidas através da Delegação Portuguesa na NATO

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Preparar e submeter a aprovação NATO "Minor Work" para Reposição da plataforma do Cais NATO de Ponta Delgada	Atividade corrente	AA	EMGFA/Ramos
2. Preparar e submeter a aprovação NATO "Minor Work" para alteração da casa das bombas de combustível no Depósito POL NATO de Ponta Delgada			
3. Preparar e submeter a aprovação NATO "Minor Work" para Reposição do sistema de combate a incêndios no POL NATO de Lisboa			
4. Aguardar aprovação NATO de "Minor Work" submetidos para sua operacionalização com elaboração de projeto e preparação de empreitada para as seguintes infraestruturas NATO: Base Naval, Porto Santo			

RESULTADOS

Submetidos à NATO diversos documentos para obtenção de Fundos (NSIP), de acordo com as prioridades estabelecidas, nomeadamente quanto a respostas na área do Ambiente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
11-05	Construção de infraestruturas	Cumprir decisões de implementação de projetos de âmbito NATO	Dar resposta aos projetos aprovados no NSIP (NATO Security Investment Program)
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Execução da empreitada de recuperação do cais NATO de Ponta Delgada	Atividade de manutenção/projeto	AA/CAT	Adjudicatários/ outras entidades da Defesa
2. Lançamento de procedimento pré-contratual para a empreitada de alargamento do "taxiway" da Base Aérea de Beja ("Minor Work" aprovado)			
3. Coordenação da elaboração do projeto de remodelação dos oleodutos da Base Aérea de Beja			

4. Fiscalização das empreitadas em
1 e 2

RESULTADOS

Realizada a Empreitada de Recuperação do cais de Ponta Delgada dentro do prazo e do valor aprovado pela NATO (NSIP). Devido à ocorrência de um fenómeno natural que destruiu parte dos trabalhos realizados houve necessidade de reunir capacidades técnicas para preparar elementos técnicos a submeter à NATO para atribuição de Fundos (NSIP).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
11-06	Consultadoria	Elaboração de informações, estudos e pareceres no âmbito do projeto, construção e manutenção de infraestruturas	Providenciar resposta técnica que melhor contribua para a decisão sobre os assuntos apresentados	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Consultadoria no âmbito da elaboração de Plano Diretor para o Reduto Gomes Freire - Oeiras	Atividade corrente	AA/CAT	EMGFA/Serviços Centrais do MDN
2.	Consultadoria no âmbito da elaboração de Plano de Implementação da Unidade de Ensino e Formação Integrada do Serviço Militar (UEFISM)	Atividade corrente	AA/CAT	EMGFA/Serviços Centrais do MDN

RESULTADOS

TNo âmbito das solicitações recebidas, foram efetuadas diversas atividades (estudo/análise e propostas) que deram resposta cabal ao apoio pretendido, nomeadamente quanto ao Programa Preliminar para o UEFISM a implementar no Campus de Saúde Militar.

Atividades e Projetos não previstos

Solicitação de consultadoria técnica no âmbito da Implementação do CeDA, na Base das Lajes.

Solicitação de consultadoria e desenvolvimento técnico para implementação do *Cyber Academy and Innovation Hub* (CAIH).

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 12



Património imobiliário do Estado afeto à Defesa Nacional

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Infraestruturas e
Património/Divisão de Património e Turismo Militar*

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
12-01	Cumprir as competências da Unidade de Gestão Patrimonial	Assegurar que o inventário dos imóveis afetos à defesa nacional se encontra devidamente atualizado	Possibilidade de disponibilizar em tempo real informação sobre os imóveis afetos à defesa nacional
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade de manutenção	AA
			Parceiros intervenientes
			Todas as entidades tuteladas pelo MDN

RESULTADOS

Concretizado.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Prosseguir com o preenchimento no SIIE de valências com informação que até agora não têm estado a ser incluída, designadamente quanto à melhor especificação da caracterização física dos imóveis	Consolidação e ampliação das bases de trabalho de gestão patrimonial
Subações	Tipo
	Natureza
	Parceiros intervenientes
	Projeto
	CAT, CIN

RESULTADOS

Concretizado.

Objetivo (3)		Resultado esperado	
Assegurar o cumprimento das disposições legais relativamente à obediência ao princípio da onerosidade		Esclarecer as dúvidas e os procedimentos quanto ao cumprimento das disposições legais sobre o pagamento de rendas pelos serviços públicos. Providenciar para que deixem de existir situações de cobrança excessiva	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade de manutenção	CAT	

RESULTADOS

Foi assegurado o esclarecimento das dúvidas apresentadas pelos serviços e organismos que se encontram abrangidos pelo princípio da onerosidade.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado	
12-02	Representar o Ministério da Defesa Nacional na elaboração dos instrumentos de gestão territorial	Garantir que nos instrumentos de gestão territorial fiquem salvaguardados todos os interesses e condicionantes essenciais para garantir a segurança de pessoas e bens	Instrumentos de gestão territorial (Planos Diretores, de Urbanização e de Pormenor) consentâneos com o dispositivo territorial das Forças Armadas, não só nas vertentes de implantação e acessos como também na inclusão dos diversos tipos de servidão terrestre, aeronáutica e radioelétrica	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
	Atividade corrente	AA	Ramos das FA	

RESULTADOS

Concretizado em todas as situações que foram dadas a conhecer à DPTM.

Objetivo (2)		Resultado esperado	
Assegurar a eficiência na emissão de pareceres sobre a possibilidade de intervenção em território sujeito a servidão militar		Garantir o cumprimento das restrições impostas em zonas de servidão militar	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	Ramos das FA

RESULTADOS

Concretizado.

Objetivo (3)		Resultado esperado	
Promover a consulta pública e propor a emissão de instrumentos constitutivos ou modificativos de servidões militares		Assegurar que os diplomas de servidão militar estão conforme as reais necessidades operacionais dos Ramos	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	AA	Ramos das FA e EMGFA

RESULTADOS

Concretizado.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
12-03	Representar o MDN na secção especializada permanente do Património Arqueológico e Arquitetónico do Conselho Nacional de Cultura	Contribuir para a emissão de pareceres e formulação de propostas por solicitação do Diretor-Geral do Património Cultural, no âmbito do património arqueológico e arquitetónico	Garantia de salvaguarda dos interesses da defesa nacional nas disposições emanadas do membro do Governo responsável pela área da Cultura

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Foi assegurada a participação nas reuniões previstas e concretizada a elaboração e posterior aprovação dos pareceres requeridos sobre classificação de imóveis.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
12-04	Cartografia e Cadastro	Implementar estrutura de sistemas de informação geográfica e serviços de cartografia	Aperfeiçoar e complementar o conjunto de instrumentos base de gestão patrimonial, compatibilizando com a legislação mais recente
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	AA	

RESULTADOS

Não concretizado.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 13



Rentabilização do património imobiliário afeto à Defesa Nacional

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
13-01	Identificar os imóveis excedentários e assegurar a sua rentabilização	Elencar os imóveis suscetíveis de rentabilização através da Lei de Infraestruturas Militares (LIM)	Coordenar e controlar os imóveis que, em cada altura, serão objeto de despacho para integração na LIM, disponibilizando oportunamente a informação adequada
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	AA
			Parceiros intervenientes
			Ramos das FA

RESULTADOS

Concretizado.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Assegurar a elaboração dos instrumentos legais para autorização das operações de rentabilização de cada imóvel	Desafetação do domínio público militar e autorização para as operações de rentabilização de cada imóvel
Subações	Tipo
	Natureza
	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente
	AA

RESULTADOS

Concretizado para todas as situações requeridas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
13-02	Satisfazer os requisitos legais necessários à prévia rentabilização de imóveis	Promover a avaliação dos imóveis suscetíveis de rentabilização	Promoção de relatórios de avaliação e respetiva submissão a homologação pela DGTF, determinando o valor/ base a considerar na rentabilização
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	AA

RESULTADOS

Promovidas todas as avaliações necessárias e requeridas no período em causa.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Promover e atualizar a inscrição matricial e registo predial dos imóveis disponibilizados	Exercer, mediante credencial própria, competências da DGTF no sentido de registar os imóveis que transitam para o domínio privado do Estado, ação indispensável para a respetiva rentabilização. Assegurar a classificação junto da Direção-Geral do Território
Subações	Tipo
	Natureza
	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente
	CAT
	DGTF, DGT, Repartições de Finanças e Conservatórias do Registo Predial

RESULTADOS

Concretizada nalgumas situações. A dependência de ações da responsabilidade de outras entidades condicionou significativamente esta atividade.

Objetivo (3)	Resultado esperado
Promover a emissão de Certificações Energéticas	Disponibilização de elemento essencial para a transação imobiliária

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	

RESULTADOS

Não concretizado. Durante o período em causa não houve necessidade.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
13-03	Informação	Disponibilizar a entidades externas informação sobre os imóveis a rentabilizar	Promover e acompanhar visitas aos imóveis, organizar o conjunto adequado de elementos caracterizadores da infraestrutura em rentabilização e responder às questões que, sobre o assunto, são colocadas através de diversos meios

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	DIV	

RESULTADOS

Concretizado para as necessidades do período em causa. É uma atividade contínua.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
13-04	Protocolos	Análise e parecer sobre propostas de utilização por terceiros de infraestruturas afetas à Defesa Nacional	Conformidade legal dos protocolos de utilização por terceiros de infraestruturas afetas à Defesa Nacional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Foram analisadas e redigidas todas as situações que foram solicitadas no período em causa.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
13-05	Receitas da Lei de Infraestruturas Militares	Coordenar a proposta de aplicação de receitas e controlar a sua execução	Proposta de aplicação de receitas decorrente da análise de prioridades indicada pelo EMGFA e Ramos e de orientações da tutela
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			EMGFA e Ramos

RESULTADOS

Foi elaborada e apresentada a despacho a proposta de aplicação de receitas da LIM.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
13-06	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, preparar respostas a exposições e pedidos de informação no âmbito da gestão, utilização e rentabilização das infraestruturas afetas à Defesa Nacional	Providenciar resposta técnica que melhor contribua para a resolução dos assuntos apresentados
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Atividade contínua e corrente que resultou num significativo conjunto documental o qual, na generalidade, contribuiu para o andamento e resolução de processos de gestão patrimonial.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 14



Acordo Bilateral de Defesa Portugal – Estados Unidos da América (Comissão Técnica)

*Unidade
orgânica*

*Direção de Serviços de Infraestruturas e
Património/Divisão de Infraestruturas*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-01	Reuniões da Comissão Técnica	Coordenar a delegação portuguesa	Convocar as reuniões, coordenar a delegação portuguesa e presidir às reuniões preparatórias da Comissão Técnica, pelo menos duas vezes por ano Elaborar as atas em conjunto com o coordenador da delegação dos EUA

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Cumprido integralmente o proposto. Foram realizadas as duas reuniões preparatórias da Comissão Técnica e as consequentes reuniões da CT. Foram, ainda, realizadas diversas reuniões, no âmbito dos assuntos da CT, quer no Ministério dos negócios estrangeiros quer com o LNEC.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-02	Projetos de infraestruturas	Analisar e emitir parecer sobre anteprojetos de infraestruturas a implementar ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa	Com base na análise efetuada, e após discussão em sede de Comissão Técnica, submeter anteprojetos a autorização do Ministro da Defesa Nacional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	AA	

RESULTADOS

Foram apresentados anteprojetos pelo representante dos EUA na Comissão Técnica e submetidos com sucesso, após análise, à autorização do MDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-03	Comissão Bilateral Permanente	Reporte interministerial no âmbito de reuniões bi-anuais entre Portugal e os Estados Unidos da América do ponto de situação dos trabalhos da Comissão Técnica	Procurar em conjunto com o coordenador da delegação norte-americana a elaboração de uma declaração conjunta
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	AA
			Parceiros intervenientes
			DGPDN

RESULTADOS

Participação ativa da Coordenadora da Comissão Técnica, a Chefe de Divisão de Infraestruturas, nas duas reuniões da Comissão Bilateral.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-04	Infraestruturas de uso partilhado ou de uso comum	Assegurar a disponibilização de dados sobre infraestruturas	Promover a atualização do registo de infraestruturas de uso comum ou de uso partilhado entre Portugal e os Estados Unidos da América, designadamente após conclusão das intervenções aprovadas em Comissão Técnica
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			ZAA

RESULTADOS

Não houve qualquer atividade neste âmbito.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
14-05	Ambiente	Conhecer a situação ambiental e promover ações de remediação quando necessárias	Organização e acompanhamento das ações decorrentes do relatório n.º 375/2016 do LNEC sobre a contaminação de solos nas Lajes Promoção de diligências para ações de remediação do derrame de combustível no PIT 18

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	AA	LNEC

RESULTADOS

Gestão e coordenação das ações de avaliação/monitorização de águas contaminadas com partilha de relatórios técnicos elaborados pelo LNEC, bem como com a avaliação dos relatórios produzidos pela parte americana. Em final de 2019 foi aprovada portaria de Extensão de Encargos que permitirá dar continuidade à empreitada de remediação do derrame de combustível no PIT 18.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 15



Turismo Militar - Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e internacionalmente

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Infraestruturas e Património/Divisão de Património e Turismo Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-01	Materializar os resultados do Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar, finalizado em dezembro de 2017	Acompanhamento do centro de competência para o Turismo Militar a criar pelo Exército Português e a Universidade de Aveiro, com a colaboração do Turismo de Portugal	Criação e instalação do centro de competência em Turismo Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CIN	Exército, Universidade de Aveiro, Turismo de Portugal

RESULTADOS

Nada a referir.

Objetivo (2)		Resultado esperado	
Desenvolver e implementar políticas públicas no âmbito da estratégia para o TM visando o crescimento sustentado da economia nacional, particularmente das regiões do interior		Concretização da Rede de Turismo Militar	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	Exército, Câmaras Municipais; Turismo de Portugal

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-02	Valorizar e divulgar a cultura e o património histórico-militar material e imaterial português, nacional e internacionalmente, para que estes se possam transformar em recursos passíveis de utilização ao nível do TM	Estabelecer o conjunto de propostas de valor da marca TM, afirmando o seu potencial e a sua simbologia nos contextos da segmentação (padrões de consumo) e posicionamento de mercado (estratégia para a diferenciação do produto)	Apresentação das propostas de valor para a marca TM
Subações		Tipo	Natureza
		Projeto	CAT
Parceiros intervenientes			

RESULTADOS

Nada a referir.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Definir a campanha promocional para o TM, considerando as motivações, perceção e satisfação dos consumidores e os mecanismos de ligação à marca, sobretudo aos níveis simbólico e experiencial, particularmente relevantes no contexto histórico-militar	Apresentação da campanha promocional para o TM

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT/CIN	Turismo de Portugal

RESULTADOS

Apresentação pública do projeto, no Palácio Foz (25 de Julho) e consequentes ações promocionais como a Edição bilingue de Roteiro dos Museus Militares e merchandising Turismo Militar.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-03	Promover a racionalização de recursos implementando um sistema de funcionamento em rede para o TM	Construção de um sistema de informação para o TM, desenvolvendo uma estrutura semiótica em rede, visando o estabelecimento de sinergias e a complementaridade de recursos entre as diferentes entidades envolvidas	Apresentação da rede

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	Turismo de Portugal, Exército, Universidade de Aveiro

RESULTADOS

Nada a referir.

Objetivo (2)	Resultado esperado
Construção de um sítio (online), com conteúdos institucionais de referência sobre TM, para divulgação nacional e internacional	Ativação do sítio do TM

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT	Turismo de Portugal

RESULTADOS

Criação da Rota da Estrada Nacional N2 / Circuito da Bandeira Nacional (Algarve) / Circuito da Bandeira Nacional (Nordeste) e Rota dos Museus Militares.

Objetivo (3)		Resultado esperado	
Desenvolvimento de conexões funcionais interministeriais que garantam maior flexibilidade para a realização e promoção dos produtos de TM		Articulação interministerial efetiva	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	Turismo de Portugal

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo (1)	Resultado esperado
15-04	Contribuir para o reforço da imagem das Forças Armadas, divulgando os seus valores e capacidades	Reforçar o papel das Forças Armadas e da sua rede de museus na estratégia nacional para o TM, designadamente na ativação turística do seu património relevante para a visitação	Colaboração com os órgãos de cultura dos Ramos na programação temática, e no relacionamento com a Rede Portuguesa de Museus
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CIN	

RESULTADOS

Construção de um sítio (online), com conteúdos institucionais / Edição bilingue de Roteiro dos Museus Militares.

Objetivo (2)		Resultado esperado	
Desenvolver rotas alicerçadas em património histórico-militar relevante		Desenvolvimento das rotas Templários e Invasões Francesas no âmbito do programa Valorizar do Turismo Militar	
Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Projeto	CAT/CIN	Turismo de Portugal, CIMs, municípios

RESULTADOS

Nada a referir.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
15-05	Implementar a estratégia nacional para o Turismo Militar	Desenvolver e aplicar as recomendações do Grupo de Trabalho Interministerial para o Turismo Militar	Em função das recomendações	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
		Projeto	CAT/CIN/CII	

RESULTADOS

Nada a referir.

Atividades e Projetos não previstos

Atividades	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Assinatura de Protocolo de cooperação Entre a DGRDN e a RTP		CIN	RTP
Programa de televisão Turismo Militar –	Projeto	CAT/CIN	Ramos Forças

Elvas (29 de Julho de 2019)			Armadas, RTP e Câmaras Municipais.
Programa de televisão Turismo Militar – Torres Vedras (26 de Agosto de 2019)	Projeto	CAT/CIN	Ramos Forças Armadas, RTP e Câmaras Municipais.
Programa de televisão Turismo Militar – Chaves (27 de Agosto de 2019)	Projeto	CAT/CIN	Ramos Forças Armadas, RTP e Câmaras Municipais.
Programa de televisão Turismo Militar – Oeiras (28 de Agosto de 2019)	Projeto	CAT/CIN	Ramos Forças Armadas, RTP e Câmaras Municipais.
Programa de televisão Turismo Militar – Trancoso (29 de Agosto de 2019)	Projeto	CAT/CIN	Ramos Forças Armadas, RTP e Câmaras Municipais.
Programa de televisão Turismo Militar – Caminha (30 de Agosto de 2019)	Projeto	CAT/CIN	Ramos Forças Armadas, RTP e Câmaras Municipais.

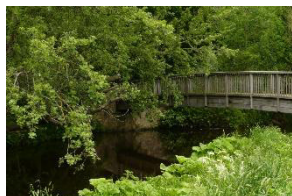
Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 16



**Qualidade e Ambiente
(Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade)**

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Qualidade e
Ambiente/Divisão de Alienação, Desmilitarização,
Ambiente e Qualidade*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-01	Inventariação dos edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN com amianto	Atualizar com a informação recebida anualmente os parâmetros do inventário de amianto do MDN no Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE)	Até ao final de cada ano obter o inventário de amianto atualizado com os dados mais recentes transmitidos pelas entidades da Defesa Nacional
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade de manutenção	AA
			Parceiros intervenientes
			EMGFA, Ramos das Forças Armadas e IASFA

RESULTADOS

A atualização do inventário dos edifícios, infraestruturas e equipamentos da Defesa passou a ser feita semestralmente devido às várias solicitações do GABSEADN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-02	Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental	Assegurar a manutenção da certificação dos sistemas de gestão ambiental das unidades certificadas, através da realização de auditorias e promover a implementação de novos sistemas (ISO14001 e EMAS)	Até ao final do ano realizar pelo menos uma auditoria a um sistema de gestão ambiental de uma das unidades certificadas
	Subações	Tipo	Natureza
	Realização de auditorias	Atividade de manutenção	AA
			Parceiros intervenientes
			Unidades das Forças Armadas

RESULTADOS

Foi assegurada a manutenção da certificação dos sistemas de gestão ambiental das unidades certificadas pela ISO 14001 e EMAS. A Estação Radar nº 2 obteve o Registo EMAS e ficou entre as finalistas do EMAS Awards.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-03	Cooperação institucional nacional e internacional no âmbito do ambiente	Promover a cooperação institucional nacional e internacional da DGRDN no âmbito do ambiente	Assegurar a representação e participação em grupos de trabalho internacionais relativos ao domínio ambiental e responder às solicitações apresentadas pelas entidades nacionais e internacionais
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII/CIN
			Parceiros intervenientes
			EDA, NATO, APA, UNL-FCT, ADENE

RESULTADOS

A DADAQ participou nas 3 reuniões anuais do *Energy and Environment Working Group* da EDA; participamos no *Environment Protection Working Group* da NATO; acompanhamos as comunicações da DEFNET.

Participação em 2 reuniões do Fórum de Consulta para a Sustentabilidade energética no sector da Defesa e Segurança.

Participação nos Workshops de implementação da Economia Circular no sector público.

Apresentação sobre a Economia Circular na Defesa.

Foi ainda assegurada a participação nos grupos de trabalho da economia circular e dos plásticos.

No âmbito do Programa de Eficiência Energética para a Administração Pública participamos em numerosas reuniões, promovidas pela ADENE.

Participámos em vários fóruns promovidos pela APA, nomeadamente o Projeto "ATLAS da Qualidade do Solo".

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-04	Coordenação do Prémio Defesa Nacional e Ambiente	Promover as boas práticas ambientais das unidades, estabelecimentos ou órgãos das Forças Armadas	Coordenar os trabalhos de divulgação da edição dos prémios, efetuar a abertura de concurso, proceder à análise das candidaturas apresentadas, compilar os resultados e presidir à reunião do júri de atribuição do prémio

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Solicitar à SG/MDN a conceção da imagem da edição do prémio 2. Efetuar a proposta de divulgação do prémio nas páginas de internet e intranet 3. Atualizar os conteúdos da página do prémio com as candidaturas, regulamento e matriz de votação 4. Analisar candidaturas recebidas 5. Presidir à reunião do júri para a atribuição do prémio	Atividade periódica	CAT	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)

RESULTADOS

Desenvolvemos todas as ações conducentes à realização da 26ª edição do PDNA, que culminaram com a atribuição do prémio à Autoridade Marítima Nacional.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-05	Atualização da Diretiva Ambiental	Efetuar uma proposta de revisão dos objetivos da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional	Coordenar o processo de atualização da Diretiva Ambiental junto da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais e apresentar uma proposta de revisão

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Efetuar uma proposta de revisão dos objetivos da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional 2. Apresentar um conjunto de indicadores associados aos objetivos para validação 3. Analisar o feedback e contributos das entidades representadas na ECAA	Projeto	CAT	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)

RESULTADOS

A Atualização da Diretiva Ambiental foi aprovada por SEXAMDN, a 02 de dezembro. O despacho 149/2020 foi publicado no Diário da República n.º 4/2020, Série II de 2020-01-07.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-06	Coordenação do Plano de Ação Ambiental (PAA) da Diretiva Ambiental	Promover a consecução dos objetivos estratégicos da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional através da elaboração do PAA	Coordenar o processo de elaboração do Plano de Ação Ambiental junto da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais e apresentar uma proposta do PAA
Subações		Tipo	Natureza
1. Analisar o feedback e contributos das entidades representadas na ECAA		Projeto	CAT
2. Efetuar proposta do plano			Parceiros intervenientes
			Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)

RESULTADOS

Foi apresentada a proposta do Plano de Ação da Diretiva ao GABSEXAMDN e GABSEXASEADN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-07	Aplicação do regulamento REACH (Registo, Avaliação e Autorização de Substâncias Químicas) na Defesa Nacional	Promover a definição de um procedimento para a atribuição de isenções de defesa do REACH através da colaboração com as entidades competentes REACH e da participação no grupo especialistas REACH da EDA (Agência Europeia de Defesa)	Ao longo de 2019, participar nas reuniões do grupo de especialista REACH da EDA e reunir com as entidades competentes com o objetivo de se obter uma proposta para um procedimento de isenções de defesa ao regulamento REACH
Subações		Tipo	Natureza
		Projeto	CAT
			Parceiros intervenientes
			Forças Armadas; APA; DGAE e DGS

RESULTADOS

Foram acompanhadas as comunicações do grupo de especialista REACH da Agência Europeia de Defesa e foram apoiadas as iniciativas do *REACH Roadmap* relativas a ações de investigação e desenvolvimento com vista a encontrar substitutos para substâncias e artigos críticos para a defesa que sejam sujeitos às maiores restrições do REACH (registo, autorização, restrições de utilização, etc).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-08	Apoio ao cumprimento da legislação ambiental aplicável à Defesa Nacional	Assegurar o apoio às Forças Armadas no cumprimento dos requisitos legais aplicáveis	Prestar apoio no cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, nomeadamente, o reporte do uso crítico de halons nas Forças Armadas, o inventário nacional de PCB e registo de resíduos
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade periódica	AA
			Parceiros intervenientes
			Forças Armadas

RESULTADOS

Foram enviados os ofícios aos ramos e EMGFA sobre os prazos para comunicação à Agência Portuguesa do Ambiente referentes ao Mapa Integrado de Registo de Resíduos, Halons e Gases Fluorados, foram prestados esclarecimentos relativo à aplicação de legislação e foi dado a conhecer, através da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais, novas alterações legislativas com impacto na Defesa relativas ao domínio do ambiente.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-09	Integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos	Promover a integração de critérios ambientais nos processos aquisitivos através da apresentação de proposta	Prestar apoio técnico na inclusão de critérios ambientais nos contratos referentes a processos aquisitivos
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade periódica	CAT
			Parceiros intervenientes
			Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional (ECAA – Despacho n.º 10447/2012, de 3 de agosto)

RESULTADOS

No âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas o Grupo de Trabalho foi constituído já em 2020, onde serão discutidos os critérios ambientais a aplicar nos contratos de aquisição de bens e serviços.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-10	Implementação de medidas de eficiência energética e a utilização de renováveis em edifícios, infraestruturas e equipamentos do MDN	Promover a implementação de medidas de eficiência energética e a utilização de renováveis através da apresentação de propostas, do acompanhamento de projetos e da indicação de possíveis fontes de financiamento	Apresentar pelo menos um projeto de implementação de medidas de eficiência energética com a indicação de fonte de financiamento
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade periódica/Projeto	CAT
			Parceiros intervenientes
			Unidades das Forças Armadas

RESULTADOS

Foi realizada no IUM a primeira auditoria energética com técnicos da Defesa, com o objetivo de propor medidas de eficiência energética e renováveis.

No âmbito da Eficiência Energética apoiamos da Força Aérea na realização de três candidaturas ao POSEUR.

Instalação de lâmpadas LED e sensores de movimento e presença nas instalações da DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-11	Coordenação dos Processos da Qualidade na Defesa Nacional	Definir as políticas da Qualidade na Defesa Nacional nos setores aplicáveis e coordenar as medidas definidas em sede da Estrutura Coordenadora da Qualidade para a Defesa Nacional	Identificação das áreas da Defesa Nacional sobre as quais incidem as políticas da Qualidade. Elaboração das políticas de implementação, revisão e divulgação da Qualidade. Coordenação das medidas a implementar
Subações		Tipo	Natureza
		Projeto	CIN
			Parceiros intervenientes
			Entidades afetas à Defesa Nacional

RESULTADOS

Estando a área da Qualidade deficitária ao nível dos recursos humanos, não foi possível dar andamento a esta atividade.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-12	Exercício da Garantia Governamental da Qualidade (GGQ)	Coordenar as ações necessárias ao cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal resultantes da ratificação do STANAG 4107, bem como coordenar os pedidos de Portugal a outros Estados membro da OTAN para acompanhamento de contratos da Defesa Nacional no âmbito da GGQ e realizar atividades como <i>"Governmental Quality Assurance Representative"</i> (GQAR)	Coordenar o acompanhamento, no âmbito da GGQ, de contratos colocados na Indústria de Defesa Nacional. Coordenar e solicitar o acompanhamento, no âmbito da GGQ, de contratos da Defesa Nacional colocados em indústrias nacionais e em indústrias de países membros da OTAN. Exercer a atividade técnica GQAR de acompanhamento de contratos, no âmbito da GGQ
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade de manutenção e periódica	CII/CIN
			Parceiros intervenientes
			Estados membro da OTAN, Marinha, Exército e Força Aérea

RESULTADOS

Todos os pedidos recebidos no âmbito da GGQ, de contratos da Defesa Nacional colocados nas indústrias nacionais foram analisados, respondidos e submetidos a acompanhamento técnico.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-13	Certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados com as Normas NATO/AQAP	Proporcionar à Indústria de Defesa Nacional a igualdade competitiva perante as Indústrias de Defesa de outros Estados membro da OTAN em sede de Certificação dos seus Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados nas normas da Qualidade NATO/AQAP	Proporcionar a obtenção, manutenção e revisão da Certificação dos seus Sistemas de Gestão da Qualidade enquadrados nas normas da Qualidade NATO/AQAP, quando solicitado pelas Indústrias de Defesa nacionais

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade periódica	CIN	Empresas da Indústria de Defesa

RESULTADOS

Foram realizadas auditorias de acompanhamento e de renovação a todas as empresas com certificação AQAP.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-14	Representação nos fora nacionais e internacionais da Qualidade	Assegurar a representação nacional nos fora da Qualidade em território nacional e no estrangeiro a fim de defender a posição da Defesa Nacional e recolher informação pertinente para a tomada de decisão neste âmbito	Transmitir a posição da Defesa Nacional nas reuniões e grupos de trabalho da Qualidade e recolher informação sobre as posições e interesses de terceiros que possam influenciar o rumo de atuação no âmbito da Qualidade

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT	

RESULTADOS

No âmbito das suas competências a DADAQ fez-se representar no grupo de trabalho da Qualidade, nomeadamente no AC/327.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-15	Desmilitarização de munições e explosivos oriundos das Forças Armadas	Assegurar a desmilitarização das munições e explosivos obsoletos, oriundos dos ramos das Forças Armadas, através da execução de um contrato com empresa certificada e qualificada para o efeito	Assegurar a desmilitarização das munições e explosivos mais prioritários (que representam maior risco para a segurança) face à sua validade ou estado de deterioração

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	APL	Ramos das Forças Armadas

RESULTADOS

O contrato de desmilitarização de munições e explosivos de 2019 foi concluído na sua totalidade. As verbas realizadas com a venda das sucatas provenientes das ações de desmilitarização foram aplicadas na desmilitarização adicional dos itens mais prioritários.

Foi dado início à preparação do contrato plurianual de desmilitarização para 2020/2021.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
16-16	Alienação de material de guerra das Forças Armadas	Instruir e executar, em estreita colaboração com os ramos das Forças Armadas, os processos de alienação de material de guerra das Forças Armadas, garantidos que estejam todos os preceitos legais	Garantir para a Defesa Nacional o maior encaixe financeiro possível resultante dos projetos de alienação de material de guerra através de Procedimento de Contratação Pública. Rentabilizar armamento que esteja classificado como menos prioritário, através de venda
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	APL
			Parceiros intervenientes
			Ramos das Forças Armadas

RESULTADOS

O processo de alienação de 6 lotes provenientes da frota de aeronaves Alpha Jet da Força Aérea, cinco aeronaves mais um lote de sobressalentes, não teve continuidade na NSPA, tendo sido retomado na DSQA.

Concluído o processo de alienação do navio ex-NRP Schultz Xavier e do ex-NRP Bacamarte.

Foram alienadas 30 cassetes MDTC do F16 para as autoridades Romenas.

Foi alienado por doação uma aeronave Alpha Jet para o Colégio Militar.

Foi adjudicada, para sucata, a alienação de 6 aeronaves T33, duas aeronaves FTB e material diverso das aeronaves C130 e P3.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 17



**Qualidade e Ambiente
(Normalização e Catalogação)**

*Unidade
orgânica*

*Direção de Serviços de Qualidade e
Ambiente/Divisão de Normalização e Catalogação*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-01	Elaboração dos Processos de Ratificação	Contribuir para a elaboração dos processos de ratificação, nomeadamente a sua publicação em DR	Ratificação dos STANAG
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	Parceiros intervenientes
			CIN
			DS/DGRDN, EMGFA e Ramos

RESULTADOS

Em 2019 foram elaborados e Ratificados a totalidade dos processos STANAG oriundos do EMGFA.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-02	Representação do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências do Materiel Standardization Group (MSG), Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT) e do Joint Maintenance Committee (JMC)	Assegurar a representação do MDN nas reuniões dos Grupos de Trabalho [Materiel Standardization Group (MSG) e Materiel Standardization and Harmonization Team (MSHT) e do Joint Maintenance Committee (JMC)] no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	Parceiros intervenientes
			CII
			MDN

RESULTADOS

Em 2019 participou-se em todas as reuniões do MSG e MSHT (realizaram-se seis em 2019) e em sete do grupo Ad Hoc do EUROPEAN DEFENCE STANDARDIZATION STRATEGY Implementation Plan.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-03	Representação do Ministério da Defesa Nacional no âmbito das competências do Committee for Standardization (CS) da NATO e do Standardization Management Group (SMG)	Assegurar a representação do MDN nas reuniões do Committee for Standardization (CS) e do Standardization Management Group (SMG) no âmbito das suas competências específicas	Participar nas reuniões propostas
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII

RESULTADOS

Em 2019 participou-se nas duas reuniões anuais do CS e em três do SMG.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-04	Assegurar a resposta aos documentos no âmbito dos grupos de trabalho MSG e MSHT	Assegurar a resposta em tempo às solicitações dos grupos de trabalho MSG e MSHT	Responder em tempo às solicitações dos MSG e MSHT
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CAT

RESULTADOS

Da documentação oriunda destes grupos de trabalho, foi assegurada sempre a resposta em tempo útil às solicitações dos mesmos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-05	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (1)	Proceder à catalogação dos pedidos recebidos, quer de entidades nacionais, quer de entidades internacionais dentro dos parâmetros temporais definidos pelo Comité OTAN 135 (AC/135)	Manter o número médio de dias de resposta a 75% dos pedidos de catalogação, quer nacionais, quer internacionais, em menos de 10 dias úteis
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas; "National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros

RESULTADOS

Objetivo Superado. O software de catalogação (SPCAT II) apenas permite contabilizar os dias em intervalos de 10. O resultado foi 10, no entanto, para 100% dos pedidos e não apenas 75% como nos tínhamos proposto.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-06	Garantir a qualidade da Catalogação nacional (2)	Proceder à catalogação dos pedidos nacionais e internacionais dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN 135 (AC/135)	Manter a percentagem de rejeições dos pedidos de catalogação solicitados aos NCB's estrangeiros abaixo dos 20%
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			"National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros

RESULTADOS

Objetivo Superado. Resultado percentagem média de Rejeições durante o ano de 2019: 4.79%.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-07	Garantir a atribuição dos Códigos de Organização (CORG)	Proceder à atribuição dos Códigos de Organização (CORG) dentro dos parâmetros de qualidade definidos pelo Comité OTAN AC/135	Proceder à atribuição dos Códigos de Organização (CORG) em menos de 10 dias uteis
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN/CII
			Parceiros intervenientes
			Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas; "National Codification Bureaux" (NCB) dos países estrangeiros; Empresas e organizações nacionais

RESULTADOS

Objetivo superado. Resultado tempo médio de atribuição de CORG's em 2019: 3.5 dias.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
17-08	Garantir os carregamentos SIG/DN	Proceder ao carregamento dos NNAs/NAPs ou pedido de evolução (NAPs-MD para NNA) em SIG/DN; proceder às alterações em SIG/DN dos NNAs/NAPs solicitadas pelos Ramos das Forças Armadas e Serviços de Identificação e Classificação de Material do EMGFA, IASFA e SG/MDN	Proceder ao carregamento de 99% dos NNAs/NAPs ou pedido de evolução (NAPs-MD para NNA) em SIG/DN e/ou proceder às alterações em SIG/DN dos NNAs/NAPs solicitadas, em menos de 3 dias úteis
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN
			Parceiros intervenientes
			Secções de Catalogação dos Ramos das Forças Armadas, Serviços de Identificação e Classificação de Material do EMGFA, IASFA e SG/MDN

RESULTADOS

Objetivo superado. Resultado tempo médio de carregamentos, evoluções, alterações e modificações em SIG efetuados pela equipa GDM/SIG: 0.32 dias.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 18



Gerir os Recursos Financeiros e Patrimoniais da DGRDN

**Unidade
orgânica**

*Direção de Serviços de Gestão Financeira e
Apoio/Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-01	Gerir os recursos financeiros da DG	Otimização dos recursos financeiros afetos à DGRDN	Cumprimento atempado dos prazos, bem como as formalidades legais
Subações		Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
1.	Proceder à elaboração da proposta orçamental, integrando as várias fontes de financiamento – receitas gerais, próprias e investimento (orçamentos de Funcionamento, Antigos Combatentes, LPM, LIM, Receitas Próprias, Investimento, Polo NSPA, Infraestruturas NATO) de acordo com as orientações da DGO e plafond atribuído superiormente e acompanhar permanentemente os níveis da sua execução	Atividade de manutenção	APL
2.	Acompanhamento da execução dos orçamentos financiados pela Lei do Serviço Militar (Dia da Defesa Nacional, CIOFE, Incentivos, PALOP's, OCRD, Recrutamento e Divulgação)		
3.	Gestão financeira e orçamental dos projetos do NATO Security Investment Programme (NSIP) e proceder à sua análise, acompanhamento e reporte no CIRIS		
4.	Proceder à preparação e acompanhamento das auditorias nacionais e internacionais (NATO)		
5.	Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE, do Balanço Social, Plano de Atividades, Relatório de Atividades, QUAR, Rescisões e Aposentações		
6.	Preparar, elaborar e remeter à Secretaria-Geral do MDN os		

- elementos necessários para a elaboração da Conta de Gerência
7. Gerir a frota automóvel no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado (SGPVE) da ESPAP
 8. Levantamento, mapeamento e avaliação de processos no âmbito financeiro

RESULTADOS

As atividades da DGRDN, em 2019, apresenta uma execução orçamental no montante total da despesa de 218.108.093,67 €, o que representa 81,81% de execução.

No que diz respeito ao orçamento de Atividades, teve uma execução total da despesa, no montante de 68.489.882,09€, dos quais, 7.942.384,45€ decorrem das Receitas Gerais e os restantes 60.547.497,64€ das Receitas Próprias. Em termos percentuais as Receitas Gerais representam 11,06% da execução total da despesa e os restantes 88,40% são relativos da execução das Receitas Próprias.

As atividades decorrentes do financiamento das verbas da Lei do Serviço Militar tiveram uma execução média de aproximadamente 60%, designadamente, os encargos referentes à organização e realização do Dia da Defesa Nacional que totalizaram o montante de 749.205,26€, o que significa em termos percentuais 75,39%, ao CIOFE no valor de 69.639,65€, que corresponde a 61,59%, e à Divulgação no montante de 178.614,10€, que corresponde a 58,20%.

O Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes teve uma execução total de 937.985,44 €, o que representa 97,97% de execução.

Para fazer face às despesas inerentes aos projetos NATO em curso, foram executados 6.194.578,91 €, o que representam 36,49% do orçamento das Receitas de Quotizações NATO.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-02	Gerir os recursos patrimoniais	Elaborar e manter atualizado o inventário do património afeto à DGRDN	Assegurar o normal funcionamento dos serviços
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
	Assegurar a disponibilização e distribuição do imobilizado, de acordo com as necessidades de cada serviço	Atividade de manutenção	APL

RESULTADOS

Distribuição do imobilizado aos serviços da DGRDN de acordo com as requisições.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-03	Análise e Controlo da execução orçamental	Acompanhar e controlar a execução dos vários orçamentos	Garantir um acompanhamento permanente dos níveis de execução orçamental
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
1.	Proceder à análise da informação financeira registada no Sistema Integrado de Gestão, SIG, alertando para eventuais incorreções nos lançamentos efetuados pela Secretaria-geral	Atividade de manutenção	APL
2.	Preparar as propostas das alterações orçamentais, propostas de transição de saldos e propostas de abertura de crédito especial		
3.	Implementar o Sistema Integrado de Gestão Orçamental da DGRDN		
4.	Registar e controlar a execução dos projetos da NATO no CIRIS		
5.	Criar um sistema de Gestão do NSIP		
6.	Registar nominalmente as regularizações financeiras dos projetos da NATO em território nacional		
7.	Gerir o Fundo de Maneio		
8.	Verificar a conformidade jurídico-financeira dos documentos de despesa, promover o respetivo pagamento e executar a contabilização de todos os movimentos financeiros		
9.	Assegurar os procedimentos inerentes à cobrança e entrega das receitas próprias		
10.	Assegurar a execução financeira e o controlo dos orçamentos da LPM, LIM e Investimento		
11.	Entrega do Imposto sobre o Valores Acrescentado dos Contratos de manutenção		

12. Reembolsar o Imposto sobre o Valor Acrescentado a fornecedores de Obras NATO
13. Gerir tarefas inerentes à contratação pública de bens e serviços, assegurando a gestão do aprovisionamento dos bens de consumo corrente
14. Acompanhar e controlar a execução do Plano de Deslocações na plataforma de controlo interno
15. Acompanhar e controlar a execução financeira do Plano de Formação

RESULTADOS

Elaboração e análise de mapas financeiros de apoio à gestão;
Elaboração mensal dos Fundos Disponíveis no SIGO, *site* da DGO;
Elaboração dos mapas mensais sobre Pagamentos em atraso, no Site da DGO;
Elaboração mensal da Unidade de Tesouraria, no *site* da DGO;
Elaboração da previsão mensal da despesa numa perspetiva mensal, no *site* da DGO;
Criação de um sistema de informação e controlo interno da receita da DGRDN;
Atualização do Manual do Fundo de Maneio;
Criação do Manual do Fundo de Viagens e Alojamento através da Internet.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
18-04	Reportes Financeiros	Elaboração dos reportes referentes aos Serviços Integrados no site da Direção-Geral do Orçamento	Garantir um acompanhamento mensal dos Fundos Disponíveis, Pagamentos em Atraso, PME, Unidade de Tesouraria e Deslocações ao Estrangeiro, execução mensal e análise de desvios	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Gestão mensal do lançamento dos reportes financeiros no portal da DGO (Fundos Disponíveis, Previsão Mensal de Execução, Pagamentos em atraso e validação do SIPI)	Atividade de manutenção	APL	
2.	Gestão anual no portal da DGO da Transição de saldos			
3.	Proceder trimestralmente ao acompanhamento e controlo dos encargos plurianuais na plataforma de reporte SCEP da DGO			

4. Proceder ao reporte da unidade de tesouraria
5. Proceder ao fornecimento de dados financeiros para o reporte do SIOE

RESULTADOS

Acompanhamento mensal dos Fundos Disponíveis, pagamentos em atraso, unidade de Tesouraria, execução mensal e análise de desvios, encargos plurianuais e dos encargos com as valorizações remuneratórias previstas no artigo 16.º da Lei do OE/2019.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-05	Gestão de economato	Disponibilização e distribuição atempada do material de escritório	Assegurar o normal funcionamento dos serviços
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
	Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock	Atividade de manutenção	APL

RESULTADOS

Distribuição e controlo dos artigos de consumo corrente, assegurando os níveis de stock.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-06	Gestão de imobilizado	Revisão do manual de procedimentos para definir a gestão patrimonial da DGRDN	Atualização permanente do imobilizado alocado aos serviços/atividades da DGRDN
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
	Assegurar uma correta utilização dos imobilizados, de acordo com as novas normas contabilísticas do SNC-AP	Atividade de implementação	APL

RESULTADOS

Criação do Manual de procedimentos de Gestão Patrimonial (Bens Móveis do Estado).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
18-07	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações previamente programadas pela DSGFA, nomeadamente estudos e pareceres técnico-jurídicos no âmbito financeiro e patrimonial	Apoio à gestão da DGRDN
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Nada a referir.

Atividades e Projetos não previstos

Criação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da DGRDN.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 19

Gerir os Recursos Humanos da DGRDN



*Unidade
orgânica*

*Direção de Serviços de Gestão Financeira e
Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos
e Apoio*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-01	Gerir os Recursos Humanos afetos à DG	Contribuir para a prossecução da missão da DGRDN, garantindo o funcionamento do sistema de gestão e administração dos recursos humanos	Garantir uma gestão eficaz dos Recursos Humanos da DGRDN
Subações		Tipo	Parceiros intervenientes

- | | | |
|--|---------------------------|------------|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Assegurar os procedimentos relativos à administração do pessoal da DGRDN (executar os instrumentos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego) 2. Manter atualizados os processos individuais dos trabalhadores | <p>Atividade corrente</p> | <p>CAT</p> |
|--|---------------------------|------------|

RESULTADOS

No âmbito da gestão dos recursos humanos, foram desenvolvidos procedimentos para mobilidades internas e intercarreiras e respetivas consolidações.

Foram geridas as situações de diferentes tipos de licenças e/ou comissões de serviço. Foi elaborado o mapa de pessoal e foram respondidas todas as solicitações no âmbito dos RH, pedidas por outros organismos do Estado.

Foi prestada colaboração nos diversos instrumentos de gestão da Direção-Geral (Plano de Atividades, Relatório de Atividades, Relatório Sintético, Relatório de Autoavaliação).

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-02	Elaborar o plano de formação dos trabalhadores da DGRDN	Potenciar o desenvolvimento de competências dos recursos humanos da DGRDN	Identificar as atividades formativas adequadas ao perfil de cada trabalhador

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Caracterizar o descritivo funcional por categoria	Atividade periódica	CAT	Toda a DGRDN
2. Caracterizar o perfil formativo atinente a cada trabalhador	Atividade periódica	CAT	Toda a DGRDN
3. Elaborar os instrumentos de diagnóstico de necessidades de formação	Atividade periódica	AA	Toda a DGRDN
4. Avaliar o impacto da formação no desempenho dos trabalhadores em contexto de trabalho	Atividade periódica	AA	Toda a DGRDN

RESULTADOS

Promoção e divulgação de oferta formativa e inscrição dos trabalhadores da DGRDN em formação.

Atualização da Base de Dados no âmbito da frequência de formação.

Foi criado um Grupo de Trabalho para a criação de modelos de questionários para levantamento das necessidades de formação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-03	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública (SIADAP)	Monitorizar a execução do SIADAP 2 e 3	Processo de avaliação de desempenho de dirigentes e trabalhadores executado/efetuado dentro dos prazos estipulados na lei

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Verificação do cumprimento dos prazos legais na execução do SIADAP	Atividade periódica	CAT	Toda a DGRDN

RESULTADOS

Foram dados contributos para a elaboração do SIADAP 1 (QUAR).

SIADAP 2 e 3: foram desenvolvidos procedimentos de operacionalização das diferentes fases do processo de forma a cumprir os prazos legais.

Foi dado apoio na elaboração das atas do Conselho Coordenador de Avaliação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado		
19-04	Modernização e simplificação administrativa da DGRDN	Estudar e implementar novos mecanismos organizacionais e de sistemas de informação, necessários à melhoria da eficiência e eficácia dos processos de funcionamento da DGRDN	Desburocratização e simplificação de procedimentos e processos administrativos		
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes	
1.	Acompanhar as medidas de simplificação propostas pelas unidades orgânicas e aprovadas superiormente	Atividade corrente	CAT	Toda a DGRDN	
2.	Apoiar tecnicamente na área dos sistemas de informação	Atividade periódica	CAT	Toda a DGRDN	

RESULTADOS

Durante o período em análise foi prestada a colaboração a todos os serviços na exploração dos recursos informáticos existentes e procedeu-se a algumas melhorias com o objetivo de melhorar e aligeirar os processos de funcionamento da DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
19-05	Prestar informações que sejam solicitadas pelos diversos Serviços Centrais do MDN e Serviços da AP	Proceder à recolha e análise crítica da informação solicitada	Prestar informações que cumpram critérios de qualidade e que sejam prestadas dentro dos prazos solicitados.	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Prestação de informações solicitadas		Atividade periódica	AA	Administração Pública

RESULTADOS

Prestação regular e em tempo de informação respeitante ao SIOE na plataforma da DGAEP.
Prestação regular e em tempo de informação respeitante ao RAF na plataforma do INA.
Prestação regular e em tempo de informação respeitante às aposentações, fluxo de entradas e saídas de recursos humanos, civis e/ou militares, solicitada pela Secretaria-Geral do MDN.
Prestação regular de informação, solicitada pela Secretaria-Geral do MDN, no âmbito do Princípio do Utilizador-Pagador.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-06	Divulgar as atividades da DGRDN ou de outras entidades da AP com relevância para os RH da Defesa Nacional	Promover a divulgação das atividades da DGRDN	Divulgação de informação relevante para os RH da Defesa Nacional
Subações		Tipo	Natureza
Divulgação das atividades no âmbito dos recursos humanos		Atividade periódica	DIV
			Parceiros intervenientes
			Toda a DGRDN

RESULTADOS

Divulgada informação relevante para os RH da Defesa Nacional

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-07	Base de Dados do Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE)	Recolher os dados relativos aos efetivos e prestadores de serviço na Administração Pública	Manter atualizado o sistema de dados pessoais e profissionais para tratamento estatístico na Direção-Geral da Administração e Emprego Público
Subações		Tipo	Natureza
Introdução dos dados relativos ao número de efetivos e suas variáveis		Atividade de manutenção	APL
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Prestação regular /trimestral, dentro do prazo, referente a informação respeitante ao SIOE na plataforma da DGAEP.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
19-08	Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres sobre assuntos que não se enquadrem nas ações previamente programadas pela DSGFA, nomeadamente estudos e	Apoio à gestão da DGRDN

pareceres técnico-jurídicos no
âmbito da relação jurídica de
emprego público e recursos
humanos

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Acompanhamento de inspeções e auditorias à Direção-Geral	Atividade periódica	CON	

RESULTADOS

Elaboração de pareceres, informações, notas internas no âmbito de matérias diretamente relacionadas com os recursos humanos, nomeadamente, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Código do Trabalho, Estatuto do Pessoal Dirigente, Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na AP, Processo de Recrutamento e Seleção, Código dos Contratos Públicos, Leis do Orçamento do Estado e Leis de Execução Orçamental, e de outras matérias transversais à Direção-Geral, designadamente, Estatuto dos Militares das Forças Armadas, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, Lei de Defesa Nacional, Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar, e demais e demais legislação complementar da mesma natureza.

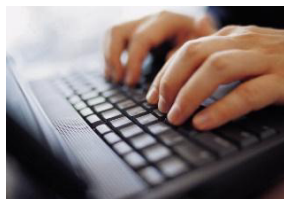
Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 20



Acompanhar, analisar e controlar os Sistemas de Informação da DGRDN

Unidade orgânica

Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio/Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-01	Desenvolver e manter, no âmbito dos sistemas de informação, a melhoria contínua das atividades DGRDN	Planear e implementar procedimentos tendentes ao aumento da eficiência dos processos e a satisfação dos Stakeholder	Melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à comunidade e aos utilizadores da DGRDN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Gerir os recursos TIC da organização, assegurando a continuidade do serviço	Atividade de manutenção	CAT	DGRDN
2. Colaborar com a DGFP na gestão do património informático			
3. Apoiar na contratação de bens ou serviços no âmbito das TIC			
4. Planear e manter o ciclo de evolução dos sistemas de informação, com vista à sua atualização e adequação às necessidades do organismo			
5. Prestar apoio e formação aos utilizadores			

RESULTADOS

No âmbito da gestão da qualidade, foram dados passos no sentido de imbuir o pensamento *Lean Thinking* na estratégia de negócios da DGRDN, com o objetivo de aumentar a satisfação dos diferentes Stakeholder.

Nessa perspetiva, avaliou-se a implementação de meios de análise e controlo, por forma a conferir uma simplificação e padronização dos processos tendentes à redução de custos operacionais no âmbito dos sistemas de informação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-02	Manutenção e gestão de bases de dados	Proceder à gestão das Bases de Dados em exploração	Desenvolver e administrar de modo centralizado as estratégias, procedimentos e práticas para o processo de gestão de bases de dados
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
1.	Garantir a integridade do sistema de informação;	Atividade de manutenção	CAT
2.	Garantir a otimização do acesso aos dados;		
3.	Definição da estratégia relativa aos procedimentos de segurança e restauro da informação.		

RESULTADOS

No âmbito da manutenção e gestão de bases de dados foram assegurados os procedimentos referentes à gestão dos sistemas de base de dados, nomeadamente a atualização e correção da informação e verificação da integridade dos dados, recorrendo a processos de comparação e cruzamento de informação.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
20-03	Desenvolvimento e manutenção de soluções informáticas e web	Proceder à análise, desenvolvimento e manutenção de soluções informáticas tendo por base as necessidades da organização	Dar resposta atempada às necessidades da DGRDN com vista à melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços
	Subações	Tipo	Natureza
			Parceiros intervenientes
1.	Desenvolvimento de novas funcionalidades e manutenção das soluções informáticas e web	Atividade de manutenção	CAT
2.	Participar e acompanhar a implementação de projetos de acordo com o planeamento estabelecido		
3.	Assegurar a divulgação da informação e garantir a atualização permanente de conteúdos nos diversos sítios da internet		
4.	Assegurar a implementação e manutenção do sistema de		

informação que dá suporte às atividades no âmbito do tratamento estatístico

RESULTADOS

No que respeita ao desenvolvimento de soluções informáticas, foi feito o acompanhamento técnico dos diversos projetos desenvolvidos pelas unidades orgânicas que compõem a DGRDN.

Concomitantemente, foram implementadas diversas ações de melhoria e correção de problemas que determinaram melhorias na interação do cidadão com a DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
20-04	Monitorização e manutenção da infraestrutura informática de suporte aos sistemas de informação da DGRDN	Monitorizar e manter os diversos sistemas de informação da DGRDN	Manter atualizados e com uma elevada taxa de disponibilidade os serviços disponibilizados	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Gerir a infraestrutura informática;	Atividade de manutenção	CAT	DGRDN e entidades externas
2.	Assegurar o bom funcionamento dos diversos sistemas de informação;			
3.	Otimizar a utilização dos sistemas de informação existentes, em colaboração com as unidades orgânicas da DGRDN;			
4.	Assegurar a implementação de procedimentos de segurança informática e de mitigação de riscos.			

RESULTADOS

A ação em apreço reveste-se de importância estratégica uma vez que influencia claramente o regular funcionamento do organismo.

Nessa perspetiva, a infraestrutura é alvo de um investimento contínuo no que concerne à renovação do parque informático, designadamente através da aquisição de novos equipamentos e subsequente renovação dos equipamentos considerados obsoletos, de acordo com o plano estratégico definido pela DSGFA.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 21



Análise Jurídica e Contratual no âmbito da DGRDN
(Março 2019 – Contratação no âmbito da Defesa)

**Unidade
orgânica**

Divisão de Análise Jurídica e Contratual
[Março 2019 – Gabinete de Contratação da Defesa
(Equipa Multidisciplinar)]

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
21-01	Contratação pública no âmbito da Defesa	Assegurar o apoio técnico-jurídico aos procedimentos de contratação pública	Conformidade legal e regularidade financeira dos procedimentos Execução da Lei de Programação Militar (LPM)	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Apoio técnico-jurídico à promoção e instrução de procedimentos de contratação pública relativos à aquisição de armamento e equipamentos militares, em particular os referentes a projetos inscritos nas capacidades da LPM	Projeto/atividade corrente	AA/CON	DSAE, DSQA, DSGFA, Ramos das FA
2.	Apoio técnico-jurídico à promoção e instrução de outros procedimentos de contratação pública, tais como os que visam o desenvolvimento de projetos de I&D da Defesa			
3.	Apoio técnico-jurídico aos procedimentos de alienação e desmilitarização de material de guerra			
4.	Elaboração de pareceres sobre propostas de procedimentos de contratação pública a realizar pelos Ramos das Forças Armadas			

RESULTADOS

Em 2019, o GCD apoiou 34 procedimentos de formação de contratos executados pela DGRDN de acordo com as seguintes tipologias: a) ajustes diretos ou similares 16; b) consultas prévias 11; c) concursos públicos ou limitados por previa qualificação 3; d) contratação excluída 4. De entre os

procedimentos destacam-se os relativos à negociação e celebração dos três contratos no âmbito do KC-390, que totalizaram o montante global de 761 M€.

Para além disso, o CGD foi chamado a dar parecer sobre diversas propostas de aquisição de equipamentos e serviços militares, oriundas dos três Ramos das Forças Armadas, cujos procedimentos foram posteriormente delegados nos respetivos Chefes Militares, de entre as quais destacamos as propostas de aquisição de sistemas de proteção balística para o Exército, no âmbito do projeto de I&D de Defesa AUXDEFENSE (2,1M€) e de celebração e Contrato de Global Support Package (GSP) relativo à manutenção dos motores RTM322-02/8-MK 250 (102M€).

O GCD prestou ainda apoio técnico-jurídico a 9 procedimentos de alienação, 1 procedimento de desmilitarização de material de guerra e procedeu à instrução de 12 processos de liberação de garantias contratuais prestadas no âmbito de contratos celebrados com a DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
21-02	Legislação e Regulamentos em matérias específicas	Assegurar o apoio jurídico à elaboração de projetos legislativos e de regulamentos	Atualização da legislação Harmonização dos procedimentos internos

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Participação na elaboração, revisão de legislação e regulamentos em áreas específicas tais como contratação pública no domínio da Defesa, atividade de indústria e comércio de produtos da Defesa, I&D, Qualidade e Ambiente	Projeto/atividade corrente	CAT/ CON	DSAE, DSQA
2. Elaboração e apresentação de propostas de regulamentos internos tendo em vista a sistematização e harmonização de procedimentos de contratação pública ou similares no âmbito da DGRDN			

RESULTADOS

Foi prestado apoio à elaboração e/ou revisão de inúmeros Memorandos de Entendimento, Acordos Técnicos e documentos similares celebrados entre o MDN e outros Ministérios congéneres, bem como na redação e elaboração de projetos de Resoluções e Despachos sobre matérias diversas.

O GCD continuou a assegurar a representação nacional junto do EXPERT GROUP ON DEFENSE AND SECURITY PROCUREMENT (Comissão Europeia) e no DAEN (defense acquisition expert network), Agência Europeia de Defesa.

Encontram-se em fase final de elaboração modelos de peças aplicáveis a procedimentos de ajuste direto e consulta prévia, tendo em vista a harmonização dos procedimentos na DGRDN.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
21-03	Consultadoria	Assegurar o apoio e tratamento técnico-jurídico de todos os assuntos remetidos pela Direção	Apoio à gestão da DGRDN, através de uma resposta atempada a todas as solicitações
	Subações	Tipo	Natureza
	Elaboração de estudos, informações e pareceres técnico-jurídicos sobre assuntos, matérias e procedimentos administrativos da competência da DGRDN, que não se enquadrem nas ações 21-01 e 21-02	Atividade corrente	CON
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

O GCD prestou ainda apoio a outros assuntos e processos, conforme solicitado superiormente, designadamente comunicações obrigatórias às autoridades no âmbito da contratação pública (2), constituição de missões de acompanhamento de fiscalização de contratos (2), adendas contratuais e/ou a protocolos (3),

Atividades e Projetos não previstos

De entre as atividades e projetos não previstos destaca-se em particular o apoio prestado no âmbito do processo de extinção da DEFLOC e DEFAERLOC.

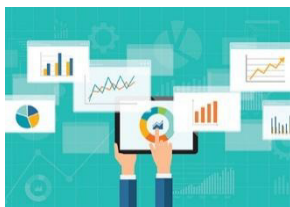
Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 22



**Gestão de Ativos do Estado
no âmbito da Defesa Nacional**

**Unidade
orgânica**

Divisão de Gestão de Ativos do Estado

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
22-01	Gestão, conservação e segurança do património imobiliário no âmbito da Defesa Nacional	Participar, colaborar e desenvolver estudos necessários à gestão, conservação e segurança do património imobiliário afeto à Defesa Nacional sem fins militares	Propor medidas de racionalização do património imobiliário afeto à Defesa Nacional sem fins militares	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Definir o projeto	Projeto	CAT	DSPM e DSIP
2.	Conceber os instrumentos de recolha de informação			
3.	Recolher, tratar e analisar os dados			
4.	Elaborar o relatório			

RESULTADOS

Foi atualizado o projeto com vista à identificação das necessidades de conservação e segurança do património da Defesa Nacional, dando lugar ao levantamento e caracterização das múltiplas situações nas infraestruturas das Forças Armadas.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
22-02	Gestão da propriedade intelectual e industrial, detidos pelo Estado, no âmbito da Defesa Nacional	Elaborar informações, estudos e pareceres, que permitam a gestão da propriedade intelectual e industrial, detidos pelo Estado, ligados à área da Defesa Nacional	Propor medidas gestionárias referentes aos direitos de propriedade intelectual e industrial detidos pelo Estado relativos às atividades de Defesa Nacional

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Definir o projeto	Projeto	CAT	DSQA e DSGFA
2. Conceber os instrumentos de recolha de informação			
3. Recolher, tratar e analisar os dados			
4. Elaborar o relatório			

RESULTADOS

Foi atualizado o levantamento sobre as diversas especificidades e situações da propriedade intelectual e industrial detidas pelo Estado, concluindo-se o processo de registo do logotipo do “Turismo Militar”.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
22-03	Assessoria Técnica e Consultadoria	Elaborar informações, estudos e pareceres, bem como preparar respostas a pedidos de informação, no âmbito das competências da Divisão	Produção de documentos de apoio à tutela política e à Direção da DGRDN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
	Atividade corrente	CAT/ CON	Preferencialmente: GabEPE e DSGFA Outras unidades orgânicas consideradas necessárias

RESULTADOS

Foram realizados inúmeros pareceres e informações relacionados com os ativos do Estado, nomeadamente na área das indústrias de defesa cuja atividade consiste na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas direta ou indiretamente às atividades de defesa, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Foram igualmente elaborados pareceres e informações relacionadas com o património do Estado afeto à Defesa Nacional, bem como ativos intangíveis como sejam a propriedade intelectual e industrial, detidos pelo Estado, no âmbito da Defesa Nacional..

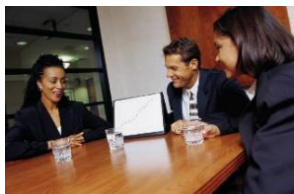
Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 23



**Estudos e Planeamento Estratégico
no âmbito da DGRDN**

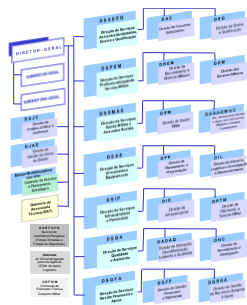
(Outubro 2019 – Gestão e Planeamento Estratégico no
âmbito da DGRDN)

*Gabinete de Estudos e Planeamento Estratégico
(Equipa Multidisciplinar)*

[Outubro 2019 – Divisão de Gestão e Planeamento Estratégico]

Considerando que esta Divisão foi criada em Outubro de 2019 e não fazendo parte do Plano de Atividades para 2019, nada há a reportar desta área.

Programa 24



Coordenar a elaboração dos instrumentos de gestão estratégica da DGRDN e execução de matérias no âmbito organizacional

Gabinete de Assessoria Técnica ao Diretor-geral

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
24-01	Execução do Plano de Atividades (2020)	Elaborar e coordenar o projeto das atividades a desenvolver pela Direção-Geral, de acordo com o previsto na legislação em vigor	Produzir o documento designado, considerando o planeamento de ações no âmbito da gestão previsional do serviço	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Preparar e enviar os modelos às Unidades Orgânicas (UO) para recolha de informação	Atividade periódica	CAT/APL	Toda a DGRDN
2.	Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos			
3.	Rever e produzir “documento final” (digitalização)			
4.	Submeter à apreciação do Diretor-geral e aprovação da tutela			
5.	Remeter à SG, distribuir pelas UO e providenciar publicação <i>on-line</i>			

RESULTADOS

Elaboração do Plano de Atividades 2020 da DGRDN:

A DGPRM elabora anualmente o Plano de Atividades sustentado na gestão previsional das suas ações que se baseiam nas diversas atribuições do serviço. Este documento enquadra-se ainda no SIADAP 1 de acordo com a Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, especialmente na definição de objetivos estratégicos e das unidades orgânicas que se materializam em programas e ações.

Concretamente, a versão final do PA 2020 só ficou terminada e remetida à tutela e SG em 14 de fevereiro do corrente, face às circunstâncias de **aprovação do OE 2020** e de acordo com as diretivas constantes na Informação I/1718/2019/SGPCM de 2019-12-04 “Ciclo de Gestão 2020 – Adiamento do prazo de entrega do QUAR e PA para 2020” com o despacho da Sr.ª Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, de 2019-12-09.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
24-02	Execução do Relatório de Atividades (e Relatório de Autoavaliação) (2018)	Elaborar e coordenar a recolha de dados das atividades desenvolvidas pela Direção-Geral, de acordo com o previsto na legislação em vigor Efetuar a autoavaliação da DGRDN analisando o seu desempenho, tendo em consideração os resultados alcançados relativos aos objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos no QUAR	Produzir o documento designado (que integra o Relatório de Autoavaliação do serviço), descrevendo o percurso feito pela organização, evidenciando os desvios obtidos, avaliando os resultados e estruturando a informação relevante daquilo que foi executado	
	Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Preparar e enviar os modelos às Unidades Orgânicas (UO) para recolha de informação	Atividade periódica	CAT/APL	Toda a DGRDN
2.	Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos			
3.	Rever e produzir “documento final” (digitalização)			
4.	Submeter à apreciação do Diretor-geral e aprovação da tutela			
5.	Remeter à SG, distribuir pelas UO e providenciar publicação <i>on-line</i>			

RESULTADOS

Elaboração do Relatório de Atividades 2018 da DGRDN:

O Relatório de Atividades tem por objetivo descrever as realizações executadas pela organização e os desvios obtidos, bem como avaliar os resultados e estruturar a informação relevante daquilo que foi executado. Assim, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro, elaborou-se com a participação das unidades orgânicas o Relatório de Atividades, que integrou o respetivo Relatório de Autoavaliação do serviço especialmente dirigido à apreciação do QUAR.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
24-03	Execução do Relatório Sintético (2018)	Elaborar e coordenar a recolha de dados tendo em vista a avaliação do dirigente máximo do serviço (DG), de acordo com o previsto na legislação em vigor	Produzir o documento designado que inclui o conjunto de elementos que explicitam o grau de realização dos compromissos constantes da carta de missão e outros dados

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Preparar e enviar os modelos às Unidades Orgânicas (UO) para recolha de informação	Atividade periódica	CAT/APL	DGRDN/DSGFA
2. Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos			
3. Rever e produzir “documento final” (digitalização)			
4. Submeter à apreciação do Diretor-geral e aprovação da tutela			

RESULTADOS

Elaboração do Relatório Sintético 2018:

O Relatório Sintético a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual (SIADAP), traduz-se na avaliação do dirigente máximo do serviço (DG), o qual deve ser remetido ao respetivo membro do Governo, até 15 de abril de cada ano, e o qual deve incluir o conjunto de elementos que explicitem o grau de cumprimento dos compromissos constantes da carta de missão e outros elementos.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
24-04	Execução do Balanço Social (2018)	Coordenar a recolha de informação que estabelece e destaca o que é fundamental na política de recursos humanos definida pela Direção, de acordo com o previsto na legislação em vigor	Produzir o documento designado, que retrata a situação dos RH do serviço e analisa retrospectivamente elementos estatísticos, estuda-os e possibilita a tomada de decisão tendo em vista a gestão previsional de pessoal

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Recolher formulário junto da DGAEP e enviar à DSGFA para preenchimento de dados (mapas)	Atividade periódica	CAT	DGAEP e DGRDN/DSGFA
2. Elaborar “documento de trabalho”			

- com os elementos recebidos
(tratamento de indicadores,
elaboração gráfica, interpretação
estatística e composição de texto)
3. Rever e produzir “documento final” (digitalização)
 4. Submeter à apreciação do Diretor-geral e aprovação da tutela
 5. Remeter à SG, distribuir pelas UO e providenciar publicação *on-line*

RESULTADOS

Elaboração do Balanço Social 2018 da DGRDN:

O Balanço Social determina e destaca o que é fundamental na política de recursos humanos definida pela Direção, de acordo com o modelo da DGAEP para a AP. Analisa ainda retrospectivamente elementos estatísticos, estuda-os de modo a possibilitar a tomada de decisão tendo em vista a gestão previsional de pessoal.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
24-05	Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR – (2019/2020)	Proceder anualmente à elaboração de novo QUAR e monitorização do processo em curso (abril, agosto e dezembro) tendo em vista a avaliação de desempenho do serviço (consonância com a missão), das suas decisões de ação (objetivos estratégicos e operacionais), das metas a atingir, e dos indicadores de execução, de acordo com o previsto na legislação em vigor	Produzir o(s) documento(s) designado(s), que no âmbito do objetivo formulado, evidencia ainda os meios disponíveis (humanos e financeiros), a sua aferição de realização, a identificação sumária dos desvios e respetivas causas, apurados no fim do ciclo de gestão	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	Preparar e enviar os modelos às Unidades Orgânicas (UO) para recolha de contributos	Atividade periódica	CAT/APL	Toda a DGRDN
2.	Elaborar “documento de trabalho” com os elementos recebidos			
3.	Rever e produzir “documento final” (digitalização)			
4.	Submeter à apreciação do Diretor-geral			
5.	Remeter à SG, distribuir pelas UO e providenciar publicação <i>on-line</i>			

RESULTADOS

Acompanhamento das monitorizações do QUAR 2019 e preparação do QUAR 2020. Destaca-se:

Conforme o previsto na Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, o QUAR (Quadro de Avaliação e Responsabilização) é desenvolvido anualmente, sendo elaborado de acordo com os contributos solicitados às unidades orgânicas da DGRDN (definição de objetivos, metas e indicadores de medida associados e fontes de verificação de cada objetivo). A metodologia adotada para a monitorização do QUAR foi a mesma para a sua construção, pelo que se solicitou os contributos às diversas unidades orgânicas de forma a refletir o grau de cumprimento e os desvios de cada indicador.

No que refere ao QUAR 2020 a última versão foi enviada à SG em 14 de fevereiro do corrente, face às circunstâncias de **aprovação do OE 2020** e de acordo com as diretivas constantes na Informação I/1718/2019/SGPCM de 2019-12-04 “Ciclo de Gestão 2020 – Adiamento do prazo de entrega do QUAR e PA para 2020” com o despacho da Sr.^a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, de 2019-12-09.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
24-06	Execução de atividades no âmbito institucional e organizacional	Coordenar e realizar tarefas de carácter abrangente para o serviço tendo presente uma política de transversalidade interna de assuntos, bem como preparar apresentações, discursos, dissertações sobre as temáticas que envolvem a Defesa Nacional (DN) e as Forças Armadas	Divulgação de informação relevante sobre a DGRDN e a DN, e ainda a proveniente de Organismos da AP, meios de comunicação social e outros com importância para a DGRDN Apoiar o DG em intervenções e palestras na área da DN

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Apoiar a DGRDN na elaboração de trabalhos específicos do âmbito organizacional (estudos, mapas, cronogramas, organogramas, estatísticas e outros)	Atividade periódica	CAT/DIV	Toda a DGRDN
2. Participar na coordenação e organização de informação relevante para a Direção (apresentações e outros)			
3. Distribuir informação			

RESULTADOS

Gestão do acervo de documentação especializada enviada a esta direção-geral e remetida ao GAT; difusão de informação especializada em matérias de defesa nacional e segurança, via correio

eletrónico, à direção e às unidades orgânicas; divulgação de informações recolhidas através de imprensa escrita e outras fontes, nomeadamente páginas eletrónicas das seguintes estruturas: EMGFA, Exército, Marinha, Força Aérea, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, associações, revistas, clubes e blogues militares, sindicatos da administração pública, tribunais administrativos, comissão de defesa nacional, embaixadas/adidos militares, direções-gerais do MDN e de diversos departamentos governamentais que incidam nas áreas de avaliação, estudos, formação, planeamento e políticas públicas.

Apoio ao Diretor-Geral na preparação de documentos (intervenções, dissertações, apresentações) a realizar nas várias Instituições e outros, sobre diversas temáticas como “Os Recursos da Defesa Nacional” – Instituto de Defesa Nacional; o “Estatuto Militar das Forças Armadas” - na Faculdade de Direito de Lisboa; e ainda no âmbito das “Políticas de Pessoal para a Defesa Nacional” – no Instituto Universitário Militar.

Análise, preparação e continuação da elaboração de um estudo sobre os vários Instrumentos de Gestão na Função Pública, promovendo a sua aplicabilidade junto da Direção-geral de Recursos da Defesa Nacional, por forma a acompanhar o seu desempenho e crescimento.

Atividades e Projetos não previstos

De acordo com determinação superior, elaboração do documento “Conselhos, Comissões e Grupos de Trabalho da DGRDN 2019” composto com a participação e colaboração das unidades orgânicas do serviço.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

Programa 25



**Apoiar o Serviço de Assistência Religiosa
(Forças Armadas e de Segurança)**

*Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das
Forças de Segurança*

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
25-01	Atividades do SARFAFS em Portugal	Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS em Portugal	Realização de encontros, conferências, retiros, peregrinações, cursos de formação, campanhas de solidariedade e outros
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CIN
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Curso de Formação de Capelães; Peregrinação Fátima a Pé; apoio às diversas peregrinações promovidas pelas capelanias dos Ramos e das Forças de Segurança; Apoio nas unidades que promovem ações de apoio social; Realização da Peregrinação a Fátima pelas Forças Armadas e pelas Forças de Segurança; Encontro de Militares e civis da Família Militar; Apoio na BA6 ao Agrupamento de Escuteiros do Ar; Dádivas de Sangue.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
25-02	Atividade internacional do SARFAFS	Apoiar o desenvolvimento das atividades necessárias à prossecução da ação do SARFAFS no estrangeiro	Participação em peregrinações, encontros e reuniões de âmbito internacional
	Subações	Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CII
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Participação em Congressos de âmbito internacional; Participação da LXI Peregrinação Militar Internacional a Lourdes; Participação nas reuniões preparatórias para a LXI PMI Lourdes: Realização de uma peregrinação das Forças Armadas e das Forças de Segurança à Terra Santa e Jordânia; Realização de uma peregrinação das Forças Armadas e das Forças de Segurança à Turquia “Nos caminhos de São Paulo”; Visita Pastoral às FND, nomeadamente à RCA e São Tomé e Príncipe com apoio de material escolar às comunidades.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
25-03	Atividades editoriais do SARFAFS	Apoiar a publicação de edições do SARFAFS, nomeadamente o Jornal Centurião	Publicação do jornal “O Centurião”, divulgação de atividades, elaboração de cartazes, produção de desdobráveis e outros. Além disso, manutenção e atualização do domínio e «website» do Ordinariato
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	DIV
			Parceiros intervenientes

RESULTADOS

Publicação trimestral do Jornal “O Centurião”, apoio com o “Guia do Peregrino” para as atividades da Peregrinação Terra Santa e Jordânia, e da Peregrinação à Turquia “Nos Caminhos de São Paulo”; apoio com o Guia do Peregrino para a LXI Peregrinação Militar Internacional a Lourdes; Atualização da Pagina web “Ordinariato Castrense”.

Atividades e Projetos não previstos

Visita Pastoral às FND, nomeadamente à RCA e São Tomé e Príncipe com apoio de material escolar às comunidades locais.

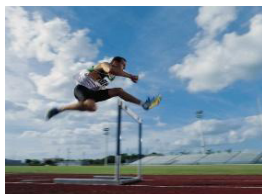
Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação

Programa 26



Fomentar a Educação Física e Desporto Militar

Comissão de Educação Física e Desporto Militar

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado	
26-01	Competições Desportivas Nacionais Militares	Estimular a prática de atividade física e promover o culto da camaradagem entre os elementos dos Ramos das Forças Armadas e Forças de Segurança, planeando e coordenando a realização de Competições Desportivas Nacionais Militares, em diversificadas modalidades desportivas	Fomentar a amizade, camaradagem e espírito de corpo aliados ao desenvolvimento de uma cultura de prática desportiva. Elevado índice competitivo e técnico que permita a constituição de Seleções Nacionais Militares	
Subações		Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1.	XLI Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato, 28 e 29 de março (Guarda Nacional Republicana)	Atividade corrente	CIN	Ramos/FSeg
2.	I Campeonato Nacional Militar de BTT, 11 e 12 de abril (Marinha)			
3.	XLII Campeonato Nacional Militar de Orientação, 6 a 8 de maio, (Marinha)			
4.	III Campeonato Nacional Militar de Estrada, 23 e 24 de maio (Exército)			
5.	L Campeonato Nacional Militar de Tiro, 24 a 27 de junho (Polícia de Segurança Publica)			
6.	X Campeonato Nacional Militar de Voleibol de Praia, 25 a 27 de setembro (Força Aérea)			
7.	XXXIV Campeonato Nacional Militar de Futsal, 6 a 8 de novembro (Força Aérea)			

RESULTADOS

XLI Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato, organizado pela Guarda Nacional Republicana, na Escola da Guarda, em Queluz, em 28 e 29 de março, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Publica.

I Campeonato Nacional Militar de BTT, organizado pela Marinha, no Centro de Educação Física da Armada, no Alfeite, em 11 e 12 de abril, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

XLII Campeonato Nacional Militar de Orientação, organizado pela Marinha, no Meco e Mata da Machada (Barreiro) pelo Centro de Educação Física da Armada, de 6 a 8 de maio, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

III Campeonato Nacional Militar de Corrida de Estrada, organizado pelo Exército, em Vila Nova da Gaia, pela Unidade de Apoio do Comando do Pessoal, em 23 e 24 de maio, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

L Campeonato Nacional Militar de Tiro, organizado pela Polícia de Segurança Pública, na Unidade Especial de Polícia e Centro Desportivo Nacional do Jamor, de 24 a 27 de junho, com a participação da Marinha, Exército, Força Aérea, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública.

X Campeonato Nacional Militar de Voleibol de Praia, organizado pela Força Aérea, no Depósito Geral de Material da Força Aérea, em Alverca, de 25 a 27 de setembro, com a participação da Marinha, Força Aérea e Polícia de Segurança Pública.

XXXIV Campeonato Nacional Militar de Futsal, organizado pela Força Aérea, na Academia da Força Aérea, em Sintra, de 6 a 8 de novembro, com a participação da Marinha, Força Aérea e Polícia de Segurança Pública.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
26-02	Política Desportiva Militar	Continuar o estudo e elaboração de legislação e regulamentação que permita uma uniformização e consolidação do sistema desportivo militar, assim como promover a divulgação da Educação Física e Desporto Militar	Uniformidade nas políticas desportivas dos Ramos e nos regulamentos desportivos, fomentando a evolução dos quadros e a modernização do desporto, assente numa política coerente e sustentada de divulgação
Subações		Tipo	Natureza
		Atividade corrente	CAT
			Parceiros intervenientes
			Ramos

RESULTADOS

Consolidação dos regulamentos desportivos adstritos ao desporto militar assim como a elaboração e divulgação do Anuário da CEFDM como veículo promocional e de divulgação das competições desportivas militares.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
26-03	Competições Desportivas Mundiais de Desporto Militar	Promover o reforço da confiança e coesão no seio dos militares, potenciar o incremento da aptidão física e motivação, aumentar a	Fomentar o espírito cooperativo e de sã convivência entre as FA dos diferentes países

atratividade do serviço militar,
potenciar a interligação
cultural, e proporcionar o
contacto com elementos das
Forças Armadas de outros
países, nomeadamente
através da participação em
Competições Desportivas
Mundiais e Torneios
Internacionais de Desporto
Militar

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
Participação nos VII Jogos Mundiais Militares, 18 a 28 de outubro, Wuhan / China	Atividade corrente	CII	

RESULTADOS

Participação de uma Delegação de Portugal nos 7^{os} Jogos Mundiais Militares realizados sob a égide do CISM na cidade de Wuhan / RPChina de 18 a 28 de outubro. Integrou a Delegação nacional (10 elementos, 3 femininos e 7 masculinos) um elemento da CEFDM, como Chefe da Missão e 9 atletas, 2 da Marinha, 3 do Exército, 1 da Força Aérea, 2 da Guarda Nacional Republicana e 1 da Polícia de Segurança Pública.

Nº	Designação da Ação	Objetivo	Resultado esperado
26-04	Conselho Internacional de Desporto Militar (CISM)	Coordenar a ação da delegação portuguesa junto do Conselho Internacional do Desporto Militar (CISM)	Manter a cooperação no âmbito das atribuições de um país membro do CISM

Subações	Tipo	Natureza	Parceiros intervenientes
1. Participação na 74 ^a Assembleia Geral do CISM, 22 a 30 de abril, Ho Chi Minh / Vietname	Atividade corrente	CII	
2. Participação na Conferência Europeia 2019 do CISM, 09 a 13 de setembro, Erevan / Arménia			

RESULTADOS

Participação da CEFDM (um elemento), em representação nacional, na 74^a Assembleia Geral do CISM, realizada em Ho Chi Minh / Vietname, de 22 a 30 de abril.

Participação da CEFDM (um elemento), em representação nacional, na Conferência Europeia 2019 do CISM, realizada em Erevan / Arménia, de 9 a 13 de setembro.

Legenda

Tipo de ação – atividade corrente; atividade de manutenção; atividade periódica; projeto

Natureza das ações

AA – Avaliação e Análise; APL – Apoio Logístico; CAT – Conceção e Apoio Técnico; CII – Cooperação Institucional Internacional; CIN – Cooperação Institucional Nacional; CON – Consultadoria; DIV – Divulgação; ES – Estatutária; FOR – Formação.

ANEXOS

Execução Orçamental da DGRDN

Siglas/Acrónimos/Abreviaturas

Balanço Social

Execução Orçamental da DGRDN

6.1.1.4 - Análise de Execução Orçamental

Ano de Análise	2019
Período de Análise	1..12
Orgânica Legal	Todos
Orgânica Interna	Todos
Programa Orcam	Todos
Funcional	Todos

Empresa	DGRON
Divisão	LIKE 13 ^o
Centro Financeiro	Todos
Econômica de Despesa	Todos
Sub-Fonte de Financia	Todos
Atividade	Todos

[illegible]

[illegible]



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.06 - CIOFE
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	02.01.08.C0.00	Material de Escritório - Outros	850,00		805,65		805,65	805,65		805,65	44,35	44,35		94,78%
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	255,00								255,00	255,00		
256	02.01.21	Outros bens	2.125,00								2.125,00	2.125,00		
256	02.02.03	Conservação de bens	2.125,00								2.125,00	2.125,00		
256	02.02.10	Transportes	850,00								850,00	850,00		
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	34.000,00		2.499,61		2.499,61	2.499,61		2.499,61	31.500,39	31.500,39		7,35%
256	02.02.17.C0.00	Publicidade - outra	595,00								595,00	595,00		
256	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	3.825,00								3.825,00	3.825,00		
256	06.08.03	Outras	66.444,00		64.444,00		64.444,00	64.444,00		64.444,00	2.000,00	2.000,00		96,99%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	2.000,00		1.890,39		1.890,39	1.890,39		1.890,39	109,61	109,61		94,52%
Total			113.069,00		69.639,65		69.639,65	69.639,65		69.639,65	43.429,35	43.429,35		61,59%

29 de janeiro de 2020



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.02 - Dep. Apoio Ant.Comb.
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	6.500,00		160,20		160,20	160,20		160,20	6.339,80	6.339,80		2,46%
256	02.01.21	Outros bens	1.000,00								1.000,00	1.000,00		
256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	2.000,00		1.388,08		1.388,08	1.388,08		1.388,08	611,92	611,92		69,40%
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	16.000,00		15.650,47		15.650,47	15.650,47		15.650,47	349,53	349,53		97,82%
256	02.02.11	Representação dos serviços	15.600,00		13.115,03		13.115,03	13.115,03		13.115,03	2.484,97	2.484,97		84,07%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	2.500,00		1.191,07		1.191,07	1.191,07		1.191,07	1.308,93	1.308,93		47,64%
256	02.02.18	Vigilância e segurança	41.352,00		38.554,12		38.554,12	38.554,12		38.554,12	2.797,88	2.797,88		93,23%
256	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	2.000,00		1.119,30		1.119,30	1.119,30		1.119,30	880,70	880,70		55,97%
256	02.02.25	Outros serviços	3.830,00		3.103,80		3.103,80	3.103,80		3.103,80	726,20	726,20		81,04%
256	04.03.05	Adm Cent-Serviços e Fundos Autónomos	375.000,00		375.000,00		375.000,00	375.000,00		375.000,00				100,00%
256	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	416.599,00		413.911,69		413.911,69	413.911,69		413.911,69	2.687,31	2.687,31		99,35%
256	05.08.03	Outras	75.000,00		74.791,68		74.791,68	74.791,68		74.791,68	208,32	208,32		99,72%
Total			957.381,00		937.985,44		937.985,44	937.985,44		937.985,44	19.395,56	19.395,56		97,97%

29 de janeiro de 2020



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.03 - DDN
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.02.04	Ajudas de custo	157.500,00		137.039,26		137.039,26	137.039,26		137.039,26	20.460,74	20.460,74		87,01%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	12.750,00		488,40		488,40	488,40		488,40	12.261,60	12.261,60		3,83%
256	02.01.08.C0.00	Material de Escritório - Outros	6.800,00		2.477,22		2.477,22	2.477,22		2.477,22	4.322,78	4.322,78		36,43%
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	2.125,00		1.587,68		1.587,68	1.587,68		1.587,68	537,32	537,32		74,71%
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	850,00								850,00	850,00		
256	02.01.21	Outros bens	51.135,00		18.941,54		18.941,54	18.941,54		18.941,54	32.193,46	32.193,46		37,04%
256	02.02.03	Conservação de bens	60.750,00		10.491,10		10.491,10	10.491,10		10.491,10	50.258,90	50.258,90		17,27%
256	02.02.08	Locação de outros bens	4.250,00		2.520,00		2.520,00	2.520,00		2.520,00	1.730,00	1.730,00		59,29%
256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	2.200,00								2.200,00	2.200,00		
256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	1.850,00								1.850,00	1.850,00		
256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	3.400,00								3.400,00	3.400,00		
256	02.02.09.F0.00	Out. Serv. Comunicações	25.500,00		24.993,54		24.993,54	24.993,54		24.993,54	506,46	506,46		98,01%
256	02.02.10	Transportes	446.250,00		411.900,94		411.900,94	411.900,94		411.900,94	34.349,06	34.349,06		92,30%
256	02.02.11	Representação dos serviços	1.275,00		90,00		90,00	90,00		90,00	1.185,00	1.185,00		7,06%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	80.750,00		51.628,56		51.628,56	51.628,56		51.628,56	29.121,44	29.121,44		63,94%
256	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	8.500,00								8.500,00	8.500,00		
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outros	9.300,00		6.314,80		6.314,80	6.314,80		6.314,80	2.985,20	2.985,20		67,90%
256	02.02.19.A0.B0	Assistência Técnica – Outros	8.500,00		4.095,90		4.095,90	4.095,90		4.095,90	4.404,10	4.404,10		48,19%
256	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	56.000,00		46.433,36		46.433,36	46.433,36		46.433,36	9.566,64	9.566,64		82,92%
256	02.02.22.H0.00	Serviços de Saúde - Outros	115,00								115,00	115,00		
256	02.02.25	Outros serviços	29.000,00		26.250,05		26.250,05	26.250,05		26.250,05	2.749,95	2.749,95		90,52%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	15.000,00								15.000,00	15.000,00		
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	10.000,00		3.952,91		3.952,91	3.952,91		3.952,91	6.047,09	6.047,09		39,53%
Total			993.800,00		749.205,26		749.205,26	749.205,26		749.205,26	244.594,74	244.594,74		75,39%

29 de janeiro de 2020



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.01 - DGRDN (atividades)
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
244	01.02.04	Ajudas de custo	10.000,00		355,22		355,22	355,22		355,22	9.644,78	9.644,78		3,55%
244	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	15.000,00								15.000,00	15.000,00		
244	02.02.03	Conservação de bens	895.000,00		5.638,46		5.638,46	5.638,46		5.638,46	889.361,54	889.361,54		0,63%
244	02.02.04.A0.00	Princípio da Onerosidade	639.760,00		359.520,00		359.520,00	359.520,00		359.520,00	280.240,00	280.240,00		56,20%
244	02.02.04.C0.00	Locação de Edifício - Outros	60.000.000,00	926.390,00	57.666.816,00		57.666.816,00	57.666.816,00		57.666.816,00	1.406.794,00	1.406.794,00		96,11%
244	02.02.13	Deslocações e estadas	20.000,00		14.399,03		14.399,03	14.399,03		14.399,03	5.600,97	5.600,97		72,00%
244	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	242.299,00		209.123,00		209.123,00	209.123,00		209.123,00	33.176,00	33.176,00		86,31%
244	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	15.000,00	2.250,00	4.690,00		4.690,00	4.690,00		4.690,00	8.060,00	8.060,00		31,27%
244	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	10.000,00		3.074,85		3.074,85	3.074,85		3.074,85	6.925,15	6.925,15		30,75%
244	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	360.000,00		171.517,89		171.517,89	171.517,89		171.517,89	188.482,11	188.482,11		47,64%
244	02.02.25	Outros serviços	324.000,00		245.520,18		245.520,18	245.520,18		245.520,18	78.479,82	78.479,82		75,78%
244	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	95.000,00		94.000,00		94.000,00	94.000,00		94.000,00	1.000,00	1.000,00		98,95%
244	04.08.02.B0.00	TC-Famílias-Outras	15.000,00								15.000,00	15.000,00		
244	04.09.03	Resto mundo-Países terceiros e organizações intern	25.000,00		24.358,42		24.358,42	24.358,42		24.358,42	641,58	641,58		97,43%
244	05.08.03	Outras	143.000,00		123.804,32		123.804,32	123.804,32		123.804,32	19.195,68	19.195,68		86,58%
244	06.02.01	Impostos e taxas	120.000,00		119.079,61		119.079,61	119.079,61		119.079,61	920,39	920,39		99,23%
244	07.01.08.A0.B0	Software inform.Administ Central-Estado-Outros	15.000,00		4.571,02		4.571,02	4.571,02		4.571,02	10.428,98	10.428,98		30,47%
244	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	6.748.596,00		346.481,46		346.481,46	346.481,46		346.481,46	6.402.114,54	6.402.114,54		5,13%
256	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	2.726.045,00		2.718.521,42		2.718.521,42	2.718.521,42		2.718.521,42	7.523,58	7.523,58		99,72%
256	01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	45.800,00		21.328,20		21.328,20	21.328,20		21.328,20	24.471,80	24.471,80		46,57%
256	01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	7.666,00		7.666,44		7.666,44	7.666,44		7.666,44	1,56	1,56		99,98%
256	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situ	1.620.167,00		1.619.383,81		1.619.383,81	1.619.383,81		1.619.383,81	783,19	783,19		99,95%
256	01.01.11	Representação	95.728,00		84.845,58		84.845,58	84.845,58		84.845,58	10.882,42	10.882,42		88,63%
256	01.01.12	Outros abonos em numerário ou espécie	384.531,00		372.405,71		372.405,71	372.405,71		372.405,71	12.125,29	12.125,29		96,85%
256	01.01.13	Subsídio de refeição	204.967,00		204.900,12		204.900,12	204.900,12		204.900,12	66,88	66,88		99,97%
256	01.01.14.SF.00	Subsídio de férias	397.120,00		392.697,64		392.697,64	392.697,64		392.697,64	4.422,36	4.422,36		98,89%
256	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	405.290,00		402.814,36		402.814,36	402.814,36		402.814,36	2.475,64	2.475,64		99,39%
256	01.02.02	Horas extraordinárias	22.172,00		22.144,22		22.144,22	22.144,22		22.144,22	27,78	27,78		99,87%
256	01.02.03	Alimentação e alojamento	561,00								561,00	561,00		
256	01.02.04	Ajudas de custo	100.607,00		68.540,52		68.540,52	68.540,52		68.540,52	32.066,48	32.066,48		68,13%
256	01.02.05	Abono para falhas	2.900,00		1.711,40		1.711,40	1.711,40		1.711,40	1.188,60	1.188,60		59,01%
256	01.02.12	Indemnização por cessação funções	5.600,00		5.557,41		5.557,41	5.557,41		5.557,41	42,59	42,59		99,24%
256	01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	12.014,00		10.630,32		10.630,32	10.630,32		10.630,32	1.383,68	1.383,68		88,48%
256	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	5.122,00		5.114,38		5.114,38	5.114,38		5.114,38	7,62	7,62		98,85%
256	01.03.05.A0.A0	Contrib. previdência social-Caixa Geral Aposentações	1.087.306,00		1.079.475,33		1.079.475,33	1.079.475,33		1.079.475,33	8.430,67	8.430,67		99,23%
256	01.03.05.A0.B0	Contrib. para segurança social - Segurança Social	256.287,00		252.028,49		252.028,49	252.028,49		252.028,49	4.258,51	4.258,51		98,34%
256	01.03.10.P0	Parentalidade	5.916,00		5.915,93		5.915,93	5.915,93		5.915,93	0,07	0,07		100,00%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	31.068,00		24.294,89		24.294,89	24.294,89		24.294,89	6.773,11	6.773,11		78,20%
256	02.01.04	Limpeza e higiene	6.904,00		6.765,18		6.765,18	6.765,18		6.765,18	138,82	138,82		97,99%
256	02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	788,00		687,92		687,92	687,92		687,92	100,08	100,08		87,30%
256	02.01.08.A0.00	Material de Escritório - Papel	5.938,00		1.403,92		1.403,92	1.403,92		1.403,92	4.534,08	4.534,08		23,64%
256	02.01.08.B0.00	Material de Escritório - Consumíveis de impressão	4.438,00		936,89		936,89	936,89		936,89	3.501,11	3.501,11		21,11%
256	02.01.08.C0.00	Material de Escritório - Outros	6.961,00		5.853,70		5.853,70	5.853,70		5.853,70	1.107,30	1.107,30		84,09%
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	19.507,51		16.197,51		16.197,51	16.197,51		16.197,51	3.309,49	3.309,49		83,03%
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	492,00		278,33		278,33	278,33		278,33	213,67	213,67		56,57%
256	02.01.21	Outros bens	12.536,00		10.043,27		10.043,27	10.043,27		10.043,27	2.492,73	2.492,73		80,12%
256	02.02.02	Limpeza e higiene.	98.890,00		90.857,38		90.857,38	90.857,38		90.857,38	8.032,62	8.032,62		91,88%
256	02.02.03	Conservação de bens	24.599,00		14.035,86		14.035,86	14.035,86		14.035,86	10.563,14	10.563,14		57,06%
256	02.02.06	Locação de material de transporte	32.910,00		6.689,98		6.689,98	6.689,98		6.689,98	26.220,02	26.220,02		20,33%
256	02.02.08	Locação de outros bens	10.815,00		4.413,24		4.413,24	4.413,24		4.413,24	6.401,76	6.401,76		40,81%
256	02.02.09.A0.00	Acessos a internet	19.923,00		9.794,45		9.794,45	9.794,45		9.794,45	10.128,55	10.128,55		49,16%
256	02.02.09.B0.00	Comunicações fixas de dados	4.623,00								4.623,00	4.623,00		
256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	2.768,00		2.314,46		2.314,46	2.314,46		2.314,46	453,54	453,54		83,81%
256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	19.668,00		8.371,04		8.371,04	8.371,04		8.371,04	11.296,96	11.296,96		42,56%
256	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	32.253,00		22.577,79		22.577,79	22.577,79		22.577,79	9.675,21	9.675,21		70,00%
256	02.02.10	Transportes	29.114,00		24.588,72		24.588,72	24.588,72		24.588,72	4.525,28	4.525,28		84,46%
256	02.02.11	Representação dos serviços	62.199,00		39.673,45		39.673,45	39.673,45		39.673,45	22.525,55	22.525,55		63,78%
256	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	4.517,00		770,44		770,44	770,44		770,44	3.746,56	3.746,56		17,06%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	149.730,00		144.526,50		144.526,50	144.526,50		144.526,50	5.203,50	5.203,50		96,52%
256	02.02.14.B0.00	Estudos, pareceres,projectos-Outros	2.053,00		861,00		861,00	861,00		861,00	1.192,00	1.192,00		41,94%
256	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	14.768,00		12.770,67		12.770,67	12.770,67		12.770,67	1.997,33	1.997,33		86,48%
256	02.02.16	Seminários, exposições e similares	11.768,00		9.473,74		9.473,74	9.473,74		9.473,74	2.294,26	2.294,26		80,50%
256	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	1.969,00		1.064,58		1.064,58	1.064,58		1.064,58	904,42	904,42		54,07%
256	02.02.19.A0.A0	Assistência Técnica – Impressoras/Fotocopiadoras/ Scanner	7.000,00		3.302,70		3.302,70	3.302,70		3.302,70	3.697,30	3.697,30		47,18%
256	02.02.19.A0.B0	Assistência Técnica – Outros	38.228,00		31.595,50		31.595,50	31.595,50		31.595,50	6.632,50	6.632,50		82,65%
256	02.02.19.B0.00	Software Informático	4.600,00		4.551,00		4.551,00	4.551,00		4.551,00	49,00	49,00		98,93%
256	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	22.490,00		22.257,12		22.257,12	22.257,12		22.257,12	232,88	232,88		98,96%
256	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	4.500,00		2.543,03		2.543,03	2.543,03		2.543,03	1.956,97	1.956,97		56,51%
256	02.02.23.B0.00	Outros Serv. Saúde - Verificação Médica - Junta mé	620,00		420,00		420,00	420,00		420,00	200,00	200,00		67,74%
256	02.02.25	Outros serviços	32.906,00		31.724,95		31.724,95	31.724,95		31.724,95	1.181,05	1.181,05		96,41%



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.01 - DGRDN (atividades)
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	04.09.03	Resto mundo-Países terceiros e organizações intern	13.000,00		12.600,00		12.600,00	12.600,00		12.600,00	400,00	400,00		96,92%
256	05.08.03	Outras	7.445,00		7.444,29		7.444,29	7.444,29		7.444,29	0,71	0,71		99,99%
256	07.01.07.A0.B0	Impressoras / Fotocopiadoras / Scanner	20.900,00		19.918,57		19.918,57	19.918,57		19.918,57	981,43	981,43		95,30%
256	07.01.07.A0.C0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	28.900,00		27.875,60		27.875,60	27.875,60		27.875,60	1.024,40	1.024,40		96,46%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	37.200,00		32.050,95		32.050,95	32.050,95		32.050,95	5.149,05	5.149,05		86,16%
256	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	12.000,00		11.174,55		11.174,55	11.174,55		11.174,55	825,45	825,45		93,12%
258	01.02.04	Ajudas de custo	30.000,00		3.000,14		3.000,14	3.000,14		3.000,14	26.999,86	26.999,86		10,00%
258	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	5.000,00								5.000,00	5.000,00		
258	02.01.14	Outro material-peças	5.000,00		670,97		670,97				4.329,03	4.329,03		13,42%
258	02.01.21	Outros bens	45.000,00		11.492,15		11.492,15	11.492,15		11.492,15	33.507,85	33.507,85		25,54%
258	02.02.01	Encargos das instalações	110.000,00		94.781,78		94.781,78	94.781,78		94.781,78	15.218,22	15.218,22		86,17%
258	02.02.03	Conservação de bens	481.000,00		3.649,12		3.649,12	3.649,12		3.649,12	477.350,88	477.350,88		0,76%
258	02.02.10	Transportes	5.000,00		602,09		602,09				4.397,91	4.397,91		12,04%
258	02.02.11	Representação dos serviços	25.000,00		18.812,46		18.812,46	18.812,46		18.812,46	6.187,54	6.187,54		75,25%
258	02.02.13	Deslocações e estadas	40.000,00		22.433,96		22.433,96	22.433,96		22.433,96	17.566,04	17.566,04		56,08%
258	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	20.000,00		8.437,80		8.437,80				11.562,20	11.562,20		42,19%
258	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	3.000,00								3.000,00	3.000,00		
258	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	250.000,00		109.360,87		109.360,87	109.360,87		109.360,87	140.639,13	140.639,13		43,74%
258	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	1.016.800,00		6.027,00		6.027,00	6.027,00		6.027,00	1.010.773,00	1.010.773,00		0,59%
258	02.02.25	Outros serviços	10.000,00		737,50		737,50				9.262,50	9.262,50		7,38%
258	04.03.01.27.91	Transf. Cor - Marinha	44.000,00		43.963,65		43.963,65	43.963,65		43.963,65	36,35	36,35		99,92%
258	04.03.01.27.92	Transf. Cor - Exército	10.000,00		10.000,00		10.000,00	10.000,00		10.000,00				100,00%
258	06.02.01	Impostos e taxas	180.000,00		165.390,34		165.390,34	165.390,34		165.390,34	14.609,66	14.609,66		91,88%
258	07.01.07.A0.C0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	5.000,00		4.416,93		4.416,93				583,07	583,07		88,34%
258	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	12.000,00								12.000,00	12.000,00		
258	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	200.000,00		124.071,21		124.071,21	124.071,21		124.071,21	75.928,79	75.928,79		62,04%
258	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	700.000,00		526.700,21		526.700,21	526.700,21		526.700,21	173.299,79	173.299,79		75,24%
957	06.02.03.R0.00	Outras Desp.Correntes - Diversas - Outras -Reserva	736.760,00								736.760,00	736.760,00		
Total			81.853.604,00	928.640,00	68.489.882,09		68.489.882,09	68.489.882,09		68.489.882,09	12.435.081,91	12.435.081,91		83,67%

29 de janeiro de 2020



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.04 - Divulgação
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.02.03	Alimentação e alojamento	5.000,00								5.000,00	5.000,00		
256	01.02.04	Ajudas de custo	6.000,00								6.000,00	6.000,00		
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	1.650,00								1.650,00	1.650,00		
256	02.01.08.C0.00	Material de Escritório - Outros	2.125,00		1.599,00		1.599,00	1.599,00		1.599,00	526,00	526,00		75,25%
256	02.01.18	Livros e documentação técnica	675,00								675,00	675,00		
256	02.01.21	Outros bens	12.750,00								12.750,00	12.750,00		
256	02.02.03	Conservação de bens	600,00								600,00	600,00		
256	02.02.09.A0.00	Acessos à internet	350,00								350,00	350,00		
256	02.02.13	Deslocações e estadas	12.750,00								12.750,00	12.750,00		
256	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	17.000,00								17.000,00	17.000,00		
256	02.02.16	Seminários, exposições e similares	21.250,00		1.559,69		1.559,69	1.559,69		1.559,69	19.690,31	19.690,31		7,34%
256	02.02.19.A0.B0	Assistência Técnica – Outros	50.000,00		48.790,41		48.790,41	48.790,41		48.790,41	1.209,59	1.209,59		97,58%
256	02.02.20.E0.00	Outros Trabalhos Especializados - Outros	9.000,00								9.000,00	9.000,00		
256	02.02.25	Outros serviços	7.000,00								7.000,00	7.000,00		
256	07.01.07.A0.C0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	125.750,00		92.225,00		92.225,00	92.225,00		92.225,00	33.525,00	33.525,00		73,34%
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	35.000,00		34.440,00		34.440,00	34.440,00		34.440,00	560,00	560,00		98,40%
Total			306.900,00		178.614,10		178.614,10	178.614,10		178.614,10	128.285,90	128.285,90		58,20%

29 de janeiro de 2020



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.08 - Estação Ibéria NATO
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública						14,30		14,30		-14,30	-14,30	
256	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situ	410.699,00		406.444,22		406.444,22	406.429,92		406.429,92	4.254,78	4.269,08	14,30	98,96%
256	01.01.12	Suplementos e prémios	99.379,00		90.248,30		90.248,30	90.248,30		90.248,30	9.130,70	9.130,70		90,81%
256	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	41.000,00		40.981,07		40.981,07	40.981,07		40.981,07	18,93	18,93		99,95%
256	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	45.300,00		45.232,97		45.232,97	45.232,97		45.232,97	67,03	67,03		99,85%
256	01.02.03	Alimentação e alojamento	66.569,00		61.691,98		61.691,98	61.691,98		61.691,98	4.877,02	4.877,02		92,67%
256	01.02.04	Ajudas de custo	4.243,00		1.817,70		1.817,70	1.817,70		1.817,70	2.425,30	2.425,30		42,84%
256	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	1.981,00		1.927,80		1.927,80	1.927,80		1.927,80	53,20	53,20		97,31%
256	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-CaixaGeral Aposentações	127.934,00		124.113,34		124.113,34	124.113,34		124.113,34	3.820,66	3.820,66		97,01%
256	01.03.05.A0.B0	Contrib para segurança social - Segurança Social	18.775,00		14.056,21		14.056,21	14.056,21		14.056,21	4.718,79	4.718,79		74,87%
256	01.03.10.P0	Parentalidade	7.806,00		7.784,62		7.784,62	7.784,62		7.784,62	21,38	21,38		99,73%
Total			823.686,00		794.298,21		794.298,21	794.298,21		794.298,21	29.387,79	29.387,79		96,43%

29 de janeiro de 2020



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.05 - Incentivos
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
Total			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

-
29 de janeiro de 2020

-
-

-
-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1354.00 - DGRDN PIDDAC
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
000	01.02.04	Ajudas de custo	941,00		940,61		940,61	940,61		940,61	0,39	0,39		99,96%
000	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	498,00		33,13		33,13	33,13		33,13	464,87	464,87		6,65%
000	02.02.03	Conservação de bens	49.804,00		36.550,50		36.550,50	36.550,50		36.550,50	13.253,50	13.253,50		73,39%
000	02.02.10	Transportes	498,00		411,72		411,72	411,72		411,72	86,28	86,28		82,67%
000	02.02.13	Deslocações e estadas	9.961,00		4.275,94		4.275,94	4.275,94		4.275,94	5.685,06	5.685,06		42,93%
000	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	818.125,00		784.031,79		784.031,79	784.031,79		784.031,79	34.093,21	34.093,21		95,83%
Total			879.827,00		826.243,69		826.243,69	826.243,69		826.243,69	53.583,31	53.583,31		93,91%

29 de janeiro de 2020



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1352.00 - LPIM
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
125	04.03.01	Transf. Correntes Adm Central-Estado	965.500,00								965.500,00	965.500,00		
125	04.03.01.27.93	Transferências Correntes Administração Central	295.000,00		295.000,00		295.000,00	295.000,00		295.000,00				100,00%
125	06.02.01	Impostos e taxas	2.905.674,00								2.905.674,00	2.905.674,00		
125	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	212.694,00								212.694,00	212.694,00		
125	08.03.01.27.90	Transf. Cap - EMGFA	1.163.623,00		1.163.623,00		1.163.623,00	1.163.623,00		1.163.623,00				100,00%
125	08.03.01.27.91	Transf. Cap - Marinha	7.294.500,00		7.294.500,00		7.294.500,00	7.294.500,00		7.294.500,00				100,00%
125	08.03.01.27.92	Transf. Cap - Exército	7.344.500,00		7.344.500,00		7.344.500,00	7.344.500,00		7.344.500,00				100,00%
125	08.03.01.27.93	Transferências de Capital Administração Central	2.936.877,00		2.936.877,00		2.936.877,00	2.936.877,00		2.936.877,00				100,00%
258	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	154.011,00								154.011,00	154.011,00		
Total			23.272.379,00		19.034.500,00		19.034.500,00	19.034.500,00		19.034.500,00	4.237.879,00	4.237.879,00		81,79%

29 de janeiro de 2020



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1351.00 - LPM
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
125	01.02.04	Ajudas de custo	180.000,00		179.999,15		179.999,15	179.999,15		179.999,15	0,85	0,85		100,00%
125	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	2.000,00		2.000,00		2.000,00	2.000,00		2.000,00				100,00%
125	02.01.14	Outro material-peças	300.000,00		156.179,78		156.179,78	156.179,78		156.179,78				52,06%
125	02.02.07	Locação de bens de defesa	59.831.000,00		59.831.000,00		59.831.000,00	59.831.000,00		59.831.000,00	143.820,22	143.820,22		100,00%
125	02.02.09.F0.00	Out Serv Comunicações	1.260.850,00		1.260.850,00		1.260.850,00	1.260.850,00		1.260.850,00				100,00%
125	02.02.10	Transportes	7.280,00		7.280,00		7.280,00	7.280,00		7.280,00				100,00%
125	02.02.11	Representação dos serviços	22.000,00		22.000,00		22.000,00	22.000,00		22.000,00				100,00%
125	02.02.13	Deslocações e estadas	747.836,00		649.754,24		649.754,24	649.754,24		649.754,24	98.081,78	98.081,78		86,88%
125	02.02.14.D0.00	Outros estudos, pareceres, projetos e consultado	163.210,00		162.964,00		162.964,00	162.964,00		162.964,00	246,00	246,00		99,85%
125	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	50.000,00		50.000,00		50.000,00	50.000,00		50.000,00				100,00%
125	02.02.16	Seminários, exposições e similares	720,00		720,00		720,00	720,00		720,00				100,00%
125	02.02.19.A0.B0	Assistência Técnica – Outros	51.483,00		51.483,00		51.483,00	51.483,00		51.483,00				100,00%
125	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	27.562.549,00		12.035.632,40		12.035.632,40	12.035.632,40		12.035.632,40	15.526.916,60	15.526.916,60		43,67%
125	04.01.01	Transf correntes Soci e quase nfinan-Públicas	594.063,00		310.580,00		310.580,00	310.580,00		310.580,00	283.483,00	283.483,00		52,28%
125	04.01.02	Transf correntes Soci e quase nfinan-Privadas	1.007.058,00		428.034,97		428.034,97	428.034,97		428.034,97	579.023,03	579.023,03		42,50%
125	04.03.01.27.90	Transf. Cor - EMGFA	10.000,00								10.000,00	10.000,00		
125	04.03.01.27.91	Transf. Cor - Marinha	207.332,00		124.578,41		124.578,41	124.578,41		124.578,41	82.753,59	82.753,59		60,09%
125	04.03.01.27.92	Transf. Cor - Exército	1.042.996,00		817.595,00		817.595,00	817.595,00		817.595,00	225.401,00	225.401,00		78,39%
125	04.03.01.27.93	Transferências Correntes Administração Central	7.217.025,00		7.173.764,00		7.173.764,00	7.173.764,00		7.173.764,00	43.261,00	43.261,00		99,40%
125	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	3.857.013,00		891.200,00		891.200,00	891.200,00		891.200,00	2.965.813,00	2.965.813,00		23,11%
125	04.09.03	Resto mundo-Países terceiros e organizações intern	2.681.477,48		2.681.477,48		2.681.477,48	2.681.477,48		2.681.477,48	3,52	3,52		100,00%
125	07.01.14	Investimentos militares	32.845.185,00		32.332.720,55		32.332.720,55	32.332.720,55		32.332.720,55	512.464,45	512.464,45		98,44%
125	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	1.200.100,00		1.200.000,00		1.200.000,00	1.200.000,00		1.200.000,00	100,00	100,00		99,99%
Total			140.841.181,00		120.369.812,98		120.369.812,98	120.369.812,98		120.369.812,98	20.471.368,02	20.471.368,02		85,46%

29 de janeiro de 2020



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.07 - PALOP's
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	02.02.22.H0.00	Serviços de Saúde - Outros	270,00								270,00	270,00		
Total			270,00								270,00	270,00		

-
29 de janeiro de 2020

-
-

-
-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro..Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13* - LIKE 13*
Centro Financeiro: 1350.09 - Polo NAMSA
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	01.01.09	Pessoal em qualquer outra situ	37.533,00		33.677,06		33.677,06	33.677,06		33.677,06	3.855,94	3.855,94		89,73%
256	01.01.12	Suplementos e prémios	9.278,00		7.116,44		7.116,44	7.116,44		7.116,44	2.161,56	2.161,56		76,70%
256	01.01.14.SF.00	Subsídio de Férias	3.508,00		3.503,08		3.503,08	3.503,08		3.503,08	4,92	4,92		99,86%
256	01.01.14.SN.00	Subsídio de Natal	3.173,00		3.172,05		3.172,05	3.172,05		3.172,05	0,95	0,95		99,97%
256	01.02.04	Ajudas de custo	900,00		173,31		173,31	173,31		173,31	726,69	726,69		19,26%
256	01.02.08	Ab-Sub abonos de fixação, residência alojamento	110.058,00		109.963,30		109.963,30	109.963,30		109.963,30	94,70	94,70		99,91%
256	01.03.05.A0.A0	Contrib p/segurança social-Caixa Geral Aposentações	11.551,00		11.283,97		11.283,97	11.283,97		11.283,97	267,03	267,03		97,69%
256	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	1.450,00		1.161,86		1.161,86	1.161,86		1.161,86	288,14	288,14		80,13%
256	02.01.04	Limpeza e higiene	100,00								100,00	100,00		
256	02.01.08.A0.00	Material de Escritório - Papel	62,00								62,00	62,00		
256	02.01.08.B0.00	Material de Escritório - Consumíveis de impressão	62,00								62,00	62,00		
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	200,00								200,00	200,00		
256	02.01.21	Outros bens	600,00		427,27		427,27	427,27		427,27	172,73	172,73		71,21%
256	02.02.03	Conservação de bens	1.000,00		726,33		726,33	726,33		726,33	273,67	273,67		72,63%
256	02.02.09.B0.00	Comunicações fixas de dados	300,00								300,00	300,00		
256	02.02.09.C0.00	Comunicações fixas de voz	300,00		159,48		159,48	159,48		159,48	140,52	140,52		53,16%
256	02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	600,00		500,00		500,00	500,00		500,00	100,00	100,00		83,33%
256	02.02.09.F0.00	Out. Serv. Comunicações	25,00								25,00	25,00		
256	02.02.10	Transportes	50,00								50,00	50,00		
256	02.02.11	Representação dos serviços	1.400,00		1.027,40		1.027,40	1.027,40		1.027,40	372,60	372,60		73,39%
256	02.02.12.B0.00	Seguros-Outras	2.000,00		1.966,57		1.966,57	1.966,57		1.966,57	33,43	33,43		98,33%
256	02.02.13	Deslocações e estadas	3.800,00		3.661,22		3.661,22	3.661,22		3.661,22	138,78	138,78		96,35%
256	02.02.25	Outros serviços	3.700,00		3.633,30		3.633,30	3.633,30		3.633,30	66,70	66,70		98,20%
256	04.09.03	Resto mundo-Paises terceiros e organizações intern	62.600,00		59.421,00		59.421,00	59.421,00		59.421,00	3.179,00	3.179,00		94,92%
256	07.01.07.A0.C0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	800,00								800,00	800,00		
256	07.01.08.A0.B0	Software inform-Administ Central-Estado-Outros	300,00								300,00	300,00		
256	07.01.09.A0.B0	Eq administrativo-Admin Central-Estado-Outros	300,00								300,00	300,00		
Total			255.650,00		241.573,64		241.573,64	241.573,64		241.573,64	14.076,36	14.076,36		94,49%

29 de janeiro de 2020



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1353.00 - Receita Quot. NATO
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
236	01.02.04	Ajudas de custo	15.000,00		8.276,91		8.276,91	8.276,91		8.276,91	6.723,09	6.723,09		55,18%
236	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	2.000,00		1.374,57		1.374,57	1.374,57		1.374,57	625,43	625,43		68,73%
236	02.01.19	Artigos honoríficos e de decoração	1.800,00		1.172,93		1.172,93	1.172,93		1.172,93	627,07	627,07		65,16%
236	02.02.10	Transportes	92.200,00	11.250,00	80.183,94		80.183,94	80.183,94		80.183,94	766,06	766,06		86,97%
236	02.02.11	Representação dos serviços	9.800,00		9.790,10		9.790,10	9.790,10		9.790,10	9,90	9,90		99,90%
236	02.02.13	Deslocações e estadas	30.000,00		27.708,96		27.708,96	27.708,96		27.708,96	2.291,04	2.291,04		92,36%
236	02.02.15.B0.00	Formação - Outras	3.500,00		1.350,00		1.350,00	1.350,00		1.350,00	2.150,00	2.150,00		38,57%
236	02.02.17.B0.A0	Publicidade em território nacional	500,00								500,00	500,00		
236	02.02.20.A0.C0	Outros trab. espec. - Outros	1.000,00								1.000,00	1.000,00		
236	02.02.25	Outros serviços	5.700,00		5.216,54		5.216,54	5.216,54		5.216,54	483,46	483,46		91,52%
236	04.09.03	Resto mundo-Paises terceiros e organizações intern	150.000,00		146.899,00		146.899,00	146.899,00		146.899,00	3.101,00	3.101,00		97,93%
236	07.01.07.A0.C0	Eq informática-Admin Central-Estado-Outros	9.000,00		2.297,64		2.297,64	2.297,64		2.297,64	6.702,36	6.702,36		25,53%
236	07.01.10.A0.B0	Eq Básico-Admin Central-Estado-Outros	200,00								200,00	200,00		
236	07.01.14.00.00	Investimentos militares - Adm Central Estado	16.665.800,00		5.910.308,32		5.910.308,32	5.910.308,32		5.910.308,32	10.755.491,68	10.755.491,68		35,46%
Total			16.986.500,00	11.250,00	6.194.578,91		6.194.578,91	6.194.578,91		6.194.578,91	10.780.671,09	10.780.671,09		36,47%

-
29 de janeiro de 2020

-

-

-

-



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
M.1 - Controlo Orçamental - Despesa Mensal

Entidade: DGRDN
Exercício: 2019
Mês(es): Janeiro,Dezembro
Período da Gerência: 01-01-2019 a 31-12-2019
Divisão: LIKE 13*, # - LIKE 13*, Não atribuído
Centro Financeiro: 1350.10 - Turismo Militar
Orgânica Interna: Todas
Classificação Orgânica: Todas
Fonte de Financiamento: Todas

FV

Unidade monetária: EURO

Actividade (1)	Classificação Económica		Dotações corrigidas (4)	Cativos ou Congelamentos (5)	Compromissos Assumidos			Despesas pagas			Saldos			Grau de execução orçamental das despesas (15)=(11)/(4)x100
	Código (2)	Descrição (3)			No Período (6)	Em Períodos anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	No Período (9)	Em Períodos anteriores (10)	Total (11)=(9)+(10)	Dotação não comprometida (12)=(4)-(5)-(8)	Dotação por pagar (13)=(4)-(5)-(11)	Compromissos por pagar (14)=(8)-(11)	
256	02.01.08.C0.00	Material de Escritório - Outros	35.500,00		35.225,37		35.225,37	35.225,37		35.225,37	274,63	274,63		99,23%
256	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	13.000,00		12.720,41		12.720,41	12.720,41		12.720,41	279,59	279,59		97,85%
256	02.02.11	Representação dos serviços	95.200,00		93.878,83		93.878,83	93.878,83		93.878,83	1.321,17	1.321,17		98,61%
256	02.02.20	Outros trabalhos especializados	19.999,00		19.600,05		19.600,05	19.600,05		19.600,05	398,95	398,95		98,01%
256	02.02.25	Outros serviços	1.300,00								1.300,00	1.300,00		
256	04.05.01	Adm Local-Continente	20.000,00		20.000,00		20.000,00	20.000,00		20.000,00	882,00	882,00		100,00%
256	04.07.01	Instituições s/ fins lucrativos	8.882,00		8.000,00		8.000,00	8.000,00		8.000,00				90,07%
Total			193.881,00		189.424,66		189.424,66	189.424,66		189.424,66	4.456,34	4.456,34		97,70%

29 de janeiro de 2020

Siglas/Acrónimos/Abreviaturas

SIGLAS/ACRÓNIMOS/ABREVIATURAS**DESCRIÇÃO****Estrutura orgânica da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN)**

CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
DADAQ	Divisão de Alienação, Desmilitarização, Ambiente e Qualidade
DAE	Divisão de Assuntos Estatutários
DASADMAC	Divisão de Assuntos Sociais e Apoio aos Deficientes Militares e Antigos Combatentes
DDM	Divisão dos Deveres Militares
DEQ	Divisão de Ensino e Qualificação
DGFP	Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial
DGPE	Divisão de Gestão e Planeamento Estratégico
DGRHA	Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Apoio
DIE	Divisão de Infraestruturas
DIL	Divisão de Indústria, Logística e Investigação e Desenvolvimento
DIRP	Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional
DNC	Divisão de Normalização e Catalogação
DPP	Divisão de Planeamento e Programação
DPTM	Divisão de Património e Turismo Militar
DREM	Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares
DSAE	Direção de Serviços de Armamento e Equipamento
DSAEQ	Direção de Serviços dos Assuntos Estatutários, Ensino e Qualificação
DSGFA	Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio
DSIP	Direção de Serviços de Infraestruturas e Património
DSM	Divisão de Saúde Militar
DSPSM	Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar
DSQA	Direção de Serviços de Qualidade e Ambiente
DSSMAS	Direção de Serviços de Saúde Militar e Assuntos Sociais
GAT	Gabinete de Assessoria Técnica ao DG
GCD (equipa multidisciplinar)	Gabinete de Contratação da Defesa
SARFAFS	Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas e das Forças de Segurança

Outras Siglas/Acrónimos/Abreviaturas utilizadas

AA	Avaliação e Análise
A3ES	Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
AMN	Autoridade Marítima Nacional
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APL	Apoio Logístico

AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
BA 4	Base Aérea Nº 4 (Açores)
BTID	Base Tecnológica e Industrial de Defesa
BUD	Balcão Único da Defesa (DGRDN)
CANEC	Comissão de Acompanhamento da Nova Estrutura de Comandos (NATO)
CAT	Conceção e Apoio Técnico
CBRNMedWG	Chemical, Biological, Radiation and Nuclear Medical Working Group
CCAAC	Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes
CCADFA	Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CII	Cooperação Institucional Internacional
CIMM	Comité Internacional da Medicina Militar
CIN	Cooperação Institucional Nacional
CIOFE	Centro de Informação e Orientação para a Formação e o Emprego (DGRDN)
CIRIS	Sistema de Informação de Programas de Investimento da NATO
CISM	Conselho Internacional de Desporto Militar
CISMIL (EMGFA)	Centro de Informações e Segurança Militares
CM	Colégio Militar
CMO	Câmara Municipal de Oeiras
CNA	Comissão Nacional de Acompanhamento (antigos combatentes)
CNQ	Catálogo Nacional de Qualificações
CNRIPD	Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
COARM	Grupo de Trabalho da União Europeia sobre Exportações de Armas Convencionais
COMEDS	Committee of the Chiefs of Military Medical Services
CON	Consultadoria
CORG	Código da Organização
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS	Committee for Standardization
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DEL NATO	Delegação Portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte
DFA	Deficiente das Forças Armadas
DDN	Dia da Defesa Nacional
DGAE	Direção-Geral das Atividades Económicas
DGERT	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
DGES	Direção-Geral do Ensino Superior
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGPE	Direção-Geral de Política Externa
DGPDN	Direção-Geral de Política da Defesa Nacional
DGS	Direção-Geral de Saúde
DGT	Direção-Geral do Território
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DIRSAM (EMGFA)	Direção de Saúde Militar
DIV	Divulgação

ECAA	Estrutura Coordenadora dos Assuntos Ambientais do Ministério da Defesa Nacional
ECQDN	Estrutura Coordenadora da Qualidade para a Defesa Nacional
EDA	European Defense Agency
EDP	Energias de Portugal
EINATO	Estação Ibéria NATO
EMAS	Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria
EMEs	Estabelecimentos Militares de Ensino
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
ENDEF	Estratégia Nacional para a Deficiência
ENSR	Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária
EPM	Enterprise Project Management
ES	Estatutária
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
ESSM	Escola Serviço Saúde Militar
FA	Forças Armadas
FOR	Formação
FSM (CPLP)	Fórum de Saúde Militar da CPLP
GQAR	Governmental Quality Assurance Representative
GGQ	Garantia Governamental da Qualidade
HFAR	Hospital das Forças Armadas
IASFA	Instituto de Ação Social das Forças Armadas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IdD	Indústrias de Defesa
ID&I (Defesa)	Investigação, Desenvolvimento e Inovação
IDN	Instituto de Defesa Nacional
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde
JMC	Joint Maintenance Committe
LEAN (Técnicas)	Utilização na organização das melhores práticas de aperfeiçoamento contínuo e de eliminação de desperdício visando uma otimização de serviços e obtenção da melhor eficiência
LIM	Lei das Infraestruturas Militares
LPM	Lei de Programação Militar
LSM	Lei do Serviço Militar
LTFP	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
MAI	Ministério da Administração Interna
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Educação
MEDSTDWG	Medical Standardization Working Group
MEF	Macroestrutura Funcional (interoperabilidade semântica na Administração Pública – DGLAB)
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
MSG	Ad Hoc EDA Materiel Standardization Group

MSHT	Materiel Standardization Harmonization Team
NATO (OTAN)	North Atlantic Treaty Organization / Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN)
NATO AC/135	NATO Allied Committee 135 (Catalogação)
NATO ACodP-1	NATO Allied Codification Publication No. 1
NATO AQAP	Allied Quality Assurance Publications
NATO NCIA	NATO Communications and Information Agency
NCB	National Codification Bureaux (NATO)
NCGP	NATO Committee on Gender Perspectives
NCISS	NATO Communications and Information Systems School
NSIP	NATO Security Investment Programme
NSPA	NATO Support and Procurement Agency
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OCRD	Órgão Central de Recrutamento e Divulgação
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Plano de Ação Ambiental (da Diretiva Ambiental)
PADM	Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares
PCB	Bifenilos Policlorados (produtos químicos incluídos no Inventário Nacional de PCB – Agência Portuguesa do Ambiente)
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PJM	Polícia Judiciária Militar
PME	Plano Mensal de Execução
PNA (RCSNU)	Plano Nacional de Ação para implementação da RCSNU 1325
POL NATO	Depósitos (combustíveis)
PPCACDFA	Programa para a Prevenção dos Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências nas Forças Armadas
QNQ	Quadro Nacional de Qualificações
QP	Quadros Permanentes
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RC	Regime de Contrato
RCSNU	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325
REACH	Registo, Avaliação e Autorização de Substâncias Químicas
REPER EU	Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia
RETURMIL	Rede de Turismo Militar
RIPSM	Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar
RNA	Rede Nacional de Apoio (antigos combatentes)
RV	Regime de Voluntariado
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Sistema Nacional de)
SCEP	Sistema Central de Encargos Plurianuais (DGO)
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional

SG/MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SGPVE	Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SICAD (MS)	Serviço de Intervenção de Comportamentos Aditivos e Dependências
SIGDN	Sistema Integrado de Gestão da Defesa
SIIE	Sistema de Informação dos Imóveis do Estado
SINAVE	Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica
SIOE	Sistema de Informação da Organização do Estado
SIPI	Sistema de Informação dos Projetos de Investimento (DGO)
SIPORG	Sistema Informático para Operações de Recrutamento Geral
SMG	Standardization Management Group
SNPC	Serviço Nacional de Proteção Civil
SNQ	Sistema Nacional de Qualificações
SSM	Sistema de Saúde Militar
STANAG	Standardization Agreement
TC	Tribunal de Contas
TM	Turismo Militar
UE	União Europeia
UEFISM	Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar
U/E/O	Unidade/Estabelecimento/Órgão
UMT (EMGFA)	Unidade Militar de Toxicologia
UNL/FCT	Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências e Tecnologia
UO	Unidade Orgânica
UTITA (EMGFA)	Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependência e Alcoolismo
ZAA	Zona Aérea dos Açores

Balanço Social

BALANÇO SOCIAL

2019

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

DEFESA NACIONAL

Ficha Técnica

Título – Balanço Social 2019 da DGRDN
Data de finalização – Março de 2020
Coordenação – Gabinete de Assessoria Técnica
Colaboração [Fonte dos dados de RH e Financeiros]
– Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
Av. Ilha da Madeira, 1 – 4º Piso 1400-204 Lisboa
Tel.: (21)3028500
Fax: (21)3027221
E-mail: dgrdn@defesa.pt
URL: <http://www.portugal.gov.pt>

ÍNDICE

Nota de apresentação ... 3

RECURSOS HUMANOS

EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA ... 4

ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE ... 8

ESTRUTURA HABILITACIONAL ... 10

MOBILIDADE DO PESSOAL ... 12

MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE ... 15

REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL ... 17

HIGIENE E SEGURANÇA ... 19

FORMAÇÃO PROFISSIONAL ... 20

RELAÇÕES PROFISSIONAIS ... 23

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN ... 24

Anexos

Anexo 1 – Índices de Gestão de Pessoal ... 25

Anexo 2 – Formulário/Mapas anexos ao DL nº 190/96, de 9 de outubro ... 28

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O Balanço Social como instrumento de gestão na área dos recursos humanos foi instituído pelo Decreto-Lei nº. 190/96, de 9 de outubro, e estabeleceu a sua elaboração para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local com um mínimo de 50 trabalhadores (*vide* quadros oficiais, Anexo 2). O Decreto-Lei nº 183/2014, de 29 de dezembro, aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, e determinou a criação do Decreto Regulamentar nº 8/2015, de 31 de julho, onde se estabeleceu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN), identificando também a dotação de lugares de direção (superior e intermédia de 1º grau) e o estatuto remuneratório dos chefes das equipas multidisciplinares. A estrutura nuclear do serviço e as competências das respetivas unidades orgânicas, bem como, o estabelecimento de unidades orgânicas flexíveis e a dotação máxima de chefes de equipas disciplinares foram definidas pela Portaria nº 283/2015, de 15 de setembro.

O Balanço Social 2019, como instrumento de gestão previsional de pessoal caracteriza a distribuição dos recursos humanos presentes entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, evolução e tendências. Os indicadores calculados (taxas e índices) demonstram estatisticamente as continuidades, alterações e mudanças ocorridas no serviço.

Particularmente considerou-se:

- Incentivar a valorização e o aumento da motivação de todos/as os/as trabalhadores/as através do acesso à formação profissional;
- A racionalização e boa gestão dos encargos com pessoal, considerando as reais necessidades de funcionamento do serviço;
- Usufruir da melhoria de instalações e equipamentos (condições de trabalho);
- O controlo efetivo e eficiente da assiduidade.

Assim, podemos garantir que a DGRDN apresenta através dos indicadores obtidos uma estratégia de investimento no seu capital humano refletido na qualidade de desempenho das pessoas que se tem mantido equilibrado, desejando-se e prevendo-se um aumento do potencial da *performance* individual e coletiva.

Lisboa, 06 de março de 2020



Alberto Rodrigues Coelho

Diretor-geral
(Assinatura digitalizada)

RECURSOS HUMANOS EFETIVOS, VÍNCULOS E ESTRUTURA ORGÂNICA

A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) detinha no exercício de funções em 31 de dezembro de 2019, **256 trabalhadores** (-2 pessoas/-0,7%), compreendendo **51,2%** dos efetivos no **peçoal civil** e no **peçoal militar, 48,8%**. (Figura 1). Na **divisão por género**, 165 trabalhadores eram homens e 91 mulheres, correspondendo mutuamente a uma **taxa de masculinização** de **64,5%** (52 civis – 20,3%, e 113 militares – 44,2 %) e **taxa de feminização** de **35,5%** (79 civis – 30,9%, e 12 militares – 4,6%) (Gráfico 1) (detalhe em Anexo 2, quadro 1).

Dados
Retrospectivos

2015

234

2016

255

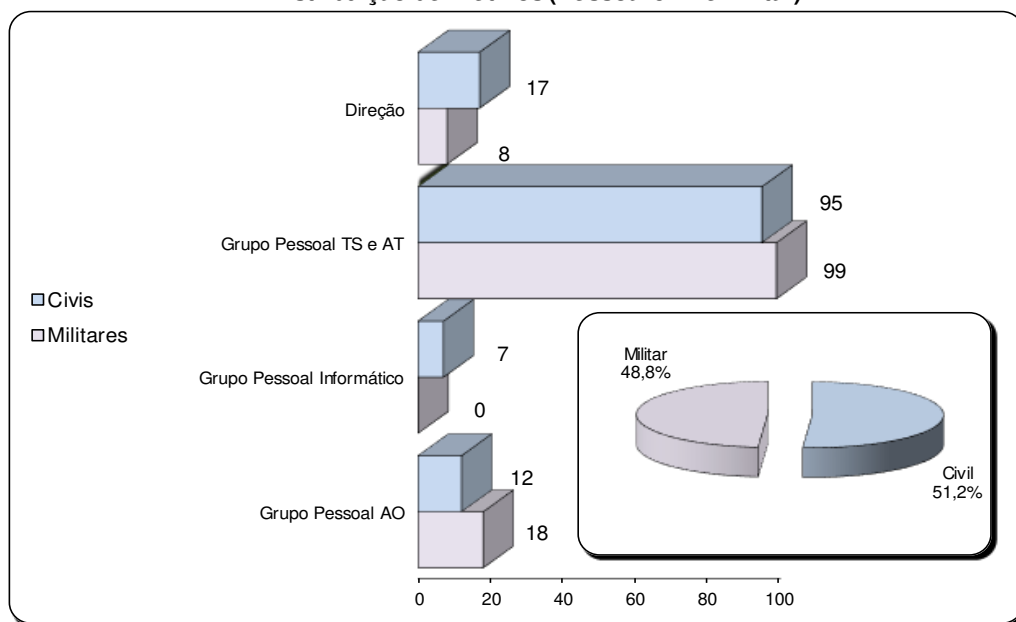
2017

255

2018

258

Figura 1
Distribuição de Efetivos (Pessoal civil e militar)



Grupos/Cargos/Carreiras	Pessoal Civil			Pessoal Militar/Militarizado					TOTAL	
	DGRDN	Outros	SubTOT	MAR	EXE	FAP	GNR	SubTOT		
Direção superior	2		2		1			1	3	1,2%
Direção intermédia	15		15	3	3	1		7	22	8,6%
Direção	17	0	17	3	4	1	0	8	25	9,8%
Técnico superior/Oficial	70		70	6	18	20		44	114	44,5%
Assistente técnico/Sargento	25		25	16	18	21		55	80	31,3%
Grupo Pessoal TS e AT	95	0	95	22	36	41	0	99	194	75,8%
Informático	7		7					0	7	2,7%
Grupo Pessoal Informático	7	0	7	0	0	0	0	0	7	2,7%
Assistente operacional/Praça	12		12	10	6	2		18	30	11,7%
Grupo Pessoal AO	12	0	12	10	6	2	0	18	30	11,7%
Total	131	0	131	35	46	44	0	125	256	100,0%
%	51,2%	0,0%	51,2%	13,7%	18,0%	17,2%	0,0%	48,8%	100,0%	

Considerando a **distribuição dos trabalhadores por Grupos Profissionais** (Figura 1) ocupavam cargos de Direção (superior e intermédia) 25 dirigentes (9,8%). O Grupo de Pessoal Técnico Superior e Assistente Técnico compreende 194 trabalhadores (75,8%) (incluindo os militares

com estatuto equivalente), o Grupo de Pessoal Informático perfaz 7 efetivos (2,7%) e o Grupo de Pessoal Assistente Operacional, 30 trabalhadores (11,7%) (incluindo militares com funções semelhantes)¹.

A repartição profissional transversal à análise do grupo/cargo/carreira (detalhe em Anexo 2, quadro 1), distribui o pessoal da DGRDN, resultando nas seguintes **taxas de pessoal**:

- dirigente superior 1º grau – 1 (0,39%)
- dirigente superior 2º grau – 2 (0,78%)
- dirigente intermédio 1º grau – 7 (2,7%)
- dirigente intermédio 2º grau – 15 (5,8%)
- técnico superior – 70 (27,5%)
- assistente técnico – 25 (9,7%)
- assistente operacional – 12 (4,6%)
- informático – 7 (2,7%)
- forças armadas/oficiais, sargentos, praças (excluindo dirigentes) – 117 (45,8%)

O **índice de enquadramento** (exercício de funções dirigentes) foi de **9,8%** (Gráfico 1). O **enquadramento feminino** (face ao nº total de trabalhadores) representava **3,9%** (considerando exclusivamente o grupo dirigente – 40%).

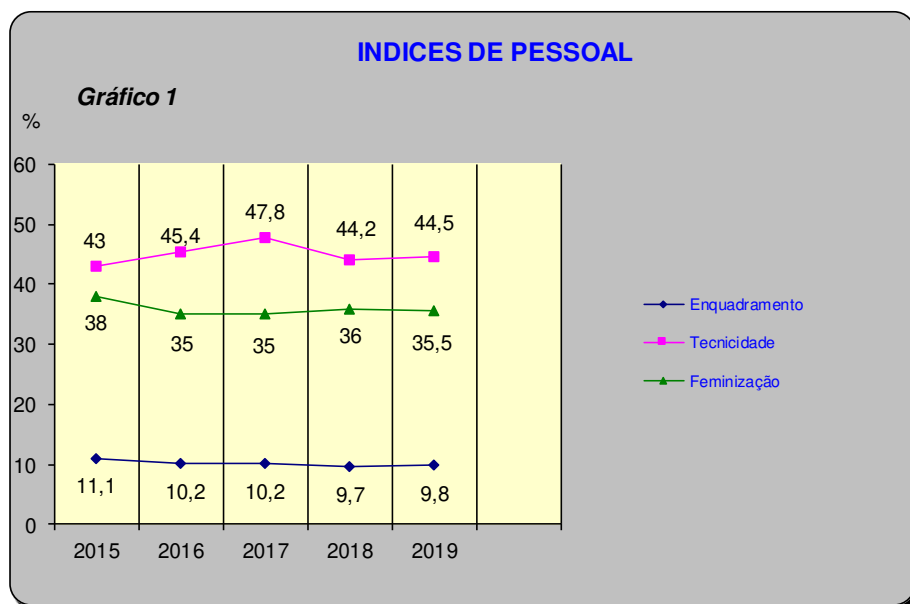
O **índice de tecnicidade** (sentido restrito) obtido (**44,5%**), inclui os trabalhadores na carreira técnica superior e militares equivalentes no cumprimento de funções idênticas (Gráfico 1).

Segundo a **modalidade de vinculação** apresentam-se abaixo as **taxas de pessoal** seguintes (distribuição dos efetivos):

- Nomeação definitiva – 96 (37,5%)
- Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado – 114 (44,5%)
- Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo certo – 21 (8,2%)
- Comissão de Serviço no âmbito da LTFP – 25 (9,7%)

Anota-se que a Direção-geral possuía no exercício de funções, 6 trabalhadores portadores de deficiência (3 técnicos superiores, 1 assistente técnico e 2 militares) (Anexo 2, quadro 6).

¹ Foram integrados no quadro da Figura 1 como exercendo funções de TS, AT e AO, 1 oficial, 18 sargentos e 7 praças, provenientes da Estação Ibérica NATO (IENATO) como desempenhando as correspondentes competências de TS, AT e AO, apesar das funções cumpridas serem de carácter militar.



A divisão dos recursos humanos pela estrutura orgânica da DGRDN revela-se consolidada na Figura 2.

Excetuando a Direção (enquanto unidade orgânica), a Direção de Serviços de Profissionalização do Serviço Militar (DSPSM) integra o quantitativo mais elevado de efetivos (52; 20,3%), sucedido pela Direção de Serviços de Gestão Financeira e Apoio (DSGFA) (40; 15,6%) e Direção de Serviços de Infraestruturas e Património (DSIP) (26; 10,2%).

A DSGFA apresenta o maior número de trabalhadores dos grupos técnicos (23) seguido pela Direção de Serviços Saúde Militar e Assuntos Sociais (DSSMAS) (15). Os trabalhadores assistentes operacionais exercem funções quase exclusivamente na DSGFA (8).

Figura 2
Distribuição de Efetivos pela Estrutura Orgânica

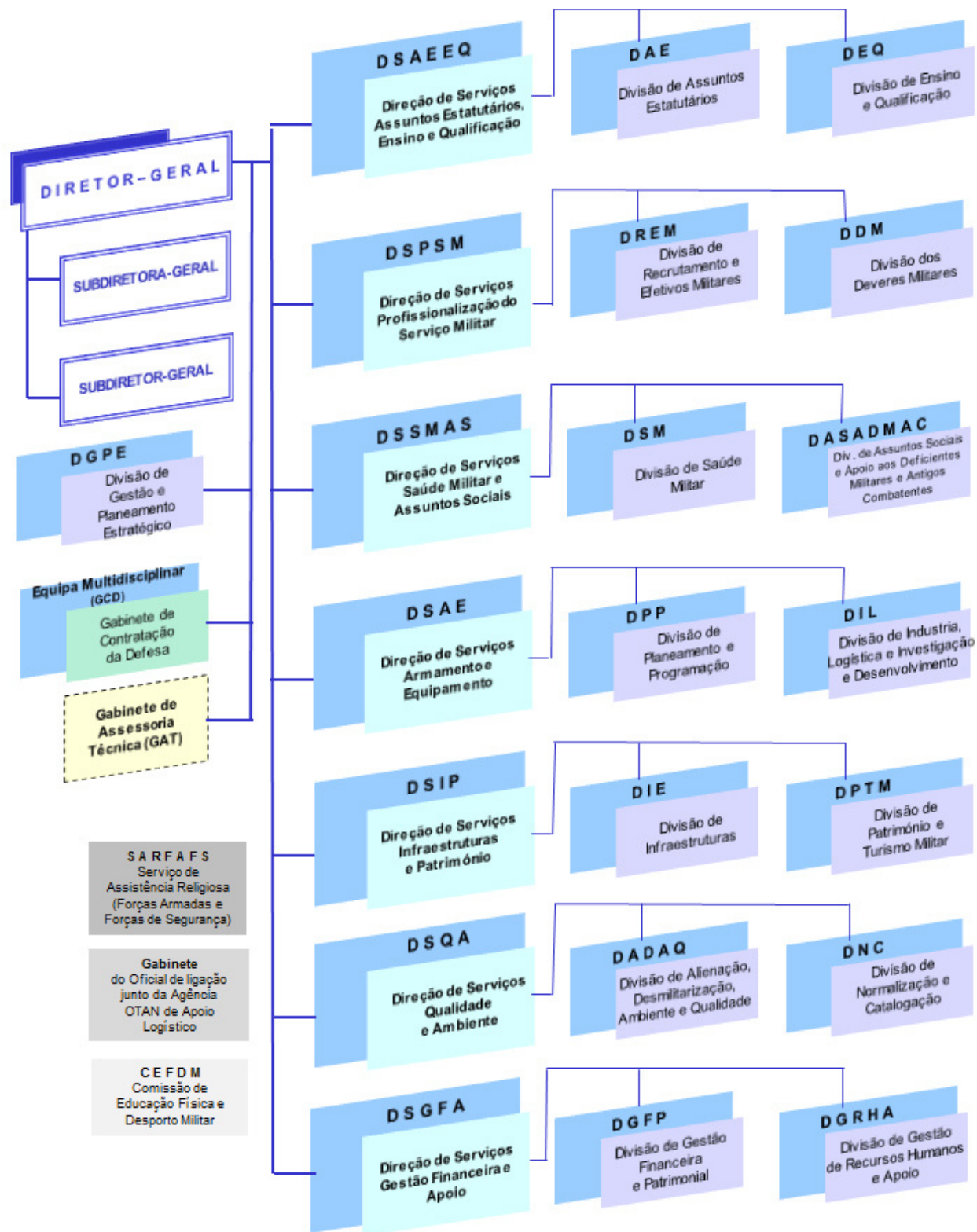
Grupos/Cargos/Carreiras	DIR (1)	DSAEQ	DSPSM	DSSMAS	DSAE	DSIP	DSQA	DSGFA	DGPE	GCD	GABOTAN	SARFAFS	GAT	CEFDM	Total
Direção superior (2)	3														3
Direção intermédia (3)		3	3	3	3	3	3	3	1						22
Direção	3	3	3	3	3	3	3	3	1	0	0	0	0	0	25
Técnico superior	3	10	11	11	3	11	3	11		3		1	3		70
Assistente técnico	3	1	2	4		1	2	12							25
Grupo Pessoal TS e AT	6	11	13	15	3	12	5	23	0	3	0	1	3	0	95
Informático	1		1		1	1		3							7
Grupo Pessoal Informático	1	0	1	0	1	1	0	3	0	0	0	0	0	0	7
Assistente operacional	3		1					8							12
Grupo Pessoal AO	3	0	1	0	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	12
Oficiais	8	1	10	3	6	6	6	1			1			2	44
Sargentos	21		15	2	1	4	10	1				1			55
Praças	7		9					1				1			18
Grupo Pessoal Militar	36	1	34	5	7	10	16	3	0	0	1	2	0	2	117
Total	49	15	52	23	14	26	24	40	1	3	1	3	3	2	256
%	19,1	5,9	20,3	9,0	5,5	10,2	9,4	15,6	0,4	1,2	0,4	1,2	1,2	0,8	100

(1) Inclui 26 militares da EINATO (1 Oficial, 18 Sargentos, e 7 Praças)

(2) Inclui 1 militar oficial-general

(3) Inclui 7 militares oficiais superiores

Organograma da DGRDN

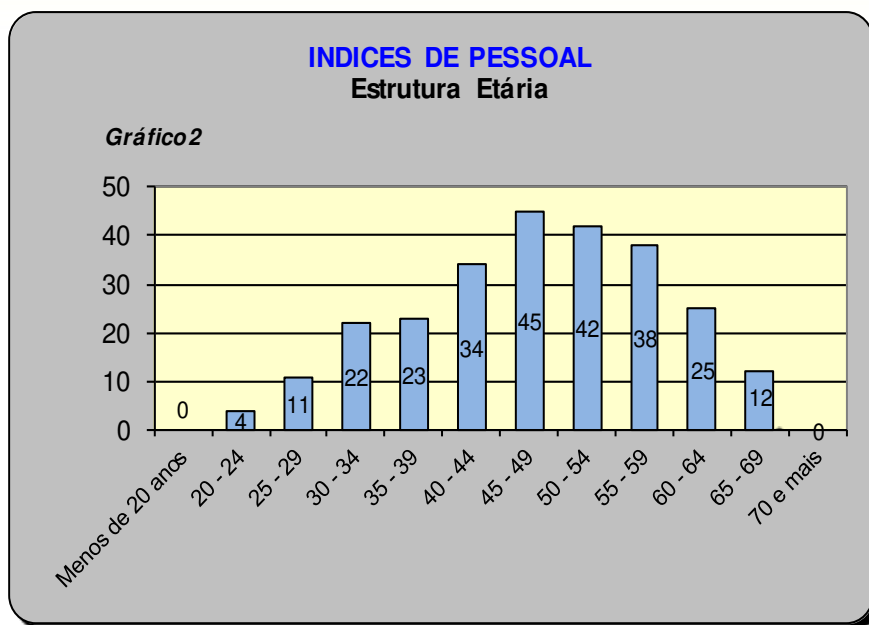


RECURSOS HUMANOS **ESTRUTURA ETÁRIA E DE ANTIGUIDADE**

Atendendo à estrutura etária dos recursos humanos da Direção-geral (detalhe em Anexo 2, quadro 2 e Gráfico 2) o indicador referente à **idade média** dos trabalhadores é de **48 anos**.

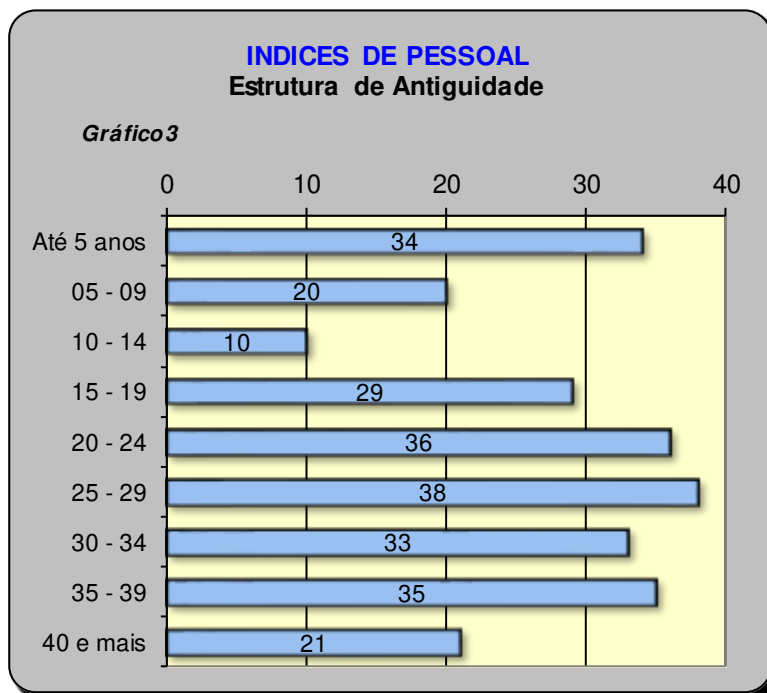
Por género, no **sexo masculino** a média de idades é de **46 anos e meio** e do **sexo feminino** de **49 anos e meio**.

Assinala-se que o mais expressivo grupo etário se situa entre os 45 e os 49 anos de idade (17,6%) sucedido pelo dos 50 aos 54 anos (16,4%) e do grupo 55 aos 59 anos (14,8%), totalizando 48,8% do pessoal da DGRDN.



A **taxa de emprego jovem** verificada no grupo etário inferior aos 25 anos é menor do que a apurada em 2018 (1,9%) situando-se em **1,6%** (Gráfico 2).

Destaca-se ainda a **taxa de envelhecimento** de **29,3%**, abrangendo o leque de idades igual ou superior a 55 anos, acentuando-se um aumento deste índice de 4,2 pontos percentuais.



Na administração pública o **nível médio de antiguidade** dos trabalhadores da DGRDN mantém-se em aproximadamente **23 anos** (detalhe em Anexo 2, quadro 3 e Gráfico 3).

O grupo de pessoal de antiguidade no intervalo dos 25 aos 29 anos de serviço revela-se como o mais significativo (14,8%), seguido do escalão entre os 20 e 24 anos (14,1%) (Gráfico 3).

A antiguidade no serviço dos trabalhadores do sexo feminino, é de 23,1 anos e dos trabalhadores do sexo masculino 22,7 anos.

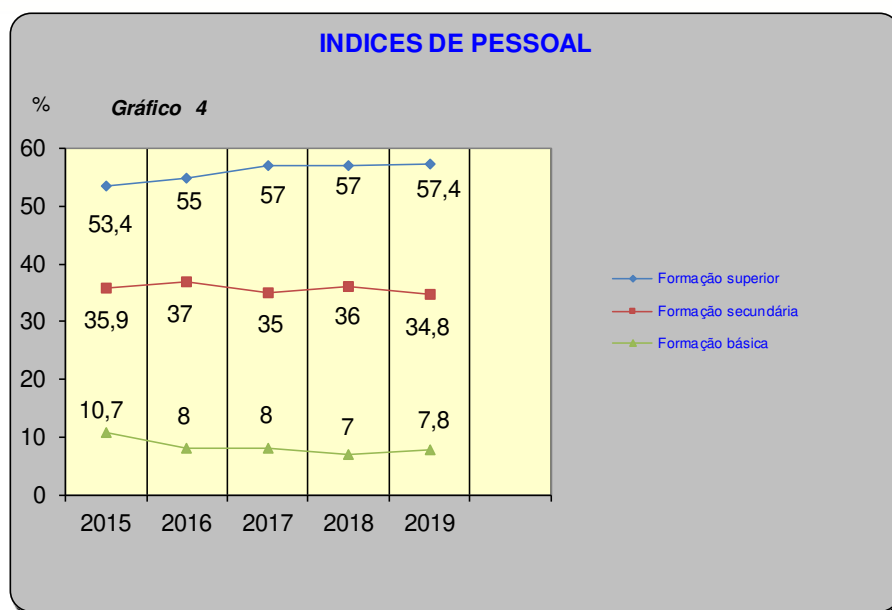
RECURSOS HUMANOS **ESTRUTURA HABILITACIONAL**

O grau de habilitações dos trabalhadores da Direção-geral permite entender pormenorizadamente a sua estrutura através da avaliação de indicadores específicos nesta matéria (detalhe em Anexo 2, quadro 4, Gráfico 4 e Figura 3).

O **índice de formação superior** foi de **57,4%**, verificando-se que em relação ao grau académico superior o serviço detinha 109 licenciados, 34 mestres e 4 doutorados que exerciam funções de direção e/ou técnicas.

A **taxa de formação secundária** situa-se em **34,8%** e a **taxa de formação básica** em **7,8%**.

Observando-se a Figura 3 obtém-se o nível habilitacional por grupos profissionais e carreiras.

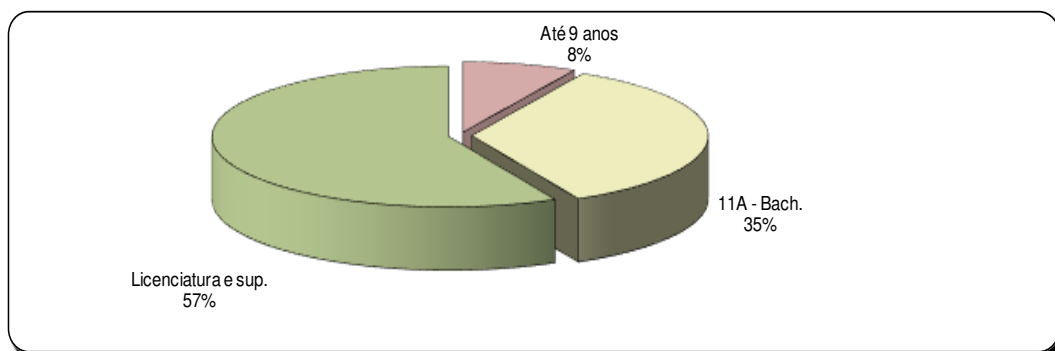


Na distribuição da escolaridade por género, 33,3% dos efetivos do sexo masculino possui formação superior (85) e 31,2% o ensino básico/secundário (80).

No sexo feminino a taxa de formação superior é de 24,2% (62). Possuem o ensino básico/secundário 11,3 % das trabalhadoras (29).

Figura 3
Habilitações Literárias

Grupos/Cargos/Carreiras	Até 9 anos		11A - Bach.		Licenciatura e sup.		Total	
Dirigentes		0,0%		0,0%	25	100,0%	25	9,8%
Técnico Superior		0,0%	4	5,7%	66	94,3%	70	27,3%
Assistente Técnico	2	8,0%	22	88,0%	1	4,0%	25	9,8%
Assistente Operacional	12	100,0%		0,0%		0,0%	12	4,7%
Informático		0,0%	2	28,6%	5	71,4%	7	2,7%
Militares	6	5,1%	61	52,1%	50	42,7%	117	45,7%
Total	20	7,8%	89	34,8%	147	57,4%	256	100,0%



RECURSOS HUMANOS **MOBILIDADE DO PESSOAL**

No período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019 admitiram-se ou regressaram ao serviço **39 trabalhadores** (31 homens e 8 mulheres), correspondendo a um **índice de entradas de 15,2%**. Indica-se abaixo a distribuição por grupos, cargos e carreiras (detalhe em Anexo 2, quadro 7, Gráfico 5). Os dados percentuais expostos têm por base o total do pessoal que entrou na Direção-geral:

- Dirigente superior 2º grau – 1 (2,5%)
- Dirigente intermédio 1º grau – 2 (5,1%)
- Dirigente intermédio 2º grau – 2 (5,1%)
- Técnico superior – 9 (23%)
- Assistente técnico – 5 (12,9 %)
- Assistente operacional – 1 (2,5%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 19 (48,9%)

Destaca-se que conforme o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação, 3 trabalhadores ingressaram por “procedimento concursal”, 11 através de “mobilidade”, 6 em “comissão de serviço” e 19 em “outras situações” (p. e. militares).

No ano de 2019 deixaram a Direção-geral **41 trabalhadores** (30 homens e 11 mulheres), equivalendo ao **índice de saídas de 16%** (Gráfico 5).

Quanto aos “nomeados” ou em “comissão de serviço”, 3 reformaram-se/aposentaram-se, 6 terminaram a respetiva comissão, 6 em “mobilidade” e 19 em “outras situações”, designadamente militares que regressaram ao ramo (detalhe em Anexo 2, quadro 8). Apresenta-se a caracterização por grupos, cargos e carreiras:

- Dirigente superior 2º grau – 1 (2,9%)
- Dirigente intermédio 1º grau – 1 (2,9%)
- Dirigente intermédio 2º grau – 4 (11,8%)
- Técnico superior – 5 (14,8%)
- Assistente técnico – 5 (14,8 %)
- Assistente operacional – 2 (5,8%)
- Militares (oficiais, sargentos, praças) – 16 (47%)

Relativamente à saída de “contratados” (Contrato de Trabalho em Funções Públicas e Contrato de Trabalho no âmbito do Código de Trabalho), registaram-se 7 militares que saíram do serviço (Anexo 2, quadro 9).

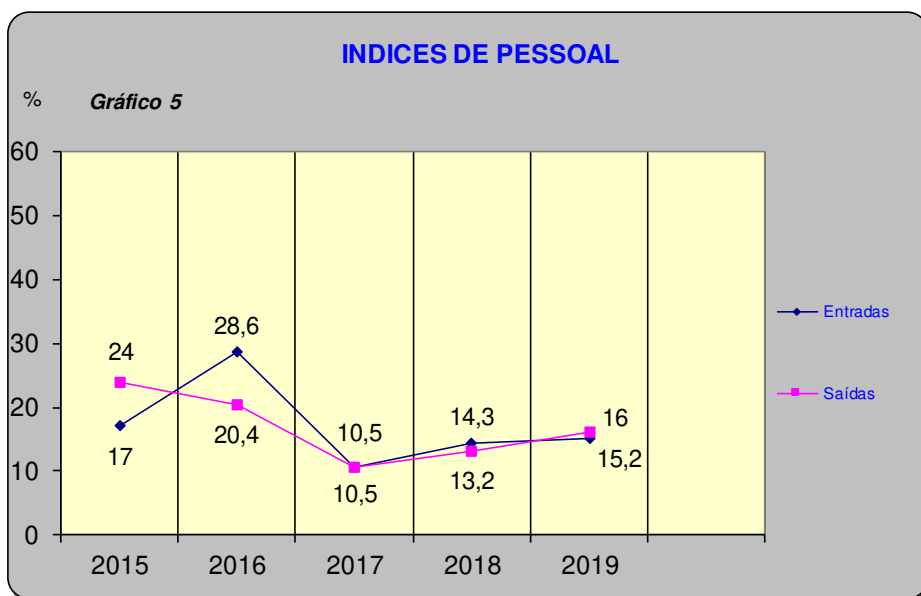
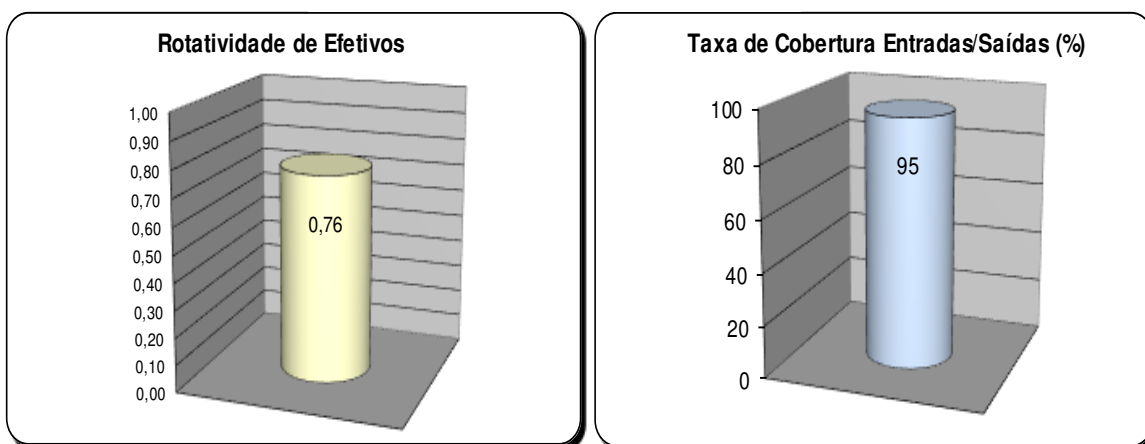


Figura 4
Movimentos de Pessoal



No âmbito da movimentação de pessoal verificou-se a diminuição de 2 pessoas entre o número trabalhadores admitidos/regressados e aqueles que saíram da DGRDN (Figura 4).

Deste modo a **taxa de cobertura** (avalia em que proporção a entrada de funcionários cobre a saída, espelhando o acréscimo ou diminuição do número de RH existente) foi de **95%**.

O **índice de rotatividade de efetivos** (0 = máxima; 1 = nula) registou o valor **0,76**.

Dados retrospectivos

Rotatividade de efetivos		Taxa de cobertura	
2017	2018	2017	2018
0,83	0,79	100%	109%

Atentando ao processo de recrutamento (Anexo 2, quadro 10), constatou-se a situação de 2 trabalhadores (técnicos superiores) se encontrarem em fase de “procedimento concursal em desenvolvimento”.

Processou-se a “alteração obrigatória do posicionamento remuneratório” de 49 trabalhadores, 23 homens e 26 mulheres (detalhe em Anexo 2, quadro 11).

RECURSOS HUMANOS **MODALIDADE DE HORÁRIO E ASSIDUIDADE**

Em 31 de dezembro de 2019 as distintas **modalidades de horário de trabalho** praticadas pelos 256 trabalhadores da Direção-geral, distribuíam-se da seguinte forma (detalhe em Anexo 2, quadro 12):

- Rígido – 3 (1,2%)
- Flexível – 173 (67,7%)
- Jornada contínua – 26 (10,1%)
- Trabalho por turnos (militares EINATO) – 26 (10,1%)
- Isenção de horário – 28 (10,9%)

Destaca-se abaixo a caracterização dos trabalhadores pelo **período normal de trabalho** (PNT) no exercício das suas funções (detalhe em Anexo 2, quadro 13):

- Tempo completo de 35 h/semana – 230 (89,8%)
- Tempo parcial de 30 h/semana (jornada contínua) – 26 (10,2%).

No que refere às diferentes modalidades de **trabalho suplementar** durante o ano, contabilizam-se globalmente 3.752:30 h (menos 759 h que em 2018) (trabalho suplementar diurno: assistente operacional – 3.370 h; trabalho em dias de descanso semanal obrigatório: 368:30 h; informático – 14 h) (detalhe em Anexo 2, quadro 14).

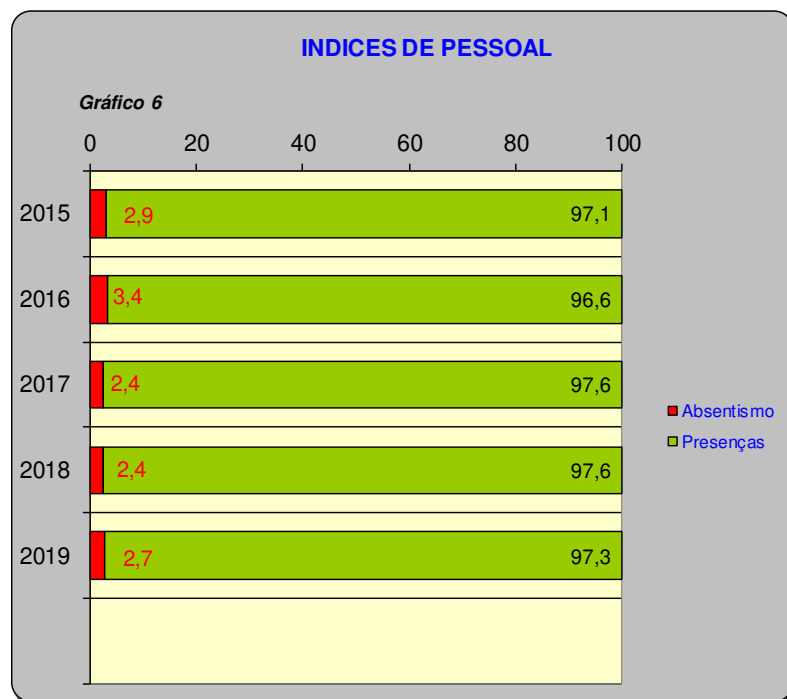
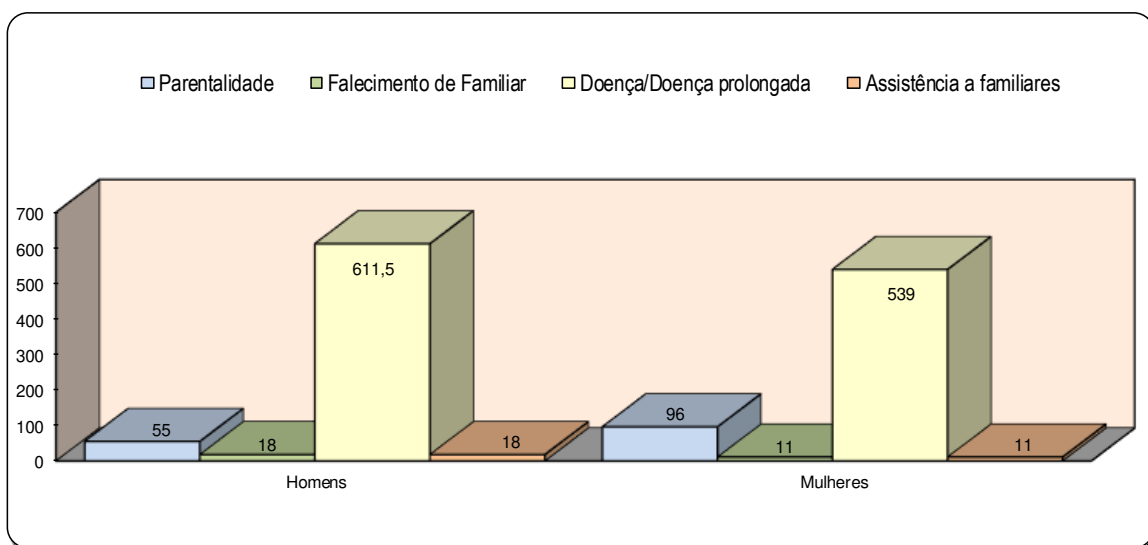
No ano de 2019 a **taxa de absentismo** no serviço foi de **2,7%** (incremento de 0,3% devido sobretudo ao aumento de dias por doença) (detalhe em Anexo 2, quadro 15, Figura 5 e Gráfico 6). Por género, nos trabalhadores do sexo masculino registou-se um absentismo de 2% e nos trabalhadores do sexo feminino 3,9%. O **índice de presença** foi de **97,3%**.

Considerando o tipo de ausências, as faltas por “doença ou doença prolongada” (67%) foram as mais frequentes. Grupos profissionais que assinalaram maior número de ausências: Técnico Superior (921,5 dias), Assistente Técnico (276 dias) e Assistente Operacional (158 dias).

Não se constataram faltas injustificadas.

Figura 5
Assiduidade

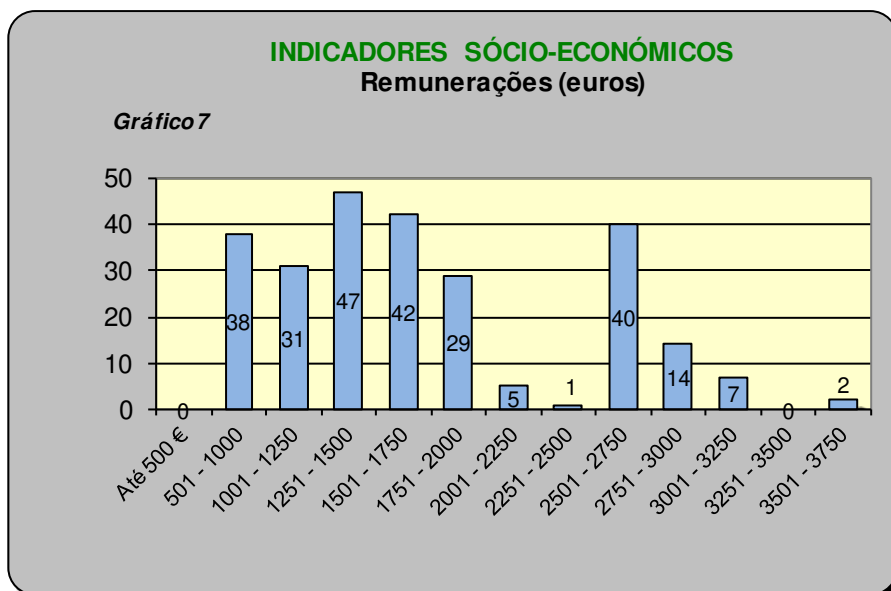
Tipo de Ausências	Homens		Mulheres		Total	
Casamento	15	33,3%	30	66,7%	45	2,6%
Parentalidade	55	36,4%	96	63,6%	151	8,8%
Falecimento de Familiar	18	62,1%	11	37,9%	29	1,7%
Doença/Doença prolongada	611,5	53,2%	539	46,8%	1150,5	67,0%
Assistência a familiares	18	62,1%	11	37,9%	29	1,7%
Acidente serviço/Doença profissional	2	1,6%	124	98,4%	126	7,3%
Trabalhador estudante	34	44,7%	42	55,3%	76	4,4%
Por conta período de férias	21	58,3%	15	41,7%	36	2,1%
Com perda vencimento	35	100,0%	0	0,0%	35	2,0%
Outras	21	53,2%	18,5	46,8%	39,5	2,3%
Total de dias de Faltas [DF]	830,5	48,4%	886,5	51,6%	1717	100,0%
Total de Trabalhadores [NT]	165	64,5%	91	35,5%	256	100,0%
Dias de Trabalho [DT] (NT*248)	40 920	64,5%	22 568	35,5%	63 488	100,0%
Taxa de Absentismo (DF/DT*100)	2,0%		3,9%		2,7%	



REMUNERAÇÕES E ENCARGOS COM PESSOAL

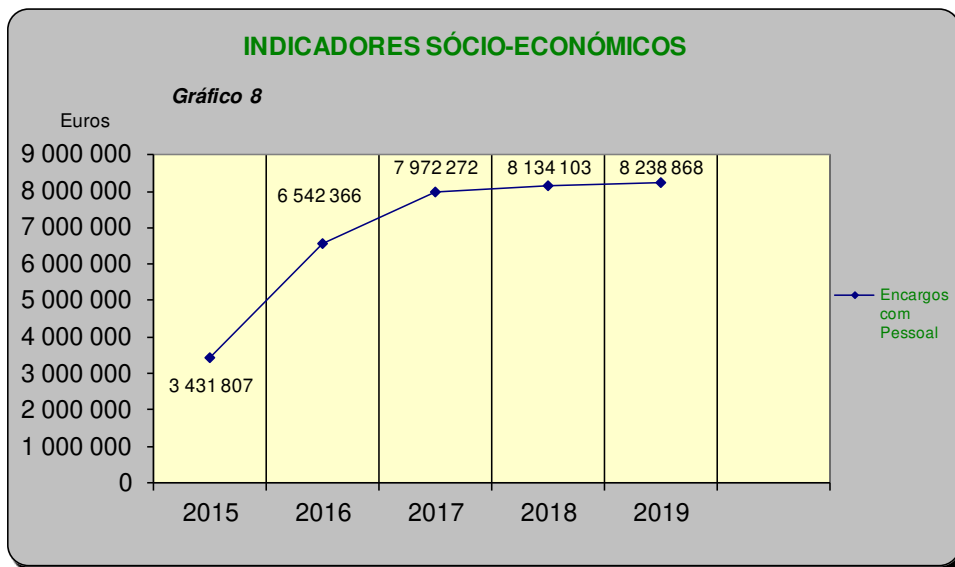
Em 31 de dezembro de 2019 a **estrutura remuneratória** do pessoal da DGRDN distribuía-se entre as classes remuneratórias “501 e 1.000 €” (635,07 €) e o máximo “entre 3.501 e 3.750 €” (3.734,06 €) (detalhe em Anexo 2, quadro 17, Gráfico 7). O escalão remuneratório mais frequente (moda) encontra-se entre 1.251 € e 1.500 € que inclui 18,4% dos trabalhadores do serviço (total 47 - 34 homens e 13 mulheres).

Destes valores resulta o **leque salarial líquido** de **5,8** (disparidade entre salário máximo e salário mínimo; quanto mais baixo este índice, menor a desigualdade salarial). Este indicador foi inferior em - 0,6 unidades relativamente a 2018.



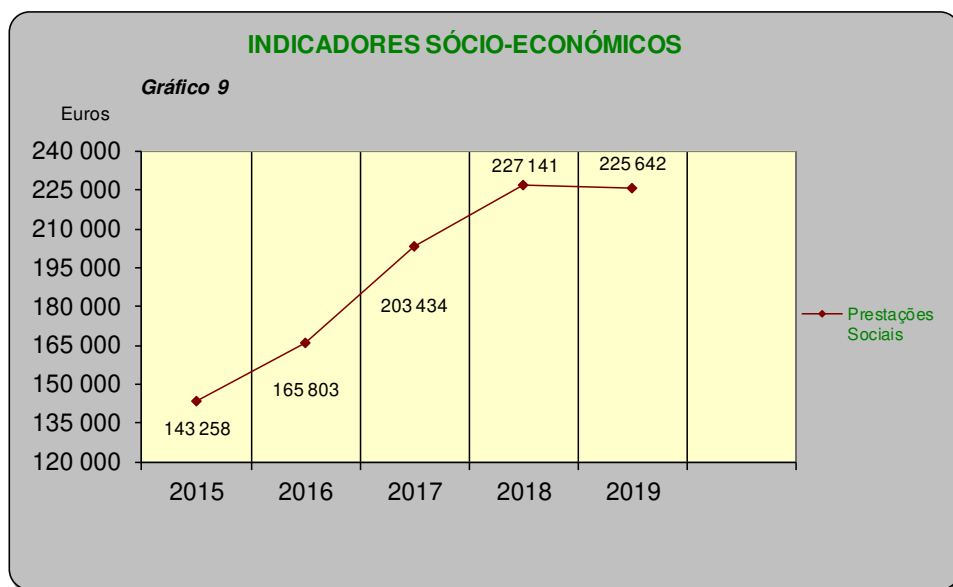
Os **encargos com pessoal** em 2019 representaram uma despesa de 8.238.868,70€ (aprox. + 1,3%) (detalhe em Anexo 2, quadro 18 e Gráfico 8). Estes encargos agrupam itens como a “remuneração base”, “suplementos remuneratórios”, “prestações sociais” e “outros encargos com pessoal”.

Concorreram principalmente para este montante os dispêndios em remunerações (5.687.755,88 € - 69%), suplementos remuneratórios (831.288,78 € - 10%), prestações sociais (225.642,85 € - 2,8%) e outros encargos (1.494.181,19 € - 18,2%).



A **taxa de encargos sociais** (divisão entre os encargos com prestações sociais e o total de despesa com a remuneração base) obteve o valor de **3,9%** (Anexo 2, quadro 18.2).

A despesa com **suplementos remuneratórios** (trabalho suplementar, abono para falhas, ajudas de custo, representação, secretariado e outros suplementos) totalizou 831.288,78 €. Os encargos com **prestações sociais** registaram um quantitativo de 225.642,85 €, reunindo custos relativos a “subsídios no âmbito da proteção da parentalidade”, “abono de família” e “subsídio de refeição” (Anexo 2, quadro 18.1 e 18.2, Gráfico 9).



HIGIENE E SEGURANÇA

Relativamente a esta secção e em referência aos **acidentes de trabalho** (AT) ocorridos em serviço durante o ano de 2019 apuraram-se os seguintes casos (detalhe Anexo 1, quadro 19):

No local de trabalho

- Nº total de acidentes – 5 (2 homens/3 mulheres)
- Nº total de AT com baixa (1 a 3 dias) – 3 (2 homens/1 mulher)
- Nº de AT com baixa (superior a 30 dias) – 2 (feminino)
- Nº de dias de trabalho perdidos – 126 (2 masculino/124 feminino)

Não se assinalaram acidentes em itinerário/deslocação

Consequentemente a **taxa de acidentes de trabalho** foi de **1,9%**. Registaram-se mais duas ocorrências face a 2018 (+ 0,7%).

Ocorreram 3 casos de **incapacidade permanente (parcial)** (Anexo 2, quadro 20). Constataram-se 10 ações no âmbito da **medicina no trabalho** (exames médicos periódicos) (Anexo 2, quadro 22).

Foram frequentadas por 3 trabalhadores, duas ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho (Anexo 2, quadro 25).

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

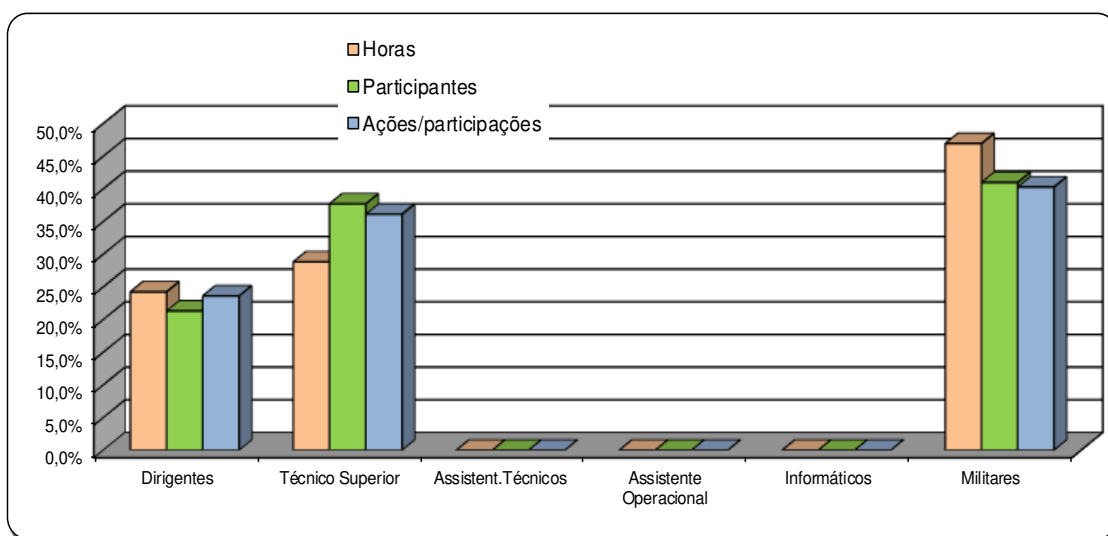
Formar os trabalhadores numa perspetiva de investimento tem sido sempre, mais do que uma norma, um objetivo e propósito da Direção-geral, procurando atingir a coerência entre as necessidades de qualificações características da organização para o exercício das suas atividades, e as contrapartidas para o pessoal que a integra.

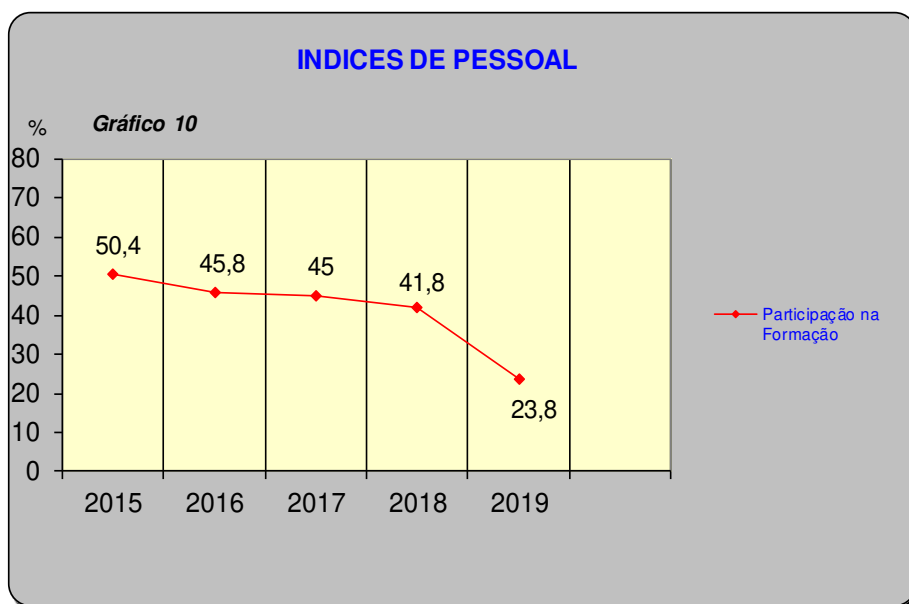
O envolvimento das pessoas nos objetivos estratégicos a atingir neste âmbito, incentiva e proporciona uma “janela de oportunidades” do crescimento individual indispensável ao seu empenhamento no serviço, através da aprendizagem, aquisição de novas competências e capacidade de adaptação.

O **índice de participação** na formação foi de **23,8%** (- 18%). Participou-se em 72 ações externas e foram 61 o nº de intervenientes (detalhe em Anexo 2, quadros 27 a 30, Figura 6 e Gráfico 10).

Figura 6
Formação
Profissional

Grupos/Cargos/Carreiras	Participantes		Ações/participações		Horas		Custos
Dirigentes	13	21,3%	17	23,6%	333	24,2%	
Técnico Superior	23	37,7%	26	36,1%	396	28,8%	
Assistente Técnico		0,0%		0,0%		0,0%	
Assistente Operacional		0,0%		0,0%		0,0%	
Informáticos		0,0%		0,0%		0,0%	
Militares	25	41,0%	29	40,3%	645	46,9%	
Total	61	100,0%	72	100,0%	1 374	100,0%	32 988 €





Considerando os períodos de formação em horas utilizadas pelos grupos profissionais/cargos/carreiras, surgem primeiramente os militares (47%), sucedido dos técnicos superiores (29%) e dos dirigentes (24%) (Figura. 6).

Em relação às participações/ações assistidas destaca-se os militares (40,3%), os técnicos superiores (36,1%), e os dirigentes (23,6%) (Figura 6).

O nº mais elevado de participantes ocorreu no grupo de pessoal militar (41%), seguido pelo técnico superior (37,7%) e finalmente nos dirigentes (21,3%) (Figura 6).

Segundo a duração das ações de formação, 57 (79,2%) foram de curta duração (inferior a 30 horas), seguida de 12 participações em ações com duração entre as 30 e as 59 horas (16,7%), duas participações em ações de 60 a 119 horas (2,7%) e uma participação numa ação igual ou superior a 120 h (1,4 %).

No ano em análise a **taxa de investimento em formação** foi de **0,4%** (- 0,6%). O valor absoluto obtido, 32.988 € traduziu-se na diminuição percentual de aproximadamente 59,4%, resultante de ter havido menos ações formação externa (- 208), consequentemente com inferior dispêndio financeiro (Gráfico 11).

Atendendo a outros encargos, salientam-se os seguintes indicadores: o **custo médio (despesa) da formação por participante foi de 540 €** e o **custo médio por trabalhador, 129 €**, quantias inferiores comparativamente a 2018.



RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Em 31 de dezembro de 2019 verificavam-se 2 trabalhadores sindicalizados, correspondendo à **taxa de sindicalização** de **0,8%** (Anexo 2, quadro 31).

Não se registaram processos disciplinares, transitados ou instaurados no decorrer do ano (Anexo 2, quadro 32).

PERFIL DOS RECURSOS HUMANOS DA DGRDN

Caracterização dos fatores mais significativos do **perfil profissional do pessoal da DGRDN**:

- GRUPO DE PESSOAL – civil (51,2%);
- GRUPOS PROFISSIONAIS (DOMINÂNCIA) – militar (45,8%) e técnico superior (27,5%);
- TIPO DE FUNÇÕES EXERCIDAS (DOMINÂNCIA) – técnicas (75,8%);
- MODALIDADE DE VINCULAÇÃO – contrato de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (44,5%);
- COLOCAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS PELA ESTRUTURA ORGÂNICA – DSPSM (20,3%);
- SEXO – masculino (64,5%);
- IDADE – média 48 anos;
(grupos etários dominantes: 45 a 49 anos – 17,6% e 50 a 54 anos – 16,4%)
- ANTIGUIDADE NA AP – 23 anos (média);
- HABILITAÇÕES – formação superior (57,4%);
- MODALIDADE DE HORÁRIO DE TRABALHO – flexível (67,7 %);
- ESCALÃO REMUNERATÓRIO MAIS FREQUENTE (1.251 € a 1.500 €) – 47 trabalhadores (18,4%);
- ASSIDUIDADE – 6,7 dias de faltas (média absentismo/trabalhador);
- FORMAÇÃO PROFISSIONAL – 5,3 h (média horas de formação/trabalhador).



ANEXO 1

Índices de Gestão de Pessoal

PRINCIPAIS INDICES DE GESTÃO DE PESSOAL UTILIZADOS NO BALANÇO SOCIAL DA DGRDN

índice de enquadramento (pessoal dirigente / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal técnico superior (técnicos superiores / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal assistente técnico (assistentes técnicos / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal assistente operacional (assistentes operacionais / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal informático (informáticos / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal das Forças Armadas (militares / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com nomeação definitiva (Nº trabalhadores com ND / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
(Nº trabalhadores com CTFPTI / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo
(Nº trabalhadores com CTFPTRC / total de efetivos, x 100)

taxa de pessoal em comissão de serviço (Nº trabalhadores em CS / total de efetivos, x 100)

taxa de feminização (Nº de efetivos do sexo feminino / total de efetivos, x 100)

taxa de masculinização (Nº de efetivos do sexo masculino / total de efetivos, x 100)

índice de tecnicidade - sentido restrito (grupo de pessoal técnico superior + militares equiparados / efetivos globais, x 100)

idade média (soma das idades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x 100)

taxa de emprego jovem (total efetivos < 25 anos / efetivos globais, x 100)

taxa de envelhecimento (total efetivos => 55 anos / efetivos globais, x 100)

antiguidade média (soma das antiguidades dos trabalhadores 31 de dezembro / total de efetivos, x 100)

índice de formação superior (licenciatura+mestrado+doutoramento / total de efetivos, x 100)

índice de formação secundária (11º ano+12º ano / total de efetivos, x 100)

índice de formação básica (4º ano+6ºano+9º ano / total de efetivos, x 100)

índice de entradas (Nº de admissões / total de efetivos, x 100)

índice de saídas (N° de saídas / total de efetivos, x 100)

índice de rotatividade ou “turn-over” – a rotação máxima de efetivos equivale ao índice 0 e a rotação nula ao índice 1 (efetivo final a 31 Dez / efetivo inicial a 1 Jan + entradas + saídas)

taxa de cobertura – compensação entradas/saídas (total de admissões / total de saídas, x 100)

taxa de absentismo (total dias de ausência [sem férias] / 248 dias úteis x efetivos, x 100) (2019)

leque salarial ilíquido (maior remuneração base ilíquida / menor remuneração base ilíquida), indica quantas vezes o salário máximo é superior ao salário mínimo (quanto maior for o leque salarial, maiores serão as desigualdades salariais)

taxa de encargos sociais (total encargos com prestações sociais / total encargo remuneração base, x 100)

taxa de acidentes de trabalho (N° de acidentes de trabalho / total de efetivos, x 100)

índice de participação na formação interna/externa (N° de participantes em ações / total de efetivos, x 100)

taxa de investimento na formação (total despesa em formação / total encargos com pessoal, x 100)

taxa de sindicalização (N° de trabalhadores sindicalizados / total de efetivos, x 100)

ANEXO 2

Mapas previstos no Decreto-Lei 190/96, de 9 de outubro
(modelo/formulário da DGAEP)

BALANÇO SOCIAL

Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro

2019

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO / ENTIDADE

Código SIOE: 87592095

Ministério: Ministério da Defesa Nacional

Serviço / Entidade: Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional

NÚMERO DE PESSOAS EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NO SERVIÇO

(Não incluir Prestações de Serviços)

Em 1 de Janeiro de 2019 258

Em 31 de Dezembro de 2019 256

Nota: Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2019, indicar o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2019 na folha "Criterio"

Contato(s) do(s) responsável(eis) pelo preenchimento

Nome Sandra Pinto Martins

Tel: 21 3027284

E-mail: sandra.martins@defesa.pt

Data mar/20

Notas Explicativas:

Em caso de processo de fusão/reestruturação da entidade existente a 31/12/2019 deverá ser indicado o critério adotado para o registo dos dados do Balanço Social 2019.

Por exemplo: caso de uma entidade que resulta da fusão de 2 entidades, em que a nova entidade iniciou o seu funcionamento a 1 de junho 2019:

Deverá registrar os dados da entidade nova referente ao período de 1 junho a 31 dezembro, especificando em baixo na descrição da entidade a data de início da nova entidade e o número de trabalhadores em exercício de funções nessa data, em substituição do n.º de trabalhadores a 1 de janeiro 2019 na folha de identificação.

Caso este critério não seja aplicável para algum dos quadros, deverá também ser descrita neste campo de descrição o critério adotado.

Critério adotado (descrição da entidade):

[illegible]

BALANÇO SOCIAL 2019

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO 1 - RECURSOS HUMANOS

[Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 2: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 3: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 4: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação](#)

[Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género](#)

[Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento](#)

[Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género](#)

[Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho \(PNT\) e género, em 31 de dezembro](#)

[Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género](#)

[Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género](#)

[Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género](#)

[Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação](#)

CAPÍTULO 2 - REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

[Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género](#)

[Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal](#)

[Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios](#)

[Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais](#)

[Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais](#)

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E SEGURANÇA

[Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género](#)

[Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho](#)

[Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano](#)

[Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano](#)

[Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo](#)

[Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano](#)

[Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho](#)

[Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano](#)

CAPÍTULO 4 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

[Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração](#)

[Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção](#)

[Quadro 30: Despesas anuais com formação](#)

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES PROFISSIONAIS

[Quadro 31: Relações profissionais](#)

[Quadro 32: Disciplina](#)

Quadro 1: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	Cargo Político / Mandato		Nomeação definitiva		Nomeação Transitória por tempo determinado		Nomeação Transitória por tempo determinável		CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LTFP		CT no âmbito do Código do Trabalho por tempo indeterminado		CT no âmbito do Código do Trabalho a termo (certo ou incerto)		Comissão de Serviço no âmbito do Código do Trabalho		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)															1								1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)															1	1							1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)															5	2							5	2	
Dirigente intermédio de 2º grau a)															8	7							8	7	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																							0	0	0
Técnico Superior										26	44												26	44	70
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo										7	18												7	18	25
Assistente operacional, operário, auxiliar										6	6												6	6	12
Aprendizes e praticantes																							0	0	0
Informático										6	1												6	1	7
Magistrado																							0	0	0
Diplomata																							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																							0	0	0
Pessoal de Inspeção																							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica																							0	0	0
Docente Ensino Universitário																							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico																							0	0	0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																							0	0	0
Médico																							0	0	0
Enfermeiro																							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																							0	0	0
Técnico Superior de Saúde																							0	0	0
Chefia Tributária																							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária																							0	0	0
Pessoal Aduaneiro																							0	0	0
Conservador e Notário																							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado																							0	0	0
Oficial de Justiça																							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			29	3							9	3											38	6	44
Forças Armadas - Sargento b)			49	5							1												50	5	55

Forças Armadas - Praça b)			10							7	1											17	1	18
Polícia Judiciária																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
Total	0	0	88	8	0	0	0	0	45	69	17	4	0	0	15	10	0	0	0	0	0	165	91	256

Prestações de Serviços	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

SE Células a vermelho - Totais não
estão iguais aos do Quadro1

[illegible]

Guarda Prisional																										0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																										0	0	0
Bombeiro																										0	0	0
Policia Municipal																										0	0	0
Total	0	0	4	0	8	3	19	3	13	10	18	16	27	18	33	9	29	9	9	16	5	7	0	0	165	91	256	

Prestações de Serviços	Menos que 20 anos		20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		maior ou igual a 70 anos		TOTAL		TOTAL
	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	M.	F.	
Tarefa																									0	0	0
Avença																									0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

SE Células a vermelho - Totais não
estão iguais aos do Quadro1

[illegible]

Polícia de Segurança Pública - Oficial																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																			0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Polícia Municipal																			0	0	0
Total	26	8	13	7	7	3	13	16	21	15	22	16	27	6	26	9	10	11	165	91	256

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0
Guarda Prisional																						0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0
Bombeiro																						0	0	0
Polícia Municipal																						0	0	0
Total		0	0	2	4	2	1	9	2	6	0	60	22	1	0	58	51	24	10	3	1	165	91	256

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	Menos de 4 anos de escolaridade		4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa																					0	0	0
Avanço																					0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 5: Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género, em 31 de dezembro

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos							0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente superior de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 1º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 2º grau a)							0	0	0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)							0	0	0
Técnico Superior							0	0	0
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo							0	0	0
Assistente operacional, operário, auxiliar							0	0	0
Aprendizes e praticantes							0	0	0
Informático							0	0	0
Magistrado							0	0	0
Diplomata							0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência							0	0	0
Pessoal de Inspeção							0	0	0
Pessoal de Investigação Científica							0	0	0
Docente Ensino Universitário							0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico							0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário							0	0	0
Médico							0	0	0
Enfermeiro							0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica							0	0	0
Técnico Superior de Saúde							0	0	0
Chefia Tributária							0	0	0
Pessoal de Administração Tributária							0	0	0
Pessoal Aduaneiro							0	0	0
Conservador e Notário							0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado							0	0	0
Oficial de Justiça							0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)							0	0	0
Forças Armadas - Sargento b)							0	0	0
Forças Armadas - Praça b)							0	0	0
Polícia Judiciária							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia							0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento							0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda							0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras							0	0	0
Guarda Prisional							0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)							0	0	0
Bombeiro							0	0	0
Polícia Municipal							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Prestações de Serviços / Proveniência do trabalhador	União Europeia		CPLP		Outros países		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Tarefa							0	0	0
Avença							0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0

NOTAS:

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, **não naturalizados**, em efectividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a naturalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011,

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 6: Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e gênero, em 31 de dezembro

[illegible]

Guarda Nacional Republicana - Sargento																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	</
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----

NOTAS:

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 7: Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

[illegible]

Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)													8		8	0	8
Forças Armadas - Sargento b)													7		7	0	7
Forças Armadas - Praça b)													4		4	0	4
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	2	1	0	0	6	5	0	0	4	2	0	0	19	0	31	8	39

Prestações de Serviços (Modalidades de vinculação)	M	F	Total
Tarefa			0
Avença			0
Total	0	0	0

Notas:

Considerar o total de efectivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

* Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. No caso de órgãos autárquicos considere, ainda, os formandos do CEAGPA;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 8: Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e gênero

[illegible]

Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																						0	0	0	
Polícia de Segurança Pública - Agente																						0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial																						0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento																						0	0	0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda																						0	0	0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras																						0	0	0	
Guarda Prisional																						0	0	0	
Outro Pessoal de Segurança c)																						0	0	0	
Bombeiro																						0	0	0	
Polícia Municipal																						0	0	0	
Total	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	5	1	15	4	24	10	34

NOTAS:

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do art. 8º e em Comissão de Serviço ao abrigo do art. 9º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 9: Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e gênero

[illegible]

Quadro 10: Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Impugnação do procedimento concursal	Falta de autorização da entidade competente	Procedimento concursal improcedente	Procedimento concursal em desenvolvimento	Total
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos						0
Dirigente superior de 1º grau a)						0
Dirigente superior de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 1º grau a)						0
Dirigente intermédio de 2º grau a)						0
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)						0
Técnico Superior					2	2
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo						0
Assistente operacional, operário, auxiliar						0
Aprendizes e praticantes						0
Informático						0
Magistrado						0
Diplomata						0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência						0
Pessoal de Inspeção						0
Pessoal de Investigação Científica						0
Docente Ensino Universitário						0
Docente Ensino Superior Politécnico						0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário						0
Médico						0
Enfermeiro						0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica						0
Técnico Superior de Saúde						0
Chefia Tributária						0
Pessoal de Administração Tributária						0
Pessoal Aduaneiro						0
Conservador e Notário						0
Oficial dos Registos e do Notariado						0
Oficial de Justiça						0
Forças Armadas - Oficial b)						0
Forças Armadas - Sargento b)						0
Forças Armadas - Praça b)						0
Polícia Judiciária						0
Polícia de Segurança Pública - Oficial						0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia						0
Polícia de Segurança Pública - Agente						0
Guarda Nacional Republicana - Oficial						0
Guarda Nacional Republicana - Sargento						0
Guarda Nacional Republicana - Guarda						0
Serviço Estrangeiros Fronteiras						0
Guarda Prisional						0
Outro Pessoal de Segurança c)						0
Bombeiro						0
Polícia Municipal						0
Total	0	0	0	0	2	2

Notas:

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreiras ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 11: Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

[illegible]

Bombeiro											0	0	0
Polícia Municipal											0	0	0
Total	0	0	23	26	0	0	0	0	0	0	23	26	49

NOTAS:

- (1) e (2) - Artigos 156º,157º e 158 da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho
- (3) - Artigo 99º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho
- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 12: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não estão iguais aos do Quadro1

Grupo/cargo/carreira	Rígido		Flexível		Desfasado		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico (*)		Isenção de horário		TOTAL		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos															0	0	0
Dirigente superior de 1º grau a)													1		1	0	1
Dirigente superior de 2º grau a)													1	1	1	1	2
Dirigente intermédio de 1º grau a)													5	2	5	2	7
Dirigente intermédio de 2º grau a)													8	7	8	7	15
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)															0	0	0
Técnico Superior			25	28			1	15						1	26	44	70
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			5	14			2	2						2	7	18	25
Assistente operacional, operário, auxiliar	3		3	2				4							6	6	12
Aprendizes e praticantes															0	0	0
Informático			4	1			2								6	1	7
Magistrado															0	0	0
Diplomata															0	0	0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência															0	0	0
Pessoal de Inspeção															0	0	0
Pessoal de Investigação Científica															0	0	0
Docente Ensino Universitário															0	0	0
Docente Ensino Superior Politécnico															0	0	0
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário															0	0	0
Médico															0	0	0
Enfermeiro															0	0	0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica															0	0	0
Técnico Superior de Saúde															0	0	0
Chefia Tributária															0	0	0
Pessoal de Administração Tributária															0	0	0
Pessoal Aduaneiro															0	0	0
Conservador e Notário															0	0	0
Oficial dos Registos e do Notariado															0	0	0
Oficial de Justiça															0	0	0
Forças Armadas - Oficial b)			38	5						1					38	6	44
Forças Armadas - Sargento b)			34	3					16	2					50	5	55

Forças Armadas - Praça b)			10	1					7						17	1	18
Polícia Judiciária															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia															0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento															0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda															0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras															0	0	0
Guarda Prisional															0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)															0	0	0
Bombeiro															0	0	0
Polícia Municipal															0	0	0
Total	3	0	119	54	0	0	5	21	23	3	0	0	15	13	165	91	256

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

(*) Artigo 110º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);
- b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);
- d) Considerar a meia jornada (Lei 84/2015, de 7/08)

Quadro 13: Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género, em 31 de dezembro

SE Células a vermelho - Totais não
estão iguais aos do Quadro1

[illegible]

Forças Armadas - Oficial b)	38	6																	38	6	44
Forças Armadas - Sargento b)	50	5																	50	5	55
Forças Armadas - Praça b)	17	1																	17	1	18
Polícia Judiciária																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																			0	0	0
Polícia de Segurança Pública - Agente																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																			0	0	0
Guarda Nacional Republicana - Guarda																			0	0	0
Serviço Estrangeiros Fronteiras																			0	0	0
Guarda Prisional																			0	0	0
Outro Pessoal de Segurança c)																			0	0	0
Bombeiro																			0	0	0
Polícia Municipal																			0	0	0
Total	160	70	0	0	0	0	0	5	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	165	91	256

NOTAS:

Os totais dos quadros 1, 2, 3, 4, 12, 13 e 17 devem ser iguais, por grupo/cargo/carreira e por género.

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o **número de trabalhadores** que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(*) - Trabalho a tempo parcial, meia jornada ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

Quando existirem mais do que 3 horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

d) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 14: Contagem das horas de trabalho suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho suplementar	Trabalho suplementar diurno		Trabalho suplementar noturno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)											0:00	0:00	0:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior											0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo											0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar	3370:00				368:30						3738:30	0:00	3738:30
Aprendizes e praticantes											0:00	0:00	0:00
Informático					14:00						14:00	0:00	14:00
Magistrado											0:00	0:00	0:00
Diplomata											0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário											0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico											0:00	0:00	0:00
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário											0:00	0:00	0:00
Médico											0:00	0:00	0:00
Enfermeiro											0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica											0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde											0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária											0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro											0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário											0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado											0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)											0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)											0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia											0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento											0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda											0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras											0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional											0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)											0:00	0:00	0:00
Bombeiro											0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal											0:00	0:00	0:00
Total	3370:00	0:00	0:00	0:00	382:30	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	3752:30	0:00	3752:30

NOTAS:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

O trabalho suplementar diurno e noturno só contempla o trabalho suplementar efectuado em dias normais de trabalho (primeiras 2 colunas).

As 3 colunas seguintes são específicas para o trabalho suplementar em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 14.1: Contagem das horas de trabalho nocturno, normal e suplementar durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o género

Grupo/cargo/carreira/ Horas de trabalho noturno	Trabalho nocturno normal		Trabalho nocturno suplementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente superior de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 1º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 2º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 3º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior					0:00	0:00	0:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo					0:00	0:00	0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar					0:00	0:00	0:00
Aprendizes e praticantes					0:00	0:00	0:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Magistrado					0:00	0:00	0:00
Diplomata					0:00	0:00	0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Inspeção					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Investigação Científica					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Universitário					0:00	0:00	0:00
Docente Ensino Superior Politécnico					0:00	0:00	0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário					0:00	0:00	0:00
Médico					0:00	0:00	0:00
Enfermeiro					0:00	0:00	0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior de Saúde					0:00	0:00	0:00
Chefia Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal de Administração Tributária					0:00	0:00	0:00
Pessoal Aduaneiro					0:00	0:00	0:00
Conservador e Notário					0:00	0:00	0:00
Oficial dos Registos e do Notariado					0:00	0:00	0:00
Oficial de Justiça					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Oficial b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Sargento b)					0:00	0:00	0:00
Forças Armadas - Praça b)					0:00	0:00	0:00
Polícia Judiciária					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia					0:00	0:00	0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento					0:00	0:00	0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda					0:00	0:00	0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras					0:00	0:00	0:00
Guarda Prisional					0:00	0:00	0:00
Outro Pessoal de Segurança c)					0:00	0:00	0:00
Bombeiro					0:00	0:00	0:00
Polícia Municipal					0:00	0:00	0:00
Total	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00	0:00

NOTAS:

Considerar o total de horas efectuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;

Este quadro refere-se apenas a trabalho nocturno. Para o preenchimento da coluna “trabalho nocturno suplementar” neste quadro deve-se considerar o trabalho suplementar efectuado em dias normais e em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 15: Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		Protecção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante		Por conta do período de férias		Com perda de vencimento		Cumprimento de pena disciplinar		Greve		Injustificadas		Outros		Total		TOTAL	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos																											0,0	0,0	0,0	
Dirigente superior de 1º grau a)																											0,0	0,0	0,0	
Dirigente superior de 2º grau a)																											0,0	0,0	0,0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)																											0,0	0,0	0,0	
Dirigente intermédio de 2º grau a)								84,0	1,0			2,0				3,0											1,0	89,0	90,0	
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)																											0,0	0,0	0,0	
Técnico Superior	15,0			62,0		11,0	228,5	442,0		92,0					6,0	9,0	30,0									8,0	18,0	287,5	634,0	921,5
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo		15,0		34,0			87,0	2,0		32,0	3,0	4,0	34,0	42,0	13,0	3,0	5,0									2,0		144,0	132,0	276,0
Assistente operacional, operário, auxiliar							156,0	2,0																				156,0	2,0	158,0
Aprendizes e praticantes																												0,0	0,0	0,0
Informático					2,0		87,0	9,0				5,0														1,0	0,5	90,0	14,5	104,5
Magistrado																												0,0	0,0	0,0
Diplomata																												0,0	0,0	0,0
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - assistente de residência																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Inspeção																												0,0	0,0	TOTAL
Pessoal de Investigação Científica																												0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Universitário																												0,0	0,0	0,0
Docente Ensino Superior Politécnico																												0,0	0,0	0,0
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário																												0,0	0,0	0,0
Médico																												0,0	0,0	0,0
Enfermeiro																												0,0	0,0	0,0
Téc. Diagnóstico e Terapêutica																												0,0	0,0	0,0
Técnico Superior de Saúde																												0,0	0,0	0,0
Chefia Tributária																												0,0	0,0	0,0
Pessoal de Administração Tributária																												0,0	0,0	0,0
Pessoal Aduaneiro																												0,0	0,0	0,0
Conservador e Notário																												0,0	0,0	0,0
Oficial dos Registos e do Notariado																												0,0	0,0	0,0
Oficial de Justiça																												0,0	0,0	0,0
Forças Armadas - Oficial b)		15,0	55,0		5,0		38,5		1,0						2,0											5,0		106,5	15,0	121,5
Forças Armadas - Sargento b)					11,0		14,5				15,0															5,0		45,5	0,0	45,5
Forças Armadas - Praça b)																												0,0	0,0	0,0
Polícia Judiciária																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Oficial																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia																												0,0	0,0	0,0
Polícia de Segurança Pública - Agente																												0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Oficial																												0,0	0,0	0,0
Guarda Nacional Republicana - Sargento																												0,0	0,0	0,0

[illegible]

Considerar o total de dias completos de ausência ou períodos de meio dia;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registrar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 16 : Contagem dos trabalhadores em greve durante o ano, por escalão de PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

(**) Artigo 68º da LTFP, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho; Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto

Identificação da greve			
Data	Âmbito (escolher da lista em baixo)		Motivo(s) da greve
dd-mm-aaaa			Este campo contém uma lista para o(s) motivo(s) da greve. Deve ser escolhido na lista definida pelo menos 1 motivo por greve.
PNT (*)	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas			
40 horas			
42 horas			
Trabalho a tempo parcial (**)			
Outros			
Total	0	0:00	

Substituir dd-mm-aaaa pelo dia, mês e ano respectivo da greve

(*) Período Normal de Trabalho

Clicar em cima das células a amarelo na seta à direita para escolher o item correspondente da lista de valores disponível

Quadro 17: Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: Dezembro

(Indicar o N° de trabalhadores de acordo com a respectiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de Dezembro)

Género / Escalão de remunerações	Número de trabalhadores		
	Masculino	Feminino	Total
Até 500 €			0
501-1000 €	20	18	38
1001-1250 €	14	17	31
1251-1500 €	34	13	47
1501-1750 €	27	15	42
1751-2000€	21	8	29
2001-2250 €	4	1	5
2251-2500 €	1	0	1
2501-2750 €	27	13	40
2751-3000 €	9	5	14
3001-3250 €	6	1	7
3251-3500 €			0
3501-3750 €	2		2
3751-4000 €			0
4001-4250 €			0
4251-4500 €			0
4501-4750 €			0
4751-5000 €			0
5001-5250 €			0
5251-5500 €			0
5501-5750 €			0
5751-6000 €			0
Mais de 6000 €			0
Total	165	91	256

NOTAS:

- Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;
- O total do quadro 17 deve ser igual ao total dos quadros 1, 2, 3, 4, 12 e 13, por género;
- Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença;
- Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais;
- Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;
- Não considerar o duodécimo do subsídio de natal.

B - Remunerações máximas e mínimas dos trabalhadores a tempo completo

Período de referência: mês de Dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	635,07 €	635,07 €
Máxima (€)	3 734,06 €	3 173,95 €

NOTA:

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima;
Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais/ referendados.

Quadro 18: Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	5 687 755,88 €
Suplementos remuneratórios	831 288,78 €
Prémios de desempenho	
Prestações sociais	225 642,85 €
Benefícios sociais	0,00 €
Outros encargos com pessoal (**)	1 494 181,19 €
Total	8 238 868,70 €

Nota:

Não incluir prestadores de serviços.

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

(**) registar:

- as indemnizações por férias não gozadas;
- as compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos;
- os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança Social;
- os abonos pagos ao trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente.

Quadro 18.1: Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e nocturno)	22 144,22 €
Trabalho normal nocturno	
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	0,00 €
Isonção de horário de trabalho	
Disponibilidade permanente	
Outros regimes especiais de prestação de trabalho (**)	
Risco, penosidade e insalubridade	
Fixação na periferia	
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	1 711,40 €
Participação em reuniões	
Ajudas de custo	70 531,53 €
Representação	84 845,58 €
Secretariado	1 633,00 €
Outros suplementos remuneratórios (***)	650 423,05 €
Total	831 288,78 €

Nota:

(*) - caso não tenha sido incluído em trabalho suplementar (diurno e nocturno);

(**) - incluir também tempo prolongado na carreira médica e suplemento de comando;

(***) - incluir também o subsídio de residência.

Quadro 18.2: Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da protecção da parentalidade (maternidade, paternidade e adopção)	13 700,55 €
Abono de família	7 042,18 €
Subsídio de educação especial	
Subsídio mensal vitalício	
Subsídio para assistência de 3ª pessoa	
Subsídio de funeral	
Subsídio por morte	
Acidente de trabalho e doença profissional	
Subsídio de desemprego	
Subsídio de refeição	204 900,12 €
Outras prestações sociais	
Total	225 642,85 €

Quadro 18.3: Encargos com benefícios sociais

Benefícios de apoio social	Valor (Euros)
Grupos desportivos/casa do pessoal	
Refeitórios	
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	
Colónias de férias	
Subsídio de estudos	
Apoio socio-económico	
Outros benefícios sociais	
Total	0,00 €

Quadro 19: Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por gênero

Acidentes de trabalho		No local de trabalho						In itinere					
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	2		2				0					
	F	3		1		2		0					
Nº de acidentes de trabalho (AT) com baixa ocorridos no ano de referência	M	0						0					
	F	0						0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	2		2				0					
	F	124		1		123		0					
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	0						0					
	F	0						0					

Notas:

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20: Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade permanente:	3
- absoluta	
- parcial	3
- absoluta para o trabalho habitual	
Casos de incapacidade temporária e absoluta	
Casos de incapacidade temporária e parcial	
Total	3

Quadro 21: Número de situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos durante o ano

Doenças profissionais		Nº de casos	Nº de dias de ausência
Código(*)	Designação		

Nota:

(*) - Conforme lista constante do DR nº 6/2001, de 3 de Maio, actualizado pelo DR nº 76/2007, de 17 de Julho.

Quadro 22: Número e encargos das actividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Actividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados:	10	0,00 €
Exames de admissão	0	0,00 €
Exames periódicos	10	0,00 €
Exames ocasionais e complementares	0	0,00 €
Exames de cessação de funções	0	0,00 €
Despesas com a medicina no trabalho (*)		0,00 €
Visitas aos postos de trabalho	0	

Nota:

(*) incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1. ("pessoas ao serviço em 31 de Dezembro"), as despesas efetuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

Quadro 23: Número de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Reuniões da Comissão	
Visitas aos locais de trabalho	
Outras	

Quadro 24: Número de trabalhadores sujeitos a acções de reintegração profissional em resultado de acidentes de trabalho ou doença profissional durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Acções de reintegração profissional	Número
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	
Adaptação do posto de trabalho	
Alteração do regime de duração do trabalho	
Mobilidade interna	

Nota:

Artigo 23º do Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 50-C/2007, de 6 de Março e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

Quadro 25: Número de acções de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Segurança e saúde no trabalho Acções de formação	Número
Acções realizadas durante o ano	2
Trabalhadores abrangidos pelas acções realizadas	3

Quadro 26: Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	
Equipamento de protecção (b)	
Formação em prevenção de riscos (c)	297,00 €
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	

Nota:

- (a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho
- (b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos
- (c) Encargos na formação, informação e consulta
- (d) Incluir única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segurança do trabalhador no exercício da sua profissão.

Quadro 27: Contagem relativa a participações em acções de formação profissional durante o ano, por tipo de acção, segundo a duração

Tipo de acção/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas					0
Externas	57	12	2	1	72
Total	57	12	2	1	72

Notas:

Relativamente às acções de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efectivos do serviço, considerar como:

- acção interna, organizada pela entidade;
- acção externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

Quadro 28: Contagem relativa a participações em acções de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Acções internas	Acções externas	TOTAL	
	Nº de participações	Nº de participações	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos			0	
Dirigente superior de 1º grau a)		1	1	1
Dirigente superior de 2º grau a)			0	
Dirigente intermédio de 1º grau a)		4	4	3
Dirigente intermédio de 2º grau a)		12	12	9
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)			0	
Técnico Superior		26	26	23
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo			0	
Assistente operacional, operário, auxiliar			0	
Aprendizes e praticantes			0	
Informático			0	
Magistrado			0	
Diplomata			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo			0	
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional			0	
Pessoal de Inspeção			0	
Pessoal de Investigação Científica			0	
Docente Ensino Universitário			0	
Docente Ensino Superior Politécnico			0	
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário			0	
Médico			0	

Enfermeiro			0	
Téc. Diagnóstico e Terapêutica			0	
Técnico Superior de Saúde			0	
Chefia Tributária			0	
Pessoal de Administração Tributária			0	
Pessoal Aduaneiro			0	
Conservador e Notário			0	
Oficial dos Registos e do Notariado			0	
Oficial de Justiça			0	
Forças Armadas - Oficial b)		28	28	24
Forças Armadas - Sargento b)		1	1	1
Forças Armadas - Praça b)			0	
Polícia Judiciária			0	
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0	
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0	
Polícia de Segurança Pública - Agente			0	
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0	
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0	
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0	
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0	
Guarda Prisional			0	
Outro Pessoal de Segurança c)			0	
Bombeiro			0	
Polícia Municipal			0	
Total	0	72	72	61
Totais devem ser iguais aos do Q. 27				

Notas:

(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na acção 1 + n.º trabalhadores na acção 2 +...+ n.º trabalhadores na acção n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 acção de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 acções diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 29: Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ dEpendidas	Horas	Horas dEpendidas em acções internas	Horas dEpendidas em acções externas	Total de horas em acções de formação
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos				0:00
Dirigente superior de 1º grau a)			35:00	35:00
Dirigente superior de 2º grau a)				0:00
Dirigente intermédio de 1º grau a)			167:00	167:00
Dirigente intermédio de 2º grau a)			131:00	131:00
Dirigente intermédio de 3º grau e seguintes a)				0:00
Técnico Superior			396:00	396:00
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo				0:00
Assistente operacional, operário, auxiliar				0:00
Aprendizes e praticantes				0:00
Informático				0:00
Magistrado				0:00
Diplomata				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - administrativo				0:00
Pessoal dos Serviços Externos do MNE - operacional				0:00
Pessoal de Inspeção				0:00
Pessoal de Investigação Científica				0:00
Docente Ensino Universitário				0:00
Docente Ensino Superior Politécnico				0:00
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário				0:00
Médico				0:00
Enfermeiro				0:00
Téc. Diagnóstico e Terapêutica				0:00
Técnico Superior de Saúde				0:00
Chefia Tributária				0:00
Pessoal de Administração Tributária				0:00
Pessoal Aduaneiro				0:00
Conservador e Notário				0:00

Oficial dos Registos e do Notariado			0:00
Oficial de Justiça			0:00
Forças Armadas - Oficial b)		624:00	624:00
Forças Armadas - Sargento b)		21:00	21:00
Forças Armadas - Praça b)			0:00
Polícia Judiciária			0:00
Polícia de Segurança Pública - Oficial			0:00
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia			0:00
Polícia de Segurança Pública - Agente			0:00
Guarda Nacional Republicana - Oficial			0:00
Guarda Nacional Republicana - Sargento			0:00
Guarda Nacional Republicana - Guarda			0:00
Serviço Estrangeiros Fronteiras			0:00
Guarda Prisional			0:00
Outro Pessoal de Segurança c)			0:00
Bombeiro			0:00
Polícia Municipal			0:00

Notas:

Considerar as horas despendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acções de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de janeiro e 51/2005, de 30 e Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Postos das carreiras militares dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);

c) Registar outro pessoal de segurança não considerado nas carreira ou grupos anteriores, incluindo os trabalhadores pertencentes aos corpos especiais SIS (Serviço de Informações de Segurança) e SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa);

Quadro 30: Despesas anuais com formação

Tipo de acção/valor	Valor (Euros)
Despesa com acções internas	
Despesa com acções externas	32 987,64 €
Total	32 987,64 €

Notas:

i) Considerar as despesas efectuadas durante ano em actividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade;

Quadro 31: Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	2
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
Total de votantes para comissões de trabalhadores	

Quadro 32: Disciplina

Disciplina	Número
Processos transitados do ano anterior	
Processos instaurados durante o ano	
Processos transitados para o ano seguinte	
Processos decididos - total:	0
* Arquivados	
* Repreensão escrita	
* Multa	
* Suspensão	
* Demissão (1)	
* Despedimento por facto imputável ao trabalhador (2)	
* Cessação da comissão de serviço	

Notas:

(1) - para trabalhadores Nomeados

(2) - para trabalhadores em Contratos de Trabalho em Funções Públicas

